

# JOÃO MARIA

*Interpretação da Campanha  
do Contestado*

981.056

No

*Handwritten mark*

*Handwritten numbers and scribbles*

*Exemplar*

Nº 0159

★

*Obra executada nas oficinas da*  
São Paulo Editora S. A. — São Paulo, Brasil

BRASILIANA

VOLUME 310

---

OSWALDO R. CABRAL

# JOÃO MARIA

*Interpretação da Campanha  
do Contestado*

Bibl. Central

Edição ilustrada

78  
1000  
1000

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
SÃO PAULO

ANU 1960 Nº 544

DO AUTOR:

Nesta mesma Coleção

*Santa Catarina*

(História — Evolução)

*Vol. 80*

nº Mat. 200397  
cod. de barras : 84354

1960

---

*Direitos desta edição reservados à*  
**COMPANHIA EDITORA NACIONAL**  
Rua dos Gusmões, 639  
SÃO PAULO, BRASIL

---

Impresso nos Estados Unidos do Brasil  
*Printed in the United States of Brazil*

# ÍNDICE

PREFÁCIO .....	1
INTRODUÇÃO .....	3

## PRIMEIRA PARTE:

### GEO-POLÍTICA E A QUESTÃO DE LIMITES

Do Morgado de Mateus ao Acôrdo .....	23
Povoamento — Estruturação Social .....	67

## SEGUNDA PARTE:

### Os MONGES

João Maria de Agostini .....	107
João Maria de Jesus .....	144
José Maria — o derradeiro Monge .....	179

## TERCEIRA PARTE:

### A CAMPANHA DO CONTESTADO

Do Irani a Taquaruçu do Bom Sucesso .....	201
De Caragoatá a Santa Maria .....	233

## QUARTA PARTE:

### AS SOBREVIVÊNCIAS RELIGIOSAS

#### E A PESQUISA

Lapas, águas e árvores .....	259
São João Maria .....	303
Conclusão .....	338

ANEXO .....	351
BIBLIOGRAFIA .....	353

## A minha espôsa

*— que, em mais de um quarto de século,  
acompanha no silêncio do gabinete as  
minhas horas de estudo e trabalho; à sua  
renúncia e ao seu sacrifício —*

*a minha gratidão.*

## P R E F Á C I O

**O** presente estudo não poderia ter sido feito sem o concurso de numerosas pessoas que ao Autor prestaram informações e depoimentos, auxiliando-o eficazmente na pesquisa e colheita dos elementos que lhe serviram de base.

Assim, ao Cônego Luís Castanho de Almeida (Aloisio de Almeida), ilustre Presidente do Instituto Histórico de Sorocaba, ficou a dever o Autor não só o seu valioso depoimento como a oferta da cópia fotostática do registro de João Maria de Agostini na velha e nobre cidade paulista; a Walter Spalding, mestre e amigo, cópias de livros, hoje raros, de artigos dispersos em velhos jornais, fotocópias e valiosos depoimentos, relativos todos à permanência do Monge no Rio Grande do Sul; a Waldir Fausto Gil, o trabalho de coleta de elementos e de fotografias na região do ex-Contestado, trabalho feito com probidade e inteligência; aos deputados Oscar Nova e Fernando Oswaldo de Oliveira, o cuidado em obter testemunhos e depoimentos na região planaltina e no oeste de Santa Catarina; a Walter Fernando Piazza, o ter conseguido de amigos seus, na mesma região, depoimentos escritos de alta valia; aos depoentes e informantes, Prof. Antônio Lúcio, Cel. Cid Gonzaga, Eng.º Euclides José Filipe, fazendeiro Euclides Ribas Maciel, srs. Constantino Medeiros, Mário Pereira Gomes, Waldomiro Bitencourt, José Zocoli, Maria Cordeiro Pacheco, Justiniano da Silva

*Quadros, Ana de Quadros; ao Desembargador Mário Teixeira Carrilho e à Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, que ao Autor forneceram material recolhido em pesquisas próprias e folhetos raro conseguido na região; aos mestres Henrique da Silva Fontes e Carlos da Costa Pereira, o primeiro em pontos de antropometria e ambos em questões de História; ao Departamento de Geografia e Cartografia do Estado de Santa Catarina a confecção de mapas e de cópias fotográficas — a todos, enfim, mesmo os que por uma involuntária omissão, aqui não figuram, o meu sincero agradecimento.*

*Sem estes depoimentos, sem os documentos obtidos, sem os seus testemunhos, sem todo este esforço, não me seria possível alinhar o material reunido nem tampouco realizar o estudo sobre as verdadeiras causas determinantes da luta do ex-Contestado, afastando a crença assaz difundida e por muitos defendida de ter sido uma luta religiosa.*

*Registrando nesta página inicial os seus nomes, presto a minha homenagem ao seu espírito de cooperação e dividido com eles senão a responsabilidade da tese que defendo e dos conceitos que adoto, pelo menos a de trazê-los a público.*

O AUTOR



## INTRODUÇÃO

---

### I

Nos fins de 1912 foi o país sacudido por uma notícia alarmante, que deixou apreensiva e em suspenso a sua opinião pública: — um grupo de sertanejos, que se acreditava apenas armado de uma fé exaltada e desviada da ortodoxia católica, conduzido por um monge ignorado e ignorante, nos Campos do Irani, atual Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, então sob a jurisdição do Estado do Paraná, havia desbaratado um contingente da Fôrça Pública paranaense e tirado a vida, a golpes de facção, não só a numerosos componentes seus como ao seu próprio comandante, oficial brilhante do Exército, aureolado pela fama de bravo e alta expressão da vida social do Paraná.

A notícia, logo difundida pela imprensa dos dois Estados e a seguir pela de todo o país, em breve tomou conta dos gerais comentários, alcançando os mais afastados rincões onde, embora não pudesse determinar a mesma intensidade emotiva que naqueles provocara, não deixou de ser assunto de grandes apreensões, justificadas, aliás, ante as probabilidades que se abriam de vir o acontecido a determinar uma nova luta fratricida, desta vez nos sertões sulinos, a exemplo do que se verificara, não havia ainda um quarto de século, nos sertões da Bahia.

#### 4 — A Campanha do Contestado

Uma outra campanha, tão áspera quanto inglória, se adivinhava através do noticiário alarmante, prevendo-se os mesmos sacrifícios e as mesmas decepções que dominaram a luta em Canudos, alertando a imprensa às autoridades, pela pena de credenciados comentadores políticos, a necessidade de medidas imediatas e eficientes, capazes de evitar uma possível repetição dos erros e imprevidências que haviam sido, em parte, responsáveis pelo sacrifício, no nordeste, de numerosas figuras expressivas do Exército Nacional, de par com patrícios afastados dos *mores* dominantes da nossa cultura.

Mal sabiam os comentaristas que estavam, efetivamente, a antever e a predizer acontecimentos que sucederiam — e por três anos a Nação inteira acompanharia, dolorosamente emocionada, o desenrolar de uma nova luta inglória — que não se lustram as armas nas pelejas entre irmãos — com todo o cortêjo sangrento e macabro das relações de vidas sacrificadas, de descrições de entrec choques e de combates cruéis, de encontros e de entrevos ferozes, em ínvias serranias, de emboscadas sinistras, no fundo sombreado dos vales agrestes de uma região despovoada e bárbara, quase totalmente desconhecida, à qual chamavam de *Contestado*, e que só então ia sendo desvendada ao país na sua acidentada topografia, através das descrições, narrativas e “*Ordens do Dia*”, que tarjavam de sangue e enegreciam de luto as colunas da imprensa diária.

E, como a luta se desenvolvesse entre sertanejos rudes e fôrcas organizadas da Nação, animados aquêles, ao que se divulgava, pelo espírito de religiosidade incutido por um monge estranho, não faltou quem nela visse uma repetição exata e completa da campanha de Canudos. Fôra o fanatismo religioso que explodira, numa luta titânica para sobrepor-se aos *mores* do resto do país, subvertendo a ordem e ameaçando o próprio regime.

Canudos tivera o seu Euclides da Cunha; os observadores do *Contestado*, se não quiseram imitá-lo, pensaram em seguir as pegadas do mestre que alcançara a imortalidade com a sua obra imperecível. Não admitiram, ou não tiveram a preocupação de procurar a intercorrência de outros fatores, na gênese da luta, que não o religioso.

Fanatismo — fanatismo, apenas, de um grupo social desviado pelas doutrinas sediciosas de um místico, cujas práticas afastavam-se da ortodoxia católica. Fanatismo que o levava a tomar armas, que o conduzia à luta e ao desespero contra os que não aceitaram os princípios desvirtuados da sua fé. Fanatismo que o impeliu à rebelião, ao crime, à loucura — obrigando o emprêgo da força para o seu extermínio.

E, como a premissa tivesse sido aceita sem discussão, não se procurou sondar com maior cuidado as verdadeiras e remotas causas da sublevação dos sertões catarinenses, deixando como axiomático o ponto de partida da luta. Assim, escreveram-se alguns relatos, na sua maioria expondo os movimentos e operações militares, literatura alicerçada sobre notas e apontamentos tomados sob o calor dos combates, ao cheiro da pólvora, na ante-véspera ou na seqüência dos entreveros, pontilhados de breves depoimentos colhidos entre a escassa população local, de um ou outro prisioneiro, como da observação das pobres localidades atravessadas pelas tropas.

Outros surgiram, mais tarde, no meio civil, baseados nos apontamentos militares, alinhando novas observações. Quer os primeiros, quer os últimos, fizeram referências aos fatores de ordem social e política incidentes. Mas, em verdade, a nenhum deles se concedeu uma atenção maior, pois o fator religioso tomara conta de tôdas as preocupações e tudo se analisava e se discutia sob o colorido desse sentimento.

## 6 — A Campanha do Contestado

Evidentemente, poucas seriam as probabilidades, então, de uma análise das causas determinantes da rebelião, pois ela exigiria não só o conhecimento dos fatores histórico-sociais que concorreram para a formação cultural do sertanejo rebelado, como possuir de tudo uma visão de conjunto, inclusive de problemas que se fazia o maior empenho em esconder ou de subestimar aos observadores. Era preferível que se mantivesse a convicção de que a luta era, efetivamente, para extinguir um perigoso foco de fanatismo religioso, capaz, pela sua disseminação, de fazer perigar o próprio regime, do que entrar na apreciação de fatos então recentes ou já remotos que revelariam situações injustificáveis perante a Nação. A culpa, a responsabilidade de tudo o que ocorria, era preferível continuasse a pesar sobre os ombros de um octogenário que, com as suas doutrinas subversivas, já na ordem religiosa como já na ordem legal, exaltara o misticismo de um bando de rústicos que, sacudidos nas suas crenças e nas suas convicções mal nascidas, súbitamente libertara a ferocidade de que era portador inato.

É óbvio, todavia, que a literatura escrita à época não é destituída de valor. Os estudiosos dos assuntos militares e políticos encontrarão nela valioso e copioso material para estudo e meditação. Mas é preciso que se previnam de que tudo foi visto e observado através das lentes escuras de um preconceito — o do fundo religioso — para poderem retirar da ganga farta destes depoimentos vividos e sofridos as gemas das suas conclusões.

Embora persista ainda, com demasiada insistência, a premissa do fanatismo religioso, tendo até, recentemente, surgido trabalhos que a êle correlacionam a sublevação, querendo apontá-la como resultante de aberrações e da religiosidade do sertanejo e responsabilizá-las pelos crimes então cometidos, entendemos que a tese é insustentável, desde que recuemos a observação, procurando identificar

a procedência e origem dos fios que tramaram a bandeira da luta, da qual se tem olhado apenas para a cruz que estampava e não para o tecido de que foi feita.

Exigiu a debelação da luta nada menos que cinco expedições militares, o sacrifício de milhares de vidas, gastos extraordinários do sempre depauperado erário público e quase três anos de sofrimentos e angústias, antes que as clarinadas de uma triste vitória ecoassem pela quebradas do Vale de Santa Maria, onde o último reduto, desesperadamente, resistiu até o esgotamento. Nisto sim, repetiu-se Canudos. Porque, se extrema foi a bravura dos soldados que se jogavam sobre os redutos sertanejos, enfrentando a morte a cada minuto, também é de ser lembrada a resistência do sertanejo pé-no-chão, mal alimentado e miserável, ignorante e sem conhecimento algum dos mais comezinhos preceitos da arte militar, inferior em número como em tudo, e que enfrentou com galhardia a luta que se lhe impôs.

O esgotamento condenou Santa Maria ao fogo que antes consumira o Arraial do Bom Jesus. Mas a resistência foi até o último cartucho.

## 2

JOÃO MARIA, o MONGE, até hoje é um nome apontado à execração geral como causador da chacina do Contestado.

Foram as suas idéias, as suas doutrinas e profecias confusas, a sua ação maléfica e subvertedora, que causaram o derramamento de sangue, o luto e o desespero. Foi ele quem desviou o sertanejo da fé ortodoxa da Igreja e quem o levou à prática de ações cominadas no Código Penal. Foi o responsável pelo desencadeamento e pela manutenção de uma luta fratricida, animando com a sua me-

## 8 — *A Campanha do Contestado*

mória, dos seus feitos e das suas palavras, o espírito de rebeldia do matuto.

Entretanto, percorra-se o sertão catarinense e parte do paranaense; verifiquem-se as mesmas localidades que os mapas assinalam com duas espadas cruzadas, marcando os pontos de combate; percorram-se os mesmos caminhos que foram atravessados pelos sertanejos e pelos soldados; e inquiram-se sobre João Maria.

E se ouvirá, talvez com surpresa, sobre o Santo — pois ele ainda é santo para o povo da região, o São João Maria. As palavras mais respeitadoras do seu pitoresco vocabulário o homem do sertão buscará para honrar-lhe a memória. E contará episódios da sua vida, da vida do peregrino inofensivo, que nunca desejou a luta, embora a tivesse previsto com uma clarividência de surpreender, do peregrino que pregava e praticava o bem e que se não era um rigoroso observante dos mandamentos da Igreja, praticava os de Deus. E ouvirá a confirmação do que dêle disseram os religiosos da nossa fé católica que o encontraram e com êle conversaram: — não hostilizava a Igreja, não impedia que os seus amigos — chamemo-los assim — se acercassem do altar, não pregava o desrespeito aos sacerdotes, nem negava as verdades evangélicas. Tinha, é verdade, as suas idéias. Pregava penitências um tanto duras, algo exageradas e predizia fatos terríveis, apoiando-se em textos bíblicos, mal compreendidos ou mal interpretados. Era um profeta à antiga, sem a irascibilidade de Elias e sem a eloquência de Isaías — quase um novo Ezequiel, do qual se aproximava pela obscuridade das profecias. . .

Não queria ajuntamentos, não permitia que o seguissem, não se dizia santo ou iluminado, antes um pecador e penitente, não pregava um novo credo nem buscava impô-lo — dizendo-se um peregrino no cumpri-

mento da sua provação, começada muitos anos antes e que estaria prestes a concluir.

E, se o pesquisador fôr além, verá que, assim como êle é considerado santo pelo sertanejo, santas são as cruzes que plantou, santas as árvores sob as quais pousou, milagrosas as águas que apontou às abluções dos seus amigos e nas quais se dessedentou. Tudo o que se refere à vida de João Maria ainda é, ali, santificado pela presença da sua lembrança.

No entanto, isto tudo, que leva ainda hoje à presunção de um fanatismo religioso, vindo assim a confirmar o conceito de ter havido, no passado, uma luta puramente religiosa, êste mesmo *fanatismo* pela sua pessoa, ainda sobrevivente, não admitindo o rústico, sem advertência de sobrenatural castigo, qualquer ofensa à sua memória, não levanta hoje, em armas, a quem quer que seja.

Não parece estranho?

Dir-se-á que as populações apresentam outro nível de cultura, já recebem instrução, inclusive a religiosa, já são assistidas, inclusive de sacerdotes, que as furtam a um fanatismo pernicioso.

Nada mais inexato, embora certas sejam as premissas.

A cultura, se não é a mesma, porque dinâmica, não admitindo um estacionamento que a condenaria à extinção, não repeliu os traços do passado. Mesmo mais instruído, ainda que influenciado pelos traços levados por outros grupos que se localizaram posteriormente na região, o traço do passado, neste particular, resiste e persiste e, diga-se mais, no trabalho aculturativo, foi um dos que o sertanejo emprestou aos novos grupos que se localizaram na área de que fôra antes o principal ocupante ou nas suas proximidades.

O sertanejo, é óbvio, não recebeu apenas novos traços que integrou na sua cultura; cedeu-os também

## 10 — A Campanha do Contestado

às outras que vieram ao seu encontro. E êste do santo local, do São João Maria, é justamente um dêles.

Se bem que, inegavelmente, a sua instrução religiosa tenha melhorado e se verifique uma assistência sacerdotal mais eficiente — não conseguiram os ministros retirar do seu hagiológico o intruso monge, que continua figurando nos oratórios familiares e nas grutas, ao lado das imagens dos Santos da Igreja. O sertanejo mais simplório ainda solicita do sacerdote que “benza” os retratos de João Maria para tê-los como *registros* santificados, *bentos*, reconhecidos, assim, aptos à sua veneração, embora a recusa seja absoluta.

A estampa do Monge, a sua gravura — um homem barbado, sentado, com as mãos cruzadas ante os joelhos, de boné de pele à cabeça, o olhar perdido — recebe a mesma devoção, apesar daquela recusa, que o sertanejo reparte com os demais santos da sua especial predileção. Talvez seja êle, mesmo, o preferido. E a razão está em que êle não é um santo de fora, mas um santo que viveu ali, junto com a sua gente, que conheceu os seus pais, que conversou com os seus avós.

E, santo de casa, é ali o santo que faz os milagres. Pelo menos o de manter viva a fé no coração dos seus crentes.

Mas as autoridades civis ou militares, como as eclesiásticas, tranqüilamente encaram o fato, sem temer o perigo de uma nova sublevação, de uma nova luta, de um novo derramamento de sangue. Ora, se isto acontece, evidentemente, devemos reconhecer que outros foram os fatores que, em dado momento, contribuíram para que entrasse em ebulição a gente do planalto, disposta à luta e ao sacrifício.

Está visto que não poderemos negar totalmente ao fator religioso uma certa participação no preparo do ambiente, na eclosão da luta e, mesmo, em determinado



momento, na manutenção do movimento. Negamos, isto sim, que tenha sido a sua causa determinante, o seu fator preponderante, ao qual caiba a primazia no desencadeamento da luta — isto é — que a campanha do Contestado tenha sido uma luta religiosa, na verdadeira acepção que a esta é emprestada. Para sermos exatos, diremos mesmo que, antes do desastre do Iraní ninguém falara em movimento religioso, ninguém atribuía um fanatismo desta natureza aos sertanejos.

É o que, aliás, com o presente trabalho, pretendemos provar.

Com efeito, se atendermos aos exemplos de que está repleta a História, as lutas religiosas possuem traços inconfundíveis, inabaláveis, perfeitamente definidos, que as identificam nas suas origens e nos seus objetivos.

A origem repousa sempre no sentimento de intolerância. Não há luta religiosa onde predomine o sentimento de mútuo respeito às crenças alheias.

Os objetivos, êstes sim, variam. Mas, em todos êles, diferem os grupos antagônicos em choque, por haver um que agride o outro que sofre, um que deseja impôr a sua crença e outro que a ela reage, um que investe e outro que repele.

Assim, encontraremos em primeiro lugar a reação de um grupo, ocupante de uma determinada área, que não admite, dentro dela, a co-existência de outra doutrina que não aquela que tradicional e oficialmente professa — tanto faz que seja levada de fora, por elementos estranhos ao grupo, incumbidos de propagar e difundir uma nova doutrina, como que seja aceita pelos elementos do próprio grupo, tomada de empréstimo a outros que já a aceitam. De qualquer forma, verifica-se que uma parte do grupo apostata e, ou defende o direito da liberdade de culto contra a intolerância do elemento tradicionalista, defendendo, assim, a co-existência, ou torna-se agres-

## 12 — A Campanha do Contestado

sivamente ativa, pretendendo uma substituição do sistema religioso anterior pelo novo.

A ação pode tornar-se violenta, seja para expelir, seja para exterminar os elementos de um ou de outro campo religioso, isto é, seja para a expulsão, seja para a extinção, quer dos apóstatas, quer dos ortodoxos.

Em segundo lugar devem ser consideradas as lutas e perseguições movidas contra elementos alienígenas ou seus descendentes, admitidos pelo grupo dominante ao seu convívio na área por aquêle ocupada, por motivo das doutrinas que professem. O grupo autóctone em dado momento decide impôr aos estranhos os seus *mores* religiosos e obrigá-los a abandonar os que tradicionalmente lhes eram próprios — originando-se daí a luta.

Ou, vice-versa. O alienígena, mais forte, elemento conquistador, pretende obrigar o autóctone a aceitar as doutrinas que lhe leva e que são as suas, com a reação do elemento dominado e luta conseqüente.

Finalmente, o choque pode verificar-se em conseqüência de novas idéias religiosas surgidas dentro do próprio grupo cultural — sejam para introduzir modificações no culto original, negando ou levantando dúvidas sobre artigos de fé até então admitidos como verdadeiros — e surgem assim as heresias — sejam para subverter uma ordem hierárquica existente no campo religioso — dando origem aos cismas.

A luta em tôrno dêstes problemas traz, certamente, a marca da luta religiosa, desde que os campos adversos abandonem o terreno das discussões e o antagonismo conduza à violência. Luta-se, assim, religiosamente, em tôrno da apostasia, da heresia ou do cisma. Fora daí não pode qualificar-se uma luta de religiosa.

Ora, nada disto verificou-se no ex-Contestado.

Os "fanáticos" não tomaram armas para expandir uma nova religião, nascida entre êles, oriunda de um movimento messiânico dos monges, e impô-la às áreas

circunvizinhas. Nem a sua luta se enquadra em qualquer dos tipos a que acima nos referimos.

De outro lado, não foi para reprimir a introdução de um novo credo religioso em determinado espaço geográfico do território nacional, ou a sua aceitação por parte da sua sociedade, que o Exército tomou das suas armas e foi sacrificar-se e sacrificar os “novos crentes”, nos sertões de Santa Catarina. Não seria isto admissível, de vez que a Constituição garantia a liberdade de culto, desde que pacífico, sendo livre qualquer cidadão, como ainda hoje, de professar o seu credo, uma vez que consentâneo com os *mores* legais e tradicionais da comunidade nacional. Não se verificou uma sublevação para impô-lo à força a quem quer que fôsse. Não houve, mesmo, sequer, uma nova religião em foco, nem a introdução de novas idéias ou de insubmissão à hierarquia eclesiástica. Ausentes estiveram a apostasia, a heresia e o cisma.

Mas, mesmo que tivesse havido qualquer delas, que tivessem surgido os três ou um apenas dêstes fatores, dificilmente se conceberá que, dentro do sentimento de disciplina e do dever, concordassem as Forças Armadas da Nação servir de instrumento a uma repressão religiosa, quando os seus mais eminentes chefes pertenciam a uma geração que se formara à sombra das pregações doutrinárias do positivismo de Teixeira Mendes e de Benjamin Constant — nas quais a liberdade de culto ocupava um lugar preferencial.

O que se verificou foi justamente uma campanha alicerçada na propaganda de se tratar de uma luta religiosa, movida pelo sentimento de fanatismo católico, deturpado nas suas práticas pelos sertanejos, que o impunham pela força. Assim, justificava-se a campanha, pela defesa da liberdade de culto... dos que não se viam coagidos.

## 14 — *A Campanha do Contestado*

Não é menos exato que a muitos repugnou a idéia de que a Igreja tivesse interêsse em semelhante luta, não só porque jamais duvidaram da sua prudência e sabedoria, como porque assistiram ao esforço paralelo e sincero dos seus ministros para evitar a convulsão que redundaria, em última análise, na criação de enormes dificuldades ao seu ministério evangelizador nos sertões. Não obstante, em determinada altura dos acontecimentos, aceitou-se que a sublevação tivera a sua gênese no fanatismo católico de uns pobres matutos transviados e mal orientados que, instruídos num saudosismo anacrônico, desejavam a volta ao regime monárquico e o restabelecimento de uma religião do Estado — religião que seria a sua, o seu catolicismo, um catolicismo deformado pelas pregações de um ignorante.

Foi para defender uma liberdade de culto para o resto da Nação e para defender o regime — que afinal nunca estiveram ameaçados — que se fez apêlo às armas, quando a verdade era bem diversa, pois o que se fazia era agredir, sob o pretexto de uma prática religiosa que afinal era assegurada pela Constituição, um grupo de sertanejos que se avolumava dia a dia, levados a se unirem menos por um sentimento de exaltação mística do que por circunstâncias que foram lembradas e citadas mas nunca avaliadas na sua verdadeira extensão e tomadas na sua exata importância na gênese do movimento.

Em tempo, no decorrer do presente trabalho e na recomposição das fases que antecederam à deflagração do movimento, abordaremos êstes assuntos, nas suas premissas e nas suas conclusões.

Quanto ao movimento pseudo-restaurador, foi uma comédia burlesca introduzida num drama pungente e o restabelecimento de uma religião oficial era assunto que transcendia à capacidade compreensiva dos “fanáticos”.

De cismas e de heresias já se tem falado, como falado se tem de *crimes religiosos* cometidos pelos sertanejos do planalto catarinense ao tempo da insurreição.

Nada disso se verificou.

Basta atender para aquilo que o próprio Direito Canônico define como cisma e como heresia — e teremos colocado por terra mais uma das balelas criadas para compôr um quadro capaz de fazer crer aos menos avisados de que o sertanejo deflagrou uma verdadeira guerra religiosa.

Em nenhum momento, qualquer dos piedosos sacerdotes católicos que se colocaram em contacto com os *fanáticos*, inclusive com os seus taumaturgos, os dois João Maria, encontraram a existência de qualquer heresia ou de qualquer cisma, ante os quais tivessem de rasgar os buréis e cobrir a cabeça ante a inutilidade dos seus esforços para reprimi-los doutrinariamente. Nenhum dos depoimentos dêses homens de Deus afirma semelhante coisa. Notaram alguns erros de conhecimento, algumas práticas um tanto primitivas, um tanto ingênuas, já superadas, que mais pediam instrução religiosa do que repressão armada. Nem sequer abalavam elas a solidez da fé do matuto — a fé em Deus e em seus santos. Eram, como ainda são hoje, algumas práticas inofensivas, que arranhavam as disposições do ritual, mas não atingiam os artigos de fé.

Canonicamente, "*post receptum baptismum si quis nomen retinens christianum, pertinaciter aliquam ex veritatibus fide divina et catholica credendis denegat aut de ea dubitat, haereticus; si a fide christiana totaliter recedit, apostata; si denique subesse renuit Summo Pontifici aut cum membris Ecclesiae ei subjectis communicare recusat, schismaticus est*" (Código de Direito Canônico — Canon 1325 § 2.º) — o que demonstra que sem a negação pertinaz de uma das verdades que a Igreja impõe devam ser aceitas

com fé católica e divina, ou sôbre ela levantar dúvida, pretendendo apesar de tudo conservar a qualidade de cristão, não pode haver heresia, como não poderá haver apostasia sem o abandono completo à fé cristã, nem cisma sem insubmissão à Cátedra de São Pedro.

Nenhum dos depoimentos afirma a existência de qualquer destas figuras canônicas na atitude dos sertanejos. Eles não abandonaram a fé, não recusaram a autoridade da Igreja, não negaram pertinazmente as suas verdades. Não praticavam o culto com a pureza dos doutores, mas não o transformaram em práticas que pudessem ser penalizadas. Nem mesmo acreditando na santidade de São João Maria. Era um êrro — mas êrro justificável e compreensível, perfeitamente de acôrdo com as primitivas práticas cristãs, como ainda provaremos.

Também se falou em crimes religiosos, crimes oriundos da religiosidade dos "fanáticos".

A figura escapa à letra dos Códigos. Não se capitulam neles crimes religiosos, nem provocados pela religiosidade de quem quer que seja. Apenas para argumentar, dando um sentido lato ao fenômeno, que se poderia admitir por crime religioso?

O cometido contra a religião?

Como tais capitulavam as Ordenações do Reino as heresias e apostasias, reservando o seu conhecimento para os Juizes Eclesiásticos e a aplicação das penas impostas ao braço secular, conforme se verifica no famigerado Livro V (Tit. I), bem como "os que arrenegam, ou blasfemem de Deus, ou dos Santos", "os feiticeiros" e os que benziam "cães ou bichos sem autoridade d'El Rei, ou dos Prelados", cominando-lhes penas diversas, das simples multas às mais atrozes.

Nada disto subsiste na legislação penal e a própria feitiçaria é uma reles contravenção se empregada para explorar a credulidade pública.

Crimes cometidos com finalidade religiosa? Quais seriam êles?

Caberiam aqui apenas os atos que, para cumprimento de um ritual, fôsem os crentes obrigados a praticar, desde que os atingisse uma sanção penal. Assim, os sacrifícios humanos, as mutilações, etc... Mas tais práticas, às quais o móvel religioso não serviria nem de agravante nem de atenuante, constituiriam crimes comuns, puníveis de acôrdo com a letra do Código. A finalidade religiosa não mudaria a sua configuração de crime comum praticado contra a pessoa. Logo, atos que a lei não prevê como criminosos, não podem ser punidos, sendo lícito praticá-los.

Atos praticados em conseqüência da exaltação religiosa?

Da mesma forma, só seriam crimes os que a lei penal cominasse como tais.

Ora, não há registro de qualquer crime praticado pelos sertanejos dentro de tais conceitos.

Houve homicídios, houve pilhagem, houve furto, roubo, abigeato, latrocínio, mutilação, sedução, estupro, enfim, o Código Penal inteiro foi ferido na campanha dos *fanáticos*. Só não houve crime religioso, com finalidade religiosa, para cumprimento de um rito. Nunca se ouviu dizer que, para praticar a sua religião — se é que a tinham diversa dos demais — para completar um ritual prescrito por um estranho culto, tivessem os sertanejos seduzido, estuprado, furtado, roubado, mutilado, assassinado.

### 3

NÃO OBSTANTE, a "guerra" dos "*fanáticos*" eclodiu e desenvolveu-se de maneira brutal, ensanguentando os sertões por três longos anos.

Ora, esta "guerra" não surgiria do nada. Houve, evidentemente, uma causa determinante que diretamente provocou a sua eclosão.

Depois de uma demorada análise dos acontecimentos verificados no ex-Contestado e realizado um paciente estudo das condições do homem planaltino e do seu modo de vida, chegamos a alinhar uma série de fatores ponderáveis que, remotamente ou na ocasião, incidiram sobre a vida do homem do sertão catarinense, levando-o ao desespero da luta.

Em dado momento, todos êles atuaram de tal modo que só restava ao sertanejo o apêlo à fôrça. O seu destino havia de ser cumprido, uma vez que não se quebraram os fios que o teceram, trágico e sangrento, no decorrer dos tempos.

Com efeito, se os alinharmos todos, antes de sobre cada um dêles nos determos mais demoradamente, fazendo o estudo da sua incidência e da sua extensão na trama dos destinos daquêles nossos irmãos, veremos que a sua multiplicidade só serviu para confundir até certo ponto os aspectos reais do problema.

A campanha do Contestado foi uma luta de marginaes, de desajustados, portanto uma luta de fundo eminentemente social, e que, por incompreendida no seu início, não teve o remédio imediato que teria evitado a sua continuação e os sacrifícios que determinou.

Esta teria sido a verdadeira causa determinante da sublevação que, não obstante, demoraria a surgir, se não tivessem incidido concausas especialíssimas que provocaram a sua imediata explosão.

A esta conclusão levou-nos o estudo não só das condições de vida do sertanejo como das do alienígena transportado para o ex-Contestado, em determinado instante, agravando o problema do desajuste econômico e



instalando num ambiente já conturbado o bandoleirismo, que foi um dos fatores de manutenção da luta.

No trato das condições sociais, fomos levados à apreciação da vida política da região, que agravou o problema e a um demorado retrospecto da malfadada questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, que criou o ambiente propício ao seu desencadeamento. Não pôde, entretanto, aquêle trato ser tentado sem collocarmos o homem no cenário natural próprio, sem atendermos aos fatores geo-físicos, ao histórico do povoamento e à caracterização da sua cultura.

O problema da marginalidade decorreu não só dos traços fundamentais sôbre os quais se levantou aquela cultura como de circunstâncias que abruptamente transformaram o aspecto econômico e social da região — e que foram devidamente pesadas e medidas, dentro das nossas possibilidades, no presente estudo. A questão de limites não pode ser tratada sem a exumação das suas raízes históricas. E o fator religioso, através da observação dos seus caminhos e filiações culturais teve de ser reconstituído, para a boa compreensão dos fenômenos verificados naquela área.

Uma parte foi reservada para o estudo das figuras dos Monges: — é que sôbre os ombros dêsses homens tem recaído até hoje as responsabilidades maiores de todo o acontecido. Esta a orientação do presente trabalho.



PRIMEIRA PARTE

GEO-POLÍTICA E A QUESTÃO  
DE LIMITES



# I

## DO MORGADO DE MATEUS AO ACÔRDO

### 1

AINDA QUE SEJAMOS DOS QUE ACEITAM, sem qualquer objeção, a tese de que o meio físico não tenha a propriedade de criar culturas, favorecendo apenas o desenvolvimento de certos traços e complexos culturais, modificando, transformando, acomodando aquêles que o homem, verdadeiro criador e único portador da cultura, para êle transporta, facilitando o desenvolvimento de uns e retardando o de outros como ainda provocando o aparecimento de novas maneiras de enfrentar as suas necessidades básicas e decorrentes — ou talvez por isso mesmo — não poderíamos deixar de chamar a atenção do leitor para as condições particularíssimas que, até certo limite, permitiram e favoreceram a diferenciação de duas sociedades, servidas por dois tipos culturais historicamente admitidos como oriundos de um tronco básico, comum, e que se desenvolveram nas áreas geofisicamente diferenciadas de um espaço geográfico ao menos teóricamente aceito como politicamente configurado.

Não se pode, num trabalho como o presente, fugir ao esquema euclideano: — há de se focalizar os aspectos da cultura através do homem, seu portador, dentro do cenário em que se desenvolveu, sem esquecimento da

## 24 — *Geo-política e a questão de limites*

área geo-física sobre a qual ela incidiu e que determinou os caminhos da sua dinâmica.

Evitando descer a minúcias, preferimos, entretanto, a visão panorâmica do conjunto, ressaltando apenas um ou outro detalhe para facilitar a boa apreensão do assunto. No particular, nenhuma novidade traremos, baseando as nossas afirmações em trabalhos já divulgados e conhecidos.

### 2

O Estado de Santa Catarina, no espaço político administrativo que vem ocupando desde 1916, e que foi com pequenas alterações aquêle que historicamente sempre pretendeu ocupar, é dividido em tôda a sua extensão, de norte a sul, em duas regiões perfeita e nitidamente distintas: — a região litorânea, orla marítima, de grande comprimento e pouca profundidade, e a região planáltina, de grande profundidade e menor comprimento, com uma área superior a duas terças partes de todo o Estado, atingindo a oeste os "espanhóis confinantes".

Esta divisão realiza-a a Serra Geral que, descendo de noroeste para sueste, vem até meia altura da linha norte-sul, para daí rumar no sentido nór-nordeste — sudoeste, indo perder-se no Rio Grande do Sul.

Tal configuração do terreno bastaria para dar à parte nordeste do Estado uma acentuada profundidade, não fôra a Serra do Mar que, entrando em Santa Catarina bastante próxima da costa, ao norte, se dirige ao encontro da Serra Geral, para com ela confundir-se, emitindo prolongamento na direção do litoral, prolongamentos que receberam denominações diversas, como Serras do Jaguará, do Itajaí, de Tijucas e do Taboleiro.

A confluência dos dois sistemas orográficos e os referidos prolongamentos reduzem bastante a profundidade

da área litorânea. As serranias, de encostas por vezes abruptas, a pouca distância da costa e quase sempre dela visíveis, formam verdadeiro paredão caindo quase perpendicularmente sobre as terras do litoral.

Para o oeste, além do paredão, salvo uma ou outra elevação e algumas formações maiores, estende-se o planalto — e o terreno inclina-se a pouco e pouco, até os confins do Estado.

A zona costeira é, na sua maior extensão, coberta por uma vegetação latifoliada úmida. A embocadura obstruída dos rios, contam-se os mangues. E, ao nível do mar, os terrenos arenosos e restingas cobrem-se da sua vegetação típica e característica.

A costa extensa abre numerosos portos, de norte a sul — à embocadura dos rios mais caudalosos, nas baías surgidas entre as ilhas e o continente próximo, no recôncavo das enseadas que o caprichoso recorte dos costões fundos amplia de distância em distância.

Os rios correm do fundo dos vales, recolhidas as águas que se derramam das escarpas das serras, rápidos, apressados, encachoeirados, espumando sobre as pedreiras iniciais dos seus leitos, até ganharem alturas menos acidentadas nas quais se espraia para descer ao oceano. Nesta parte são navegáveis, muitos deles, por embarcações de pequeno porte.

Os vales são de incomparável beleza, pelo surpreendente recorte das suas fraldas e alcantilados, nos quais a luz toma tôdas as cambiantes. As suas terras são ubérrimas, contrastando com a pobreza das que marginam o Atlântico.

A região tôda, que atinge a altura máxima de seiscentos metros, é quente e úmida, predominando nos primeiros meses do ano as grandes chuvas e trovoadas.

O planalto, para além das escarpas rochosas da Serra Geral, é a região de predominância da *araucária*, dos cam-

pos e das pastagens, que deixam adivinhar com os seus capões de mata, densos, quebrando a monotonia da paisagem, o filete d'água dos ribeiros que vão engrossar as caudais dos grandes rios que se alongam e se esvaziam de leste para oeste, em sentido contrário aos do litoral, correndo majestosos e solenes, dando a aparência de que o fazem com o vagar imprescindível às caminhadas longas e intermináveis.

O horizonte é longínquo e esbatido nas meias tintas que morrem à distância. As araucárias levantam ao céu as suas taças verde-escuras e as erveiras se agrupam dentro da mata sub-tropical que cobre a região.

A zona é fria — os rigores das temperaturas extremas são conhecidos — e as chuvas são torrenciais, principalmente para além do Rio do Peixe, no extremo oeste, onde não se verifica a desigualdade das precipitações pluviométricas, sendo mais ou menos constantes durante todo o ano. Nas zonas dos campos, menores em precipitação, esta constante também é verificada.

A zona do litoral, como dissemos, é longa no sentido N-S e pouco profunda no sentido L-O; a do planalto é profunda neste e menos extensa naquele, estreitando-se para oeste, em cujos confins não atinge a um têrço da extensão da costa.

A primeira foi dividida em duas zonas fisiográficas, bastante semelhantes: a do litoral da Serra do Mar e a do litoral de Santa Marta, sucedendo-se do norte para o sul; o planalto o foi em três outras, de acôrdo com certas diferenciações observadas: ao norte, a do planalto de Canoinhas, zona de araucárias e ervais, com os seus rios correndo para o Iguaçu; ao sul desta, o planalto de Lajes, com o mesmo tipo de matas mas ocupado em grande extensão por campos e pastagens; e, a oeste de ambas, o planalto de Chapecó, com o mesmo tipo da mata de araucárias.



3

ESTA CONFIGURAÇÃO GEO-FÍSICA de Santa Catarina influiu diretamente na vida dos seus habitantes, no desenvolvimento da sua sociedade, na diferenciação de áreas culturais diversas e, conseqüentemente, no seu destino.

Enquanto nos primeiros séculos que se seguiram à descoberta, a região litorânea tinha escancaradas tôdas as portas aos mais diversos contactos, à aproximação de outras culturas, o planalto teve contra si o isolamento ao qual a barreira da Serra Geral o condenou.

Como não poderia deixar de ser, os primeiros estabelecimentos humanos do nosso tipo de civilização levantados em terra catarinense verificaram-se no litoral. O mar era o caminho aberto e franco — embora não sem perigos — para as aventuras de conquista e a orla da costa oferecia uma facilidade maior à penetração. A conquista das terras do sul não exigia a aparatosa formação das bandeiras destinadas a se internar pelo sertão adentro. Nem o numeroso contingente humano para a sua composição, nem o volumoso aparelhamento para suprir as necessidades decorrentes da penetração — portanto, um volume bastante menor de despesas, que aquêles outros empreendimentos sempre exigiram.

O perigo da reação do aborígine foi comum. Mas, na costa, menores as dificuldades do terreno, mais fácil o transporte dos implementos, mais prontos os socorros de que viesse a bandeira a carecer. A costa, desde os começos do Séc. XVI era conhecida dos navegantes e freqüentada pelos exploradores de tôdas as nacionalidades. Se havia mister fixar o homem nas terras do sul, para garantir a conquista e preservar os domínios d'El Rei dos intrusos de outras nacionalidades, é bem verdade que uns e outros já as haviam desvendado e descrito. Não se

partia, por assim dizer, para as surpresas do desconhecido — mas para a conservação do semi-descoberto.

Gonneville, ao que se diz, em 1504; João Dias de Solís, em 1515; Cristóvão Jaques, Sebastião Caboto, Pedro de Mendoza, Alonso Cabrera, Cabeza de Vacca, Salazar y Espinoza a seguir, já haviam incursionado pela costa catarinense. E Martim Afonso de Sousa, o donatário de São Vicente, em 1532, explorou-a em certos pontos, tendo mesmo perdido nela um dos seus bergantins.

Só no Século XVII, no entanto, registra-se a primeira fundação estável em terras de Santa Catarina.

Herdeiro de Pero Lopes, irmão de Martim Afonso, e primeiro donatário da Capitania de Santo Amaro e Sant' Ana, na segunda metade do referido século, o Marquês de Cascais passou procuração a Manoel Lourenço de Andrade para que instalasse um estabelecimento em São Francisco. Parece não ter sido, entretanto, a primeira tentativa neste sentido, pois a Antônio Fernandes o mesmo donatário já fizera, em 1642, uma concessão idêntica, para povoar a mesma região, "onde já havia uma capela de Nossa Senhora da Graça" (1), empreendimento que certamente fracassara ou não fôra levado a cabo.

Manoel Lourenço de Andrade, em 1658, acompanhado de vicentistas e portugueses, instalou-se nas margens do Rio Parati, mudando, em seguida, a povoação por duas vezes, atendendo às conveniências do momento, até fixá-la no local onde hoje se encontra a cidade de São Francisco do Sul.

Distribuiu o Procurador do Marquês terras entre os seus acompanhantes, procurou desenvolver a agricultura e cuidou de incentivar a pesquisa de minérios exploráveis.

Em 1660, a povoação foi elevada aos foros de Vila, recaindo na pessoa do fundador a nomeação para seu

---

(1) PEREIRA (Carlos da Costa) — *Um Capítulo da Expansão Bandeirante.*

Capitão-Mor. Em 1666, a 14 de fevereiro, até ela chegou um outro Procurador do herdeiro do donatário, que tomou posse da vila e a constituiu cabeça de Capitania, isto é, sua sede, vila principal e capital, separando-a de qualquer outra a que estivesse anexa (2), mas parece que tal providência não logrou outros benefícios do que a confirmação do senhorio, uma vez que o dito Procurador ali não se estabeleceu nem lhe deu Ouvidor.

Ligava-se, até então, a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco à de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, que tinha jurisdição até 40 léguas para o sul — e Gabriel de Lara, Ouvidor e Governador desta última, ainda em 1668, erigia na fundação de Manoel Lourenço o pelourinho, instalando ali as justiças.

Esta foi a primeira fundação estável no atual território catarinense.

Seguiu-se-lhe a de Nossa Senhora do Destêrro, sôbre a Ilha de Santa Catarina, situada mais ao sul. As fundações litorâneas sucediam-se, uma após outras, do centro para a periferia do domínio, facilitando o apoio, necessário à mais longínqua, a proximidade da que lhe antecederia, sem necessidade de que, numa emergência, tivesse a última de aguardar um demorado socôrro do centro da expansão.

A fundação do Destêrro coube a Francisco Dias Velho, vicentista de prol, “opulento em arcos, cujos índios conquistou com armas no sertão dos Patos, Rio São Francisco para o sul, até o Rio Grande”, segundo Pedro Taques.

Conhecedor, como disse, da região, em 1673 teria Dias Velho partido de Santos com familiares, agregados e escravaria, com o propósito deliberado de povoar a

---

(2) SILVA (José Gonçalves dos Santos) *Cartas acérca da Província de Santa Catarina*, n.º 15, in *Rev. do Instituto Histórico de Santa Catarina*, Vol. V — 1916.

**Ilha de Santa Catarina.** Dos seus e dos trabalhos da sua gente falam em favor as suas pretensões: — em 1678, solicitava do Governador da Capitania 2 léguas em quadro na Ilha, “onde já tinha igreja de Nossa Senhora do Des-têrro”; mais meia légua, também em quadro na Lagoa, “onde já possuía cultura”; mais 2 em terra firme, defronte a Ilha, “onde igualmente já possuía uma feitoria”; e, finalmente, mais 2 em Araçatuba, ao sul, concessões que lhe foram outorgadas em consideração aos serviços prestados no povoamento da dita Ilha (3).

Nela morreu, em 1689, trucidado por piratas que, um ano antes, haviam sido por êle aprisionados, a quem havia confiscado os bens e aos quais pouco depois, em São Vicente, se concedeu liberdade.

Já então, por êsse tempo, outra fundação existia mais ao sul, também de origem vicentista, a de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, a terceira e última daquêlê Século em território catarinense.

Lançou os alicerces desta última o bandeirante Domingos de Brito Peixoto, em 1676, segundo documento que seu filho e continuador, Francisco de Brito Peixoto, relatando as peripécias da fundação, solicitou do Rei as graças que aos pioneiros se concediam. De acôrdo com uma carta escrita em 1714 por Francisco, pedindo favores de sesmarias ao Rei, em 1776, seu pai Domingos, seu irmão Sebastião de Brito Guerra e o requerente, então moradores de Santos, “sendo das principais e mais abastadas famílias de tôdas aquelas villas do sul”, saíram com 50 escravos e 10 homens brancos, levando armas e ferramentas, o que lhes ocasionou grande despesa, “a descobrir terras que não fôssem de pessoa alguma habitada”. O mesmo Francisco informava que uma fração dessa bandeira fôra enviada por mar, que no Pôrto dos Patos de-

---

(3) BOITEUX (Lucas Alexandre) — *Paulistas em Santa Catarina Seis-centista* e MAGALHÃES (Basílio) — *Os Bandeirantes em Santa Catarina*.

veria aguardar a chegada dos que por terra se haviam aventurado sob a chefia de Domingos de Brito e sua gente. Estes levaram de Santos à Laguna quatro meses, perdendo na empreitada nada menos de 25 escravos e, ali chegados, fizeram desembarcar da fragata os mantimentos que esta havia levado, dando assim início à fundação da póvoa de Santo Antônio dos Anjos (4).

À Laguna recolheu-se, depois da tragédia que pôs fim à vida de Dias Velho, o fundador do Destêrro, um filho dêste, de nome José Pires Monteiro — e enquanto esta povoação esperava o momento de ser refeita por novos povoadores, a de Brito Peixoto, sob a sua orientação, aumentava e prosperava, atirando os seus homens para o sul, na conquista do Rio Grande de São Pedro.

4

SEM TERMOS ENTRADO EM MINÚCIAS e pormenores, que de pouco interêsse seriam ao presente estudo, vimos que o litoral catarinense foi ocupado pelos povoadores na segunda metade do Século XVII e que as suas três povoações básicas, que serviriam de outros tantos pontos de expansão e de apoio à conquista e à fixação à terra, foram as de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, a de Nossa Senhora do Destêrro e a de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

Seus fundadores foram todos gente originária de São Vicente e de Santos que, pela linha da costa e por mar, demandaram pontos já conhecidos e assinalados nas cartas. Nenhum dêles procurou subir a muralha que

---

(4) FRANCO (Carvalho) — *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, págs. 282 segs. Pedro Taques assinala a era da fundação de Laguna como sendo a de 1884.

fechava, ao poente, os limites da região. Aí se fixaram e fixaram a gente que os acompanhou. E, quando a sêde de aventuras, o serviço de El Rei ou a cobiça de bens os impeliu para novas incursões, levaram para o sul os limites da conquista, nunca para dar-lhe profundidade maior.

A proximidade do mar foi-lhes sempre necessária. Para cambiar os produtos da terra amanhada, seus frutos e madeiras, para trocar o peixe apanhado e preparado, pelos produtos manufaturados de que careciam. O mar era a via aberta por onde circulava a riqueza, enquanto o sertão era o isolamento que exigia uma auto-suficiência que não lhe era ainda possível possuir.

Acresce que todos os Autores aceitam como característica dêste movimento expansionista o da ação através de um plano previamente estabelecido. Manoel Lourenço, Dias Velho e Brito Peixoto, todos três, não partiram de Santos à aventura. Bem ao contrário, haviam todos um propósito e um destino certos e deliberados. O primeiro partiu para o Rio de São Francisco; o segundo, para a Ilha de Santa Catarina; e o terceiro, para o porto dos Patos, que era o da Laguna. Nas imediações dêsses pontos apenas escolheriam os que mais conviessem para a instalação dos povoados.

Laguna, pelas circunstâncias que entravaram a vida inicial da póvoa do Destêrro, foi elevada à condição de Vila em 1714; Destêrro só o seria doze anos mais tarde.

Já então não pertenciam as terras à complicadíssima sucessão de Pero Lopes. Tendo o Marquês de Cascais, que as possuía como herdeiro da donataria sôbre a qual se levantara um pleito e se arrastara uma querela judicial das mais demoradas e complicadas — e que aqui não cabem em linha de conta — pretendido aliená-las a José Góis de Moraes por 44 mil cruzados, adjudicou-as para si a Coroa que, assim, em 1711, se tornou proprietária das terras dantes pertencentes àquela sucessão.

Pela primeira vez, então, e por volta de 1720, visitou-as, nas suas vilas e povoados existentes, um Ouvidor de El Rei — o ilustre Rafael Pires Pardinho, que andou a dar-lhes forma à vida e organização às mesmas, marcando os limites das respectivas jurisdições.

Foi justamente nessa oportunidade que Pardinho, em Provimento baixado a 29 de abril de 1720, na Câmara de São Francisco, fixou os seus limites com os de Paranaguá, definindo-os pelo Rio Guaratuba, desde a praia até os sertões<sup>(5)</sup>

Tinham os Ouvidores de São Paulo jurisdição sobre todo o território catarinense, pois a sua alçada se estendia a todo o sul do Brasil e tal situação perdurou até 1723, quando, com a criação da Ouvidoria de Paranaguá, passaram as Vilas e póvoas de Santa Catarina a ser por ela jurisdicionadas, continuando, não obstante, sujeitas ao governo de São Paulo.

Em 1738, criando-se um governo militar na Ilha de Santa Catarina, governo que foi entregue ao insigne Brigadeiro José da Silva Pais, foi a Ilha separada do governo de São Paulo, bem como o Continente de São Pedro (Rio Grande do Sul) e anexada ao governo do Rio de Janeiro, providência logo seguida de outra, determinando o mesmo com relação à Laguna, território intermediário entre ambos.

Este governo militar instituído na Vila do Destêrro é que viria a ser núcleo básico da formação de uma futura Capitania e, conseqüentemente, da Província e do Estado de Santa Catarina.

Apesar dessas mudanças, a Justiça ainda era distribuída pela Ouvidoria de Paranaguá. E continuou a sê-lo,

---

(5) MAPRA (Cons.<sup>o</sup> Manoel da Silva) — *Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina*, pág. 190.

apesar de tôdas as modificações introduzidas na administração política e militar do sul Brasil, até 1749, quando, por conveniência da própria administração da justiça, foi criada a Ouvidoria de Santa Catarina.

Ao demarcar a Coroa os limites da mesma, fê-lo da seguinte maneira: — ao Norte, “pela barra austral do Rio de São Francisco, pelo cubatão do mesmo Rio e pelo Rio Negro que se mete no grande Rio de Corituba”; e “que para o Sul acabasse nos montes que desaguam para a Lagoa Imeri” (6).

Esta demarcação fazia com que a Vila de São Francisco ficasse fora da jurisdição da Ouvidoria de Santa Catarina, permanecendo ligada à de Paranaguá, da qual, efetivamente, era mais próxima — embora a mesma Vila já se tivesse por militar e politicamente sujeita ao governo da Ilha, tanto assim que, ao providenciar o povoamento de Santa Catarina, com a remessa de casais oriundos do Arquipélago dos Açores, a Carta Régia de 9 de agosto de 1747 dispunha que caberia a quem estivesse governando a Ilha de Santa Catarina tomar as medidas necessárias à sua distribuição, fixação e estabelecimento, “desde o Rio São Francisco do Sul até o sêrro de S. Miguel e no sertão correspondente a êste Distrito, com atenção porém que não se dê justa razão de queixa aos espanhóis confinantes” (7).

Para confirmar que os limites militares de Santa Catarina alcançavam a Vila de São Francisco, uma carta de Gomes Freire, datada de 20 de junho de 1750, dirigida ao Capitão-Mór da dita Vila, Sebastião Fernandes Camacho, explicava que “na forma das ordens de Sua Majestade se acham divididos os governos de Santos e da

---

(6) *IDEM, idem*, pág. 103.

(7) *IDEM, idem*, pág. 96.



Ilha de Santa Catarina, pertencendo essa capitania ao da dita Ilha; pelo que, ainda que V. Mcê. não tenha recebido ordens do Governador de Santos, em que lhe declare o referido, deve estar daqui em diante às ordens do da Ilha de Santa Catarina, a cuja jurisdição fica pertencendo, etc. . . " (8).

Aos poucos, em Ordens e Cartas sucessivas, foi-se constituindo o território catarinense, com base nos limites da Carta Régia que criou a sua Ouvidoria e alcançando nas esferas militar, fiscal e religiosa a Vila de São Francisco — que se integrava, assim na nova Capitania — embora na esfera judiciária, e apenas judiciária, continuasse subordinada à Ouvidoria de Paranaguá e posteriormente à de Paranaguá e Curitiba, paradoxo que, apesar dos protestos, persistiu até 1832.

Desta forma, reconstituindo resumidamente os fatos, temos visto que os limites entre São Francisco e Paranaguá (têrmos das respectivas Vilas) corriam pelo Rio Guaratuba e que aquela Vila, administrativa, religiosa e militarmente era jurisdicionada pelo govêrno da Ilha de Santa Catarina, permanecendo, entretanto, judiciariamente, prêsa à Ouvidoria de Paranaguá, de vez que os limites da Ouvidoria de Santa Catarina alcançavam apenas a barra austral do Rio de São Francisco.

Para o interior, está visto, parecia não restar qualquer dúvida: — os limites do Têrmo da Vila de São Francisco estendiam-se, de acôrdo com o Provimento de Pardinho, das práias ao sertão; e os da Ouvidoria de Santa Catarina falavam claramente que, pelo cubatão do Rio de São Francisco, atingiriam o Rio Negro que se mete no Rio Grande de Curitiba — que outro não era senão o Iguazu — indo até os espanhóis confinantes.

---

(8) *IDEM, idem, pág. 107.*

NÃO OBSTANTE, quer no litoral, quer no sertão, a dúvida viria a estabelecer-se.

Assim foi que, em 1766, o Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, mandou povoar a Vila de Guaratuba, pretendendo estender as suas divisas ao Sul pelo Rio de São Francisco. A essa ordem opôs-se o Governador de Santa Catarina, Francisco de Sousa de Meneses, no ano seguinte, contestando com a documentação própria tal extensão e demonstrando que o seu governo alcançava, com os limites de Termo de São Francisco, a baía de Guaratuba.

Diz o Conselheiro Manoel da Silva Mafra que “apressou-se o Morgado em ordenar, em 17 de abril e 3 de maio de 1769, o adiantamento da povoação, a fim de ser elevada a vila (Guaratuba), como o ordenou em 14 de fevereiro de 1771. E, apesar de reconhecer que os limites civis e até eclesiásticos entre Paranaguá e São Francisco, ou entre São Paulo e Santa Catarina, eram pelo Guaratuba, fê-los ultrapassar por ocasião da demarcação, como consta do respectivo Auto de 2 de maio de 1771, estendendo-os até o Rio Saí, e despojando a Capitania de Santa Catarina de 5 léguas do seu litoral. Por essa demarcação despótica ficaram os limites entre as duas Capitânicas pela linha leste a oeste, tirada do Saí até a Serra, passando entre os montes Araraquara ao N. e Ikrim (Kiriri) ao S., e a oeste pelas *vertentes da serra*” (9).

Embora de menor interêsse para o nosso estudo, êste retrospecto vale para focalizar os processos do Morgado de Mateus. As dúvidas que êles levantaram no sertão, que são as que verdadeiramente interessam ao nosso

---

(9) *Idem*, *idem*, pág. 319.

estudo, pelas conseqüências que remotamente fariam surgir, foram muito mais graves e merecem uma recomposição mais detalhada.

Em 1738, pela Carta Régia de 11 de agôsto, separou a Coroa do govêrno de São Paulo, passando-o para o do Rio de Janeiro, o govêrno então criado que compreendia a Ilha de Santa Catarina e o continente de São Pedro. A 7 de março do ano seguinte, assumia-o o Brigadeiro José da Silva Pais.

Não obstante, como já vimos, a Ouvidoria de Paranaguá continuava a dirigir judiciariamente as Vilas do sul, tanto assim que nove anos depois daquela separação, mandou o Rei a Gomes Freire de Andrade que determinasse ao Ouvidor de Paranaguá passar à povoação do Rio Grande, para erigir em Vila e estabelecer os organismos judiciários e a Câmara. Mandava ainda a mesma Carta Régia que dividisse e assinalasse o seu Têrmo com o da Vila de Curitiba — fundada em 1668 e elevada a Vila em 1693 — pelo sertão e serra acima.

No ano seguinte, entretanto, foi suprimida a Capitania de São Paulo, passando para o govêrno do Rio de Janeiro os territórios das Comarcas de São Paulo e Paranaguá (Carta Régia de 9 de maio).

Em 1749, foi criada uma nova Ouvidoria — a de Santa Catarina — pela Resolução do Conselho Ultramarino de 20 de junho, mandada executar por Carta Régia de novembro do mesmo ano, estabelecendo os limites que já foram aqui por nós transcritos.

Aconteceu que, não tendo o Ouvidor de Paranaguá dado cumprimento à real determinação de erigir Vila na povoação do Rio Grande, ordenou Gomes Freire que o dr. Manoel José de Faria, primeiro Ouvidor da nova Comarca de Santa Catarina, fôsse dar cumprimento ao que se dispusera antes e, desta forma, em 1751, na segunda quinzena de dezembro, tornou-se Vila o Rio Grande.

Tôda esta diversidade de linhas demarcatórias de jurisdições diversas, oriundas certamente de um imperfeito conhecimento da terra e das distâncias entre os diversos pontos, embora já tivesse assento no Conselho Ultramarino o insigne Rafael Pires Pardiniho, que percorrerá, como Ouvidor, as Vilas sulinas, tôda esta barafunda de competências veio a complicar-se ainda mais com a decisão do Morgado de Mateus, mandando estabelecer vila no planalto catarinense — a Vila de Lajes.

Com efeito, em 1765, foi restabelecida a Capitania de São Paulo e, em julho do mesmo ano, na Vila de Santos, tomava o Morgado posse do seu govêrno.

E, tão logo o fêz, determinou a fundação da Vila de Guaratuba, como já vimos, e da qual resultou a primeira amputação do território catarinense, fazendo recuar da bahia de Guaratuba para o Rio Saí as lindes entre os Têrmos do Paranaguá e São Francisco.

Um ano depois da sua chegada, estando já em São Paulo, sede do seu govêrno, mandou D. Luís Antônio de Sousa passar Carta Patente de Capitão-Mór do sertão de Curitiba a Antônio Corrêa Pinto, a fim de “fazer povoar o *certam* de Coritiba e tôda aquela campanha que vai para o sul até as fronteiras desta Capitania”. Tendo notícias de que na paragem chamada “as Lages, sita no sertão de Curitiba”, havia terras “suficientes para estabelecer hua bôa povoaçam”, ordenou, a 9 de agôsto de 1766, fôsse o dito Correa Pinto fundá-la, dirigi-la e administrá-la, escrevendo na ocasião ao Governador do Rio Grande, José Custódio de Faria, para que prestasse o auxílio de que aquêle necessitasse.

Em vez de auxílio, entretanto, Faria o que fêz foi protestar, pois não podia o governador de São Paulo criar povoações em terras senão do seu govêrno.

Lajes, não obstante, foi fundada.

Correia Pinto chegou ao local da nova povoação, nas Taipas, em novembro de 1766 e logo iniciou o levantamento de uma capela de madeira, onde já existia uma ermida de tropeiros, colocando-a sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, da especial devoção do Morgado.

Mais tarde, recuou-a nove léguas, para local que julgou mais apropriado, sôbre o Rio Canoas, dando início a uma segunda povoação. Mas, ainda desta vez não permaneceu no local, devido a uma enchente, transferindo a fundação para um terceiro local, às margens do Rio Caveiras e, assim, de recuo em recuo, só a 22 de maio de 1771, tendo reunido os habitantes, declarou fundada a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes, lavrando o respectivo térmo, que foi por todos os presentes assinado<sup>(10)</sup>.

A fundação da vila serrana, nesta penetração paulista pelo planalto, à ordem do Morgado de Mateus, segundo Toledo Pisa, deveu-se ao desconhecimento do referido governador das Cartas Régias de 1747 e de 1749 — a primeira, que determinou a Silva Pais a distribuição dos casais açorianos pelo litoral e sertão correspondente, com o cuidado de não dar justos motivos de queixa “aos espanhóis confinantes”; e a segunda, que criara a Ouvidoria de Santa Catarina, marcando os seus limites setentrionais pelos Rios Negro e Iguaçu. A extinção da Capitania de São Paulo teria tido como consequência o desaparecimento dos arquivos paulistas daquelas Cartas, que criavam novas linhas de limitação ao govêrno restabelecido<sup>(11)</sup>. Teria sido a ignorância do Morgado de que “as competências administrativas, judicial, eclesiástica e fiscal de Santa Catarina estavam separadas das da Comarca de São Paulo e da Capitania do Rio de Ja-

(10) RAMOS (Vidal) — *Notas para a História da Fundação de Lajes* — pág. 13.

(11) MAFRA (Cons.<sup>o</sup> Manoel da Silva) — *Op. cit.* pág. 148.

neiro pelos rios S. Francisco, Negro e Iguaçu" (12) que o levou errôneamente a supor que "os sertões desses rios estavam, como antes da supressão da Capitania de São Paulo e desses atos oficiais posteriores, nas fronteiras da restabelecida *Capitania*" (13).

Assumindo um govêrno que então recém se restaurava, o Morgado não atendera, por ignorância, às modificações lindeiras que nos 17 anos em que durou a supressão, haviam sido feitas, e tomou como território de seu govêrno aquêle de antes da extinção.

É verdade que Mafra desconfia dessa ignorância do Morgado, afirmando, à vista das cartas que o mesmo escrevera a Pombal, nas quais dizia que os sertões das Capitánias correspondiam às testadas da costa, conforme sempre se fizera no Brasil, e tomando atitude inteiramente oposta, pretendendo que os limites de Santa Catarina não seguissem tal orientação, ficando o seu território apenas "da serra para baixo" e os sertões correspondentes para o govêrno de São Paulo, que o mesmo tinha dois modos diversos de interpretar os limites da sua jurisdição... Mas, ou por ignorância ou por má fé, intencionalmente, o fato é que, dessa atitude bifronte de D. Luís Antônio de Sousa, resultaria uma séria desavença que no futuro iria contribuir para um conflito armado, atuando senão como causa determinante, pelo menos como causa adjuvante dêle.

Numa das suas cartas a Pombal, o Morgado não esconde, sôbre a questão levantada a respeito da fundação de Lajes, que o dito sertão correspondia à Vila de Laguna — que não era do seu govêrno — mas também não esconde que "apertou" com Correia Pinto para que fôsse fundar a sua povoação justamente nêle, prometendo-lhe um Hábito de Cristo para "depois da povoação estar edificada".

---

(12) *IDEM, idem, pág. 149.*

(13) *IDEM, idem, ibidem.*

E, querendo justificar pertencerem os sertões de Lajes a São Paulo, embora correspondessem à Vila de Laguna, ao poderoso Ministro de D. José contava que nos mesmos demarcara limites, em 1748, entre o Rio Grande e Curitiba, o Ouvidor Faria, o que não era absolutamente exato, pois o Ouvidor só tomara posse do seu cargo em 1750, tendo a Ouvidoria sido criada em 1749 e o Rio Grande sido elevado à Vila em 1751... Razão, pois, sobrava a Mafra para desconfiar...

De qualquer forma, José Custódio de Faria protestou e não ficou num só documento o seu protesto. Protestou ao Morgado, protestou a Correia Pinto, protestou ao Vice-Rei, o Conde da Cunha. Ao primeiro, apresentando as razões de não aceitar como de jurisdição de São Paulo os campos de Lajes; ao segundo, intimando-o a que sustasse a fundação, até decisão do Vice-Rei e tornando o bandeirante responsável pelo que praticasse em contrário; ao último, fazendo acompanhar o protesto de documentos, contra a usurpação do seu território (janeiro de 1767).

O conde da Cunha, Vice-Rei, embora reconhecesse as razões de José Custódio, conforme suas afirmativas, escreveu ao mesmo que não pusesse embaraço à fundação e aguardasse a decisão do Rei, a quem faria presente a reclamação (Carta de 18 de fevereiro de 1767). De fato, em carta de 21 do mesmo mês e ano, deu à Côrte conhecimento do que vinha ocorrendo. "Insinua, nessa carta, o Vice-Rei, a pouca lealdade do Morgado de Mateus, o qual, comunicando-lhe apenas o projeto de criar uma praça militar no Iguatemi além do Rio Paraná, em território de que estavam de posse os espanhóis, manda criar, entretanto, povoação em lugar diverso, e dentro dos limites da Capitania do Rio de Janeiro — nos campos de Lajes — o que lhe parece loucura e qualifica de conquista" (14).

---

(14) *idem, idem*, pág. 164.

Em carta ao Morgado, no dia seguinte escrita, afirma que o território em que o mesmo mandara deitar fundação não pertencia à Capitania de São Paulo, mas à do Rio Grande, sujeita à do Rio de Janeiro, e o aconselhou a não prosseguir na empresa<sup>(15)</sup>.

D. Luís respondeu ao Conde da Cunha, dizendo que sempre estivera persuadido de que a sua jurisdição chegava até o Rio Pelotas, mas que bastava a dúvida do Vice-Rei para que passasse a crer no contrário (Carta de 23 de março de 1767). E, mostrando-se a êle submisso, procurou contemporizar, dando ordens a Correia Pinto para que não fizesse coisa de maior na fundação, em vez de mandar sustá-la, como prometera fazê-lo.

Enquanto as cartas iam e as cartas vinham, o tempo foi passando e, em novembro do mesmo ano, retirou-se o Conde da Cunha para Lisboa, nomeado Presidente do Conselho Ultramarino, passando o Vice-Reinado ao Conde de Azambuja, sem que o assunto dos limites tivesse sido resolvido definitivamente. Já então a querela penetrara o terreno eclesiástico e se defrontavam com impugnações as respectivas autoridades — questão na qual, com a parcialidade que vinha apresentando, se meteu o Morgado.

Tão capciosamente o fêz que, informando ao Conde de Azambuja sôbre a questão de limites levantada pelo Vigário da Vara do Rio Grande, apresentou os Provimientos de Rafael Pardiniho, baixados em Curitiba, datados de 1721, nos quais se estabeleciam os limites dessa Vila com os de Sorocaba (pelo Itararé), ficando aquela com os sertões ao sul, mas não apresentou os Provimientos do mesmo Ouvidor em São Francisco, nos quais estabelecera que os limites meridionais do Paranaguá, confrontando com o norte do Têrmo da Vila catarinense, eram pela barra do Rio Guaratuba, deixando claro e preciso que a

---

(15) *IDEM, idem*, pág. 166.



São Francisco pertenceriam as jurisdições sobre “tôdas as praias, rios e sertões que êle compreende”.

Curitiba, ao sul, não poderia atingir o Pelotas. Os seus limites não poderiam ultrapassar os do Têrmo de São Francisco, a linha que, em 1749, o próprio Pardiniu influira para que se tornasse a da Ouvidoria de Santa Catarina, isto é, os Rios Negro e Iguaçu.

Mas, apesar de tudo, o Morgado de Mateus prosseguiu nos seus propósitos e, assim, em 1773, obteve de Correia Pinto uma “informação” de que os limites da Vila de Lajes eram, com o Viamão, pelo Rio Pelotas; com a Laguna e Santa Catarina, pela serra; e com a Vila de Curitiba, pelos Campos da Estiva. Não obstante, pouco depois, apesar da própria informação, o bandeirante invadia os limites que êle próprio havia criado e informado como reais, pretendendo chegar ao morro do Taió, onde constava haver ouro...

Desta vez, entretanto, encontrou de parte do Governador de Santa Catarina, Pedro Antônio da Gama Freitas, enérgica oposição, tendo êste dirigido, em 1776, ao Marquês do Lavradio, então ocupando o Vice-Reinado, uma reclamação na qual expunha que “a Capitania de São Paulo tem lesado quanto possível o território de Santa Catarina, porquanto a esta, pela verdadeira demarcação, pertencia a Vila de Lajes”. Lavradio levou a reclamação ao conhecimento da Metrópole, com a informação de que o novo Governador de São Paulo, “conhecendo a pouca razão com que o seu antecessor se tinha metido em jurisdição que não lhe pertencia, cedeu já uma parte da que pertencia aquela Ilha” (16).

Para não nos alongarmos na exposição dessa que-rela, originada da má fé do Morgado de Mateus, diremos apenas que o Século XVIII passou sem que uma solução

---

(16) *IDEM, idem, pág. 259.*

#### 44 — Geo-política e a questão de limites

satisfatória tivesse sido dada ao problema lindeiro suscitado.

Em 1807, foi criada a Capitania de São Pedro, desanexada da do Rio de Janeiro, compreendendo todo o território ao sul de São Paulo, com o que passou a ficar subordinado o Governo da Ilha de Santa Catarina e, em 1812, como consequência, a Ouvidoria de Santa Catarina passou a ter a sua sede e cabeça na Vila de Pôrto-Alegre.

Em 1820, finalmente, o Alvará de 9 de setembro, muito acertadamente — afirmou Mafra na sua *Exposição Histórica* — mandou restituir a Santa Catarina a Vila de Lajes e todo o seu Têrmo. Para fazê-lo, tomou el-Rei “em consideração” ser a dita Vila “a mais meridional da Província de São Paulo, pela grande distância em que se acha da capital”. No ano seguinte era restabelecida a Comarca de Santa Catarina, marcando-lhe o Alvará de 12 de fevereiro os limites setentrionais “Pela divisa atual da Comarca de Paranaguá e Curitiba”; ao sul, pelos da Capitania; e ao centro, compreendendo a Vila de Lajes”.

Por semelhantes disposições, em 1820 e 1821 ficaram definitivamente estabelecidos os limites de Santa Catarina: — ao Norte, o Rio Saí, o Rio Negro e o Rio Iguaçu; ao Sul, os Rios das Contas, o Pelotas e o Uruguai, correspondendo-lhe para oeste o sertão até o Santo Antônio e o Peperi-guaçu — que eram os limites que as diversas determinações haviam estabelecido entre São Francisco e Guaratuba; entre as Ouvidorias de Santa Catarina e a de Paranaguá-Curitiba; e entre Lajes e o Rio Grande e Lajes e Curitiba.

#### 6

FORAM TAIS OS LIMITES que o Art. 2.º da Constituição do Império, promulgada em 1824, garantiu a Santa Catarina, quando instituiu que o “território do Império

fica dividido em Províncias, na forma em que atualmente se acha”.

Entretanto, fatos novos entraram em linha de conta, de modo a favorecer a manutenção de uma questão linear que já se eternizava e que, originada no Século XVIII, só na vigésima centúria iria encontrar solução definitiva, depois de cento e cinqüenta anos de dúvidas e de lutas.

Um desses fatos foi a descoberta dos Campos de Palmas.

Nas explorações e infiltrações determinadas pelo Morgado de Mateus, os paulistas haviam chegado, em 1770, aos campos de Guarapuava e, em 1809, o Conde de Linhares ordenou nêles se fizessem novas explorações.

A expedição chegou aos aludidos campos no ano seguinte e, segundo Pinto Bandeira<sup>(17)</sup>, “falava-se vagamente na existência de uns campos a que se dava o nome de Palmas, mas não se lhes conhecia a situação, sendo que demoravam contíguos aos de Guarapuava, com intervalo de um sertão de pouco mais de 3 leguas, pelo qual corre o Iguaçu, cuja vizinhança se desconhecia”.

Entre 1814 e 1819, o comandante da expedição a Guarapuava mandou ao Major Atanagildo Pinto Martins, com alguns homens e guiados por uma indígena, que demandasse as Missões na Província de São Pedro. O guia, temendo expor os homens do Major Atanagildo aos ataques do gentio que, numeroso, ocupava a região, levou-o mais para leste, passando pela extremidade oriental dos Campos de Palmas e foi sair nos da Vacaria. Conta ainda Pinto Bandeira que, não satisfeito o Major, por não ter ido sair ao ponto a que se destinava, devolveu oito homens mais o guia, a Guarapuava. O aborígene hesitou e deu

---

(17) BANDEIRA (Pinto) — *Notícia da Descoberta do Campo de Palmas — até 1850* — in *Rev. do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. XIV, pág. 425 — cit. por MAFRA, *Op. cit.* pág. 282.

as razões da sua recusa, mas contrangido a partir, seguiu afinal com os companheiros — “e nunca mais apareceram”.

Assim — e ao que se suspeitava, pelo próprio interesse dos aborígenes em ocultar a existência daquêles campos, estarem êles reservados para asilo seguro, em caso de luta com os paulistas — até 1832 os Campos de Palmas não se tornaram conhecidos e, até, de certo modo, a idéia dêles se foi apagando<sup>(18)</sup>.

Em 1832, os indígenas das Missões atacaram um tropeiro, de nome José de Sá Souto Maior, matando os homens da sua companhia. Souto Maior desapareceu, o seu cadáver não foi encontrado entre os dos que o acompanhavam, gerando-se a crença de que tivesse sido feito prisioneiro. Para resgatá-lo das mãos dos silvícolas, embora infrutiferamente, em 1836, seus parentes, auxiliados pelo Govêrno de São Paulo, organizaram uma expedição que penetrou o sertão e avistou “mais dos Campos de Palmas”.

Foi, entretanto, um silvícola de nome Miguel que, para fugir às mãos de outros aborígenes que o haviam seduzido a acompanhá-los, teve de passar pelos Campos de Palmas, quem dêles deu melhores e mais completas informações. Exigindo as fazendas de criação campos extensos para o gado, à vista de tais notícias, em Guaruava organizaram-se duas expedições, dirigidas, a primeira por José Ferreira dos Santos e a segunda por Pedro Sequeira Cortes, para descobri-los e aproveitá-los.

Novamente os paulistas invadiam o território que Santa Catarina defendia como seu, apoiada em disposições régias — e que já tinha sido objeto de estudos, nas linhas fronteiriças, a mandado do Ministro do Império (Aviso de 6 de maio de 1838), de uma comissão de homens ilustres — e, em 1841, o Presidente da Província de São Paulo, Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar,

---

(18) *idem, idem, ibidem.*

dava conhecimento à Assembléia Provincial das descobertas e posse dos campos ao Sul do Iguaçu, onde aliás já havia uma Companhia de Municipais Permanentes, criada pela Lei Provincial de 16 de maio de 1837, mas que só chegou ali em 1840, tropa essa que visava proteger dos ataques dos silvícolas as 37 fazendas que se haviam estabelecido nos ditos campos e mais 5 criadas no Campo Erê.

Quando o Presidente da Província de Santa Catarina, Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, depois Barão do Tramandaí, tomou conhecimento dos termos do Relatório do Brigadeiro Tobias, imediatamente protestou, fazendo sentir que o território à esquerda do Iguaçu, até o Santo Antônio, nêle incluídos os campos denominados *Novos*, já povoados, e as vastas campinas denominadas das Palmas, faziam parte de Santa Catarina. No seu protesto, o Brigadeiro Antero deixava claro que, estando pessoalmente em Lajes, em 1839, já tivera conhecimento detalhado dos Campos de Palmas, próximos e contíguos aos Campos Novos, já povoados naquele tempo.

Não se entenderam, em tórno destas reivindicações, os Presidentes de São Paulo e de Santa Catarina, anuindo, entretanto, entregar a questão ao veredito do Legislativo, estabelecendo então um *statu-quo*. Apesar dêste, Tobias encarregou o Alferes Francisco da Rocha Loures de explorar o caminho de Palmas ao Rio Uruguai, enquanto os estancieros de Palmas estendiam os seus domínios.

Dois anos depois, o deputado paulista Carneiro de Campos (depois Visconde de Caravelas) apresentou à Câmara um projeto, elevando a Comarca de Curitiba, então a 5.<sup>a</sup> de São Paulo, à categoria de Província.

O projeto em aprêço sofreu demorada tramitação, pela oponência que os próprios companheiros de bancada do seu Autor contra êle levantaram — e só dez anos mais tarde viria a tornar-se lei.

## 48 — Geo-política e a questão de limites

Em 1845, não obstante o *statu-quo* assinalado, novamente o Governo de São Paulo tomou iniciativas em território que não era de sua jurisdição, mandando agentes seus abrir uma estrada entre Campos Novos e Curitiba, suscitando o fato novos protestos de Santa Catarina. A Assembléa Provincial catarinense dirigiu, então, à Câmara uma representação, encarecendo a necessidade de serem por lei fixados os limites provinciais, de acôrdo com a documentação histórica em que a mesma baseava as suas reivindicações, voltando em 1846 a dirigir nova representação, e pedindo solução para a que anteriormente fizera.

A comissão de Estatística da Câmara, depois de longas considerações, apresentou um projeto, autorizando o Governo a mandar dois engenheiros para "investigarem os melhores limites naturais que hajam entre as Províncias de São Paulo e Santa Catarina, bem como de qual das Províncias ficavam mais próximos dos Campos de Palmas (1.º de agosto de 1846)". Nada se fez entretanto.

No ano de 1853, depois de sucessos políticos que não vêm ao caso relatar, foi elevada a 5.ª Comarca de São Paulo à categoria de Província (Lei de 29 de agosto), com "a extensão e os limites da referida Comarca".

A fim de deixar claro êste assunto que, pela maneira pela qual fôra redigida a Lei, transferia para a nova Província as dúvidas lindeiras que com a antiga vinham sendo suscitadas, no ano seguinte, o deputado catarinense Joaquim Augusto do Livramento, apresentou, a 2 de junho, um projeto de Lei à Câmara Geral, deixando nítido que "as divisas entre as Províncias de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul são o rio Mampituba, o arroio das Contas, o rio Pelotas e o Uruguai, e entre aquela Província e o Paraná são o rio Saí Grande, o rio Negro e aquêle em que êle desagua".

O insigne chefe liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos, que a 19 de dezembro de 1853, assumira a Presidência da

Província do Paraná, como seu primeiro mandatário, dirigindo-se à Assembléa Provincial declarou que à nova Província haviam passado as incertezas dos seus limites com Santa Catarina e, referindo-se ao projeto de Joaquim Augusto do Livramento, opôs-lhe, como contradição, o argumento da descoberta dos Campos de Palmas pelos paulistas (15 de junho de 1854).

No mês seguinte, a Comissão de Estatística da Câmara dos Deputados, em Parecer, reconhecia os limites de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul pelas linhas do projeto Livramento, ficando os limites setentrionais na dependência dos estudos determinados pelo projeto de resolução do ano de 1846.

Neste mesmo ano, o Paraná reivindicava uma linha divisória com Santa Catarina que lhe arrebataria não só os Campos de Palmas mas a maior parte da Comarca de Lajes, os Campos Novos e Curitibaes, propondo as lindes pelo Rio Canoas, da sua confluência no Pelotas até à do Marombas, por êste até a sua nascente principal e daí em linha reta na direção leste até a serra do Mar e por esta até o paralelo da nascente do Rio Saí.

Nem os paulistas haviam levado tão longe as suas pretensões...

No Senado, em 1856, o projeto Livramento sofreu uma emenda do Barão de Antonina, dando nova linha pelo Rio Timbó, até a sua confluência com o Uruguai. Verificado que o Timbó não engrossava as águas do Uruguai mas sim as do Iguaçu e que, dessa forma os decantados Campos de Palmas ficariam em poder de Santa Catarina — o que não convinha aos interesses da nova Província — a emenda não foi adiante... Nem o Projeto.

Em Santa Catarina, José Gonçalves dos Santos Silva trazia à contenda copioso material histórico recolhido nas Câmaras de São Francisco, Laguna e Lajes, bem como na Secretaria do Govêrno, publicando as *Cartas da Província*

de Santa Catarina e As Leis em Conflito com o Direito de Conquista, enquanto o Presidente da Província, dr. João José Coutinho, em Relatório apresentado à Assembléia Provincial, em 1857, tratando do problema, refutava os argumentos do Conselheiro Zacarias e do Visconde de Beaurepaire-Rohan. Pouco depois, Zacarias publicava o seu trabalho intitulado *A Questão de Limites entre as Províncias do Paraná e de Santa Catarina*, respondendo às razões do Presidente Coutinho, e apelando novamente para o argumento da descoberta e posse dos Campos de Palmas pelos paulistas, embora não pudesse tal argumento valer como justificativa para a pretendida inclusão ao território da sua Província das áreas de Lajes, Campos Novos e Curitibaanos, cuja descoberta e posse, não havia dúvida, pertenciam aos lajeanos.

Apesar de todos êstes protestos e de tôdas estas tentativas de solucionar uma pendência, antes de que novos fatores supervenientes viessem a tornar ainda mais complicada a questão, nenhuma solução lhe foi dada e, enquanto a serra do Mar continuava a isolar na costa os interêsses maiores da coletividade catarinense, o pioneirismo paranaense, herdado dos paulistas, ia avançando sempre, terra adentro, pelo território que os vizinhos do sul haviam como legitimamente seu, assentando os marcos da sua expansão e da sua posse.

Assim foi que, em 1864, o Govêrno do Paraná criou uma estação fiscal no Chapecó, obrigando ao de Santa Catarina a erigir uma outra no Rio Uruguai — dando ensejo a recíprocos protestos dos governos citados. Nesse ano foi novamente a questão de limites levada ao Ministério do Império e, por inspiração do deputado paranaense Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que ocupava a Pasta da Agricultura, publicou o Govêrno o Decreto n.º 3.378 de 16 de janeiro de 1865, que fixava os limites entre as duas Províncias, provisòriamente, pelas linhas do Saí, Serra



do Mar, Rio Marombas, Canoas e Uruguai, medida que transferia para a jurisdição paranaense não só os contestados Campos de Palmas mas, também, os Campos Novos e parte de Curitiba que, como já vimos, sempre estiveram incluídos no Têrmo da Vila de Lajes.

Era o reconhecimento do *uti-possidetis* do Paraná, com desprezo ao *uti-possidetis* de Santa Catarina, nas partes que correspondiam aos respectivos domínios.

De imediato, como era de prever, surgiam os protestos por parte dos representantes barrigas-verdes no Parlamento. O deputado Melo e Alvim qualificou o ato do Ministro de “verdadeira conquista”, pois não se limitara em satisfazer as reivindicações paranaenses relativas aos Campos de Palmas, para ir além, em fazendo-lhes doação de territórios jamais contestados. E, com seu companheiro de bancada, Silveira de Sousa, apresentou então um Projeto de Lei, fixando os limites entre as Províncias que-relantes atendendo, no litoral, a linha de demarcação de 2 de maio de 1771 (Saí, a linha sêca entre os morros Kiriri e Araraquara) e, quanto ao demais, pela Provisão de 2 de novembro de 1749 (Rios Negro e Iguaçu, até a foz do Santo Antônio).

Entretanto, adiada a sessão legislativa para 1866, Silveira de Sousa dirigiu ao Marquês de Olinda, Presidente do Conselho de Ministros, um erudito *Memorial*, do qual resultou o Aviso de 21 de outubro, mandando sustar a execução do Dec. 3.378.

Tal foi o choque produzido pelo famigerado Decreto que o próprio Zacarias de Góis, que fôra o primeiro Presidente da Província do Paraná e que por suas reivindicações se batera, não escondeu sua insuspeitíssima crítica, afirmando no Senado que o Ministério de 31 de agosto “havia aberto uma ferida nessa Província (Sta. Catarina) que cumpria cicatrizar, pois sofrera a ferida sem que a tivesse merecido”.

## 52\*— *Geo-política e a questão de limites*

Em 1866, a Comissão de Estatística da Câmara opinou pela aprovação do Projeto Silveira de Sousa-Melo e Alvim, concluindo o seu Parecer por afirmar que, "sem ocupar-se com os limites do sul de Santa Catarina, sôbre os quais não há questão, entende que os designados entre o Paraná e Santa Catarina no Dec. de 16 de janeiro do ano passado não podem ser sustentados, assim como que não deve ser atendida a pretensão da dita Província do Paraná, embora limitada ao Campo de Palmas, sôbre o qual não tem a mesma direito algum e que, para serem restituídos a Santa Catarina os territórios que sempre lhe pertenceram de direito, e que a vista do bem público e das conveniências daqueles povos e do Estado convém que lhe pertençam, deve adotar o Projeto".

Por incrível que pareça, sômente nove anos mais tarde, a requerimento dos deputados catarinenses, tendo naturalmente sofrido a impugnação dos representantes do Paraná, entrou o Parecer em discussão. Mas... não se chegou novamente a um resultado definitivo, pois a discussão foi, novamente, adiada...

Não obstante as reclamações iniciais tivessem surgido em tórno da descoberta e posse dos Campos de Palmas, o Paraná procurava expandir-se por todo o planalto, empurrando Santa Catarina serra do Mar abaixo, para a região litorânea.

Assim, com a abertura da Estrada Dona Francisca, ligando a Colônia dêste nome (atual Joinville) à de Rio Negro, determinada pelo Governo Imperial, postos fiscais paranaenses foram avançando, a ponto de ser a Colônia São Bento, fundada no alto da serra, invadida por policiais da referida Província.

Como sempre, as notas de protesto e as reclamações de parte a parte, continuaram tão freqüentes quão ineficazes...

Em 1876, o Presidente da Província do Paraná, na sua *Fala*, dirigida à Assembléia Legislativa Provincial, colocou em dúvida a autenticidade dos documentos históricos sôbre os quais apoiava Santa Catarina as suas reivindicações e, tendo o dêste Estado, que era então o dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, depois Visconde dêste nome, enviado cópia autêntica dos Alvarás de 11 de agôsto de 1738 e de 20 de novembro de 1749, o dr. Bento Fernandes de Barros, magistrado, deputado à Assembléia Legislativa do Paraná, insistindo em negar-lhes o valor que se lhes emprestava, publicou o trabalho *Limites entre o Paraná e Santa Catarina*, advogando os interêsses da sua Província adotiva.

Tal era o estado de ânimo entré as populações, não mais apenas as do planalto contestado mas as do próprio litoral, ante a questão que já a todos apaixonava e irritava que, em 1878, tendo o mesmo dr. Fernandes de Barros sido nomeado Juiz de Direito de São Francisco, a população desta cidade catarinense protestou, dirigindo ao Imperador um Memorial assinado por 403 cidadãos, pedindo a retirada da Comarca limítrofe com o Paraná de um magistrado que era na mesma Província deputado e de quem dependeriam providências para garantir as populações que se viam ameaçadas, de quando em vez, por medidas consideradas em Santa Catarina usurpatórias dos seus direitos e tomadas pelo seu vizinho do norte.

O historiador e genealogista paranaense Francisco Negrão conta, mesmo, que a hostilidade manifestada contra o magistrado foi ao ponto de não encontrar casa para alugar, comerciante que lhe quisesse vender, nem escola que lhe recebesse os filhos<sup>(19)</sup>.

É provável que tal tivesse acontecido nos primeiros tempos da estada do magistrado, tendo havido um certo exagêro em dilatar o prazo de tal repulsa, pois o dr. Bento

---

(19) NEGRÃO (Francisco) — *Genealogia Paranaense* — Vol. II, pág. 465.

## 54 — *Geo-política e a questão de limites*

Fernandes de Barros conservou-se — tendo o Imperador feito ouvidos moucos à representação que lhe foi dirigida — de 1878 a 1887 como Juiz da referida Comarca e, mais tarde, dela passado para a de Laguna (1887) e para a da própria Capital da Província de Sta. Catarina (1889).

### 7

DESTA FORMA, acirrando-se cada vez mais a animosidade entre as duas Províncias e a rivalidade entre os seus habitantes, a Questão de Limites que surgira na Colônia com a atitude do Morgado de Mateus, atravessou os 67 anos do Império sem solução — e, pior — sedimentando novos elementos para um desfêcho tão imprevisto quão indesejável, qual o da luta sangrenta do Contestado.

Instalado na República o Parlamento, já em 1891 a representação catarinense voltava ao assunto, apresentando à sua consideração, novamente, projeto idêntico ao de Silveira de Sousa-Melo e Alvim<sup>(20)</sup>, tendo merecido o apoio e a aprovação da Comissão de Constituição Legislação e Justiça, que emitiu parecer a 19 de setembro do mesmo ano, assinando-o os deputados Aristides Lobo, Ângelo Pinheiro, Francisco Glicério, Chagas Lobo, Gonçalves Chaves e França Carvalho, que acompanharam o Relator, deputado Leopoldo Bulhões<sup>(21)</sup>.

A bancada paranaense opôs-se à tramitação do projeto, reputando o Parecer parcial e iníquo, tendo o mesmo, a requerimento de Nilo Peçanha, sido retirado de pauta, sob o pretexto de que não se deveria tratar da irritante questão — que de fato já se tornara tal... — enquanto

---

(20) Eram Deputados por Santa Catarina os militares Lauro Severiano Müller, Filipe Schmidt e Carlos de Campos e o dr. J. C. Lacerda Coutinho.

(21) MATRA (Cons.<sup>o</sup> Manoel da Silva) — Op. cit.

não fôsse resolvida a questão de limites com a Argentina, a respeito dos Campos de Palmas.

Desta forma, mais uma vez se adiou a solução do problema, solução que teria evitado as conseqüências que, afinal, surgiram.

Já então os protestos não se resumiam nas reclamações escritas, citando fatos históricos. Quando se verificaram as disputas locais, em tórno de territórios, já se apelava para a fôrça.

Em 1896, o Governador Hercílio Luz fêz enviar um contingente da Polícia catarinense para garantir em São Bento a reconstrução de algumas pontes destruídas pelas autoridades municipais de Rio Negro. Pouco depois, em Palmas, registraram-se conflitos, e o Paraná, atendendo a que a zona se ia aos poucos conflagrando, embarcou também com destino ao Rio Negro um forte contingente da sua Fôrça Policial.

Por tôda parte sentia-se latente uma disposição para a luta, solicitando as localidades da mal determinada fronteira, aos respectivos Estados, fôrças para as garantirem. O caso de São Bento não se resolveu com a simples presença do contingente policial. Tendo as autoridades paranaenses assegurado às de Santa Catarina que não obstarão a reconstrução das pontes, recolheu-se o contingente militar para a sede da Vila — o que tanto bastou para que fôssem as pontes novamente depredadas e destruídas, obrigando ao envio do restante da Fôrça Policial da Capital do Estado para a zona. Um sério conflito poderia ter resultado dessa animosidade, o que felizmente não aconteceu. Reconstruídas as pontes, regressaram os contingentes, quer do Paraná, quer de Santa Catarina, aos respectivos quartéis, ficando apenas no Rio da Lança um pequeno contingente de 27 praças. Todavia, recrudesceram os conflitos quando a Fôrça do Paraná aprisionou o pequeno destacamento, usando para fazê-lo 230

praças, o que obrigou a uma nova concentração militar em São Bento (22).

O Governador Hercílio Luz resolveu, então, entregar a defesa dos direitos catarinenses ao jurista Manoel da Silva Mafra, político e magistrado catarinense, homem de evidência no cenário nacional pois presidira a várias Províncias, fôra Ministro e ocupara a representação da sua terra no Parlamento monárquico. Mafra, em 1899 publicou a sua *Exposição Histórico-Jurídica por parte de Santa Catarina sôbre a questão de limites com o Estado do Paraná*, demorado estudo sôbre a documentação histórica, no qual refutava as reivindicações paranaenses, analisando os trabalhos dos defensores dêsse Estado.

As bancadas federais dos dois Estados, animadas do propósito de colocar um fim a uma luta estéril que já excedia os limites dos gabinetes para o corpo a corpo dos fronteiros, acordaram entregar a questão ao arbitramento, tendo sido escolhido para árbitro o eminente brasileiro dr. Manoel Vitorino Pereira. Infelizmente a tentativa fracassou, pois uma das cláusulas seria a de que a sentença do árbitro deveria ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal — e êste alto Tribunal alegou a sua incompetência para referendar sentenças extra-judiciais.

À vista dêsse pronunciamento, Santa Catarina resolveu entregar ao Judiciário a decisão da secular pendência, “tendo sido o Paraná citado para responder aos têrmos de uma ação ordinária a fim de ser condenado a reconhecer e respeitar os limites legais entre os dois Estados e restituir os territórios pertencentes ao Estado Autor, dos quais está indevidamente de posse, além dos seus limites” (23).

Santa Catarina manteve o Conselheiro Silva Mafra na defesa dos seus direitos, entregando o Paraná a defesa dos

(22) AMON (Wolfgang) — *Chronica de São Bento*.

(23) MARTINS (Romário) — *Documentos Comprobatórios dos Direitos do Paraná* — Vol. II — Acórdão do Supremo Tribunal Federal.

seus ao não menos notável advogado Conselheiro Bar-  
radas (24).

Data de 1904 a primeira sentença do Supremo Tri-  
bunal Federal, dando ganho de causa a Santa Catarina.  
Em 1909, novamente voltou a Alta Côrte a pronunciar-se,  
fazendo-o no mesmo sentido, por ter sido embargado o  
primeiro Acórdão, contando Santa Catarina, na sua de-  
fesa, com o Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de  
Assis Figueiredo), por haver Mafra, em 1907, falecido.

Desaparecido, também, da vida presente o Visconde,  
foi a causa entregue, na sua fase final, ao eminente juris-  
consulto Epitácio Pessoa, mais tarde Presidente da Re-  
pública.

O Paraná, obtendo o autorizado patrocínio do grande  
Rui Barbosa, entrou no Supremo com novas contestações.

Epitácio Pessoa, valendo-se da própria dialética e  
dos próprios argumentos do seu antagonista, emitidos em  
favor do Estado do Amazonas em questão semelhante,  
opôs a Rui o próprio Rui, conforme a palavra de um  
jornalista barriga-verde, e, finalmente, em 1910, o mais  
elevado Tribunal do país, em terceiro e último pronun-  
ciamento, rejeitou os embargos, confirmando as suas  
anteriores decisões.

8

EVIDENTEMENTE, a decisão do Supremo Tribunal Fe-  
deral, que tanta alegria, naturalmente, causou em Santa  
Catarina, não encontrou receptividade no Paraná.

A questão tivera um desfecho desfavorável às suas  
reivindicações e, tanto quanto nos maiores centros, nos  
pequenos, situados na zona contestada, tomados por na-  
tural e perfeitamente concebível paixão por uma causa  
de tão remotas raízes, agitou as populações.

---

(24) MIRA (Crispim) — *Confraternização Republicana*.

Intensa campanha jornalística foi iniciada e executada no Paraná, campanha que se estendeu à imprensa da Capital Federal, na qual era pregada abertamente a guerra entre os dois Estados — verdadeira cobertura aos intuitos de evitar a entrega do território, desrespeitando as decisões da alta Côrte Judiciária. Teria essa campanha, segundo depoimentos obtidos pelo Autor, no Paraná, custado uma cadeira de deputado federal na representação desse Estado, entregue ao sr. Luís Bartolomeu, que era pessoa inteiramente estranha à sua política mas que se incumbira da realização da cobertura jornalística no Rio de Janeiro, cobertura destinada a preparar a opinião pública a favor da resistência aos arrestos do Supremo.

Com efeito, conseguiu a campanha o seu objetivo. De um modo geral pode dizer-se que as simpatias gerais penderam para o Paraná — que surgia como um Estado espoliado em seus direitos a uma terra conquistada e desbravada pelos seus filhos. Nunca se fêz, entretanto, menção às verdadeiras fontes históricas da questão nem às usurpações sofridas por Santa Catarina desde os ominosos tempos do Morgado de Mateus.

Acresce que o Paraná ainda contava com as simpatias de boa parte da oficialidade do Exército. Sendo Curitiba a sede do Distrito Militar, depois Região, numerosas unidades sediavam no Estado, principalmente na sua Capital. A oficialidade nelas destacada via-se num elevado ambiente social cercada da mais cordial hospitalidade e da mais sincera simpatia. Numerosos foram os militares que ali constituíram família. Tomados pelos sentimentos de muito natural bairrismo da população apaixonada pela sua causa, muito legítima e compreensivelmente, não ficaram os militares a êle indenes e, sem atender ou sequer procurar conhecer as razões históricas e jurídicas que davam a Santa Catarina os motivos às suas reivindicações e lhe haviam dado ganho de causa, contaminavam-se pela



propaganda afetiva de seu hospitaleiro povo e pela subversiva da imprensa.

Boa parte da oficialidade que tomou parte na campanha do Contestado não escondia a sua desconfiança de que tivesse sido Santa Catarina quem provocara o conflito armado e quem o mantinha. O próprio General Setembrino de Carvalho não se mostrou imune a esta versão não apenas inverídica mas principalmente desumana dos fatos, contaminado pela propaganda da imprensa que imputava ao Estado sulino a responsabilidade da luta fratricida, com o propósito de apoderar-se da vasta região contestada — conforme se depreende das palavras de sua conferência, realizada no Clube Militar em junho de 1916.

Debalde o sangue do soldado catarinense, da sua Fôrça Policial e dos do 54.º Batalhão de Caçadores, buscou apagar esta suspeita. Ela persistiu enquanto houve luta — a ponto de, por mais de uma vêz, manter-se nas frentes de combate a Fôrça Policial do Paraná, enquanto delas se afastava a de Santa Catarina, tão briosa e valente quanto a outra, sob o pretexto de se desenrolar a campanha em território contestado, como se a contestação não fôsse recíproca.

Ainda para evitar a passagem de tôda a zona contestada para o Estado que obtivera o reconhecimento dos seus direitos históricos por parte do mais alto Tribunal do país, em 1910 surgiu a idéia da criação do Estado das Missões, compreendendo tôda a zona em litígio.

A idéia concebida antes de que o Supremo se pronunciasse pela derradeira vez, procurava invalidar, com um ato político-administrativo, uma decisão judicial que já se previa desfavorável. Reconhecida a nova unidade, integrada na Federação, mais tarde, passados tempos, a sua incorporação ao Paraná seria resolvida por um plebiscito ou pela manifestação dos seus órgãos de govêrno, que para ela pediriam a aprovação do Congresso Nacional.

Uma Junta Governativa chegou a instalar-se em União da Vitória, com representações dos Municípios de Palmas, Clevelândia, Rio-Negro e União da Vitória<sup>(25)</sup>. Foram feitas as comunicações da instalação, tendo o Presidente Xavier da Silva, do Paraná, enviado o seu Vice, dr. Afonso Camargo, à região para fazer sentir aos elementos da Junta Governativa ter havido uma certa precipitação na organização do novo Estado, antes de que o Supremo Tribunal se manifestasse em definitivo.

Foi, entretanto, assinada uma Ata da qual constou que o Comité de Limites existente no Paraná, representado ali pelo sr. Jaime Reis, tomava o compromisso de dar todo o seu apoio à Junta Governativa, caso o Supremo Tribunal se manifestasse mais uma vez contrário aos interesses do Estado, “aplaudindo o nobre gesto dos habitantes do Contestado”<sup>(26)</sup>. A Ata, assinada pelos representantes

(25) Compunham a Junta os seguintes cidadãos: — Dr. Bernardo Viana e Cel. Domingos Soares, por Palmas; José Júlio Cleto da Silva, por Clevelândia; Pedro Alexandre Franklin pelo Rio Negro; Cel. Amazonas Marcondes e Francisco Cleve, por União da Vitória. — SILVA (Cleto) — *Apontamentos Históricos de União da Vitória*, pág. 98.

(26) No primeiro dia do mês de janeiro de mil novecentos e dez, na cidade de União da Vitória, presentes os membros da Junta Provisória e os da comissão enviada pelo Comité Central de Limites, em sessão secreta, resolveram:

*Primeiro* — A Junta Provisória trabalhará com o Comité Central de Limites no sentido de promover os meios que tragam a integridade do solo paranaense;

*Segundo* — No caso de falharem todos êsses meios, a Junta e o Comité continuarão a resistência, de forma a obter uma solução que, como complemento, traga a completa independência da zona em Estado confederado;

*Terceiro* — Como início do movimento actual, pelos canais competentes, a Junta Provisória promoverá os meios de, na próxima sessão do nosso Congresso, ser apresentada uma petição requerendo o desmembramento de todo o Contestado, para constituir o novo Estado confederado acima mencionado;

*Quarto* — O Comité Central de Limites, prestigiando a acção dos poderes competentes do Estado, na primeira fase da questão, procurará conseguir uma fórmula que, *sem desdouro em caso algum, quer para*

dos Municípios acima assinalados e pelo do Govêrno do Paraná, além do do Comité de Limites que existia em Curitiba, estipulava que a Junta continuaria a trabalhar pela conservação do território contestado em poder do Paraná e, caso não conseguisse, promoveria o reconhecimento de um novo Estado. Para tanto, à Assembléia Legislativa seria apresentada uma petição de desmembramento.

Esta petição, entretanto, só foi apresentada ao referido Poder em novembro de 1916, depois de assinado o Acôrdo que, finalmente, havia pôsto fim à pendência entre os dois Estados — e não foi considerada objeto de deliberação (27).

9

A IDÉIA DE UM ACÔRDO entre os dois Estados litigantes, para colocar fim à irritante e secular questão, surgiu em 1912, da pena do jornalista barriga-verde Crispim Mira.

Santa Catarina possuía já, em seu favor, as sentenças do Supremo Tribunal e os espíritos voltavam-se todos para a execução dos referidos arestos e não para um enten-

---

*todo o Estado, quer em particular para a zona do Contestado, traga como consequência um acôrdo entre os dois Estados em litígio.*

Quinto — Desta forma, o papel da Junta Provisória consiste em ser orientadora da opinião do Contestado perante os poderes competentes e a Nação Brasileira.

E como assim acordara, fizeram o presente pacto patriótico, que vai assignado em duas vias, uma para a Junta Provisória do Contestado e outra para o Comité Central de Limites em Curitiba, (Assignados): — Bernardo Ribeiro Vianna (de Palmas), Domingos Soares (de Palmas), José Júlio Cleto da Silva, como representante de Antônio Marcelino de Pontes (de Clevelândia) Pedro Alexandre Franklin, como representante de Antônio José Corrêa (de Rio Negro), Brasílio Celestino de Oliveira (de Rio Negro), Afonso Alves de Camargo e Jaime Drummond dos Reis — in SILVA (Cleto) — *O Contestado diante das Carabinas*, págs. 12 a 14.

(27) SILVA (Cleto) — *Idem, Idem*, págs. 14 e 15.

dimento direto, que não se apresentava com possibilidades de êxito, dada a resistência do Paraná em aceitar o veredito da Justiça.

Em verdade, a idéia de Crispim Mira não foi bem recebida pela opinião pública, nem bem aceita pelos dirigentes da política barriga-verde, com exceção do General Lauro Müller. Foi justamente nesse ano que explodiu no Contestado a luta dos “fanáticos” — e tôdas as preocupações para ela se voltaram.

Ao aproximar-se o fim da sangrenta e demorada campanha, nos derradeiros mêses de 1915, o Presidente da República, Venceslau Brás Pereira Gomes, convocou os Governadores do Paraná e de Santa Catarina para um encontro na Capital da República, a fim de, juntos, procurarem uma solução para o dissídio lindeiro.

Os esforços do Presidente Venceslau resultaram, de comêço, improfícuos. Santa Catarina não concordou em sujeitar novamente a questão à decisão arbitral, pois, dizia o General Filipe Schmidt, esta não poderia ser diferente da que o Supremo Tribunal havia proferido e não fôra respeitada. O dr. Carlos Cavalcanti lembrou a idéia de um plebiscito, também recusada, pelo Governador de Santa Catarina. Finalmente, a idéia de um acôrdo não foi repelida, mas o Presidente paranaense propôs ficarem para Santa Catarina os Municípios de Lajes, Curitibahos, Campos Novos e São Bento, zonas que nunca foram julgadas em litígio, permanecendo o restante sob a jurisdição paranaense. Naturalmente não poderia concordar o Governador Schmidt com semelhante proposta e, atendendo então aos desejos gerais do Estado, uma vez fracassada a tentativa de um acôrdo, requereu a execução da sentença (28).

---

(28) MIRA (Crispim) *O Acôrdo* — apud Oswaldo R. Cabral — *Santa Catarina*, pág. 370.

Apesar do fracasso inicial das negociações, não desanimou o Presidente Venceslau Brás e, no ano seguinte, enviou a Santa Catarina um emissário, levando a proposta de uma linha divisória passando pelos Rios Negro e Iguaçu e pelo primeiro ribeirão maior das proximidades de Porto-União, até a Estrada de Ferro e por esta até o Rio do Peixe; seguia depois este Rio, até a sua confluência no Uruguai. A zona compreendida entre os Rios Jangada e o Chopin seria imediatamente reconhecida por Santa Catarina como pertencente ao Paraná; o restante teria a sua jurisdição determinada por um árbitro.

Depois de numerosas tentativas, que estiveram a ponto de fracassar, Santa Catarina, por seu Governador e seus homens públicos de maior evidência, apresentou uma contra-proposta: no litoral, permaneciam as linhas de 1771; no planalto, os Rios Negro e Iguaçu até a foz do Jangada; por este até às suas cachoeiras, donde partiria uma linha sêca, pelo divisor das águas do Iguaçu e do Uruguai, até a linha que une as cabeceiras dos Rios Santo Antônio e Peperi-guaçu.

Estas linhas propostas deixavam ao Paraná os Campos de Palmas, ponto essencial da discussão, ficando o resto do território com Santa Catarina.

O Paraná não aceitou.

O seu então Presidente, dr. Afonso Camargo, alegando que as linhas sacrificariam a Comarca de União da Vitória — onde sediava o foco principal do movimento de resistência — depôs nas mãos do Presidente Venceslau Brás a resolução do problema, comprometendo-se em aceitar “como definitiva e submetendo imediatamente à aprovação do Congresso Legislativo do Estado a linha que o Presidente, em sua alta sabedoria, traçar como limite entre os dois referidos Estados da Federação” (29).

---

(29) MIRA (Crispim) — *Confraternização Republicana* — Carta do Pres. Afonso Camargo.

## 64 — *Geo-política e a questão de limites*

A bancada federal do Paraná acompanhou os propósitos do Governador Afonso Camargo.

Venceslau propôs, então, a divisão de União da Vitória pela linha da Estrada de Ferro, mas o Governador Filipe Schmidt recusou-a. Santa Catarina achara que havia feito o máximo das concessões.

Novos detalhes foram propostos, sempre recusados, até que, depois de numerosos e pacientes trabalhos — tendo Venceslau aceito a condição de árbitro que lhe fôra oferecida sob a condição de ser o laudo proferido acatado pelo Poder Legislativo do Paraná, que ratificara o oferecimento feito — Santa Catarina afinal aceitou como linha definitiva a que o ilustre Presidente da República oferecera, pela Estrada de Ferro, estrada de rodagem e Rio Jangada, permanecendo as demais linhas como haviam sido anteriormente propostas pelo Govêrno catarinense.

Finalmente, removidos os últimos obstáculos, a 20 de outubro de 1916, assinaram os Governadores de Santa Catarina e do Paraná, drs. Filipe Schmidt e Afonso Camargo, juntamente com o Presidente da República, o ato do Acôrdo que iria colocar um ponto final ao secular pleito que os anseios expansionistas do Morgado de Mateus haviam provocado.

As Assembléias Legislativas dos Estados litigantes ratificaram o documento, mas, como seria natural esperar, o ato por si só não conseguiu, nos começos, apaziguar os espíritos nem desarmar os ânimos. O deputado paranaense Cleto da Silva, depois de haver combatido tenazmente no Congresso do seu Estado a realização do Acôrdo, tentou revoltar a região, fazendo reviver a idéia do Estado independente, que se chamaria das Missões. Entretanto, a luta dos "fanáticos", cujas cinzas ainda estavam quentes, havia fatigado a região. Os seus habitantes, que haviam sofrido as consequências da campanha contra os sertanejos, dese-

javam paz e sossêgo, tranqüilidade e bonança, em compensação a tantas horas angustiosas passadas nos anos anteriores. Apesar dos seus sentimentos de paranaenses — que na maioria o eram — apesar dos seus sentimentos contrários ao Acôrdo, a repercussão que Cleto da Silva esperava encontrar para o seu movimento autonomista não se verificou. Uma pequena coluna armada, que partira de União da Vitória para levantar a região e proclamar a independência de um novo Estado, viu-se na contingência de dissolver-se em Clevelândia<sup>(80)</sup>.

Santa Catarina entrou, a 7 de setembro de 1917, na posse do território que sempre reivindicara; com o Paraná ficaram os Campos de Palmas, que haviam motivado o recrudescimento do pleito.

Manda a verdade que se diga que também em Santa Catarina, como no Paraná, a opinião pública era francamente contrária ao Acôrdo, sendo a execução das sentenças o desejo da maioria da população. Mas o ato foi aceito sem protestos violentos.

O tempo, só êle, afinal, fêz arrefecer a paixão regionalista existente nos dois Estados. Não se apagariam tão fàcilmente os calores da disputa que lavrara por cento e cinquenta anos, passando de pai para filho os sentimentos que, de um lado e outro, se nutriam. De fato, aconteceu assim.

O tempo apagou o fogo e extinguiu os rancores. A região pôde prosperar na tranqüilidade dos dias de trabalho. Os últimos ressentimentos desapareceram e, nestes quarenta anos passados, o progresso que a zona atingiu compensou todos os dias de intranqüilidade vividos.

Mas, o mal que a questão de limites determinara, já havia produzido os seus efeitos. A contribuição desta mal-

---

(80) SILVA (Cleto) — *O Contestado diante das Carabinas.*

fadada disputa para a deflagração da campanha cruenta que convulsionou os sertões da região contestada, foi tão ponderável, que não pode ser subestimada.

Quando o Acôrdo foi assinado, já o mal estava feito... Sôbre os escombros dos redutos ainda pairava o fumo dos incêndios. E, no fundo dos vales, à beira dos caminhos, na sombra das florestas, cruzes recentes diziam que a terra disputada ainda não consumira os corpos dos que haviam caído na luta.



## II

# POVOAMENTO — ESTRUTURAÇÃO SOCIAL

### 1

REPASSADOS, AINDA QUE RÀPIDAMENTE, os aspectos geopolíticos da terra catarinense, da sua formação, desde as primeiras descobertas até a sua constituição como unidade federada, com a laboriosa determinação das suas lindes, cumpre-nos, agora, situar o homem na extensa área em que se fixaria, formando os variados grupos sociais, estruturalmente diferenciados, de acôrdo com as suas origens históricas e com as acomodações impostas pelo meio físico para onde se transportou.

Em linhas gerais já vimos que a extensa costa de Santa Catarina foi visitada nos primeiros séculos depois da descoberta por numerosos viajantes e exploradores. Nenhum núcleo estável de população resultou destas freqüentes visitas, pois a sua finalidade não ultrapassava às do refrêscos das respectivas embarcações, do aprovisionamento de gêneros necessários, mantendo, assim, apenas, uma amistosa aproximação com os aborígenes locais. Nem valerá a pena recordar a permanência um pouco mais demorada de um ou outro dêsses grupos em pontos da costa, transitòriamente estabelecidos ou estabilizados por

circunstâncias supervenientes, cedo afastadas, uma vez que, tão logo lhes era possível, abalavam para os pontos do seu destino.

Cumpre, isto sim, demorar o comentário sôbre os que vieram para ficar e sôbre os que de fato ficaram, ainda que não tivesse sido êsse o propósito inicial.

## 2

DAS TRÊS FUNDAÇÕES INICIAIS — São Francisco, Destêrro e Laguna — apenas uma fracassou de início, marcada pela sangrenta tragédia que deu fim aos dias do seu fundador: — a do Destêrro, sôbre a Ilha de Santa Catarina.

As duas outras permaneceram de pé:

São Francisco, mais intimamente ligada à vida de Paranaguá, a cuja Ouvidoria pertenciam as soluções dos seus problemas, vivendo pacata e pobremente; Laguna, sôbre a qual recaíra a responsabilidade da conquista do Rio Grande, desfalcada de quando em vez dos seus homens mais capazes, para que a expansão do domínio se processasse, gente que, as mais das vêzes, acabava por ficar no Continente de São Pedro, requerendo nele semarias e nele instalando as suas estâncias, empobrecendo assim, a cada leva, o contingente humano da vila originária.

Destêrro permaneceu quase inabitada, tendo sido poucos os que não desertaram das suas praias, depois do massacre de Dias Velho. Até mesmo um filho dêste mudou-se para a Laguna.

Apesar da localização de pequenos grupos, aqui e ali, disseminando-se nas proximidades das duas vilas, a população era escassa, imponderável, e foi assim que, nos começos do Século XVIII, as encontrou Gonçalves de Aguiar, que viajara para o sul em caráter oficial<sup>(1)</sup>. Ra-

---

(1) TAUNAY (Afonso d'Escragolle) — *Em Santa Catarina Colonial*.

fael Pires Pardinho, em 1720, encontraria na Laguna apenas 42 casas de pau a pique, contando mais ou menos 300 pessoas de confissão (2), enquanto no Destêrro não passavam aquelas de 27 e estas de 130. Foi nessa ocasião que o ilustre Ouvidor instalou as duas Vilas, mas demoraria ainda um decênio para que a população da Ilha se visse aumentada de pouco mais de 50 pessoas, com a fixação aí de um contingente militar.

Desta forma, insignificante a não mais poder e mal povoada, a foi encontrá-la o Brigadeiro José da Silva Pais, nomeado Governador, o qual nela se instalou em 1739.

Procurou êste homem, ilustre por muitos títulos, povoar a costa catarinense, retomando a iniciativa já alguns anos antes lançada por um frade carmelita, frei Agostinho da Trindade, de trazer para ela casais açorianos.

As dificuldades que teve de vencer para conseguir o seu intento não importam aqui (3). Em 1746, finalmente, foi decidido o movimento que marcaria, na história do Brasil, pela primeira vez, o início do povoamento em massa, abrindo a Coroa inscrições nas Ilhas dos Açores para os que quisessem mudar-se para a América, aos quais se concediam favores excepcionais — e no ano seguinte já 2.585 pessoas haviam pedido lugar nesse alistamento.

Tomadas tôdas as providências para o transporte e alojamento dos povoadores, em 1748 chegavam à Ilha de Santa Catarina os primeiros 461 açorianos, verificando-seavas sucessivas, com as quais, sendo a última, em 1756, totalizaria um número próximo ao de cinco mil, que fôra o limite estabelecido pela Coroa.

Êstes povoadores deveriam ser distribuídos, de acôrdo com a Carta Régia de 9 de agosto de 1747, do Rio de

---

(2) GALVÃO (Manoel do Nascimento da Fonseca) — *Notas Geográficas e Históricas sobre a Laguna*, pág. 29.

(3) CABRAL (Oswaldo Rodrigues) — *Os Açorianos*.

São Francisco ao Sêro de São Miguel, no Rio Grande, "e sertões correspondentes a oeste" até os espanhóis confinantes, aos quais não se deveriam dar razões de queixa, isto é, cujos domínios deveriam ser respeitados.

Conquanto tenha sido, indiscutivelmente, êste movimento colonizador tentado pela Coroa, formado de elevado número de elementos humanos, fôrça é convir que, para tão vasto território, ainda era insuficiente.

Acresce que, traumatizada pelo desconforto de uma travessia por demais longa e nada amena, essa gente, da qual muita ficou sepultada no Atlântico, perecendo em viagem, uma vez chegada à Ilha de Santa Catarina e nela recuperada, não quis, na sua maioria, tornar a embarcar para ir adiante, tanto mais que um transporte que parte dela conduzia para o Rio Grande, naufragou ao sul da Ilha, perecendo numerosos elementos.

Desta forma, a maior parte se fixou nas proximidades da Ilha, na terra firme do seu contôrno, partindo para a Laguna apenas 40 casais, com 215 pessoas, e 106 para o Rio Grande, mais tarde seguidos de mais 75, não contando um número incerto que, meio à fôrça, se vira constrangido, anteriormente, a embarcar, perfazendo um total aproximado de 800 pessoas<sup>(4)</sup>. Desta forma, dos povoadores que haviam conseguido vencer a travessia do Atlântico e chegado à Ilha de Santa Catarina, aproximadamente uns quatro mil, a maioria localizou-se na própria Ilha, povoando o seu interior, e na terra firme a ela fronteira.

Verificou-se, assim, um ponderável aumento da densidade demográfica da região, o que não teria acontecido se se tivesse dado integral cumprimento ao que dispunha a Carta Régia de 9 de agôsto e espalhado os açorianos por tôda a extensão do domínio, de São Francisco ao Rio Grande do Sul.

---

(4) FORTES (Borges) — *Casais*, págs. 57 a 59.

ESTA GENTE VEIO DESTINADA A GARANTIR, pela fixação, o *uti-possidetis* da Coroa em terras que a Espanha reivindicava como suas, por estarem situadas além do meridiano das Tordesilhas.

Naturalmente, é óbvio, deveria, pelo seu trabalho, tornar-se auto-suficiente, pois o Governo de Lisboa não poderia aguentar com o pêso da sua manutenção indefinidamente. Assim, cumprida aquela finalidade política, mister foi que se encarasse o lado econômico do problema, v.g., o da manutenção dos povoadores.

Empenhou-se a Coroa, baixando sucessivas ordens, em determinar aos Governadores de Santa Catarina que encaminhassem os colonos para o trato das terras, ordens a que êles procuraram dar cumprimento, ensaiando as mais variadas culturas.

A do linho-cânhamo foi tentada, como o foram a do trigo, da mandioca — mas só esta, em verdade, conseguiu prosperar, chegando a ser exportada.

O linho, como o trigo, como as vinhas, como o algodão, e quantas outras se tentaram, foram, de fracasso em fracasso, à extinção. A indústria extrativa, entretanto, encontrou no corte das madeiras algumas possibilidades de êxito.

Os Autores apontam três fatôres ponderáveis como possíveis determinantes da decadência da agricultura em Santa Catarina colonial: — a má qualidade das terras que, esgotadas da sua pequena camada de *humus*, nada mais produziam senão a mandioca; o recrutamento militar, que despojava as fainas agrícolas dos seus braços; e, de certo modo, a índole dos açorianos, refratária a um sedentarismo que o cuidado permanente da terra cultivada estava a exigir.

Não resta dúvida de que, permanecendo o açoriano na orla marítima, nas terras pobres e arenosas das proximidades das embocaduras dos rios e nas restingas do litoral, não poderia obter as vantagens agrícolas que teria certamente obtido se invadissemos os vales e tentasse a escalada rumo à barreira que, no horizonte, lhe levantava a Serra do Mar. Não possuía, para isto, recursos suficientes, ainda que a penetração não fôsse muito profunda e, para falar verdade, metia-lhe medo o bugre que para aquêles vales se transferira, abandonando a costa. As terras em que ficara, é certo, não suportavam o pêso das culturas intensivas.

Menor dúvida deverá restar respeito ao recrutamento, que os Autores documentam ter sido, na época, intenso — recrutamento que, evidentemente, contribuiu para o abandono das terras, pois entrava-se para a tropa compulsoriamente mas dela não se saía jamais, a não ser velho ou estropiado. . .

Mas, também, não há que duvidar da índole do açoriano que, nas ilhas nativas, dividia o seu tempo entre uma reduzida agricultura e a pesca, não a pesca de caniço e tarrafa, costeira, mas a pesca de alto mar, oceânica, que lhe fazia arrefecer os anseios de nomadismo do seu sangue. A falta de terras extensas, que lhe permitissem o nomadismo ancestral, exercia-o sobre a água, vagando pelo oceano, nas pescarias das baleias, em que foram e são exímios, e em outras em que são igualmente, ainda hoje, consumados. Não se deve esquecer que ainda hoje é nos Açores que se tripulam, em sua maioria, os barcos que vão aos pesqueiros da Terra Nova, como ainda são os seus longínquos primos, os pescadores da Ilha de Santa Catarina, que anualmente abalam para o Rio Grande, a povoar-lhe as praias, nas épocas próprias a determinadas pescarias. Seis meses no ano passam ambos, os de lá e os de cá, vagando sobre as águas, longe de casa, em

busca do peixe, na vida aventureira e livre do mar; os outros seis, entre planos para futuras temporadas, com a família, gastando o que naqueles primeiros amealharam... A agricultura, quando a tentam, é tarefa dêste meio ano de sedentarismo obrigatório e, aqui como lá, auxiliados pela mulher, sôbre a qual recai o maior pêso da tarefa.

Já o açoriano que se fixou no Rio Grande, o que para lá foi destinado, encontrou no pampa gaúcho o elemento que lhe faltava para dar expansão ao seu pendor natural. Expandiu-se naturalmente, fazendo-se pastor — e enquanto o irmão catarinense dedicou-se à pesca e foi, de insucesso em insucesso, abandonando a agricultura — êle criou, acomodando-se a um meio que lhe era propício, o tipo do gaúcho que o tempo e a aculturação conseguiram fixar nas suas características inconfundíveis. Tudo isto teria contribuído para o declínio da agricultura e para o fracasso do colono como lavrador. E a crise sobreveio. Fatalmente teria de surgir, mas foi abreviada a sua eclosão pela tomada da Ilha, em 1777, pelos espanhóis.

Também não interessa ao nosso estudo a descrição desta fase da história do Brasil meridional. Basta referir que foi suficiente um ano de permanência do rival peninsular na Ilha para que ainda mais se desorganizasse a sua vida econômica, que já ia de mal a pior...

Veiga Cabral, que em 1778, em consequência do Tratado de Santo Ildefonso, recebeu a devolução da Ilha dos espanhóis que a haviam tomado, recebeu também, do Vice-Rei, Marquês do Lavradio, extensos relatórios sôbre a situação que ela apresentava, acompanhados de severas críticas a quantos a haviam governado. Entre estas, citou a má distribuição das terras, feitas sem um critério racional, e o abandono dos moradores à sua própria sorte<sup>(5)</sup>. Lembrou-lhe, então, medidas saneadoras, des-

---

(5) Carta de 4 de dezembro de 1778.

tinadas a combater o pauperismo que invadia as terras catarinenses do litoral. Nova distribuição de terras. Evitar o recrutamento. Licenciar os que já tivessem dez anos de tropa. Casar os jovens, para que os encargos de família os fixassem às glebas. E, como panacéia para melhorar a situação, teve a triste idéia de destinar para Santa Catarina alguns desertores que haviam vindo degredados da Metrópole.

Veiga Cabral, que não contrariava o Vice-Rei, a ponto de ir mais pela descrição que de Santa Catarina êste lhe fazia do que pelo que os seus próprios olhos estavam a ver<sup>(6)</sup>, aceitou os degredados e, se "Lavradio escolheu, de fato, os melhores" para enviar, o seu sucessor, "D. Luís de Vasconcelos, não se preocupou com tal escolha". "A agricultura nada lucrou com tal importação", "pois atrás dos agricultores foram sendo enviados, em levas sucessivas, mais ou menos numerosas, desertores, criminosos, evadidos e marafonas, que nunca haviam pegado nem jamais pegariam numa enxada..."<sup>(7)</sup>.

E, ainda mais, como D. Luís de Vasconcelos não possuía as mesmas idéias do Marquês do Lavradio, mandou suspender as baixas da tropa, que já iam em 180, substituindo a providência por outra: — a de ativar o recrutamento...<sup>(8)</sup>.

Nesse ano de 1780, a pobreza batia em tôdas as portas — mas foi em 1790 que atingiu ao auge: — de indigência e miséria era o panorama da Ilha<sup>(9)</sup>. As terras estavam abandonadas e os quartéis cheios. A produção caíra. A desorganização era completa.

Foi, entretanto, esta crise que precipitou a estruturação social de Santa Catarina, isto é, do seu litoral,

(6) Carta de 3 de junho de 1778.

(7) CABRAL (Oswaldo R.) — *Os Açorianos*.

(8) Carta de 15 de dezembro de 1780.

(9) Carta do Conde de Resende à Camara do Destêrro, de 29 de setembro de 1795.



no derradeiro decênio do Século XVIII. O valor do sangue açoriano está, justamente, em que essa gente se recompôs e conseguiu alicerçar as bases de uma sociedade em que se tornaria predominante.

Ao lado de uma fração que abandonava as terras, por incapacidade para explorá-la, passando a outros misteres, uma pequena parte dos colonos dêste fenômeno se aproveitou, prosperando com a aquisição dos patrimônios iniciais, aumentando assim a área das propriedades já então na sua maioria retalhadas pela divisão patrimonial, nas sucessões havidas, e passou a empregar o braço alugado para a sua exploração.

A maior produção ainda era a da mandioca — e o novo senhorio fazia dela o seu comércio, alicerçando uma prosperidade que o elevaria econômica e socialmente. Instalou-se bem. Adquiriu propriedades na Vila e barcos para o transporte da sua produção, à qual somaria, depois, a que adquiria de produtores menores. Daí passou a armador, a financiador de barcos, que tripulava com seus próprios escravos, barcos que faziam a cabotagem de Santa Catarina para o sul e para o norte, atingindo Montevidéu e Pernambuco. E, com os anos, tornou-se o elemento representativo da sociedade catarinense. Foi a sua nobreza, que não teve, como no nordeste, o latifúndio, o grande senhor rural como sua legítima expressão.

Ao lado do comerciante e armador, o elemento que se vira mal aquinhoado, ou que se mostrara incapaz para a faina agrícola, só teve um caminho a escolher: desfazer-se das terras, passá-las adiante, e buscar noutras atividades uma prosperidade que a agricultura lhe negara. Fêz-se artezão, voltou-se inteiramente para a pesca, dedicou-se às fainas do mar, alistou-se como soldado — e em qualquer dêsses ramos de atividade buscou uma classificação na sociedade. O que não teve coragem de assim proceder, de enfrentar a situação, e ficou ligado à pobreza da gleba

que lhe tocara, cada vez mais dividida, fracionada, pulverizada, mesmo, pelas sucessões, desclassificou-se socialmente, não conseguiu uma situação econômica que o tornasse independente. Foi ele quem alugou o seu braço para certas fainas, principalmente no comércio e na navegação ou quem ficou prêsó à terra, passando a viver pobremente da sua minguada produção, mal dando para o sustento familiar, e da pesca rudimentar a êle destinada.

Quanto ao elemento servil, devemos relatar que o mesmo foi pouco ponderável em Santa Catarina e muito reduzido no trabalho agrícola, quase todo êle empregado nas fainas domésticas e na navegação. Desta maneira, o português não conseguiu, no sul, realizar o que criara no nordeste, isto é, uma civilização assente em base rural, de esplendor invulgar, fato êste que teria levado o sociólogo lusitano Antônio Sérgio a indagar se não teria sido no Brasil que o português encontrou, pela primeira vez, as condições de ambiente francamente favoráveis para tirar da terra uma cultura básica.

Gilberto Freire, por sua vez, surpreendeu-se com o fato de que “o sucesso da colonização portuguesa do Brasil se firmasse precisamente em base rural”, pois “o seu ruralismo no Brasil não foi espontâneo, mas de adoção, imposto pelas circunstâncias” e “muitos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gôsto pela cultura” (10).

No sul, não teria do que se admirar, pois o insucesso agrícola dos primeiros tempos foi uma consequência de se haver acreditado poder reproduzir o fenômeno, sem se ter criado o mesmo ambiente e estabelecido as mesmas condições que, no nordeste, haviam permitido aquelas realizações.

No sul faltou o grande domínio — e faltou o negro.

---

(10) FREIRE (Gilberto) — *Casa Grande e Senzala*.

“Faltou o primeiro, porque o regime instituído foi o da pequena propriedade; e faltaram ambos porque, para o estabelecimento do grande domínio e o seu povoamento com escravos, que seriam os braços do trabalho, necessários a sua manutenção e desenvolvimento, faltou ao açoriano o capital necessário à sua aquisição, tendo vindo, como veio, pobre das ilhas do arquipélago”.

Antonil afirmava que “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, sem eles, no Brasil, não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente”.

Foi, com efeito, o negro que trabalhou a terra o fator indispensável ao desenvolvimento agrícola, o braço que amparou com a sua força todo o brilho e toda a grandeza do domínio rural.

Gilberto Freire, ainda, com toda a autoridade que lhe confere o profundo conhecimento destes problemas, relata que o português foi o cérebro e o negro o braço, “pois o trabalho agrícola foi dirigido pelo europeu, mas realizado pelo negro”.

Sem este elemento de trabalho, ainda que fôsem “as condições do ambiente francamente propícias para tirar da terra uma cultura básica”, o fracasso seria também de esperar, porque o lusitano, reinól ou ilhéu, lá como aqui, não tinha a menor inclinação para o trabalho extensivo e intensivo da agricultura. Não sem razão teria dito D. Luís Vaia Monteiro, o *Onça*, de cujos tempos ainda se fala, que “brancos e reinóis, ainda que sejam criados com a enxada nas mãos, em pondo o pé no Brasil, nenhum quer trabalhar...”

Trabalhar na lavoura, está visto. Porque, honra lhes seja, para outras atividades não lhes faltaram disposições.

Assim, dirigindo a organização e a exploração do domínio rural, elevando-o a inusitada grandeza, o português impôs-se socialmente como elemento dominante e prepon-

derante, construindo o seu clã e organizando as bases do patriarcado. Dirigia, comerciava, politicava, safa das casas grandes das suas fazendas para os sobrados das vilas e das cidades, onde buscava gozar a vida. Os filhos encaminhavam-se para as profissões liberais, para a Igreja, para a marinha, para o comércio, em busca de uma situação que lhes desse o ambicionado relêvo: a independência econômica e o destaque político" (11). Coroava esta linha social ascendente o baronato.

"Nem todos, é claro, conseguiram elevar-se a esta linhagem econômica e muitos ficaram vegetando em torno dos grandes domínios ou pelas ruas dos vilarejos e das cidades, em busca de ocupação. Mesmo a estes o trabalho braçal da lavoura repugnava, a faina agrícola contrariava. Faziam-se caixeiros, marinheiros, soldados, mascates; aprendiam os ofícios mecânicos — o que fôsse — menos ligarem-se à lavoura. O trabalho agrícola era do negro, e só dêle. Criou-se, assim, o preconceito: a função agrícola era desclassificadora para o homem branco e livre.

Em Santa Catarina, como dissemos, faltaram estes elementos — grande domínio e escravos — e daí a quase ausência do preconceito. O que havia, sem dúvida, era a falta de gosto pelo trabalho rural e a completa certeza de que, por êle, jamais conquistariam uma situação social mais avançada. O instituído regime da pequena propriedade não permitiria nem mesmo o estabelecimento da pecuária, para o qual o açoriano tinha pendor algum, por ser, para ela, essencial a existência do latifúndio. Desta forma, de todos os modos estava prejudicada a possibilidade de ascender socialmente, pela sua classificação econômica, o colono das Ilhas que se ligasse às terras.

Para têmos uma idéia mais precisa da incidência do negro no panorama demográfico de Santa Catarina, bem

---

(11) CABRAL (Oswaldo R.) — *Açorianos*.

como do crescimento paulatino da população da mesma região, organizamos o quadro abaixo, retirando os números que o compõem a Autores diversos. Na maioria dos casos, trata-se de uma estimativa, está visto, donde as disparidades que não escaparão ao observador:

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO LIVRE	POPULAÇÃO ESCRAVA	AUTOR
1774	9.058	—	—	P. M. J. Brito
1788	16.177	—	—	P. M. J. Brito
1796	23.865	—	—	S. Hilaire
1800	21.068	—	—	P. M. J. Brito
1810	30.339	23.136	7.203	P. M. J. Brito
1812	33.049	25.471	7.578	R. Southey
1813	24.808	—	—	P. M. J. Brito
1818	44.041	—	—	Mons. Pizarro
1819	44.031	34.859	9.172	Calógeras
1824	45.430	—	—	S. Hilaire
1840	66.218	53.707	12.511	Antero F. Brito
1841	67.218	54.638	12.580	Antero F. Brito
1844	72.814	58.432	14.382	Antero F. Brito
1854	101.559	—	—	J. J. Coutinho
1860	98.281	81.965	16.316	J. J. Coutinho
1881	—	—	10.821	Calógeras

Mesmo atendendo a que tais números, na sua maioria, são estimativas, servem êles para fixar um ponto básico, qual o do reduzido número de escravos em Santa Catarina. No primeiro decênio do Século XIX, não excedia de muito à casa dos sete mil, nela computadas as mulheres e as crianças, o que reduz o quociente daquêles que estariam aplicados à agricultura. Não excedia a 23% da população da Capitania. Na mesma época, o Maranhão, por exemplo, contava, em 200.000 habitantes, cêrca de 133 mil escravos, fôssem 66,5% da população; a Bahia, outro exemplo,

possuía 150 mil; o Rio de Janeiro, 145 mil; e em Minas o seu número excedia a 160 mil<sup>(12)</sup>.

Quando se atingiu, em Santa Catarina, o maior número de escravos, êste não alcançou a casa dos 17 mil e, em 1881, ainda baixaria, sendo provável a revenda para outros pontos do país, a cêrca de 11 mil, fôssem 9 por 1.000 dos existentes em todo o Brasil, cuja população escrava era estimada em 1 milhão e duzentos mil.

“O açoriano e o seu descendente seguiram a mesma linha de conduta geral. Sem qualquer pendor para o trabalho da agricultura intensiva, sem êste elemento escravo, que foi o principal fator do progresso do domínio rural em outras regiões do país, cedo se desinteressava de obter da terra a desejada classificação na sociedade colonial. Quando podiam, realizavam o seu maior anseio, que era o de se libertar da terra avassaladora a que os desejavam presos. Cedo o fizeram muitos, abandonando uns as terras, outros vendendo-as por pouco mais de nada a vizinhos persistentes, em busca dos jornais que as Câmaras e os Governadores pagavam pela construção de obras várias, em busca de outras atividades, na marinha, no comércio, em busca dos officios mecânicos, ou, quando tudo falhava, aceitando, mesmo, assentar praça nas fileiras do Regimento de Linha.

Pequeno foi o número, certamente, entre os mais longínquos e isolados, dos que se ligaram à terra — cada vez mais retalhada pela divisão — e como não conheciam nem haviam os meios de fertilizá-la, quando esgotada, de enriquecê-la, quando gasta, para a melhoria das culturas e opulência das colheitas, êstes elementos deslocados, contrariando a própria índole, condenaram-se à inevitável decadência dos agricultores rotineiros. E são os seus remanescentes os que ainda existem isolados em pe-

---

(12) *Apud* CALÓGERAS (J. Pandiá) — *A Política Exterior do Império*; CABRAL (Oswaldo R.) — *Os Negros, in Laguna e Outros Ensaíos.*

quenas póvoas, à beira das praias, ligados à pobreza das terras, que êles esgotaram, vivendo em quase indigência e extinguindo-se numa lenta e dolorosa agonia. Tal gente tem-se buscado para apontar como sendo os decedentes do açoriano fracassado, quando ela é apenas descendente de uma fração, a dos que não tiveram a coragem, ou não puderam, de abandonar a terra. Tendo contrariado a índole dos seus maiores, buscando forçar tendências inexistentes, sucumbe, por isso, à incapacidade, à rotina agrícola, ao isolamento e à pobreza decorrente de tudo isto.

Porque foram os que se libertaram da gleba, aquêles que se encaminharam para as outras profissões, justamente os que lograram impôr-se à sociedade. A terra fêz-se função desclassificadora e os que a ela ficaram ligados não conseguiram edificar a sua prosperidade nas bases econômicas sustentadas pelo domínio rural, como desejaram os que haviam promovido a colonização açoriana.

O elemento vitorioso foi justamente o que conseguiu sobrepujar a rotina, o que se tornou dominante foi justamente o que se libertou da terra, o que se desligou da agricultura e foi cuidar de outra vida" (18).

4

ANTES DE QUE SE COMPLETASSE o segundo decênio do Séc. XIX, entretanto, já a sociedade catarinense do litoral se estruturava em suas linhas fundamentais e inconfundíveis, não parecendo sequer haver passado pela crise angustiada que a atingira nos fins da centúria anterior.

As populações urbanas das três vilas e das sedes das freguesias aumentara. O artesanato e os ofícios manuais atraíam numerosos elementos. A navegação, o comércio,

---

(18) CABRAL (Oswaldo R.) — *Os Açorianos*.

a carreira das armas eram focos de atração para o emprego de atividades. Uma classe média surgira, avultando, mesmo, algumas fortunas ponderáveis. Os altos funcionários, o clero, os militares, juntamente com alguns daqueles elementos libertos da terra, formavam o grupo dos que cada vez mais se destacavam no panorama social, constituindo a cúpula da sociedade. A nobreza da terra não se formara em função do latifúndio, que nunca existiu — mas formou-se em torno dos comerciantes, principalmente dos armadores, cujas frotas de veleiros percorriam a costa do Brasil, de Montevidéu a Pernambuco. Era gente que possuía na Vila o seu sobrado, símbolo da sua prosperidade, o qual mais tarde mobiliaria com bons móveis, mandados buscar fora, que vestia à moda da Côrte, ensinando e encarreirando os filhos que iriam formar a sociedade formalística da segunda metade do Século, gente que já possuía as suas chácaras nos arredores da Vila, hoje em plena zona urbana, para os veraneios ou para fugir aos *miasmas* (!) das epidemias freqüentes. Cuidava de política, fazia vida social, poetava, lia os jornais da Côrte e, segundo os depoimentos, era francamente lusófoba (14).

A importação dos gêneros — batatas, manteiga, trigo, charque, vinhos — que era bastante grande, o que podemos afirmar através de pesquisas próprias — demonstra a pouca intensidade da vida rural. Apenas os legumes verdes, o peixe e a farinha, não contando os produtos de manufatura caseira, eram adquiridos nas feiras diárias do Largo do Palácio, freqüentadas pela escravaria encarregada dos suprimentos domésticos, pois a vida começava tarde para os senhores.

A balança econômica equilibrava-se com a exportação da farinha de mandioca, do arroz e da aguardente, que eram os produtos que mais avultavam, seguindo-se o

---

(14) LERRÃO (Cândido de Melo) — *Visitantes do Primeiro Império*.



café, a cebola e o alho, além do peixe sêco. Principalmente a farinha e a aguardente que, pelos lucros que proporcionavam e pela sua colocação imediata, certa, contribuíram para que uma pequena parcela da população ainda ficasse prêsa à gleba.

O resto, o dinheiro circulante, era trazido para a terra pela tropa numerosa que estagiava no Destêrro, pelas embarcações que refrescavam em seu pôrto, pela manutenção do custoso aparelhamento administrativo, com seus altos funcionários.

Para bem poder avaliar a desproporção existente entre as densidades das populações urbanas, centralizadas nas Vilas, e as rurais, espalhadas nas Freguesias, basta examinar os números que Paulo Miguel de Brito publica, relativos a 1810.

Enquanto na Vila do Destêrro habitavam 5.250 moradores, nas Freguesias do interior da Ilha residiam apenas 7.233. Não se omite que as Freguesias da terra firme, assim chamadas as do Continente, possuíam outros 7.920 — mas espalhavam-se elas por uma área que ia do Massiambu às proximidades de Tijucas, contando-se nela duas sedes importantes, logo elevadas à categoria de Vila (S. José e S. Miguel).

Desta forma, sob o regime da pequena propriedade e da quase ausência do braço escravo, com uma sociedade rural não diremos em declínio porque em verdade ela nem mesmo chegou a formar-se, e com uma sociedade urbana em franca ascensão, chegou Santa Catarina ao Império.

No segundo quartel do Século XIX, tentou-se, novamente, uma recuperação econômica de Santa Catarina, através da sua agricultura. Depois de algumas tentativas feitas com elementos militares luso-brasileiros, igualmente fracassadas, buscou-se no colono alienígena o elemento julgado capaz de solucionar o problema.

Não foi, entretanto, apenas, no elemento racial que se baseou a recuperação, mas numa política agrária mais racional, principalmente na escolha de melhores terras, buscando-as nos vales, na proteção do lavrador e na abertura de escoadouros necessários para a produção.

Foi assim que, de 1829 em diante, foram surgindo, disseminadas aqui e ali, as colônias estrangeiras, principalmente alemãs, situadas em terras férteis, para as quais havia, quando não os caminhos naturais de acesso, a abertura de outros.

Ao centro, de início, foram colonizadas as vizinhanças da Ilha, para onde convergiam os seus produtos; depois, o vale do Cachoeira, nas proximidades de São Francisco, já na segunda metade do Século, em seguida o Vale do Itajaí — tôdas elas de colonos alemães e nórdicos — e finalmente o sul, de colonos italianos.

Algumas colônias fracassaram, por má administração ou devido à índole dos povoadores. Mas a maioria prosperou, os resultados tornaram-se apreciáveis e vieram demonstrar que a modificação do sistema e a transformação da política agrária seguia, então, uma linha mais justa. Não esteve, é certo, isenta de defeitos, conduzindo ao enquistamento racial de algumas, mas não se quererá exigir prodígios no particular. De um modo geral, a nova orientação permitiu um notável avanço, pela situação das colônias, pelo amparo ao emigrante, pela abertura de vias de comunicação, pelo sistema de concessão a particulares que se encarregavam da seleção, transporte e localização dos novos elementos humanos.

Com o tempo, as colônias se emanciparam, entrando para o regime comum. Tornaram-se comunas prósperas, transformaram-se em cidades as suas sedes, a produção ascendeu, a indústria abriu as primeiras portas, a riqueza surgiu.

É, sem dúvida, uma longa história a da elevação econômica e social destes núcleos, que não pode ser contada aqui senão nas linhas gerais que bosquejamos.

Não obstante, deixemos claro que o regime da pequena propriedade, tendo sido nos tempos coloniais o fator que, ao lado da falta de braço servil, impediu o desenvolvimento agrícola de Santa Catarina, foi, com a nova política, o que justamente permitiu o seu adiantamento. Porque o colono alienígena não veio apenas para dirigir o amanhã da terra. Veio para fazê-lo, para justamente a isto dedicar-se — o que fez, com a sua família. Foi justamente a possibilidade de lavrar, com as suas mãos, o pequeno trato de terra que lhe cabia, o que permitiu desenvolvimento à agricultura. Porque a economia do colono, obtida a duras penas, não se exauria na manutenção do braço mercenário para a exploração do domínio. O sistema era outro — e outros foram, e felizmente promissores, os resultados.

5

No POENTE, entretanto, a história foi outra.

A Serra do Mar continuou a ser, por longo tempo, o limite do homem litorâneo. Limite dos seus horizontes e das suas conquistas, barreira, sem dúvida, vencida pelos caminhos abertos pelo seu arrôjo, mas não subjogado pela força conquistadora da sua audácia.

Os homens que habitavam além da barreira natural eram diferentes.

Tinham outra origem, outros costumes, outra índole, outra cultura, outra história.

Os primeiros que atravessaram o planalto, de sul a norte, os tropeiros que subiram pelo morro dos Conventos,

vencendo a Serra do Mar rumo a Sorocaba, foram os homens do sul. Mas apenas o atravessaram, marcando com os pousos de emergência as etapas da travessia. Não se fixaram ali.

Depois, quando o litoral já se encontrava povoado de açorianos, a penetração se processou de norte para o sul e foram os sertanistas de São Paulo que abalaram para as fundações instáveis de Correia Pinto, até encontrarem o local apropriado para a fundação de Lajes. Aí se estabilizaram. A natureza favorecia não a agricultura, como na faixa costeira, mas a pecuária, com os seus campos extensos e os seus capões apropriados para as invernias.

O aventureiro paulista, acostumado aos arrojados cometimentos contra o sertão, aos perigos da caça ao bugre, às incertezas da busca dos tesouros da terra, nem se fixou, nem continuou errante: — escolheu o meio termo, estabelecendo-se, levantando uma espécie de pouso duradouro, dividindo suas horas entre êle e as fainas do pastoreio, que o mantinham seminômade, errante, pela extensão dos campos.

Não havia a transumância a exigir o abalo de toda a organização social empós o gado — mas havia o cuidado permanente a exigir a fiscalização das pastagens, através dos rodeios, a transferência do gado de uns para outros, de acôrdo com as estações, para a recuperação dos pastos, a marcação, o cuidado às crias — a faina dura mas alegre e livre do pastoreio.

Era um seminomadismo que convinha à sua índole aventureira, pois não o prendia senão escassamente à terra, deixando-lhe a ilusão de uma liberdade absoluta.

Descobriu, assim, nestas excursões, os Campos Novos, mas tudo faz crer que não tivesse atravessado o Rio do Peixe. Atravessou, entretanto, inúmeras vèzes, o Negro, tocando as boiadas para as feiras de Sorocaba.

Ao norte, os mesmos paulistas estabelecidos nas terras hoje paranaenses, eram os seus vizinhos; ao sul, os gauchos que se plasmavam em natureza idêntica. Para o nascente, o degrau imenso da serra foi sendo vencido aos poucos, mas sem maior interêsse, pois o centro de atração da sua economia, portanto das suas preocupações, estava ao norte e não a leste, era Sorocaba e não a Ilha de Santa Catarina.

No extremo oeste, os pioneiros de Guarapuava foram avançando para os Campos de Palmas, pagando às flechas dos aborígenes o tributo sangrento das entradas:

A região era imensa e a densidade da população escassa.

Vale a pena comparar. O mesmo Morgado de Mateus, que ordenara o avanço dos paulistas para o sul, ordenou, ainda em seu govêrno, o censo das Ordenanças na Capitania sob a sua jurisdição. Esses números, obtidos em datas muito próximas daquelas que nos deram as indicações demográficas do litoral, permitem-nos um confronto: — assim, contando o litoral em 1774, como vimos, 9.058 habitantes, Lajes, três anos depois, em todo o seu distrito — que era todo o planalto — possuía a escassíssima população de 662 moradores; em 1788, a do litoral se elevara a 16.177 e a de Lajes, no ano seguinte, baixara para 570; em 1794, o planalto contava com apenas 825 habitantes, e, dois anos mais tarde, o litoral apresentaria o número de 23.856<sup>(15)</sup>. Em 1852, quando a Capital já contava com cêrca de 21 mil habitantes, somando todo o litoral 80 mil aproximadamente, todo o distrito de Lajes não contava ainda com 6 mil<sup>(16)</sup>.

Como se vê, o crescimento foi lento. Se bem que as estatísticas do Morgado de Mateus sejam exatas, pois o censo foi feito de tal modo que constituiu uma verdadeira

---

(15) FERREIRA (Tito Lívio) — *O Govêrno do Morgado de Mateus e os Censos das Ordenanças da Capitania de São Paulo.*

(16) COUTINHO (João José) — *Fala de 1853.*

relação nominal, enquanto os números de Paulo Miguel José de Brito sejam estimativas; se bem que as estatísticas do Presidente João José Coutinho, contidas nas suas FALAS, tenham sido incriminadas de inexatas, pois, segundo se dizia ao tempo, se baseavam “em mapas inteiramente imaginários” — o que não é de duvidar. . . — a desproporção é tão acentuada que não pode deixar de impressionar.

Quanto à formação social, obedeceu ela ao tipo geral das sociedades pastoris.

Em tôrno dos senhores das terras e do gado, da sua família — que constituíam o núcleo da organização — as tarefas pesadas do pastoreio repartiam-se entre os escravos e os agregados, aquêles, partes do domínio como propriedade do senhor, êstes, a êle ligados pelos laços invisíveis mas indiscutíveis de uma lealdade absoluta, dum completo respeito e duma total dependência econômica.

Das Relações fornecidas ao Morgado de Mateus, nos anos que acima citamos, raros são os fogos que não possuíam agregados. Com êxito, acompanharam êles os povoadores. Oliveira Viana afirma que os motivos da expansão bandeirante decorreram da necessidade de desafogar os domínios rurais paulistas dos elementos que anteriormente constituíram as fôrças de defesa das grandes propriedades e que a bandeira de Corrêa Pinto teve por finalidade “dar uma colocação ao excedente de agregados e mestiços livres” existentes naquela Capitania (17). Lajes teria contribuído para êsse desafôgo, não cabe dúvidas, mas de maneira muito parcimoniosa, à vista das estatísticas. Não é menos verdade que eram êstes agregados, juntamente com os escravos, o contingente mais ponderável na escassa população da Vila serrana. E êles foram aumentando. . . Isolados nas lindes das fazendas, onde eram mantidos como vigias, ou ao lado da casa dos patrões,

---

(17) VIANA (Oliveira) — *Populações Meridionais do Brasil*.

o seu número crescia, crescia sempre. Quando ocorria a vizinhança com os patrões, os filhos de uns e outros juntos brincavam, juntos cresciam e, ao se fazerem homens todos, passavam a ser respectivamente patrões e agregados, como o haviam sido seus pais, unidos pelos laços da mesma solidariedade que, tendo começado no bêrço, só terminaria no túmulo.

Faziam os agregados parte da grande família e quase sempre os senhores tinham por êles os mesmos cuidados e a mesma afeição que aos filhos dedicavam. Mas, se as agruras e as dificuldades da vida eram partilhadas igualmente, a prosperidade do domínio não constituia bem a repartir. Evidentemente tomava parte o agregado na prosperidade que alcançava o domínio, recebendo recompensas proporcionais aos seus desvelos e à estima em que era tido. Mas nunca foi associado do senhor na sua fortuna como sempre o era na sua desgraça... Quando esta batia à porta, não atingia apenas à família pequena do senhor, a dos laços de sangue — mas todo o pessoal da grande família. Se o senhor se via obrigado a desfazer-se dos escravos, vendendo-os, aos agregados despedia. Assim, constituíam êles uma população sem terra, sem gado, sem outros bens senão os recebidos da munificência do senhor. Duas ou três vacas leiteiras que possuísse e uma rocinha plantada nas terras do latifundiário eram tudo o que geralmente possuíam. A sua pobreza era permanente, embora permanente fôsse a necessidade da sua existência, a fim de poder ser mantida a conservação do latifúndio e a prosperidade do pastoreio.

Com efeito, exigia êste, para a sua prosperidade e manutenção, a existência do latifúndio. Quem possuísse menos de dois a três milhões de metros quadrados não poderia suportar o onus da sua manutenção. Era pobre. Desclassificava-se economicamente. Conseqüentemente, também, no plano social.

A solidariedade entre os elementos do latifúndio — senhor e agregados — era, assim, uma imposição vital. Daí não possuir, via de regra, o agregado, outros sentimentos, outras paixões, outros afetos que não os do seu senhor.

Tal organização, com o decorrer dos tempos e com o desenvolvimento da região, só poderia conduzir a um caminho: — o da formação de influências sociais baseadas não só nos laços de sangue, que congregavam as famílias oriundas de um mesmo tronco comum, como alicerçadas no prestígio econômico — conduzindo ambas, em última análise, à importância política.

Fazendeiros e criadores, com a sua família do tipo patriarcal — filhos, genros, noras, netos, agregados e escravos — ampliavam o círculo da sua influência social com a proteção dispensada a vizinhos menos afortunados, com a solidariedade demonstrada em momentos de dor ou de dificuldades, com o compadrio que as relações de boa vizinhança acarretavam e, assim, unindo laço após laço, passaram a constituir grandes grupos que, em geral, se orientavam pela idade, pelo respeito, pela capacidade ou pela experiência de um dos seus membros.

Grupos rivais ou antagônicos, seguindo tendências diferentes, ou apenas insubmissos à chefia e à autoridade de um deles, mas formados de idêntica maneira, passaram a competir entre si, disputando a chefia política da região. Quando a competição não ia além da pretendida hegemonia a conquistar, não resvalando para a inimizade que separava grupos e famílias, mantinham-se os laços de solidariedade; mas, quando as inimizades que divorciavam os chefes excediam àquele limite e se tornavam mais profundas, deveriam separar igualmente os membros da grande família, isto é, atingir todos os seus componentes.

Nem sempre estas divergências revelavam inclinações ou tendências diversas. Muitas vezes a divorciação dos



grupos se verificou sem que houvesse abandono de uma bandeira partidária. Originavam-se apenas nos incidentes da vida local, nas desavenças domésticas da vida agremiativa. Mesmo assim, quando a divisão era profunda, as divergências se viam incorporadas ao patrimônio geral do grupo e, no familiar, transmitidas de geração em geração, passavam a fazer como que parte da herança...

Cada chefe conhecia a sua gente, sabia pelo nome os membros do seu clã não só familiar como político, reconhecia os parentes mais longínquos e os afins como os seus eleitores mais remotos — e em geral conhecia o resultado das eleições antes do pleito.

As oscilações destas resultavam das incidências locais da vida quotidiana, pouco ou nada contando a população flutuante, existente entre os grupos que disputavam os encargos políticos.

Desta maneira, a luta era desigual e as mudanças, quando não se operavam em consequência de uma cisão séria no grupo dominante, só se verificavam quando se operavam mudanças na política geral.

Os que ascendiam, desta forma, ao poder, procuravam manter-se nele pelos artifícios das atas confeccionadas de véspera, pelo voto de eleitores falecidos, pelas assinaturas falsificadas dos ausentes; os que caíam, esperavam a mudança do Ministério ou a substituição de um Presidente de Província, para retomar o poder.

Apesar de tudo, do mais forte saber que de nada valia a sua pujança contra a fraude, e do mais fraco conhecer que a fôrça adversária não levaria a melhor se a política geral fôsse da sua própria côr, os pleitos eram renhidos e as discussões acaloradas acabavam muitas vêzes em conflitos e mortes.

A lei do sangue vigia. Era, depois, preciso vingar o que fôra derramado, abrir nas forças adversárias, familiares ou políticas, os mesmos claros abertos nas próprias,

ou eliminar algum chefe, numa tocaia, para que se desorientassem os comandos.

As punições não eram temidas. Havia sempre o prestígio de um chefe maior a resguardar o parceiro, uma fazenda longínqua para o asilo, uma região despolicuada para o homízio. . . Aliás, buscá-la era preocupação secundária, pois as punições surgiriam com a oportunidade de um combate singular, na porta de uma venda, com a de uma emboscada surgida de um descuido, resolvendo-se assim o problema em definitivo.

No entanto, êste homem que tocava o seu semelhante para com êle eliminar um adversário ou um inimigo, que fazia uso da sua arma com facilidade para resolver uma discussão ou lavar uma questão de honra, que não levava jamais uma afronta para casa, não seria capaz de fazer mal a quem quer que fôsse. A sua franqueza, a sua liberalidade, o seu desinterêsse abriam as portas do seu rancho a quantos buscassem agasalho no auge de uma tormenta ou na nevasca de uma noite de junho. O seu fogo e o seu alimento eram partilhados com alegria, fôsse quem fôsse o forasteiro que o procurasse. Era tímido, um tanto canhestro, de hábitos simples, enfrentando galhardamente as asperezas da vida. Pouco tinha de seu — mas repartia-o com quem se mostrasse necessitado.

Foi assim que se criou e assim se disseminou pelo planalto, pois, apesar da lentidão do crescimento demográfico, êste se verificou e trouxe consigo o aparecimento de um novo problema, que se tornaria para as condições sociais da área referida uma grave preocupação: — o do marginal.

As fazendas de gado, com efeito, não poderiam suportar indefinidamente o aumento gradativo do número de agregados, para os quais havia trabalho que compensasse o sacrifício da sua manutenção.

Tais excedentes, está visto, não tinham capacidade econômica para se estabelecerem na zona, criando novas unidades pastoris. Em primeiro lugar, não lhes era possível a aquisição de terras para se estabelecerem com criação própria, nem chegariam elas para todos os agregados que se viam despedidos e dispensados dos antigos domínios. Já se disse que a unidade no planalto, para fins de criação, é o milhão de metros quadrados, mínimo compatível com o desenvolvimento de uma unidade econômica firmada no pastoreio. O sistema não comporta a pequena propriedade, que é a unidade básica e vantajosa na zona agrícola colonial. Só o latifúndio permite a sobrevivência do pastoreio, e para a sua estabilidade é imprescindível que o domínio permaneça intacto, não se pulverizando pelas transferências ou pelas sucessões. Esse fato acarretou a decadência e conseqüente desclassificação social dos sucessores de alguns fazendeiros dantes prósperos. A fragmentação do domínio é o começo do desaparecimento da unidade econômica e fazendeiros que cêdo compreenderam esta situação imposta pelas condições especialíssimas da atividade pastoril, preocuparam-se em manter íntegro o patrimônio rural, contentando herdeiros com outros bens e outras doações, para permitir que um só pudesse herdar, indiviso, o latifúndio.

Ora, um agregado não possuía capacidade para adquirir terras, mesmo as devolutas, pois, na maioria iletrados, não conseguiam tomar a dianteira aos senhores que ampliavam os seus domínios. Nem mesmo havia quem tomasse o encargo de requerê-las ao Governo.

A recepção dessas terras importava sempre em imediatas despesas, já com as formalidades legais, já com as demarcações lindeiras — e um pobre peão iletrado, criado na fazenda, que alcançava a idade adulta sem economia própria, vivendo como sempre viveu às ilhargas do senhor rural, das suas liberalidades apenas, comendo da sua des-

pensa, mas não participando da sua fortuna, jamais poderia pensar em conseguir terras por semelhante processo. Para obtê-las era preciso fortuna ou crédito, sorte ou prestígio — e tudo isto faltava ao agregado.

Tocar-se para diante, em busca de novas descobertas, já não era mais possível, à época em que êles passaram a exceder nas fazendas.

Os agregados de São Paulo tiveram, no Século XVIII, para onde ir, quem os capitaneasse, rumo ao sul, para o estabelecimento de novas fazendas; os do fim do Século XIX e começos do XX, não tiveram uma oportunidade igual.

Estes excedentes, cujo futuro não se apresentava nada promissor, com família constituída, muitas vêzes, abalaram para o sertão. Iam para frente, instalar-se num rancho por êles mesmos construído, no fundo de algum vale, na encosta de alguma serra, em terras de dono ignorado ou da Nação, para viver da caça, da colheita da erva-mate, mantendo, em redor da moradia tósca e miserável, uma roça, uma pequena lavoura que a mulher ajudava a cuidar e que servia para trocar, com evidente prejuízo, pelos gêneros de que mais necessitava em tais cafundós: — o sal, a farinha, o querosene, a munição para a sua arma e peças mais simples e rudimentares do seu vestuário.

Não foi um, nem foram alguns, mas muitos, os que se viram obrigados a tomar o rumo ignorado do sertão, para nele esconder a sua miséria, afastando-se da zona pastoril onde não havia trabalho para êles. A vida áspera do pastoreio foi trocada por uma outra, ainda mais dura, pela imposição de fatores econômicos naturais: — a do intruso.

Evidentemente, muitos houve que encontraram outros senhores necessitados dos seus serviços; e os que se fixaram nas proximidades ou mesmo nas Vilas, como jornaleiros; e os que passaram a dedicar-se a certos ofícios manuais.

Muitos, ainda, marginais também como aquêles primeiros, passaram a viver do trabalho ocasional, fôsse qual fôsse, mesmo de empreitadas à margem do Código Penal. Depois, chegava o dia do homízio necessário no mato virgem, onde mal chegava a proteção do empreiteiro que só lhe dava alguma coisa quando procurado para a solução de alguma necessidade imediata.

Aos marginais oriundos das fazendas e dos domínios onde se tornaram excedentes, outros se aliaram, com o tempo: os egressos da Justiça, que buscavam uma zona não policiada para asilo seguro, ao abrigo das caçadas judiciárias e das vinditas de sangue, cobrança implacável de delito perpetrado. A situação da zona favorecia o homízio, pois, litigiosa entre dois Estados, não era policiada por nenhum dos dois e, na faixa fronteiriça, as autoridades de um açoitavam os delinqüentes de outro, e vice-versa, recíprocamente servindo-se dos valentões para cobertura de uma precária autoridade.

Se à margem de um rio, se num passo, se numa estrada, um dos Estados litigantes instalava um posto fiscal, para cobrar direitos, de imediato o outro, para garantir uma posse duvidosa, levantava o seu, pouco adiante. Viviam em conflito permanente, desafiando-se mutuamente, provocando-se recíprocamente. Se uma autoridade policial surgia, à procura de um criminoso foragido, a segurança dêste estava em passar imediatamente para a jurisdição alheia, para além da linha que marcava as rivalidades. Aí seria protegido, pois a sua recomendação estava em ser procurado, perseguido pelo rival do outro lado. Criminosos de todos os tipos e de todos os crimes marginavam estas linhas de garantia, certos da proteção que o Estado em que se acolhesse passaria a lhes dispensar se alguma autoridade invadissem um palmo de terreno de seu domínio. Aí seriam dilúvios de papel em reclamações, contra a invasão do território contestado.

Os marginais, é óbvio, viviam miseravelmente, mesmo os que pacificamente procuravam vencer os dias de sua existência.

Nenhum socorro podiam esperar e longas e penosas caminhadas tiveram de fazer para chegar à porta de um protetor, ex-patrão ou chefe político, em busca de um auxílio imediato para a resolução de um problema aflitivo.

Não tinha quem lhe levasse o conforto de uma palavra amiga, num momento de angústia, nem de um remédio num caso de doença. Não conhecia outro médico que não um vizinho que já passara por angústia semelhante e por isso conhecia algum cozimento de ervas ou alguma *simpatia* salvadora. Não havia quem pudesse dar-lhe um conselho ou um aviso.

A morte era aceita com resignação. Se o filho queimava em febre, no chão duro do casebre, acudido pela mulher com os seus *chás* ou seus emplastros, o homem cuidava dos afazeres comuns e esperava com igual submissão a cura ou a morte. Se a mulher se afligia, ia em busca de uma garrafada ou de um benzedor, léguas de distância. Se ela gemia nas dores do parto, saía em busca de *comadres* próximas, menos para o socorro do que para o conforto. É o que a natureza por si não fizesse — para êle não havia recurso.

Aceitava, assim, o destino, com a submissão dos vencidos.

Da mesma forma, como não conhecia médico, não conhecia o padre. Raros, muito raros os que iam às canchadas onde albergava a sua miséria, numa passagem rápida.

Aprendera, nas fazendas, nas vilas e nas cidades por onde andara, algumas noções de catecismo, um tanto confusas, ditadas por um ou outro padre estrangeiro, de língua difícil de entender, que causava riso às crianças. Depois, nenhuma instrução religiosa. A sua religião era

herdada, tal como a sua pobreza. Passava de pai a filho o respeito pelas coisas sagradas. Aceitava-a a cumpria-a sem maior exame, sem se preocupar com o mais, que sempre era difícil ao seu entendimento.

Se batizava ou casava “no padre”, isto é, na Igreja, ouvia o latinório e acompanhava os gestos do ritual certo, apenas, de estar dando à mulher ou ao filho uma situação imposta pelo uso, prescrita pela religião dos seus pais e consagrada pelos *mores* da sua gente. Aquilo era apenas “preciso” fazer.

Acreditava em Deus Nosso Senhor e sabia o nome dos Santos por tradição. Aprendera, em casa, na infância, com tôdas as deturpações da transmissão oral e desgastes impostos pelo tempo, a respeitar a Deus e a *se pegar* com os Santos, a respeitar as igrejas e a venerar as imagens, a se benzer e a invocar a proteção celeste.

Mas gostava das festas religiosas, que vira na sua infância e que ainda freqüentava, quando não havia porque furtar-se ao convívio dos seus semelhantes, abalando de léguas de distância para nelas tomar parte.

Constituíam estas festas verdadeiras reuniões sociais, nas quais se reviam os amigos e se contavam os *casos*, onde se sabiam as novidades, onde se encontravam as moças solteiras para o namoro, onde as mulheres se reuniam para um ou outro mexerico, onde havia bebidas e corridas de cavalo para homens.

Aos atos religiosos assistia respeitosamente, às rezas puxadas pelos capelães leigos que substituíam os sacerdotes, ou à Santa Missa rezada por êstes, bem como procissões. Mas a hora aguardada era a do final das cerimônias, para a prosa nas vendas próximas, onde havia o mate, a cachaça, o *dito* — e brigas e tiros — enquanto as mulheres se reuniam nas casas conhecidas, aguardando o convite amigo para a comida.

Naturalmente apareciam também os peões das fazendas que, por mais capazes, mais jovens ou mais estimados, haviam sido conservados pelos senhores e continuavam como agregados, vaidosos em suas montarias, e que sabiam de casos para contar, fôsem de caçadas, de trabalhos do pastoreio ou outros.

O mate amargo corria, alternando-se com a aguardente. Conversava-se ao sol, de cócoras, apoiados em troncos de pau hábilmente aproveitados em seus feitios para bancos de emergência ou permanentes. E havia risos, quando se restabelecia a intimidade, muitas vêzes desafios, freqüentemente brigas e não raramente mortes. Tudo isto era do programa...

Quando havia sacerdote, contava êste a vida do Santo festejado — e a admiração dos ouvintes por aquilo que conseguiam entender do sermão era de molde a gravar em sua memória o fato sobrenatural ou heróico, posteriormente objeto de comentários e de repetição, mais tarde, aos filhos, no lar.

E, como eram ou haviam sido pastores, os seus Santos prediletos eram São João Batista, que andava vestido de peles, com um cordeirinho ao colo e bandeirola ao ombro; e São Sebastião, que fôra guerreiro e era o seu protetor contra a peste e as doenças; e São Benedito, que sendo homem de côr, conseguira alçar-se aos altares; e o Divino Espírito Santo, que era uma pombinha, e que por tradição haviam aprendido a venerar, porque era muito poderoso; e Santa Bárbara e São Jerônimo, que desde a infância haviam aprendido a invocar nas trovoadas e tormentas, contra o *mandado*, que tantas vítimas faz nos descampados<sup>(18)</sup>. No mais, a relação dos nomes que figuravam no seu hagiolôgio não era muito extensa.

---

(18) Na serra só se morre de três coisas: — de tiro, pontada ou mandado (violentamente, de pneumonia ou de ráio).



Como se disse, nem sempre as festividades religiosas eram presididas por sacerdotes. Ou, melhor, raramente o eram. Na maioria delas, as rezas eram puxadas por um *capelão*, que se encarregava da guarda da capelinha, uma espécie de fabriqueiro que tomava conta de tudo e a quem incumbia recitar as orações nos dias apropriados. Mas, também, as festividades não eram jamais esquecidas, pois os que comerciavam na região, que tinham as suas pequenas casas de negócio na zona, eram os maiores interessados em promovê-las, visando o lucro que tais ajuntamentos lhes proporcionavam.

6

FOI DESTA MANEIRA e sob êstes costumes que o sertão foi, muito lenta e custosamente sendo povoado. O homem da zona pastoril, cujo centro indiscutível, social e geográfico, foi Lajes, donde se originaram os demais, foi homem que se vira desalojado por êste ou aquêle motivo das fazendas da região ou dos seus núcleos urbanos, e que ganhara o *hinterland*, em busca de uma situação econômica que se apresentava cada vez mais instável e precária.

Ao norte, entretanto, na zona de Canoinhas, não se verificou predominância do tipo pastor. Aí predominou o tipo que daquêle se originou, ou que posteriormente nela se estabilizou, do sertanejo que vivia da indústria extrativa da erva, da *ilex* que ia vender aos carijos próximos, para com o produto adquirir as utilidades imprescindíveis ao seu não menos precário sistema de vida.

Não obstante, as afinidades entre os dois tipos, já por uma origem comum, já pela aculturação verificada onde se encontravam, eram grandes. Aliás, no fundo

dos vales, a natureza impunha, impiedosamente, o mesmo sistema de vida, através das comuns necessidades.

A êstes elementos humanos que poderemos admitir como básicos na formação da sociedade marginal do planalto, outros vieram a juntar-se, elementos que merecem especial referência porque diretamente influíram, e decisivamente, na formação do ambiente que serviu de teatro à luta do Contestado.

Este elemento foi encaminhado para a região marginal do Rio do Peixe, já às vésperas da deflagração do conflito e, note-se o fato, que é importante, *não foi absolutamente influenciado pela doutrinação religiosa dos Monges*, mas foi ativo na manutenção da luta.

Com efeito, referem os depoimentos, por volta de 1910, o ambiente internacional conturbou-se com a decantada questão do Telegrama n.º 9, que pôs em risco a paz continental com a possível quebra da amizade entre o Brasil e os seus vizinhos argentinos.

A certa altura dos acontecimentos, pareceu que uma solução diplomática para o incidente não seria encontrada e que as diferenças iriam ter o seu desfecho no apêlo às armas.

Fizeram-se, então, apressados, os preparativos necessários para enfrentar a situação e foi assim que se ativaram os trabalhos da construção da linha ferroviária que ligaria os centros do país ao Rio Grande do Sul, possibilitando um rápido movimento de fôrças.

A progressão dos trilhos da velha concessão feita pelo Governo Imperial ao engenheiro Teixeira Soares, que o Governo Provisório renovara logo após a proclamação do regime republicano, e fôra transferida para um consórcio formado de capitais canadenses, americanos e franceses, desde 1906 parara em União da Vitória e quatro anos

decorridos não havia avançado mais de 130 quilômetros, achando-se, desta forma, em 1910, à altura dos Campos de São Roque.

Para levá-la até às margens do Uruguai, na fronteira norte do Rio Grande, recrutaram-se então os trabalhadores necessários. Ao que relatam os testemunhos insuspeitos, a maior parte desta gente foi conseguida nos centros populosos, entre a escória da sociedade. O rebotalho das ruas, malandros e criminosos, gente sem profissão e sem qualquer formação, egressos da Justiça e fugitivos das cadeias, capoeiras afamados e facínoras de tôda a espécie, de tôdas as procedências, foi o que a Polícia, em suas batidas, recolheu e compulsoriamente deportou para o Contestado, metendo-os, sem possibilidades de fuga, no mato, para obrigá-los ao trabalho necessário. Ao lado destes, tentados pelos elevados salários prometidos, aventureiros alistaram-se nas hostes do Engenheiro Saldanha, para assentarem os trilhos da São Paulo-Rio Grande.

Calcula-se — talvez com um certo exagêro — em cêrca de 10 mil homens a mobilização dêste contingente humano para as margens do Rio do Peixe. Mas, se há, de fato, exagero, não será demasiado, pois o tortuoso e então desabitado vale povoou-se de uma hora para outra e, dia e noite, prosseguiram os trabalhos de terraplenagem para fazer progredir a ferrovia.

Afirmam ainda os testemunhos que o banditismo, então, assolou a zona. Nos dias de pagamento, os humildes sertanejos da região, que também se haviam alistado, na esperança de um salário compensador que pudesse melhorar as suas condições de vida, não podiam sair dos próprios ranchos, pois os assassinos os esperavam, de tocaia, para o latrocínio.

Os próprios empregados da Estrada de Ferro, das turmas pagadoras, viram-se na necessidade de ser garan-

tidos contra os assaltos da malta, tendo o administrador Aquiles Stenghel criado um corpo armado, de 200 homens, sob o comando de um oficial do Corpo de Polícia do Paraná, para garantir a vida dos pagadores e o dinheiro das empreitadas.

Os postos policiais da região, reduzidíssimos e dispersos, eram insignificantes e impotentes para conter a horda que nela se localizara, pois, mantidos ao lado das agências e postos fiscais, mais para legitimar o *uti possidetis* do que para realizar a cobrança dos tributos, estavam para firmar uma jurisdição e não, pròpriamente, para manter a ordem. Mesmo, não contavam êles com mais do que quatro ou cinco policiais, se tantos, mal apetrechados e já relaxados na disciplina.

Um engenheiro da construção afirmaria, mais tarde, que, se fôsse possível reunir o sangue de tôdas as vítimas havidas ao tempo, por largo período as águas daquêle rio vizinho correriam rubras. Os cadáveres dos assassinados, quando não desciam corrente abaixo, jogados pelos facínoras às águas, sumiam-se sob os atêrros da linha permanente.

Apesar de tudo, esta prosseguia em ritmo acelerado. E foi desta forma que a ligação foi concluída, atravessando de norte a sul a zona contestada.

Terminada a ligação, os remanescentes permaneceram na região. Sem policiamento e sem justiça, como já vimos, sem garantias de espécie alguma, a vida dos sertanejos ficou à mercê dos celerados que infestaram a zona, que conheceu, então, o seu grande ciclo do banditismo. Nenhuma tranqüilidade, segurança nula, repousada na acuidade em descobrir ou suspeitar emboscadas, na agilidade em puxar as armas e no premir o gatilho.

Os arrivistas impuseram um novo sistema de vida, introduziram novos costumes, alterando os *mores* consue-

tudinários da região. A aculturação se processou. A necessidade impôs novos usos. A sobrevida passou a exigir todos êstes cuidados.

Disseminando-se pela região, êstes arrivistas alcançaram Campos Novos, Curitibanos, Lajes, Palmas, Clevelandia, Porto-União, Canoinhas, onde já tocava a ponta dos trilhos do ramal ferroviário da mesma estrada, em busca do porto de São Francisco.

Cada homem passou a ser um arsenal ambulante, possuindo o mais completo armamento — e o melhor negócio da região passou a ser a venda de armas e de munições, surpreendendo, muitas vêzes, os pedidos dos negociantes locais, aos atacadistas do ramo, tal o vulto das encomendas.

Para agravar a situação, já de si bastante séria, seguiu-se o esbulho das terras.

O sertanejo humilde, que se instalara nas terras devolutas das margens do Rio Peixe, buscando encontrar trabalho para subsistir com a sua prole, como o alienígena ali fixado, viu-se expulso das que ocupara e sôbre as quais construía o seu rancho. A concessão feita à São Paulo-Rio Grande abrangia 15 quilômetros de cada lado da linha construída, em tôda a sua extensão — e os intrusos, posseiros sem documentos de uma terra de ninguém, por muitos anos já, alguns, e recém, outros, foram desalojados do chão que ocupavam.

Uma onda de protestos surgiu — de protestos singulares, que não chegaram a reunir-se para uma revolta geral — mas que saía apenas da garganta dos prejudicados, isoladamente. Ficou nisto.

Um ou outro intruso ficou, desafiando a tomada da terra ocupada por êle, defendido pela agressividade da natureza e pela própria bravura. Mas os outros partiram

em busca de outro ponto, onde novos sacrifícios empregariam para reconstruir a choupana abandonada, plantando-a mais longe — onde não chegasse, talvez, a injustiça humana, onde pudesse encontrar novo refúgio para a sua miséria.

7

OS FENÔMENOS QUE SE SUCEDIAM, implacavelmente como o próprio destino, preparavam o ambiente para um desfêcho previsível, se as lições da História tivessem podido servir aos responsáveis pelos destinos da Nação e em tempo tivessem acudido à grave e ativa fermentação que silenciosamente se processava no Contestado.

É fácil, o mal feito, apontar-lhe os remédios preventivos, que teriam impedido o seu aparecimento. Mas, se são apontados é justamente para que as lições atrozadas do passado possam ser aproveitadas de futuro.

Ao tempo não houve quem tivesse podido reunir os fios que provinham de tão diversas origens e que se enovelavam na zona, para provocar a convulsão violenta.

Faltavam apenas o elemento aglutinador — que reunisse sob uma só bandeira todos os descontentes e todos os aventureiros — e o elemento que precipitasse a deflagração do conflito.

E, um após outro, surgiram, com uma rapidez de espantar.

Apareceu o terceiro e último dos Monges — José Maria — que iria servir de fator de aglutinação de todos os marginais que havia na região, não tardando que, sob a sua bandeira, se acolhessem os valentões que habitavam a zona, transformando-a em bandeira de combate.

SEGUNDA PARTE

OS MONGES





# I

## JOÃO MARIA DE AGOSTINI

### 1

HOUVE UM ANACORETA de cabelos longos e grisalhos, a barba longa e o olhar manso, que desejava a solidão e o isolamento, a quietude e as durezas da vida contemplativa, as horas longas passadas em orações e em êxtases, tal como o haviam feito muitos outros que fugiram ao convívio dos homens para se aproximarem de Deus.

Foi simples, foi bom e foi justo. Mais severo para consigo mesmo do que para com o seu próximo. E, sendo indigente, repartiu com os seus semelhantes o único bem que possuía: — a sua fé.

Este homem, a contragosto, foi empurrado pela solércia e pela ignorância dos seus semelhantes para dentro da História; e, pela ingenuidade de muitos, subiu os degraus de um tôsko e rústico altar sertanejo.

A sua memória é denegrida por muitos que o apontam como um louco e por outros que o acusam de responsável por uma carnificina. Em compensação, habita no coração dos simples o lugar dos eleitos. Frequenta as suas orações singelas, acalenta as suas esperanças, povoa os seus temores e persiste na sua fé. Tem lugar no seu coração e no seu oratório, canonizado pelo amor do sertanejo, ao lado dos que, com a sua justiça e com a sua sabedoria, a Igreja santificou.

Esse homem se chama João Maria, São João Maria.

Surge, no entanto, um paradoxo, que surpreende a quantos procuram estudar a vida dêsse taumaturgo ser-tanejo com atenção e profundidade: — êsse santo não foi um homem. Foram dois, dois homens que confundiram as suas vidas para se tornarem apenas um santo. . .

## 2

JOÃO MARIA DE AGOSTINI — ou Agostinho — italiano, nasceu no Piemonte, em 1801. Sua vida pregressa é uma incôgnita, correndo a respeito dela as mais diversas suposições, de par com as mais infundadas conjeturas. Chegou ao Brasil não se sabe ao certo quando, nem por onde teria entrado. Certo, exato, fora de dúvidas, é que tenha estado no Pará, donde viajou para o Rio de Janeiro, chegando à Côrte do Império a 19 de agôsto de 1844, pelo vapor *Imperatriz*.

Quanto tempo teria ficado na Capital do país, quais os caminhos que tomou, são pontos também a elucidar — e talvez nunca o sejam. Todavia, em dezembro daquele mesmo ano de 1844, à véspera do Natal, fazia-se registrar, espontâneamente ou a isso compelido, na Câmara Municipal de Sorocaba, Província de São Paulo, apresentando o documento da sua chegada ao Rio.

Dizia-se solteiro e ser de profissão “solitário eremita” (*sic*), tendo viajado para exercer o seu ministério. Achava-se residindo nas matas do Têrmo da Cidade, principalmente no morro da Fábrica do Ipanema.

O serventuário da Câmara que fêz o registro, Pro-cópio Luís Leitão Freire, tomou-lhe, na oportunidade, os sinais antropométricos do costume e com a imprecisão que tais documentos sempre apresentam: — era de esta-

tura baixa, de côr clara, tinha grisalhos os cabelos, pardos os olhos, regulares o nariz e a bôca, a barba cerrada e o rosto comprido. Como particularidade digna de nota assinalou ser João Maria de Agostini aleijado de três dedos da mão esquerda (1).

A sua vida na cidade paulista pôde, em alguns pontos, ser reconstituída pela tradição oral; em outros permanece obscura, o que não é de admirar num homem votado à solidão e que pouco procurava o convívio dos seus semelhantes.

Aloísio de Almeida — pseudônimo do Revmo. Cônego Luís Castanho de Almeida, fecundo escritor e Presidente do Instituto Histórico de Sorocaba — narra que o eremita foi acoitar-se numa gruta existente no môro de Araçoiaba, conhecida posteriormente por Pedra Santa, junto à Fábrica de Ferro. Vestia um hábito, talvez franciscano, sôbre o qual caíam-lhe os cabelos compridos e a barba longa. Dormia sôbre uma tábua e alimentava-se de frutos, além de algumas dádivas dos sitiantes próximos.

Tornou-se conhecido por "*Monge do Ipanema*" e raramente descia à Vila da Fábrica — onde se via cercado pelo respeito temeroso dos caipiras como pela zombaria irreverente dos operários. Às vêzes, na calada das noites, em sua gruta, entoava a plenos pulmões os seus salmos e as suas orações — dando ensejo a que, cá embaixo, ouvindo-o todos, surgisse a galhofa dos operários com o chiste de que "o bugio está roncando na serra"...

Conta o mesmo escritor que de Sorocaba se afastou o Monge por duas vêzes. A primeira não informa em que época se verificou, sendo que João Lourenço da Silva,

---

(1) Termo de Registro em fotocópia, fora do texto e transcrição do documento em anexo. Devo a fotocópia à gentileza do Revmo. Sr. Cônego Luís Castanho de Almeida, o conhecido escritor ALOÍSIO DE ALMEIDA, DD. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Sorocaba. — O referido documento já foi publicado no trabalho *O Monge do Ipanema*, de autoria de ANTÔNIO FRANCISCO GASPAR, Sorocaba, 1945, pág. 56.

nos seus *Apontamentos para a História da Fábrica de Ferro do Ipanema* (2), informa que a ausência não se verificou antes de 1851. Regressou João Maria à sua gruta posteriormente, ao tempo em que era Diretor da Fábrica o Coronel Joaquim de Sousa Mursa. Em 1865, segundo Aloísio de Almeida, ou em 1870, segundo João Lourenço Rodrigues, tornou o eremita a ausentar-se, desta vez, afirmam ambos, para não mais voltar.

Um sitiante das redondezas depôs ao avô de João Lourenço, de quem era compadre e vizinho, sôbre a vida de João Maria, a quem chegara a visitar em seu retiro.

O seu abrigo, contou, era uma cavidade do penhasco; as suas refeições, as mais simples e frugais; e a fonte que ao lado do rochedo brotava, fornecia a água pura e fria, único líquido que o ermitão usava.

Outros sitiantes habituaram-se a fazer visitas ao solitário da Pedra Santa, tornando-se, desta forma, o local centro de piedosas peregrinações (3).

Antônio Gaspar, por sua vez, copiou da coleção de jornais antigos existentes na Biblioteca do Gabinete de Leitura Sorocabano a notícia de que João Maria, em certas ocasiões, se apresentara na Capela da Fábrica de Ferro e, depois da missa conventual, ali rezada pelo Padre Antônio Dias de Arruda, falava aos assistentes, tendo sido ouvido por centenas de pessoas, com geral aceitação (4).

Conta ainda a tradição que o eremita andou a plantar cruzeiros pelas vizinhanças. Num bairro situado à margem da estrada, entre Araçoiaba da Serra (antiga Campo Largo) e a cidade de Tatuí, existiu um cruzeiro que a tradição dizia ter sido ereto por João Maria. Mas, o que parece ser mais interessante a registrar, pois o fato se

---

(2) Edição do Departamento do Arquivo Municipal de São Paulo, 1955.

(3) *Op. cit.*, pág. 67.

(4) *Op. cit.*, pág. 75.

repetiria em pontos longínquos, identificando assim, desta forma, o seu autor, é o da ereção de 14 cruzes, em local próximo à encruzilhada que do caminho Itapetininga-Sorocaba conduz a Tatuí. Contavam os mais velhos moradores das proximidades que o conjunto, espécie de Via-Sacra, fôra levantado pelo solitário da Pedra Santa, com o auxílio dos sitiantes da região. Em Mafra (Santa Catarina) e no Campestre (Rio Grande do Sul), João Maria também faria erguer estas cruzes, iguais em número e com o mesmo propósito de estimular a adoração ao símbolo da fé cristã.

Todos os depoimentos relativos à permanência de João Maria nas proximidades de Sorocaba o apontam como homem piedoso, de costumes simples e austeros, de vida rigorosamente sóbria e severa. Humilde, na solidão do seu abrigo, tinha apenas os olhos e o pensamento voltados para Deus, em louvor de Quem entoava os seus cânticos e proferia as suas preces. Não desdenhava assistir ao santo sacrifício da Missa, aproveitando a oportunidade para, depois dela, dirigir-se aos assistentes. Nada consta a respeito de haver proferido em tais práticas palavras que conduzissem à heresia ou ao cisma, nem que estas se refletissem em suas atitudes, pois a sua atuação teria, no caso, sido de imediato coibida pelo sacerdote ou proibida pelos administradores da Fábrica de Ferro, em cujas proximidades assistia e cuja Capela frequentava.

Alvo freqüente da zombaria dos operários — não certamente por impiedade mas pelo natural espírito de galhofa dos moços — que ridicularizavam as suas vestes esquisitas, os seus cabelos longos, os seus gestos e as suas atitudes, quiçá o linguajar, João Maria não raro os admoestava (conforme narra Aloísio de Almeida) com a aquiescência do Diretor Mursa, que assim agia, certamente, para não contrariar o seu pacífico, estranho e inofensivo hóspede.

Já a matutada vizinha o cercava do maior respeito. Talvez o temesse, da mesma forma porque temeu o povo, nos tempos bíblicos, os profetas que anunciavam as calamidades que haveriam de desabar sôbre os ímpios e os maus. E ajudavam-no a plantar e a erguer os seus cruzeiros, encarregando-se da sua conservação e da limpeza dos lugares.

A sua fé, ao que se depreende, poderia ter sido um tanto exaltada, algo hipertrofiada. Mas, não cabe dúvidas, era pura, ortodoxa, sem desvios que o tornassem alvo das censuras e sanções eclesiásticas. Pelo menos, disso não há notícias, nem jamais as crônicas policiais dêle se ocuparam em Sorocaba, o que, em caso contrário, teriam registrado os jornais da época e referido os pesquisadores que os compulsaram.

O tempo em que João Maria permaneceu no seu retiro da Pedra Santa não está perfeitamente fixado em seus limites.

Entrou em 1844, não cabe dúvidas, mas quanto a sua peregrinação ou as suas peregrinações pelo sul é ponto controverso. Não coincidem os depoimentos, na sua maioria tomados à tradição oral, que é falha como falha é a memória dos homens.

De qualquer forma, entretanto, tivessem sido quatro, cinco ou sete os anos da sua primeira demora em Araçoiaba, tempo houve para que se tornasse conhecido em tôda a redondeza e é de se consignar o fato de que, assim como não há memória de qualquer deslize em matéria de conduta religiosa, não ficou também lembrança de que tivesse alguma vez tentado aliciar prosélitos para uma nova seita ou confissão, divorciada da Igreja, muito menos a de se fazer acompanhar ou mesmo aceitar a companhia de sequazes influenciados pela sua dialética ou seduzidos pela sua atitude. Nenhuma inovação tentou introduzir, ao que se saiba, no culto ou na exegese e se se dava a

práticas de ascetismo, não as impunha a quem quer que fôsse. A sua conversa, que era sôbre coisas santas, entre-meava-se de conselhos sôbre preces e penitências, em tudo condizentes com os mandamentos da Igreja. Estas práticas, entretanto, não eram freqüentes, pois ao eremita bastava o contacto que buscava estabelecer com o Senhor, na solidão da sua gruta, através da contemplação, da prece e da mortificação. Afastava-se de contatos mais íntimos com a comunidade — e por isso mesmo a sua ausência nem sempre chamava a atenção, passando, as mais das vêzes, despercebida da população local.

Inegável, entretanto, que João Maria, certa época, abalou para o sul.

A sua passagem ficou assinalada no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Que caminhos teria tomado, não se sabe. Mas êle foi visto na Lapa, no Rio Negro, em Lajes, no Botucaraí, em Santa Maria. Foi longe na sua peregrinação e embora tenhamos tentado estabelecer o itinerário tomado, ligando-o ao caminho das tropas que do sul passava pelo planalto lajeano, ganhava o Registro do Rio Negro, atingia a Vila do Príncipe (Lapa) para alcançar Sorocaba, centro da feira do gado, não logramos chegar a uma solução definitiva. Porque, principalmente, as datas nos confundem. Não foi possível estabelecer uma exata correlação entre o tempo — incerto, sustentado pela oralidade da tradição — e o espaço — certo, positivo, sôbre o qual não cabe dúvida haver sido palmilhado pelo eremita tornado peregrino. Desta forma, somos obrigados, ante a cronologia dos documentos, a transferir as nossas observações de Sorocaba diretamente para o Campestre, de São Paulo para São Pedro, isto é, para o Rio Grande do Sul, deixando certamente um hiato a encher de suposições e de probabilidades que possam, ao menos, possuir foros de verossimilhança.

O PRIMEIRO DEPOIMENTO QUE SURGE é o de Felicíssimo M. de Azevedo que, atraído por artigos escritos por Múcio Teixeira e publicados no *Jornal do Comércio*, a 15 e 18 de março de 1895, fê-lo publicar no jornal *A Federação*, contando sôbre o Monge João Maria, a quem conheceu pessoalmente e pudera, de setembro a outubro de 1848, por trinta e cinco dias, observar no Campestre.

O depoimento, que é longo, permite-nos colher várias informações sôbre o eremita, informações que se completarão com as de outros escritores sul-riograndenses, daquela época, buscando, desta forma, tornar mais exata possível a figura do lendário personagem.

“Em janeiro de 1848 apareceu nesta cidade (Pôrto-Alegre), um italiano com uma longa barba que se estendia até o peito, já um pouco nevada por uns 50 anos de idade, vestido com uma sotaina de saragoça e os pés nus sob uns sapatos rústicos (?).

Era o monge.

Logo de chegada apresentou-se em Palácio, pedindo uma audiência ao general Andréia, que então presidia a Província.

Apresentando-se a S. Excia., inclinou-se humildemente.

O general Andréia, mirando-o de alto a baixo, com aquêl ar de soberbia que infundia não só respeito como mêdo às partes que procuravam falar-lhe, perguntou, então, ao estranho personagem:

— “Quem é você?, que quer?, de onde veio?, como se chama?”

— “Sou italiano, natural de Roma, ando em peregrinação, cumprindo uma promessa feita à Santa Mãe de Deus, chamo-me João Maria Agostini”.



— “Que mais quer?”

— “Venho pedir a V. Excia. um santo”.

— “Os santos procuram-se no céu, onde, segundo a nossa crença, há muitos. Explique-se melhor”...

— “Em uma igreja dos Sete Povos das Missões, que está em ruínas, existe uma bela imagem de Santo Antão; e eu venho pedir a V. Excia essa imagem para construir-lhe uma capela”.

— “Vá ter com o padre Tomé [Tomé Luís de Sousa, segundo Walter Spalding] que é quem governa a Igreja; eu nada tenho que ver com essas coisas”.

O italiano inclinou-se como para beijar a mão do general que, retirando-se, assim o despediu. Sumiu-se. E lá se foi o monge em procura do padre Tomé.

O que se passou com o padre, nada transpirou. O monge desapareceu daqui, indo sentar o seu acampamento no Campestre de Santa Maria, onde formou do morro um templo”.

Afirmou no seu depoimento Felicíssimo de Azevedo que, por 35 dias, estêve no Campestre, assistindo às práticas de João Maria, que eram diárias e nas quais se dizia inspirado por Deus. E narra que pela encosta do morro plantou o ermitão as cruces (que diz terem sido em número de dezessete) ficando ao alto “a capela de Santo Antão, onde, em altar bem preparado, jazia a bonita imagem do Santo”. Narra ainda o Autor certas práticas que, para a cura de doentes, se faziam e às quais ainda oportunamente voltaremos (5).

Que caminhos teria feito João Maria para chegar a Pôrto-Alegre, para tomar conhecimento da existência de uma imagem de Santo Antão nos Sete Povos das Missões, para escolher um lugar apropriado como o do Campestre, vamos encontrar na obra *“As Missões Orientais e seus*

---

(5) Os artigos foram-nos enviados, depois de cuidadosamente copiados, pelo ilustre historiador WALTER SPALDING.

*antigos domínios*", de Hemetério José Veloso da Silveira (6), que narra uma visita feita à região, tendo passado "pelo assaz deserto arraial do Campestre, onde estacionou o ermitão João Maria, de quem daremos sucinta informação".

E dêle, "dêsse misterioso e desaparecido personagem, que tanto deu que falar de si e do seu eremitério", conta o seguinte:

"Era italiano, mas residiu, dizia êle, em São Paulo, donde retirou-se, enveredando por ínvias selvas (quem sabe por quantos meses de arriscada peregrinação) até a fronteira do Paraguai. Daí foi obrigado a saír. Atravessou o Rio Paraná, depois a Lagoa Yberá, numa pequena canoa; seguiu a pé pelo território deserto das Missões Correntinas, até o extinto povo de São Tomé, hoje restaurado e elevado a cidade. Desceu pelo Uruguai até S. Borja, onde desembarcou e foi bem acolhido. Deu aí o nome de João Maria de Agostini. Em poucos dias recomeçou a sua peregrinação a pé e foi dar, com mais de 580 quilômetros, de marcha, ao Sêrro de Botucaraí, onde pouco demorou e regressou até o Campestre, perto de Santa Maria, por onde já havia passado. Nesta situação agreste e merencória, escolheu um sêrro elevado e à base dêste uma fonte de água cristalina, à qual atribuía a virtude de curar inúmeras enfermidades"... "Após alguns sucessos reais ou aparentes, após uma boa colheita em esmolas, o ermitão resolveu, auxiliado por alguns devotos, levantar, no alto do Sêrro, uma ermida e nesta foi colocada uma imagem de Santo Antão, abade da Tebaida, imagem que existia em poder de um morador do lugar e fôra pertencente aos povos das Missões" (7).

Mais adiante, êste mesmo Autor afirma: "Em 1847 e 1848, apareceu em terras do Distrito de Santa Maria o

---

(6) Tip. da Livraria Universal, Pôrto-Alegre, 1910.

(7) *Op. cit.* págs. 206 e 207.

personagem de que já nos ocupamos no Cap. XI e que, debaixo do ponto de vista religioso, assaz movimentou a população da freguesia, quer urbana e quer camponesa, fazendo soar bem longe o nome de Santa Maria da Bôca do Monte" (8).

Antes de proseguirmos na transcrição destes dois documentos que nos deixaram os citados Autores, ainda sobre o aparecimento do Monge no Rio Grande do Sul, nos valeremos dos elementos que nos fornecem J. Belém em sua *História do Município de Santa Maria* (9) e o General Borges Fortes na sua notícia sobre *Santa Maria da Bôca do Monte — Cidade e Município*, publicada no *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul* para o ano de 1902.

O primeiro destes escritores precisa a data da chegada de João Maria ao Campestre: — 4 de maio de 1846. Afirma que tal data é sabida porque, tendo justamente naquele dia nascido ali um menino, "seu pai lhe pôs o nome de João Maria, em homenagem ao santo varão que àquelas plagas chegava, levando no coração a fé e nos lábios a palavra de Deus. Esse menino, João Maria da Rosa, cresceu, fêz-se homem, envelheceu e, sempre no dia do seu aniversário natalício, dizia às pessoas amigas que seus pais lhe haviam dado o nome de João Maria, por ter nascido no dia da chegada do monge ao Campestre, o que ocorreu em 4 de maio de 1846, data do seu nascimento" (10).

Ainda J. Belém: — "Não tinha êle" — [João Maria, o Monge] — "ao chegar, a imponência audaz de um general romano, mas a humildade serena dos mártires da fé. Entretanto, chegou, viu e venceu" . . .

---

(8) *Op. cit.* pág. 592.

(9) Livraria Selbach, Porto-Alegre, 1933.

(10) *Op. cit.* pág. 176.

Borges Fortes recua ainda mais a chegada de João Maria ao Campestre: — teria sido em 1844, “um ano antes das pazes, conforme a cronologia popular” (paz do Poncho Verde, que colocou fim à revolução farroupilha).

Temos, assim, quatro depoimentos — e quatro depoimentos que não coincidem — sôbre a mesma pessoa e no que se refere apenas à sua chegada.

Evidentemente, a data trazida pelo saudoso General Borges Fortes, de cuja amizade pude orgulhar-me, não pode ser aceita, à vista do documento de registro existente em Sorocaba, que não permite dúvidas sôbre a estada de João Maria no norte do país no referido ano, a sua viagem para a Côrte e a sua fixação, embora temporária, em Sorocaba.

A data trazida por Belém, embora se apóie em testemunho falível, não é de todo recusável. Reduz, apenas, o tempo de permanência do Monge em Sorocaba.

A de 1848, apontada por Felicíssimo de Azevedo e por Hemetério Veloso da Silveira, referem-se, apenas, no primeiro depoimento, a uma entrevista do eremita com o Presidente da Província e, no segundo, ao movimento religioso desencadeado pela presença de João Maria.

Ainda que nos repugne, em trabalhos desta natureza, calcarmos as nossas opiniões em hipóteses e suposições, a reconstituição dos fatos, parece-nos só poder ser feita nos seguintes têrmos: — deixando Sorocaba, João Maria, embrenhando-se pelos sertões, teria atingido o Paraguai, donde ganhou São Borja e depois Santa Maria, procurando um novo sítio para a sua permanência. Ao passar pelas Missões, teria encontrado a imagem de Santo Antônio — o celebrado eremita, cujas tentações tornaram-no célebre pela resistência que lhes opôs, com a oração, com a penitência e com a mortificação, retirando-se para o deserto, onde habitou uma cova aberta no solo — e concebeu a idéia de elevar-lhe uma capela. Encontrando no

Campestre o local almejado, tocou-se para a Capital da Província, em busca da necessária permissão — e conseguiu realizar a empreitada, em 1848.

Quanto tempo teria empregado na sua peregrinação pelas selvas brasileiras e paraguaias, antes de chegar ao Rio Grande, é ponto que continua ignorado — portanto, quando teria deixado pela primeira vez o seu cenóbio do Ipanema. Em todo o caso, tudo faz crer que, nesta primeira peregrinação, não teria atravessado os territórios do Paraná e de Santa Catarina, salvo talvez na parte norte do primeiro, então ainda sob jurisdição paulista, a caminho do Paraguai.

4

AINDA QUE PARA A SEQÜÊNCIA do nosso estudo êstes pontos não sejam destituídos de interêsse, outro bem maior e bem mais importante é o que diz respeito às suas atividades e à ortodoxia da sua fé e das doutrinas que propagava.

Já tivemos a oportunidade de nos referir às suas atitudes e ações em Sorocaba, através dos testemunhos idôneos colhidos no local pelos pesquisadores que se ocuparam do curioso piemontês.

Necessário se torna que o mesmo façamos com os testemunhos gaúchos, indo às fontes que citamos a respeito da sua chegada.

Ouçamos Felicíssimo, que assistiu às suas pregações no Campestre, na parte que se refere ao culto que ali se desenvolvia:

“A sua longa barba e o hábito atraíram os simples que o tomavam por um novo Messias. Fazia prédicas ao povo todos os dias. Dizendo-se inspirado de Deus, atraiu ao lugar uma multidão de crentes que o adoravam [sic]. Copiou

as ações de Cristo [sic]. Descobrimo uma vertente abundante dentro do mato, na fralda do monte, fêz dela a base do seu poder misterioso, de seus milagres. Fêz abrir uma picada do lado oposto ao em que estava a vertente, pelo morro acima, fazendo desta via dolorosa o seu calvário, colocando em pequenas distâncias grandes cruces de madeira tôscamente trabalhadas, em número de 17. No alto do morro, em um planalto, construiu a chamada capela de Santo Antão, onde, em altar bem preparado, jazia a bonita imagem do Santo...

...“Junto à primeira cruz, ao entrar-se na picada, depois do sol pôsto, quando desciam as primeiras sombras da noite, era o povo, que já contava cêrca de 200 pessoas, chamado à oração com o sinal de um tiro de pistola. Ajoelhados todos em frente àquele símbolo da religião cristã, rezavam o têrço, depois do qual, quando se achava presente o Monge, havia a prática do mesmo, aconselhando ao povo a prática de tôdas as virtudes cristãs; que, com fé, pedissem a Deus e à Mãe Santíssima o têrmo de seus males, com a aplicação daquela água milagrosa de que estavam fazendo uso.

O paciente, ao transpor a entrada da picada, tirava o calçado e com os pés nus e a cabeça descoberta encetava a marcha por aquela ingremidade só comparável com a serra das Antas, havendo prêsas às árvores cordas de lonca para ajudar a subida às pessoas velhas e fracas. Ao pé de cada cruz parava o doente, devendo ajoelhar-se para fazer oração. Para se vencer as 17 cruces e ainda as orações rezadas em cada uma, gastava-se mais ou menos uma hora; chegando ao alto, onde se achava o Santo em sua capelinha construída de madeira tôsca, era estilo tomar assento em um banco tôsco, onde se descansava: daí descia-se precipitadamente para o lugar onde aparecia a vertente que saía da rocha a um metro de altura. Junto à bica havia um cepo, onde o doente se ajoelhava para receber a água, que era despejada por qualquer pessoa com uma caneca de metal aí existente, prêsa por uma corrente. Por sôbre a cabeça do paciente ajoelhado, despejava-

se água com vagar, na porção que cada um queria, mas sempre em números ímpares. Acabada a operação, subia-se às pressas a fim de agitar novamente o corpo. A roupa só era mudada depois de enxuta naturalmente”.

Sôbre os visitantes e romeiros, Felicíssimo dá o seu testemunho insuspeito.

Cada um armava a sua barraca onde quisesse, havendo-as de todos os tipos. Reinava uma perfeita fraternidade, havia a maior decência e o maior respeito às famílias. E “era bonito de ver-se, ao clarear do dia, a romaria penitenciária [*sic*] subir o morro, ajoelhando-se diante das cruzes a fazer oração”. A capela vivia cheia de devotos e o cofre ao lado do altar recolhia os óbulos. De tempos a tempos, aberto, em presença do Monge, era retirado o necessário ao culto e todo o resto distribuído aos pobres.

Os doentes eram de todos os tipos e moléstias, como soi acontecer em tais ocasiões. Gente que buscava a cura sobrenatural para os seus males, quando não haviam meios ou facilidades, ou quando haviam desesperado de encontrá-la, a desejada recuperação, por outros sistemas. Gente que não tinha probabilidade de cura e gente que não tinha possibilidade de procurar médico, ou que não o encontraria senão a centenas de quilômetros de distância. Gente sem haveres para custear tratamentos — ou que não via outra maneira de se livrar da enfermidade senão apelando para o sobrenatural, desesperada já de o conseguir pela Medicina. Gente sem outra esperança senão aquela. . .

Muitos sentiam-se aliviados. Outros, curados. Outros mais voltavam como chegados haviam. “Havia também uma classe de doentes que se restabelecia imediatamente: — era a dos cismáticos. Estes, confortados pela fé, rodeados dos mistérios infundidos por aquêlê templo augusto

que tinha por teto a abóbada celeste, apoderados daquele respeito religioso, consideravam-se curados das moléstias imaginárias que tinham na mente" (11).

Hemetério Veloso da Silveira, por sua vez, narra que João Maria não se limitou à construção da ermida, mas instituiu a devoção a Santo Antão, festejando-o no dia que lhe é dedicado pela Igreja (17 de janeiro), com a procissão da Imagem. Construiu uma capela, à base do morro, tendo um tal Jesuíno doado as terras necessárias (duzentas por mil braças). E escreve que "a imprensa do Rio de Janeiro e de outras cidades cultas do Brasil ocuparam-se dêsse personagem que, em pleno século das luzes, estabeleceu por sua conta e risco uma missão e operou milagres. Entre outros jornais, temos à mão a *Gazeta dos Tribunais*, de Antônio Manoel Cordeiro, n.º 162, de 1848, fazendo-lhe elogiosas referências" (12).

Para o escritor gaúcho, entretanto, o Monge era um homem analfabeto e um monomaniaco [sic].

#### J. Belém é mais demorado nas suas informações:

"A proverbial hospitalidade da nossa campanha aumentada do sentimento religioso que espargia em tórno de si o místico peregrino, fêz em breve do homem desconhecido ali chegado, o guia, o inspirador, o conselheiro do povo que parecia a espera de alguém que lhe alentasse a crença, periclitante à falta de uma palavra ungida de fé cristã. E o Monge João Maria surgiu nesse momento. Não era um sacerdote culto, encarregado de propagar a doutrina de Cristo. Era um indivíduo de poucas letras, cuja monomania religiosa o arrastava através de montes e vales, levando aos doentes, aos pobres, aos deserdados da fortuna, a resignação para os sofrimentos, a esperança de melhores dias, cultuando a fé que

(11) AZEVEDO (Felicíssimo M.) — *Op. cit.*

(12) SILVEIRA (Hemetério Veloso da) — *Op. cit.*



remove montanhas. Se era de fato um monomaniaco — como se afirma — bendita seja essa monomania que o levava somente à prática do Bem! João Maria chegou ao Campestre e fez a sua prédica. Enviado de Deus — dizia êle — ali estava para iluminar-lhes a estrada do Bem e da Virtude, única que por boas obras conduz aos céus os míseros pecadores. Sua palavra doce, serena, penetra nos corações daquela gente ingênua, arraiga-se-lhe na alma, e cresce e se vigora como a semente boa lançada em terra fértil. E João Maria foi considerado Santo" (13).

E foi considerado Santo!...

Narra, em seguida, o Autor, a devoção a Santo Antão, cuja imagem, de acôrdo com Borges Fortes, teria João Maria ido buscar às Missões; e a construção da ermida; e as dificuldades da sua subida; e a fonte da água cristalina. E diz que dela "serviu-se João Maria para fortalecer o seu prestígio entre o povo, convencendo-o de que a água da fonte era miraculosa, pois curava tôdas as enfermidades. Não sabemos se Sto. Antão aprovou as palavras do Monge. Mas o certo é que algumas curas houve, porque a fama das virtudes curativas da maravilhosa água ecoou por todos os recantos da Província, tornando aquêlê outrora alegre sítio, ameno e pitoresco, num verdadeiro campo de concentração de doentes de tôdas as idades".

E contou mais, o Autor, pois adianta que de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Uruguai e da Argentina acorreram também os doentes em busca de cura nas águas maravilhosas do Campestre.

Borges Fortes relata-nos igualmente a propagação da notícia dos milagres das águas da fonte, a freqüência de povo e a existência das 14 cruzes (14 e não 17... — o

---

(13) BELÉM (J.) — *Op. cit.*

que deve estar certo, pois 14 são as estações da Via Sacra) na subida para a ermida.

De posse destes dados e testemunhos poderemos agora concluir que a vida mística de João Maria entrara numa nova fase. O solitário eremita, o homem que se dedicara em Sorocaba à vida contemplativa, que encontrara na solidão do seu eremitério a satisfação para a sua alma, que até então declarara estar no cumprimento de uma promessa, iniciara a fase messiânica da sua existência. Já não lhe satisfazia o isolamento, o retiro, o claustro entre as pedras de uma gruta. Institui, então, uma devoção. Constrói uma ermida. Levanta — como timbre e testemunho da sua pessoa — as 14 cruzes do Calvário, os 14 passos da Via Sacra, tal como já fizera em Sorocaba. Deixa-se cercar de crentes e prega a sua palavra com mais frequência. Já é um inspirado de Deus, talvez um enviado.

Mas, o que prega — é o testemunho — é ainda e sempre ortodoxo. São as virtudes que a Igreja exalta. É a palavra do Evangelho. E a devoção que estabelece, que lhe atrai numerosos crentes e numerosas fadigas, é uma devoção da Igreja. Não é um santo novo, não são novas as doutrinas, não é uma palavra de subversão a que profere, mas a doutrina da Igreja, a submissão dos apóstolos e dos discípulos o que procura difundir. Não é um João Batista: antes, procura ser um apóstolo humilde, que não ameaça mas aconselha, que não se rebela mas se humilha, que não comanda mas serve.

É possível que a exaltação religiosa do povo que acorrera à notícia do milagre das águas o fizesse regressar a Botucaraí, donde se dizia, então, eremita. Estavam a venerá-lo, talvez, mais do que ao orago, a fazer do pecador e penitente um santo. É possível. . . O fato é que abalou, voltando para a solidão do seu retiro escolhido para a vida contemplativa. Deixa, então, aos fabriqueiros do

Campestre o seu testamento, que é um documento sincero, que deve ser apreciado na sua essência e não na sua forma.

Este documento, ditado certamente pelo Monge e escrito por alguém mais capaz, foi copiado por Hemetério Veloso da Silveira.

Confirma João Maria, no documento, algumas providências tomadas para a manutenção da devoção de Santo Antônio Abade, “grande Santo solitário nos desertos do Egito, protetor dos animais cavalares, contra as cobras e animais ferozes e protetor do fogo divino e material”; dá instruções aos fabriqueiros sôbre a administração; recomenda como deve ser feita a festa anual do orago, na sua data exata, 17 de janeiro; e institui a distribuição das esmolas.

Hemetério, na sua obra, assinala que “por letra de quem escreveu (o documento) estava — João Maria de Agostini, Solitário Eremita do Sêrro do Campestre de Santa Maria da Bôca do Monte e do Sêrro do Botucaraí, de 1849”. Mas, à margem “dêsse amarelecido papel de Hollanda, está o *fac-simile* [sic] do solitário, em letra quase indecifrável — *Joannes Mã de agostini, sol. erem. de botucaray*” (14).

Se alguma dúvida existisse a respeito de tratar-se do mesmo homem que se retirara na Pedra Santa de Araçoiaba, mesmo em presença das cruzes que, em igual número, em Sorocaba como no Campestre levantara, bastaria essa assinatura, aposta certamente para autenticar o documento, para identificá-lo como sendo a mesma pessoa: elas conferem perfeitamente, uma e outra, a deixada em Sorocaba, no Registro da Câmara, na maneira de a grafar como na de assinalar a sua qualidade de solitário eremita, e a deixada em Santa Maria.

---

(14) *Op. cit.* pág. 595.

EM TÔDA ESTA DIGRESSÃO feita em tórno da figura de um homem desconhecido, de um humilde místico que se movimentou de São Paulo para o Rio Grande — que outro interêsse não teria se não tivesse sido, como dissemos, empurrado à fôrça para dentro das páginas da nossa história — um fato se nos apresenta como inteiramente novo na sua vida: — o da devoção a Santo Antão Abade, até então não revelada, ao que se saiba, anteriormente, nem posteriormente seguida pelo Monge em outros pontos por onde identificamos a sua passagem. Em São Paulo, com efeito, nenhuma referência é feita a semelhante culto por parte do asceta — e nos fatos posteriores da sua vida, até onde nos foi possível acompanhá-lo, também não tornarmos a encontrá-lo.

João Maria, pelo documento que deixou “aos do Campestre”, como pelo talhe de letra que revela a sua assinatura aposta no documento de Sorocaba, evidentemente não era um letrado. A sua letra é irregular, trêmula, não das pessoas idosas mas das pouco habituadas a escrever. Quiçá não fôsse além da própria assinatura. Mas, não cabe dúvidas, de algum modo possuía conhecimentos acima dos vulgares, sobretudo em assuntos de ordem religiosa. E o que diz no proêmio da sua cartatamento a respeito do Santo eremita é exato, isto é, está de acôrdo com o que a Igreja ensina, embora não seja vulgaridade.

Santo Antão, também conhecido por Santo Antônio, cuja festa a Igreja celebra a 17 de janeiro, viveu nos séculos III e IV e o seu título de Abade decorre dos inúmeros prosélitos que fêz. É também chamado e conhecido por Santo Antônio dos Animais, “porque, durante a sua vida

no deserto, não só amansava as feras com também as curava com a sua bênção" (15). Retirando-se para o deserto, por sua vida exemplar de austeridade e pelas duras penitências a que se submeteu, conseguiu vencer as tentações que o assaltavam. Em tórno da sua cova, outros homens que se fizeram seus discípulos, cavaram as próprias e, ouvindo-lhe as prédicas, o tomaram por mestre, modelo e patriarca. Frei Justo Perez Urbel, aliás seguindo a opinião de outros escritores cristãos, chama-o de Antônio, o Grande (16), e a Igreja o reconhece protetor contra as doenças dos animais, bem como contra o *herpes-zoster*, o *ignus-sacer*, o fogo sagrado, fôgo de Santo Antão ou mal de Santo Antão.

É um santo popular na Europa, onde o seu nome figura no folclore, através de rifões e de benzeduras. No Brasil, embora tivesse sido padroeiro de uma Vila em Pernambuco, não goza de tamanha popularidade. Não obstante, na arte erudita, lá como aqui, a figura do Santo eremita tem servido principalmente aos pintores que, nas faladas tentações, têm encontrado inspiração para numerosas telas.

Ora, João Maria, como dissemos, seguidor do eremita do deserto, conhecia-lhe a história, a lenda, tanto assim que a pôde resumir não só na linha característica da sua existência como no protetorado que lhe reconhece e recomenda a Igreja. Mas não havia manifestado qualquer devoção especial neste sentido, como não o foi encontrar entre os campestinos de Santa Maria da Bôca do Monte. Tudo faz crer que, tendo reconhecido a imagem do Santo na sua passagem pelas Missões, possivelmente na casa de algum morador das proximidades, lem-

---

(15) LUCAS (Antônio Castillo de) — *San Antón*, in *Rev. Douro Litoral*, 1955.

(16) *Año Cristiano*, Tomo 1.º — Madrid, 1940 — cit. por CASTILLO DE LUCAS.

brou-se de erigir-lhe uma capela, difundindo assim o culto ao seu mestre e modelo.

Pouca importância teria o fato em si, se não se atribuísse ao Monge — e dois foram os escritores apontados no particular — uma espécie de *monomania* religiosa e uma ignorância absoluta neste como noutros assuntos.

Ora, o seu conhecimento sobre Santo Antão não o adquiriu certamente em São Paulo ou no Rio Grande. Já o possuía como outros de ordem religiosa, quando se devotou à solidão e à prece. Mas não o assaltara como mania a que servisse, escravizado a ela por um psiquismo doentio. A sua religiosidade tomava súbitos aspectos, inesperados matizes, diversos na sua essência, que longe estão de apontá-lo como um monomaniaco.

Não resta a menor dúvida que, a ser exata a informação de que nos valem, o ciclo messiânico de João Maria durou muito pouco. Tudo faz crer que êle preferia o isolamento à prédica, o esquecimento à popularidade. E assim foi que não tardou a regressar ao seu retiro do Botucaraí, deixando ao próprio povo do Campestre a manutenção da capela do Santo Eremita — e certamente ali permaneceria por algum tempo esquecido, não fôsse a ação do Presidente da Província, o General Soares de Andréia, que era violento e atrabiliário, como o demonstrara no Pará e em Santa Catarina.

## 6

A DIVULGAÇÃO DA NOTÍCIA das milagrosas águas da fonte do Campestre, que curavam inúmeros males, fama que se difundiu por todo o sul, excedendo ao próprio Rio Grande, como relatam as notícias, fêz com que o Presidente Soares de Andréia mandasse examiná-las. Havia um duplo interêsse no caso: — a de que viesse o exame

a revelar a existência de uma fonte de águas minerais, de composição capaz de permitir fôsem devida e cientificamente aproveitadas, bem como a da explicação dos *milagres* já verificados, derrubando o prestígio do Monge ante os seus crentes.

Assim, dando execução a uma lei provincial, votada em julho de 1848, nomeou Andréia uma comissão de médicos e farmacêuticos para examinar as águas da fonte de Santa Maria da Bôca do Monte. Hemetério Veloso afirma-nos que, feito o exame químico, não foram encontradas nelas “quaisquer propriedades medicinais ou miríficas”. “Era muito boa” a água do Campestre “para ser bebida, mas não tinha propriedade curativa alguma” — confirma J. Belém<sup>(17)</sup>.

Não obstante, a crença persistiu, a fé dos concorrentes não se abalou — e as curas continuaram a processar-se, conforme se divulgava.

A decepção de Andréia, que pretendia explicar os prodígios divulgados pelas qualidades medicinais das águas, não deve ter sido pequena; mas a sua cólera foi bem maior do que o desapontamento, quando veio a saber que, apesar de tudo, o povo continuava a acreditar nelas, ou quiçá, por aquilo mesmo, por não possuírem as águas qualquer virtude excepcional, mais patentes se tornavam os casos como sendo milagrosos.

João Maria já se havia retirado para o Botucaraí — ou para lá fugira, como conta J. Belém, perseguido pela Polícia, como narra Hemetério — ao saber que havia sido dada ordem para prendê-lo, ordem oriunda da suposição presidencial de que “aquela multidão de sofredores” viesse a tornar-se “um foco de fanáticos perigosos”.

Apesar desta retirada, ou fuga, do Campestre, Andréia o mandou buscar, prendendo-o no Botucaraí<sup>(18)</sup> e o

---

(17) BELÉM (J.) — *Op. cit.* págs. 178.

(18) IDEM, *idem, idem.*

deportou. Felicíssimo teve a oportunidade de ver o eremita quando prêso.

“Na minha volta, quando embarcava no vapor que devia trazer-me a Pôrto-Alegre, apareceu o Monge, com duas ordenanças, que vinha a chamado [? !] do Presidente Andréia. Chegado aqui, foi recolhido ao Quartel da Polícia, onde permaneceu até a partida do paquete para o Rio; aqui embarcou recomendado por Andréia ao Ministro da Justiça, que o mandou ao Chefe de Polícia com recomendação especial. Li, após isto, a resposta do Chefe de Polícia ao Ministro, dizendo que o Monge João Maria de Agostini se asilara na rua do Catete, n.º 13, com a proibição de curar e de fazer prédicas” (19).

Estava terminado, com esta deportação, o ciclo-riograndense da vida de João Maria. Mas, como disse J. Belém, “êle se foi, mas a sua obra ficou”. . . Com efeito, ficaram a festa e a devoção de Santo Antônio, ainda até os nossos dias existente no Campestre. É possível que a memória do Monge João Maria já não exista ali — mas não é de duvidar que, ainda hoje, as águas da sua fonte ainda operem os mesmos prodígios do passado. . .

## 7

NINGUÉM SABE QUANTO TEMPO ficou o Monge no Rio de Janeiro. É provável que não tivesse ali permanecido por muito tempo, regressando ao seu abrigo de Sorocaba, ao seu retiro da Pedra Santa, voltando ao convívio pouco freqüente dos sitiantes e dos operários da Fábrica de Ipanema, silenciando sôbre a sua fracassada missão no sul.

Também se ignora o tempo que aí, em Sorocaba, teria permanecido, pois já em 1851 o vamos encontrar no Paraná.

---

(19) FORTES (General J. Borges) — *Op. cit.*



É provável, mas não certo, pois não nos ficaram documentos, que em 1850 já houvesse empreendido viagem, aproveitando, então, o caminho das tropas. Fato é que se instalou, não se sabe quando, nas proximidades da cidade da Lapa, então Vila do Príncipe e ex-Capão Alto, tendo escolhido uma gruta para abrigar-se, da mesma forma por que o fizera antes em Sorocaba e no Botucaraí.

A sua permanência, se não foi demorada, foi, não obstante, suficiente para torná-lo conhecido na região — e é quase certo que também ali tivessem ocorrido até a sua gruta, nas pedreiras que se levantam, imponentes, a leste da cidade, os moradores, em busca de conselhos e, mais freqüentemente, à procura de alguma ação sobrenatural que os curasse de alguns padecimentos remotos ou rebeldes.

É mesmo provável que a população tivesse tomado conhecimento da sua existência na gruta que hoje tem o seu nome, por tê-lo ouvido pregar na Igreja Matriz da Cidade. Com efeito, em artigo recente, publicado pelo jornal *O Estado do Paraná*, o Revmo. Padre João Augusto Sobrinho escreve o seguinte, extraído do Livro do Tombo da Matriz, n.º 4, fls. 92, sobre a Gruta do Monge: — “Lugar chamado Monge,  $\frac{3}{4}$  de légua da cidade, acha-se uma gruta no alto da Lapa, com uma cruz e fonte. A cruz e a fonte são muito veneradas pelo povo. Nos anos de 1840 a 1850 residiu lá por pouco tempo, um monge, que provavelmente foi sacerdote, porque consta que com licença do então vigário, Pe. Luís de Carvalho, pregou na *Matriz*. O lugar nunca foi benzido” (20).

Ora, como assinala o Autor, o Pe. Luís de Carvalho foi Vigário da Lapa entre 1806 e 1853, ano em que faleceu. Se êste sacerdote permitiu que o Monge falasse aos seus fiéis e paroquianos, na Igreja Matriz, certamente ao fim

---

(20) Edição de 22 de junho de 1956 — “*Da Lapa — Verdades de Arrepiar*”.

da Missa, como já o permitira, igualmente, o Pe. Antônio Dias de Arruda, em Sorocaba, o fato teria acontecido antes de 1853 — e se o fato não fôsse verdadeiro não o teria registrado o velho Livro do Tombo da Matriz. Entretanto, tendo chegado do norte em 1844, pudemos acompanhar, mais ou menos, os passos de João Maria até 1848-49, quando foi deportado do Rio Grande do Sul. Assim, só em 1850, ou melhor, entre 1850 e 1853, foi que êle teria surgido na Lapa — a não ser que as suas peregrinações pelo sul do Brasil tivessem começado muito mais cedo, antes mesmo da sua comprovada viagem ao norte do país.

Também não é menos curioso que, tendo sempre conservado a sua vida pregressa no mais absoluto sigilo, João Maria possuísse alguma qualidade que aos sacerdotes apenas revelava. Nem poderia ter sido de outra forma. Em Sorocaba e na Lapa os vigários consentiram que se dirigisse ao povo — e no Rio Grande do Sul, o encarregado dos negócios eclesiásticos, seu Arcipreste ou Vigário Geral, consentiu que êle estabelecesse uma devoção, permitindo mesmo que transportasse para o local em que seria instituída a imagem de Santo Antônio, uma imagem que fôra das reduções fronteiriças das Missões. Fôsse um fanático, um monomaníaco, um místico, apenas, um exaltado na sua fé — não é crível que os referidos sacerdotes tivessem, sem maior exame, consentido no que consentiram. Não vamos ao ponto de julgá-lo um sacerdote, como se acreditou, suspenso de ordens, e que andasse a cumprir severa penitência a si mesmo imposta, por êstes sertões do Brasil. Mas, a sua qualidade de filho legítimo da Igreja foi reconhecida, ao tempo, por quem tinha capacidade para fazê-lo. E por mais de um... Talvez fôsse um membro da ordem dos Eremitas de Sto. Agostinho.

O fato é que, junto a uma reentrância, que mal cobria um homem das intempéries, nas proximidades,

também aqui, na Lapa, de um filete d'água cristalina e fresca que brota das pedras, fêz o seu pouso — e aí os coevos o teriam encontrado, de joelhos, orando junto a um tôsko cruzeiro por êle mesmo levantado — e a êle teriam confiado as suas angústias e as suas esperanças.

João Maria, a par de prescrições religiosas, aconselhava, como no Campestre, a água que ali perto corria. Para tôdas as enfermidades e para tôdas as queixas. E, como sempre e em tôda a parte, havia os que saíam reconfortados e os que saíam curados, os que se viam recuperados e os que desciam esperançados. A fama de curas milagrosas obtidas com aquelas águas que, também aqui, não possuíam senão pureza e frescura, sem propriedades medicinais “ou miríficas”, correu como sempre correm tais notícias, aumentando a afluência de crentes e a reputação dos poderes sobrenaturais do Monge.

Mantinha êle — e esta é a tradição oral que sobrevive na cidade, por nós mesmos colhida — os seus hábitos de ascetismo. Nada aceitava, salvo algumas ofertas de frutos e leite. Se lhe deixavam outros alimentos ou dinheiro, quando não os recusava de imediato, distribuía-os aos pobres logo depois. Tal como fizera no Ipanema, à noite, na solidão e quietude das horas adiantadas, entoava seus salmos e seus cantos. A sua voz, ampliada pelas quebradas da serra, servindo a pedreira de concha acústica, nas noites calmas era ouvida cá em baixo, muitas vêzes, chegando aos ouvidos do povo que se edificava da sua piedade.

Vale aqui transcrever um pequeno trecho do Visconde de Taunay, que em fevereiro de 1886, sendo Presidente da Província do Paraná, visitou a gruta do Monge, nome que já então possuía a parte das lapas rochosas que havia sido habitada por João Maria, e que até hoje conserva:

“Da *Pedra Partida* fui à *Gruta do Monge*, lugar de romaria durante a Semana Santa dos moradores da circunvizinhança, pois ali morou não pouco tempo, em 1842, como anacoreta, um velho padre, ou tido por tal, chamado Agostinho Maria. E, para a prova da ingênua devoção, lá se erguem umas 4 ou 5 cruces rústicas e pesadonas, fincadas na rocha viva e cercadas de modestos *ex-votos* e velinhas de cêra bruta, que as abellhas vão esfarelando, com a consciência de quem entra na posse de coisa que lhes pertence. Nem sequer é gruta aquilo, porém sim mero ressalto no corpo da pedreira, coberto por larga e saliente laje, que faz vêzes de alpendre, de modo que o pobre anacoreta tinha que suportar bons aguaceiros, quando tocadas as chuvas de encontro ao mal amparado abrigo” (21).

A descrição é perfeita. Nós a visitamos inúmeras vêzes e podemos afirmá-lo: sôbre aquêle ressalto, hoje ocupado por um oratório, onde imagens de Santo Antônio e da Virgem se encontram ao lado de um quadro com o retrato de João Maria, aliás de um segundo João Maria, como veremos, ressalto enegrecido pela cêra que escorre das velas que em profusão são ali acesas, repousava o Monge o seu corpo cansado, segundo narra a tradição. Era a sua cama — “a cama do Monge” (22).

Não sabemos onde teria Taunay obtido a informação de que remontava à era de 1842 a chegada de João Maria à Vila do Príncipe. Não possuímos documentos para acompanhá-lo na afirmativa, nem para negá-la. Talvez a tivesse obtido na tradição oral da cidade, de algum acompanhante da comitiva presidencial. Não obstante, se o fato fôr verdadeiro, então seremos obrigados a admitir

---

(21) TAUNAY (Visconde de, Alfredo d'Escragolle) — *Céus e Terras do Brasil* — 9.ª Ed. — Melhoramentos — São Paulo, s/data, pág. 170. .

(22) Muitos, entretanto, chamam-na de Mesa do Monge. — Colhido na Lapa, pelo Autor.

a chegada ao Brasil de João Maria em época bem mais remota e de que a sua visita ao sul do país é anterior àquela viagem ao norte com a qual começam as nossas narrativas.

É verdade que, na antiga Vila do Príncipe, recolhi do sr. Joaquim Borges da Silveira, de 85 anos de idade, velho morador e filho daquela cidade, recentemente, um depoimento bastante interessante.

Conta o sr. Joaquim Borges, conhecido na cidade por Joaquim Tristão, pessoa conceituada e de completa lucidez, apesar dos anos, que o Monge teria chegado à Lapa em 1845, vindo de São Paulo a pé. Na fazenda de seus parentes, estância de João Bernardo da Silveira, denominada Santa Clara, pediu pouso, tendo declarado vir de Tatuí, no Estado de São Paulo. No dia seguinte, prosseguiu na sua viagem, em companhia de um membro da família. Por sinal que, a respeito, narrou-nos o informante, há uma lenda: a João Maria foi cedido um cavalo, para o levar até a cidade da Lapa, cavalo êste que manquejava. Ao voltar para a fazenda, entretanto, o cavalo que transportara o peregrino, chegou curado.

Depois de algum tempo nas proximidades da cidade, certamente na gruta que conserva a sua lembrança, João Maria abalou para o sul, tendo-o feito em companhia de Tristão Correia da Rosa, parente também do depoente, que recebeu do Monge uma chocolateira como dádiva, chocolateira essa que até hoje é conservada pelo depoente. Tivemos o objeto em mãos, sendo de cobre, um tanto amassado e com alguns furos.

Narrou ainda o sr. Joaquim Silveira que o Monge era perseguido pelas autoridades, pois dava remédio de ervas. Na mesma oportunidade contou-nos algumas lendas, que serão referidas oportunamente, bem como

que as cruces que João Maria levantava eram sempre de cedro, nunca de outra variedade de madeira.

A informação de que João Maria vinha de Tatuí, colhida de pessoa lapeana, sem qualquer notícia da estada do Monge em Sorocaba, parece-nos de maior importância, pois identifica o peregrino que pousou na fazenda de Santa Rosa como sendo o mesmo da Pedra Santa, nas proximidades daquela cidade paulista.

Se a data fornecida pelo sr. Joaquim Tristão é exata, como a informação acima, somos obrigados a recuar a passagem de João Maria pela Lapa, antepondo-a à sua estada no Rio Grande. Desta forma, a sua viagem às Missões teria sido feita depois de uma travessia pelos sertões paranaenses e catarinenses.

## 8

DE QUALQUER FORMA, em 1851, João Maria alcançava o Registro do Rio Negro. Assim, depois da sua permanência no Campestre e da sua volta a Sorocaba, teria voltado à Lapa, ganhando, desta feita, o Registro às margens do Rio do mesmo nome, justamente onde se defrontam hoje a cidade paranaense que conserva a denominação e a catarinense de Mafra. É o que conta a tradição.

Atravessando o rio, provavelmente em busca de um refúgio menos exposto à curiosidade e às visitas, que seriam frequentes à margem direita, já regularmente povoada, fixou-se na margem catarinense. Recusando, como era de seu costume e feitio, a hospedagem oferecida pelos moradores ribeirinhos, preferiu, à falta de gruta, o abrigo sob a copa das árvores. Aí mesmo procurado, aconselhou e praticou.

Conta Hermelino de Leão<sup>(23)</sup> que o Rio Negro havia sido flagelado por uma epidemia de varíola que lhe fôra levada por soldados, durante a revolução farroupilha, epidemia que teria feito, nas redondezas, cêrca de duas mil vítimas.

“O temor da peste devia ser ainda vívido e é natural supor-se que os colonos e moradores rogassem ao eleito do Senhor que lhes preservasse de novo flagelo. O Monge, então, recomendou que construíssem 19 cruzes e as levantassem desde a porta da capela, em linha reta, até o rio, observando igual distância de uma para outra”<sup>(24)</sup>.

As cruzes teriam sido levantadas, segundo a tradição, a 30 de junho de 1851. Eram de madeira de lei, contendo 30 palmos de altura e foram colocadas, como mandara João Maria, da Capela à barranca do rio.

Mais tarde, o Tenente Francisco Xavier de Assis, julgando-as um empecilho à passagem das tropas, determinou a sua remoção, tendo-as os colonos guardado em suas casas, até que o tempo as consumiu, exceto uma — a que ficava fronteira à Capela — que ali permaneceu e que veio a ser a tradicional Cruz da Cidade de Mafra, a respeito da qual ainda voltaremos no presente trabalho.

Excetuando o número das cruzes, a ser aqui exato o número de 19, observa-se a mesma determinação religiosa de João Maria, já assinalada em Araçoiaba e no Campestre.

O tempo de permanência do Monge em Mafra é ignorado. Que caminhos tomou, ninguém sabe. Se regressou à Lapa, ou se se embrenhou pelas matas indo sair em Lajes, continua a ser uma incógnita que jamais será resolvida, como muitos outros pontos da vida dêste piedoso e misterioso personagem.

---

(23) LEÃO (Hermelino de) — *A Cruz Histórica da Cidade de Mafra* — in *Centenário da Colonização Alemã*. Rio Negro-Mafra, publ. de Mário F. Olivero, 1929 — págs. 129 e segs.

(24) *Op. cit.*, pág. cit.

OTACÍLIO COSTA acreditava que, por volta de 1862, foi erguido na cidade de Lajes o seu cruzeiro.

“E um dia, como um fantasma, filho da própria floresta, aparecia um velho de barbas intonsas, pés maltratados, dentro de alpercatas de couro cru, um barrete de pele de tigre na cabeça, uma sacola às costas, um velho livro de orações, um cajado na mão, curvado ao peso dos anos e das caminhadas longas. Não dormia nas casas, recusava o colchão e o travesseiro e, para alimento, cozia umas ervas”...

“Ali, no alto da Santa Cruz, éle — o bom velho das longas caminhadas, da abstinência, da renúncia impressionante a tôdas as belezas falazes da vida — convidou o povo a erigir uma cruz, como sinal da fé e marco da sua passagem por êstes sertões impérvios. Dias depois, uma cruz ali se ergueu. A madeira veio dali, das margens do Cará. As ferramentas de carpinteiro eram tôscas, quase sòmente havia o machado. Preparada a madeira, os braços da cruz não ficaram bem justapostos. Eram precisos um ou dois pregos grandes. Onde os havia, se naquele tempo os pregos eram feitos no ferreiro em sua quase totalidade?

·E o velho Monge concentra-se. Aponta para uma velha casa de madeira — um galpão aos fundos de uma casa da rua Direita (hoje 15 de novembro) e diz:

“Ide lá. Encontrareis uns cavalos ensilhados e alguns homens jogando. Entrai e ponde a mão sôbre a linha mestra, aos fundos e, aí, encontrareis um grande cravo”.

E os homens foram e encontraram e vieram, pressurosos, pregar os braços da cruz” (25).

---

(25) COSTA (Otacillo) — Santa Cruz — Lajes — 1942 — págs. 4 a 6.



Despontava, também aqui, a lenda.

Não houvera milagre onde só a intuição e a observação, certamente, haviam obrado. Num galpão de uma cidade, centro de uma zona pastoril, haviam de estar, se houvesse cavalos amarrados à porta, homens a jogar. E nas vigas mestras dos galpões haveria sempre um ou mais cravos, onde se pendurava roupas e apeiros.

Mas, tudo isto, por ser simples demais, passava despercebido à gente da terra — não ao forasteiro observador. Assim surgem as lendas — e, por sinal, muitas vezes, as mais belas lendas de que a humanidade se faz depositária...

## 10

### E VOLTOU PARA SOROCABA.

Tornou ao seu primitivo abrigo nas matas da Fábrica de Ferro do Ipanema, ao tempo em que foi seu diretor o Coronel Dr. Joaquim de Sousa Mursa (1865-1889).

Ali viveu mais algum tempo, entregue sempre às suas orações e às suas devoções, até que, em 1865, segundo Aloísio de Almeida, ou 1870, segundo João Lourenço Rodrigues, desapareceu para sempre.

Da sua morte correm várias versões.

Uma delas é a de que tenha morrido na sua própria gruta, atacado por algum animal feroz ou por algum desalmado. Baseia-se esta versão num bilhete encontrado por João Graciano de Oliveira no Arquivo da Fábrica de Ferro, escrito pelo administrador Costa Passos ao diretor Mursa, comunicando o desaparecimento de João Maria e ter sido encontrado, nas tábuas que constituíam o seu leito, sinais de sangue<sup>(26)</sup>.

---

(26) ALMEIDA (Aloísio) — *O Monge do Ipanema* — Artigo no *Jornal Sorocabano Cruzeiro do Sul*, 1-8-1942.

Esta versão, veiculada pelo eminente historiador Cônego Castanho de Almeida, em 1942, foi por êle mesmo colocada de lado, embora não em dúvida a autenticidade do bilhete. Aliás, a ter sido assassinado por algum facinora ou morto por alguma fera, além do sangue fatalmente teriam sido encontrados outros vestígios, restos do seu cadáver, vestes e seus míseros pertences.

Para o eminente e culto sacerdote, a retirada de João Maria de Sorocaba não significa a sua morte, que se teria verificado muito mais tarde. Em cartas sucessivas com que nos honrou o ilustre historiador, retificando pontos de algumas de suas anteriores publicações, teve a oportunidade de, também, participar-nos outras versões colhidas. Acredita hoje Aloísio de Almeida que o Monge tenha ficado em Sorocaba até 1870, aproximadamente, rumando depois para os sertões de Araraquara, onde, então teria morrido. Sobre local e data da morte, não obstante, persiste a dúvida e Almeida, que conhece a versão do falecimento do Monge em 1906 ou 1907, "macróbio e inofensivo", obteve também a informação, que gentilmente nos enviou, que tal acontecimento teria ocorrido "no Morro Pelado, hoje Itirapina, então Município de São Carlos, caminho de Araraquara, antes de 1889".

Antes, entretanto, passara por Tanabi (então Jataí), pernoitando "ao lado de um cruzeiro situado próximo à casa do velho Casemiro, sendo certo que o bondoso cenobita, por princípio, não aceitava a hospedagem de ninguém e tampouco alimentos caseiros" (27).

A versão da morte de João Maria em Araraquara, por volta de 1906, com mais então de um século de existência, foi veiculada por Hemetério Veloso da Silveira (28) —

---

(27) OLIVEIRA (Sebastião de Almeida e) — *Subsídios para a História de Tanaby* — in *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo*, Vol. XLVIII, pág. 228.

(28) *Op. cit.*, pág. 209.

embora não tivesse êle a certeza absoluta de tratar-se da mesma pessoa um eremita “de igual nome” ali falecido. “Os jornais que deram notícia do citado macróbio nada esclarecem; mas quem conhecer o passado do ermitão do Campestre talvez, por indução, ouse afirmá-lo”.

Não sendo de todo inverossímil, encontramos um ponto fraco nesta versão da morte de João Maria em 1906, que é o de que, tendo êle abandonado Sorocaba em 1870, aproximadamente, por mais de 30 anos tivesse permanecido nas proximidades de Araraquara, ou mesmo peregrinado por outros lugares, sem dar de falar de si. Não é possível que, em tão longo tempo, a exemplo do que sucedeu em Sorocaba, na Lapa, no Campestre e em outros lugares, não se tivesse tornado conhecido, deixado memória de si, ao menos na tradição oral, não tivesse continuado a plantar cruces e a fazer curas. Tantos quantos procuraram obter em Araraquara algum esclarecimento, inclusive nós mesmos, nada obtiveram a respeito.

A data da sua retirada de Sorocaba, não obstante, parece ser mais ou menos exata. Aloísio de Almeida toma como ponto de referência um marco certo e daí conclui pela exatidão daquela. Pouco antes de sagrar-se bispo, D. Frei Vital Maria de Oliveira, sendo ainda professor do Seminário de S. Paulo, visitou a gruta do solitário de Ipanema (1871-1872) e não mais ali o encontrou.

Outra versão pouco divulgada sôbre a morte do Monge, foi veiculada, com as devidas reservas, pelo Revmo. Pe. Geraldo J. Pauwels, no final do seu trabalho “*Contribuição para o Estudo do Fanatismo no Sertão sul-brasileiro*”, aparecido em 1928.

“Acabo de receber” — cita o culto sacerdote e escritor — “do Povoado de Tacuru, no Chaco Paraguáio, uma carta assinada por D. Juan Sentú Gonzales, na qual me comunica que, a 12 de março do corrente ano (1928), à margem esquerda do Rio Pilcomayo, entregou a alma ao

Criador o mui santo João Maria de Agostinho, na avançada idade de 115 anos. Conservou a integridade das suas faculdades mentais até o último instante e estas foram as suas últimas palavras: — “Dizei aos povos do sul do Brasil que não esqueçam os conselhos que lhes dei; que sigam os caminhos de Deus e plantem o trigo, a mandioca e cultivem as abelhas, porque não está longe a era de misérias, peste e doenças, como tem sido avisado por Deus, nos grandes desastres, tremores de terra e incêndios que têm surgido na superfície da terra. O Brasil está destinado a ser o condutor dos povos, depois da hegemonia da raça eslava. Será o celeiro do mundo e distribuirá o pão que alimenta o corpo e a idéia que fortalece o espírito. Deus me chamou para junto de Si. E, agora, só daqui a 150 anos aparecerá um novo profeta, que virá consolar os netos dos netos daqueles que me veneram. Antes disso aparecerão falsos profetas que pregarão o morticínio e as guerras. Fugi dêles como quem foge de um leproso. Um Deus de justiça e misericórdia nunca fomentará o derramamento de sangue entre as suas criaturas” (29).

Não estamos propensos a aceitar a veracidade desta informação, se bem que tudo seja possível neste mundo de Deus. . .

Em verdade, o homem que misteriosamente surgira no Brasil, mantendo absoluto segredo sobre o seu passado, nunca desvendado a quem quer que fôsse, e que pudesse revelá-lo, também misteriosamente desapareceu.

Onde, como e quando teria morrido — tudo se ignora, como ignoradas persistem as suas rotas pelo sertão adentro.

Passou, apenas.

---

(29) PAUWELS (Pe. Geraldo J.) — *Contribuição para o Estudo do Fanatismo no sertão sul-brasileiro.*

Mas, passou sem ter feito qualquer coisa nociva. Antes, pelo contrário, pregou e praticou o bem. Evangêlicamente dividiu o pouco que lhe davam com os mais necessitados. Para si o pouco era muito e quase nada bastava às suas necessidades. Alimentava-o a palavra de Deus. E mesmo esta a distribuiu àqueles que o procuravam.

Nunca se rebelou, mesmo contra aquêles que usaram de violência contra a sua pessoa. Submisso e humilde, conformou-se com a injustiça, sacudindo o pó das suas sandálias. Buscou a solidão e não o atraíram as glórias do mundo. Quando a multidão o cercava, sumia-se sem dizer para onde ia, para que não o acompanhasse. Vivia interiormente, para a contemplação e para a prece. Quando elevava a voz era para louvar a Deus.

Em longa epístola que nos escreveu Aloísio de Almeida, com a sua autoridade de sacerdote e com a sua ilustração de escritor eminente, ratificando-a mais tarde, de viva voz, opinou: — “João Maria de Agostini foi um eremita à maneira dos antigos, que viviam em grande penitência, raro desciam aos povoados e nunca faziam as funções reservadas aos clérigos ordenados”.

Velho aos 43 anos, é possível que tivesse atingido ou ultrapassado a casa dos cem, pois a sua vida de sobriedade e vivida ao ar livre poderia ter sido dilatada além dos limites normais da existência humana. Mas ninguém sabe se isso aconteceu. Não deixou a quem quer que fôsse os seus restos, os seus ossos, para que viessem a ser venerados como relíquias e sôbre êles se levantasse a heresia.

Não obstante, como muitas vêzes acontece, independentemente da vontade de cada um, não pôde impedir que as lendas surgissem em tórno da sua pessoa.

De fato, elas surgiram — e nós a elas ainda nos referiremos.

## II

# JOÃO MARIA DE JESUS

### 1

#### TERIA HAVIDO UM SEGUNDO JOÃO MARIA ?

Tudo nos leva a crer que sim — e a hipótese não possui nem mesmo o sabor da originalidade, pois já foi aventada por outros estudiosos e pesquisadores que, antes de nós, chegaram a tal conclusão.

Apenas um ponto nos confunde, como aos outros também deixou confusos — e vem a ser o da simultaneidade de existências.

Com efeito, se admitirmos a versão da morte de João Maria já no século XX, por volta de 1906, que é uma delas, teríamos de aceitar a existência simultânea de dois monges com o mesmo nome, um recolhido ao seu isolamento no desconhecido eremitério de Araraquara, e outro a palmilhar as terras do sul, vivendo em contacto com a população dos três Estados sulinos, principalmente com a do Paraná e a de Santa Catarina.

Esta simultaneidade poderia, entretanto, conduzir ao desmascaramento, a qualquer instante, do impostor pelo autêntico que, como ficou patente, não era homem que temesse internar-se pelos sertões para surgir, inesperadamente, num ponto ou noutro, a não ser que a idade, por demais avançada, tivesse impedido de realizar novas caminhadas e novas peregrinações. Mesmo assim, a

fraude poderia ter sido descoberta, não porque a existência de um eremita pudesse impedir a de outro, mas pela identidade de nomes e pela semelhança dos processos, pois um estaria a fazer-se passar pelo outro. Centenário e valetudinário, recolhido ao seu eremitério de Araraquara, em tais condições João Maria de Agostini não poderia deixar de ser conhecido dos moradores das proximidades, dos quais, num mínimo compatível com as suas reduzidas necessidades, dependeria para a sua própria sobrevivência. Desta forma, como a vida do segundo era pública e notória, cedo estaria revelada a impostura de quem lhe tomava o nome e a fama nos Estados sulinos.

Assim sendo, parece-nos bastante plausível dever anteceder a época da morte de João Maria de Agostini ao aparecimento deste segundo peregrino, seu homônimo.

Mas, com razão se perguntará, por que não admitir que João Maria tenha sido uma única e mesma pessoa? Por que admitir a existência de mais de um monge com o mesmo nome, quando menos difícil seria admitir-se a possibilidade de um só indivíduo, cuja longevidade não seria caso por demais raro para ser aceita?

A hipótese de se tratar de um mesmo homem tem contra si, entretanto, uma série de fatores e de elementos que a tornam menos compatível com a realidade.

Não bastasse o raciocínio que repele, como menos provável, o fato de, justamente depois de entrado em anos, quase centenário, tivesse João Maria ativado a sua preocupação apostólica, multiplicado as suas caminhadas e as suas pregações, quando dantes preferira a vida contemplativa e o isolamento, vários fatores concorrem para firmar a presunção da existência de um outro homem.

Se é verdade que as atitudes religiosas, a modificação de certos sistemas dantes usados, possam ser aceitas como resultado de uma nova diretriz tomada pelo eremita, à

vista de julgar-se um enviado de Deus e portanto sujeito às determinações superiores que lhe eram ditadas nos seus êxtases, conduzindo assim a modificações na sua conduta, não é menos certo que se tornaram patentes dessemelhanças físicas que não depõem em favor da existência de um só e mesmo peregrino.

Para explicar as semelhanças nos hábitos — entre os quais o de não aceitar pôso dentro das casas, nem alimentos preparados — já se chegou a pensar em ter o autêntico João Maria ensinado, preparado êste substituto que lhe copiaria as atitudes adquirindo-lhe os hábitos. Mas nem desta iniciação existe qualquer notícia, não constando em qualquer parte a presença do Monge acompanhado de um discípulo, nem se torna necessário recorrer a tal hipótese para justificar a identidade daqueles hábitos, uma vez que os mesmos eram do conhecimento geral e qualquer um, mesmo de indústria, poderia adoptá-los para se fazer passar pelo Monge, sem necessidade de um aprendizado junto ao eremita piemontês.

Assim não será nas semelhanças que deveremos buscar o fio da meada, sim, justamente, nas diferenças, pois nelas residem o ponto chave do problema.

É preferível, entretanto, que falem os documentos.

## 2

SEGUNDO TODOS OS DEPOIMENTOS, a aparição de João Maria, para um segundo ciclo messiânico, mais intenso e demorado do que o fugazmente ensaiado no Campestre, data de era posterior a 1890.

O primeiro dêles, de indiscutível valor histórico, encontra-se na obra do dr. Ângelo Dourado, "*Os Voluntários do Martírio*", surgido com o sub-título "fatos e



episódios da guerra civil”, em 1896, espécie de diário da campanha federalista <sup>(1)</sup>.

Estavam os revoltosos procurando refluir para o Rio Grande do Sul, depois de haverem as dificuldades internas e a falta de unidade no comando anulado as vantagens militares conseguidas em Santa Catarina e no Paraná, fazendo a travessia dos sertões em penosa marcha. A certa altura acamparam nas margens do Rio do Peixe para um rápido descanso de um dia e, no seguinte, prosseguiram, “chegando à tarde numa pequena aldeia de fabricantes de *erva-mate*”.

“Aqui” — diz Ângelo Dourado — “começam os domínios de um célebre monge que tem percorrido tôda a região missioneira, plantando cruzes em frente das casas, designando árvores que diz serem sagradas, onde os crentes habitantes destas regiões vão, em certas noites, rezar, levando cada qual um rôlo de cêra que acendem ali”.

“O monge é um tipo especial que convém ser conhecido. Caminha só por êstes sertões, nada conduz, nada pede. Se chega a uma casa, dão-lhe de comer, êle só aceita o que é mais frugal e em pequena quantidade; não dorme dentro das casas a não ser nas noites de chuva torrencial. Conversa com os moradores sem ostentação, sem imposição, sua conversa é calma, como quem fala para si só, porém todos o ouvem, todos lhe obedecem; sua figura é humilde, porém todos o respeitam e estimam. Nunca diz para onde vai, nem quando. Anoitece e não amanece; raramente, porém, passa por um lugar mais de uma vez. Quer chova, quer os rios estejam transbordando, vai-se. Não há canôas e êle passa, ninguém sabe dizer como passou” <sup>(2)</sup>.

Atravessando o rio Pelotas, entraram os federalistas em território gaúcho, rumando Passo Fundo. Depois

---

(1) Livraria Americana, Pelotas.

(2) *Op. cit.*, págs. 218 e 219.

estiveram em Soledade e no Jacuí, a caminho de Santa Maria e Ângelo Dourado escreve:

“Na nossa marcha para aqui, tive a ocasião de ver o tal monge. Ele soubera da iminência da batalha e veio para assisti-la; chegou tarde, porém.

Tem uma bandeira branca com a figura de uma pomba vermelha no centro.

Em um dos combates que tiveram, êle se achou, dizem, com a sua bandeira e isto só bastou para que os nossos lutassem até vencer, quase sem armas”.

“O monge é moço ainda (grifo nosso), figura simpática, ascética. Onde êle passa, acompanham-no descobertos. Veio falar-me, conversamos pouco, porque estava eu muito ocupado no curativo dos feridos e por ser já tarde. Êle pediu-me para deixar tocar a sua bandeira nos feridos ao que acedi de boa vontade. Disse-lhe que sabia que êle advogava a nossa causa, e que já se tinha encontrado no lugar onde se brigava, e por isso agradecia-lhe. Êle respondeu-me que não era por nós, mas pela justiça e Deus mandou que se sofra com os que sofrem. Quando proclamaram a república, êle anunciara por onde passara grandes calamidades e para preservarem-se dela plantassem cruzes nas portas. Que haviam de matar e roubar, porque todos êstes teriam em si o diabo. Depois, êsses crimes trariam uma guerra cruel, sem quartel. Que animados pelo diabo teriam fôrças e dinheiro, mas que os outros venceriam mesmo sem armas.

Ora, tudo isto deu-se e o pobre visionário tornou-se profeta para aquela gente que vive sempre animada na esperança de vencer, porque êle disse que Deus assim o quer” (3).

Ê de lastimar que o dr. Ângelo Dourado tivesse sido apenas um cronista do movimento revolucionário, além de comentador político e de dedicado médico — e não

---

(3) *Op. cit.*, pág. 258.

um sociólogo que pudesse ter deixado do monge mais algumas observações. Aliás, as suas preocupações no momento angustioso que vivia a revolução, prestes a encontrar o seu fim, não teriam permitido melhor observação. Nem mesmo, digamos a verdade, estes assuntos entravam na cogitação dos estudiosos. E, assim, Ângelo Dourado, voltado para a planta da revolução federalista que, depois de florescer exuberante, fenecia rapidamente, não teve olhos para ver a semente de outra que, menos de 20 anos depois, iria explodir, violenta, nas proximidades e de cuja semente seria responsabilizado o homem que estava à sua frente. Não teve mesmo a curiosidade de perguntar o nome daquele homem estranho. De qualquer forma, o seu depoimento nos conduz a uma certeza: — aquêlê homem não era João Maria de Agostini.

Em todo o meio século anterior, nem uma só vez o encontramos, abandeirado, fazendo profecias nem manifestando preferências políticas. Mas não bastasse isto, pudesse a proclamação da república ter-lhe transtornado as idéias, em qualquer hipótese não poderia ser, aos noventa e três anos, "*homem ainda moço*", quando já aos 43 anos trazia grisalhos o cabelo e a barba. Ângelo Dourado era médico e não se enganaria num julgamento desta natureza...

Do que não resta a menor dúvida é que as proximidades do Rio do Peixe e do Rio Uruguai, fôsse em território gaúcho, fôsse naquele que o Paraná e Santa Catarina já disputavam, era considerado "domínio do monge". Era a sua zona de influência. Ali, naquela região ainda por desbravar, de tênue densidade populacional, onde os vizinhos se situavam a léguas de distância uns dos outros, assentara êsse homem — que ninguém sabia donde surgira e que não deixaria de si documento algum — o seu pouso.

Aparecera por volta de 1890, unânimesmente afirmam os depoimentos — e êle mesmo, o Monge, diz que “quando se proclamou a República”, por onde passara anunciara grandes calamidades. Ângelo Dourado o encontrou em 1894, em território gaúcho e, dando-nos notícia de que as proximidades do Rio do Peixe eram do “domínio de um célebre monge”, mostra que a sua influência se estabelecera havia algum tempo, estendendo, com as suas andanças, o campo da sua ação.

Frei Rogério Neuhaus, piedoso sacerdote franciscano, que deixou fama de santidade por suas reconhecidas virtudes, e que será mais adiante um outro testemunho, ao estabelecer-se na cidade de Lajes, em 1892, “já encontrou espalhada em todo o planalto a fama do monge” (4).

Cleto da Silva narra que em 1896 passou por União da Vitória “o mui falado profeta João Maria, *São João Maria*, como costumam os sertanejos dizer”. Descreve-o êste Autor:

“Ê um ancião de estatura regular, *alourado* (grifo nosso), tendo sotaque espanhol. João Maria diz andar cumprindo uma promessa, pelo que peregrinava há muito tempo, porém que brevemente tê-la-á terminado. Aconselha aos sertanejos que plantem bastante. Não gosta de ser acompanhado por grupos. Carrega a tira-colo um saco de algodão e, dentro dêle, uma barraca pequena e uma panelinha. Traz consigo um crucifixo e outras pequenas imagens de santos. Costuma pousar à beira dos caminhos, procurando local de boa água”... “O profeta não aceita dinheiro; contenta-se quando lhe oferecem alguma verdura, um pedaço de queijo ou um pouco de leite. Pouco se demora nas localidades. Aconselha a que tenha o povo bastante crença em Deus é que trabalhe para desviar as tentações. João Maria, o pacífico

---

(4) PAUWELS (Pe. Geraldo J.) — *Contribuição para o Estudo do Fanatismo no sertão sul-brasileiro.*

monge, tão popular nos sertões do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato-Grosso e Goiás, aconselhou aos moradores de União da Vitória a que plantassem uma cruz no môrro mais alto da cidade, que é o chamado Môrro da Cruz" (5). Conta ainda o Autor que por mais de uma vez passou o Monge por ali.

Canoinhas, povoado fundado por Francisco de Paula Pereira, obedecendo a insinuações do Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque, de Curitibaanos, local situado entre Pôrto-União e Rio-Negro, hoje importante cidade, foi também visitada por João Maria.

Maria Isaura Pereira de Queirós, em pesquisas realizadas na Biblioteca Pública de Florianópolis, verificando jornais editados nas vésperas e durante a campanha do Contestado, encontrou no exemplar de 10 de outubro de 1912 da "*Fôlha do Comércio*", a notícia de que, alguns anos depois da fundação de Paula Pereira, o Monge ali apareceu. "Pereira, muito fanático, levantou no lugar em que aquêle dormia, no alto do morro, uma grande cruz. Perto, uma vertente d'água pura, o Monge dela bebia, os fanáticos acreditavam que a água era santa e que curava os que bebessem ou se lavassem ali; ergueu-se junto uma cruz preta. Quando o Monge se retirou, Pereira ergueu sôbre a cruz uma capela e todos os domingos, auxiliado por um prêto de nome Romão, ali ia cantar a ladainha. Francisco Pereira morreu em outubro de 1898 e a capela ficou aos cuidados de uma comissão, a cujo presidente os caboclos levavam ofertas para a "Santa Cruz", inclusive de animais. Mais tarde ergueu-se a igreja no lugar da capela; mas a Cruz continuou a mesma, levantada sôbre o altar-mor" (6).

---

(5) SILVA (Cleto da) — *Apointamentos Históricas de União da Vitória* — págs. 67 e 68.

(6) Artigo sem assinatura.

Frei Rogério, em 1897, no mês de dezembro, pôde avistar-se com João Maria, em Capão Alto, nas proximidades de Lajes.

“Mandei-lhe dizer que desejava falar-lhe, recebendo, como resposta, que fôsse à sua procura. Ao chegar êle perto da casa do sr. José do Bairro, vulgarmente Vuca, fêz o seu pouso. Sabendo disso, fui, com alguns cavalheiros, visitá-lo. *Era um homem de seus cinqüenta a sessenta anos, (grifo nosso), de estatura média, vestido pobre, mas decentemente*”.

A entrevista foi pouco amistosa e, assim relata o franciscano:

“Sem me cumprimentar, disse-me logo:

— Frei Rogério, é preciso que o povo faça penitência, porque vêm muitos castigos de Deus.

— Donde o sr. sabe — respondi — que vêm castigos ?

— Está na S. Escritura, — replicou.

— Na S. Escritura, Deus ameaça castigos para o caso de o povo não lhe obedecer aos mandamentos, mas como sabe o sr. quando êles vêm, ou em que forma, na de gafanhotos, de cobras, de chagas ?

— Não sei, — respondeu João Maria; — mas o povo me aperta muito e, então, eu falo assim.

— Anunciou o sr. — continuei — que é preciso fazer velas, porque há de vir uma escuridão de três dias, e que estas velas deviam ser bentas por mim ou pelo senhor. Eu benzo velas, como a Igreja manda, mas não por causa duma escuridão que nunca virá !

— Ela virá — objetou João Maria — está na S. Escritura.

— Diz a S. Escritura que há de vir uma escuridão no fim do mundo, mas esta não é tão próxima.

— Está perto — respondeu João Maria — porque Jesus disse a S. Pedro que o mundo havia de existir mil anos, mas não outros mil.

— Isto não está na S. Escritura.

— Na minha está — replicou João Maria — ela é boa; não é a dos protestantes.

— Deixe-me vê-la — disse eu.

— Não a trouxe — respondeu João Maria, porque é pesada. Deixei-a numa casa longe.

Conversando ainda, João Maria atacou um confrade, dizendo:

— Frei Redento mandou matar os bugres.

— Mentira — respondi — Frei Redento nunca deu ordem de matar um bugre.

Fiz em seguida algumas observações e proibi-lhe de batizar crianças, como fazia, dizendo-lhe:

— Os padres estão encarregados de batizar as crianças, mas não o senhor. Se encontrar uma em perigo de vida, pode batizá-la, como qualquer outro o pode fazer; mas, fora disso, o sr. não deve batizar.

— Deixe-me batizar, frei Rogério — pediu João Maria — porque o povo tem muita fé comigo.

— A Igreja não consente; por isso também não consinto.

Convidei-o então para assistir, no dia seguinte, à *st.* missa, em casa do Vuca. João Maria respondeu:

— Se o sr. quiser esperar até ao meio dia depois de eu ter despachado o povo, eu vou, porque muita gente quer remédios e custa despachá-los.

Virou-se, então, para o povo que o estava rodeando, dizendo:

— Não querem remédios, meus filhos?

Várias pessoas gritaram:

— Sim, *seu* João Maria, quero... Eu também quero!  
— Era uma gritaria.

Respondi com tôda calma:

— Não posso esperar até ao meio dia; tenho de voltar para a cidade, mas acho melhor que o povo venha à sta. missa.

João Maria exclamou:

— A minha reza vale tanto quanto uma missa !

— Impossível ! — repliquei; — nem as orações de Nossa Senhora têm o valor duma missa, pois nesta Jesus Cristo vem descendo sôbre o altar.

João Maria, apontando para a sua caixinha, respondeu:

— Para aqui também vem.

Fiquei indignado, voltando-lhe as costas para sair. João Maria, então, prometeu:

— Está bem. Amanhã cedo, com todo o povo, vou para ali”.

Prosseguindo na sua narrativa, narra Frei Rogério que tôda a noite ficou o povo ao lado de João Maria, homens, mulheres, crianças e que, supersticioso “guardava as cinzas do fogão de João Maria, usando-as como remédio, e no lugar do pouso faziam um cercado, plantando nêle uma cruz”.

“No dia seguinte, às 4½ da madrugada, João Maria veio com o povo para a casa do Vuca. Trazia um bastão na mão e um cachimbo na bôca. Convidei-o para entrar na casa. Quando já estava no quarto, eu lhe disse:

— Se quer ensinar o povo, deve dar-lhe um bom exemplo. Tenha a bondade de se confessar.

— Já faz onze anos — respondeu João Maria — que não me confesso — desculpando-se com a existência de maus frades que não lhe permitiam confessar-se com êles.

— Se é por isso, não faltam bons padres e bispos para se confessar.



— Daqui a um ou dois anos — voltou João Maria — vou visitar a S. Cruz, na cidade de Lajes; então me confessarei com o senhor.

(Mas quem não veio — acrescenta frei Rogério entre parênteses — foi João Maria).

— Como vigário tenho que vigiar sôbre a doutrina. Quem lhe deu a missão de ensinar ao povo? Donde vem?

— *Eu nasci no mar* — respondeu João Maria (grifo nosso); *criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos que tive um sonho, percebendo nêle claramente que devia caminhar pelo mundo durante quatorze anos, sem comer carne nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados, e sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente*".

Celebrei a sta. missa, mantendo-se êle no meio do povo. Ao evangelho, eu disse aos ouvintes que deviam ouvir os padres, por serem ministros de Deus; seguir-lhes os conselhos e ter por guia o catecismo; — que não deviam ouvir outros, que ensinavam coisa diferente, mesmo que se tratasse de um anjo do céu, como já prevenira S. Paulo" (7).

Este depoimento é precioso e vem ao encontro dos que suspeitam de que êste João Maria não era o mesmo João Maria de Agostini de Sorocaba.

"Eu nasci no mar, criei-me em Buenos-Aires e faz onze anos que tive um sonho"...

Ainda que o piemontês de Sorocaba tivesse sido criado em Buenos-Aires, o que seria perfeitamente admissível, em 1897 fazia 43 anos, pelo menos, que se encontrava no Brasil e 40 que já no Campestre pregava, peregrinando pelo sul do país. Se tal sonho houvesse êle tido no ciclo contemplativo da sua existência, não se explicarão as peregrinações e pregações pela Lapa, pelo Rio Negro,

---

(7) SENZIG (Fr. Padre, o. f. m.) — *Frei Rogério Neuhaus* — Ed. Vozes, 2.<sup>a</sup> Ed., págs. 155 e 157.

pelo Botucaraí, por Tanabí e, por último, por Araraquara, que datavam de época bem mais remota.

Ainda que a sua vida, em contacto permanente com a Natureza e de uma sobriedade absoluta, tivesse permitido a conservação do seu físico, o frade não confundiria um homem de 96 anos, que Agostini de fato teria, com um homem de 50 a 60, que foi o que observou. Acresce que o depoimento vem confirmar o de Ângelo Dourado, quanto à idade; e a sua informação sôbre a permanência em Buenos-Aires, com a de Cleto da Silva, que encontrou na sua fala o acento castelhano.

“Nasci no mar” não pode ser tomado aqui como uma forma de exprimir o seu nascimento na orla marinha, como às vêzes se diz, pois a pergunta do padre havia sido donde precedera. “Nasci no mar” quer dizer, sem dúvida alguma, ter nascido a bordo de algum navio, portanto, um apátrida — e por isso acrescentava haver sido criado em Buenos-Aires. Ora, João Maria de Agostini tinha uma pátria certa, era italiano, nascera no Piemonte, deixando um documento no Cartório de Sorocaba que talvez ainda possa ser encontrado.

Mais uma vez teríamos de repetir — este homem não era João Maria de Agostini — porque neste sentido se nos robustece a convicção.

## 3

ESTE SEGUNDO JOÃO MARIA esteve na Lapa por volta de 1894, conforme nos informou o velho morador Joaquim Tristão, que já depôs a respeito do primeiro João Maria. Pernoitou o peregrino no campo da Casa da Telha, a 3 quilômetros, mais ou menos, na direção sul, daquela cidade, deixando ali uma cruz. Dirigiu-se depois na

direção do Palmital, no mesmo Município, pernoitando no campo, no alto da estrada que segue para Porto Amazonas, onde também fincou uma cruz que, segundo o informante, até hoje existe, dentro de um cercado. De lá partiu para o local chamado Terra Vermelha, ainda no mesmo Município, pernoitando sob uma árvore, junto a uma propriedade da Família Braga, da qual era caseiro um tal João Caetano. A respeito desta permanência correm algumas lendas que nos foram narradas pelo depoente, e que serão contadas no momento oportuno. O sr. Joaquim Borges da Silveira, o nosso depoente Joaquim Tristão, acredita firmemente, segundo nos declarou, que êste segundo monge não era absolutamente o primeiro.

A sua permanência na Lapa foi curta e confirma ter sido o mesmo homem encontrado pouco depois por Ângelo Dourado o fato de ter procurado a proximidade de *maragatos*, isto é, de simpatizantes da revolução federalista, da qual já vimos ter sido partidário: — a propriedade da Família Braga e também um Demétrio Ramos, gaúcho revolucionário que ficara na histórica cidade, depois do memorável cerco.

O mesmíssimo homem conheceu-o o Cel. Caetano Costa em 1895, mais ou menos.

“Meio de estatura, com o seu nodoso bordão, o seu boné de pelos, alforge a tiracolo, mala de panos, alpercatas, roupas decentes, velho manto de pedaços de cobertor, vestes comuns e limpas, cachimbo pendente da bôca irônica, olhos claros e vivos, encravados em órbitas fundas, nariz fortemente adunco, *cavaignac* fino, longos cabelos crespos, orelhas atochadas de cabelos, dava ao conjunto a impressão de um tipo judaico... Dizia-se procedente de Montevidéu”.

Caetano Costa, político barriga-verde, que ocuparia elevadas funções no Estado, quer na sua representação,

quer na sua administração, “sabendo que êle (o monge) era apologista da revolução federalista” — contou-lhe “do desastre de Caroví, da morte de Gumercindo e da evasão de Aparício para a Argentina. Exaltou-se então. Não era verdade. Quem tinha morrido era o Pinheiro Machado. O Gumercindo marchava para Porto-Alegre, tendo como vanguarda um exército de anjos” (8).

Frei Oswaldo Schlenger, pároco de Curitiba de 1900 a 1901, nesse último ano, nas proximidades de Canoinhas, também chegou a conhecer o Monge.

“Um dia, quando ia acompanhado com dois homens e sacristão, procurando a casa para pouso, reza e missa, encontrei-me à tarde com sete homens e, quando perguntei aonde iam, um caboclo de barba cerrada, grisalha e curta, baixo de estatura, com uma caixinha às costas, me disse:

— “Eu vou para a minha casa, o sr. não me conhece, eu sou o João Maria”.

Então convidei êles (*sic*) para assistir os atos religiosos, mas êle me respondeu: — “A minha gente está me esperando”.

E quando lhe disse que não devia fazer batizados, respondeu: — “a minha gente me obriga”. E como o sol estava batendo na cara dêle, pôs a mão sôbre os olhos, com a palma da mão ao sol, ví que tinha a mão grossa de trabalhador, *não percebi a falta de um dedo*. Pensei comigo: — êste homem, pela fala, não pode ser brasileiro, antes espanhol ou italiano. Não podia ter 60 anos. Foi a última vez que êle apareceu nestas matas. Quando contei êste encontro em Curitiba, um homem me disse: — êste não é o verdadeiro monge, o verdadeiro foi morto

---

(8) GUIA SERRANO, de 28.1.1940, apud Aujor Ávila da Luz — *Os Fendícios*, págs. 86 e 87.

e indicou um lugar para mim desconhecido, em São Paulo, até agora tinha esquecido e hoje, lendo a sua carta, me fez logo lembrar o lugar: — era Sorocaba. O homem era o fazendeiro Henrique de Almeida, morador em Curitiba, já morto" (9).

4

QUEM TERIA SIDO ÊSTE ESTRANHO PERSONAGEM que entre 1890 e 1903 ou 1906 palmilhou continuamente o sertão sulino, principalmente o de Santa Catarina?

Fartos motivos, vimos assinalando, assistem aos que não o aceitam como sendo o eremita de Sorocaba, o monge da Pedra Santa e do Campestre, João Maria de Agostini, a esse tempo possivelmente falecido. Nem mesmo aquêlê aleijão dos três dedos, que tão incompletamente assinalou o escrivão de Sorocaba foi notado por qualquer das testemunhas que temos citado, nem tampouco pelos que o conheceram pessoalmente e que a nosso pedido vieram depôr últimamente.

Nenhuma informação identificadora deixou de si.

Apenas o Ccl. J. O. Pinto Soares, em sua obra "*Guerra em Sertões Brasileiros*", nos traz um subsídio, "segundo pesquisas feitas", não indicando, infelizmente, as fontes em que o obteve.

"Seu nome verdadeiro era Anastás Marcaf, de origem francesa".

O nome trai origem levantina, o que concorda com algumas observações feitas, mas é tudo. Como teria

---

(9) ALMEIDA (Aloísio de) — *Notas sobre alguns crimes graves e leves — Uma testemunha que viu o fanático João Maria* — do Arquivo do Autor, carta de Frei Oswaldo Schlenger, de 7-8-1942 — publ. em "*Investigações*", S. Paulo, março de 1951 — Ano 3.º N.º 27.

vindo para o Brasil, por onde entrou e quando o fez — tudo é ignorado, como ignorada continua a sua origem.

É de supor-se — e nisto não vai mais do que suposição que, como já dissemos, sempre nos constringe fazê-las — tendo entrado pelo Rio Grande do Sul e em Santa Maria da Bôca do Monte tomado conhecimento da memória que se guardava ali do solitário do Botucaraí, cuja fama crescerá e cuja santidade era proclamada, vivendo ainda na tradição daquela gente simples do Campestre, cuja água milagrosa ainda continuava a operar prodígios, apesar de decorrido quase meio século da passagem de João Maria, resolvesse identificar-se com o velho anacoreta, para facilidade da sua missão, ou então que por êle tivesse sido tomado pelos crentes.

No Campestre, a festa de Santo Antão continuava a ser realizada anualmente, com grande afluência de povo. A devoção de Santo Antão continuava firme como a instituíra Agostini — e o desaparecimento do eremita facilitara que sôbre êle e seus atos as lendas despontassem e se divulgassem.

João Maria, o segundo, teria feito ali o seu aprendizado, ouvindo o que de Agostini se dizia, tomando conhecimento dos seus hábitos e, finalmente, adotado a personalidade do eremita.

O Rio Grande, pouco depois, convulsionado, como o sul do país, pela revolta federalista — e Marcaf (chamemo-lo assim à falta de outro nome) teria sido tomado de simpatias pelo movimento. Fôsse porque estivesse resolvido a dar cumprimento ao sonho que mais tarde revelou ter tido, ou fôsse porque já ao mesmo estivesse dando cumprimento — ou quiçá por quaisquer outros que continuam tão ignorados quanto a sua própria personalidade — tomou sôbre si a incumbência de prosseguir nos passos de Agostini.

Não era, entretanto, como este, um contemplativo. Antes, ao contrário, sendo mais moço, era homem de ação — e entrou a palmilhar os sertões de Santa Catarina e do Paraná, como as campinas gaúchas, por onde já se espalhara, envolvida em auras de santidade e de benevolência, a fama do seu antecessor, estendendo-se, desta forma, a sua zona de influência aos três Estados sulinos, na região pouco habitada das coxilhas e dos sertões.

Com o desastre do Carovi, onde Gumercindo perdeu a vida, a 10 de agosto de 1894, parece que se mudou do Rio Grande, embora a sua mente repelisse a idéia do desaparecimento do grande caudilho. Quiçá, mesmo, já do Rio Grande teria abalado, quando os fatos se sucederam, vindo deles a ter notícias em Lajes, pelo Cel. Caetano Costa.

A sua permanência, então, parece ter sido constante, em território de Santa Catarina e do Paraná. Transpondo serras e vales e rios, ia de Lajes a Curitiba, a Pôrto-União, a Canoinhas, percorria todo o vale do Rio do Peixe, alcançava Palmas e as regiões longínquas do oeste. A sua atividade era assombrosa. Anoitava mas não amanhecia, como contava Ângelo Dourado. Não revelava qual o destino da sua peregrinação. Não se sabia nunca donde vinha e muito menos para onde o conduziriam os seus passos.

Não resta a menor dúvida de que algumas das suas atitudes se assemelhavam às de João Maria de Agostini. Não aceitava dinheiro, não se agasalhava sob o teto e para dentro das paredes das casas, preferindo a copada das árvores, não aceitava certos alimentos e se bem que não tanto quanto o primeiro Monge, era infenso aos ajuntamentos. É este o depoimento dos coevos, o testemunho dos que o conheceram.

Não desdenhava, entretanto, dirigir-se ao povo que o cercava. Quanto ao ser seguido por multidões, parece

haver exagêro na referência. Andejo como era, surgindo e desaparecendo, não o poderia ter sido. Em verdade, o que acontecia era que se via cercado pelos moradores do lugar em que chegava para descansar, pregar ou pernoitar.

Também é fora de dúvida que as suas práticas religiosas não apresentavam aquela conformidade de Agostini, que nunca se afastara da comunidade católica. Marcaf pregava penitências e profetizava calamidades. Parece — e êste é o depoimento dos sacerdotes — que os acusava da prática de deslizes, ou aceitava as acusações que lhe eram veiculadas. E batizava as crianças — coisa de que não há notícias de que João Maria de Agostini jamais tivesse praticado. Tinha idéias políticas, certamente um tanto confusas — e nisto se descobre facilmente a influência que a revolução federalista exercera sôbre a sua mente. Não era amigo do regime republicano talvez porque não ignorasse que a pedra de toque da propaganda florianista e do positivismo gaúcho contra os revolucionários foi sempre a de que os revoltosos esposavam idéias monárquicas e possuíam intenções restauradoras.

Não obstante, apesar desta forma de mania, não era um desequilibrado nem um malfazejo. Bem ao contrário, parece que a sua bondade e a sua extrema singeleza, a sua vida de privações reconhecidas e a sua identificação com as populações menos favorecidas foram os fatores que as atraíram para si, tanto mais que eram elas social e religiosamente pouco assistidas. Procurava aconselhar para o bem, encaminhar os homens para as virtudes proveitosas do trabalho e não se recusava socorrê-los nas suas dôres e enfermidades.

“João Maria a todos atendia bondosamente, receitava, aconselhava o bem” — afirma Pinto Soares, como o afirmam tôdas as testemunhas — e os presentes que lhe traziam



eram imediatamente distribuídos, principalmente entre “os seus inúmeros afilhados que êle mesmo batisava”. “A população sertaneja, então inculta, porém ordeira, estava vivamente fanatizada pelo velho monge” (10).

Entretanto, a sua terapêutica era a mais rudimentar e a mais pobre possível. Quando não aconselhava as imersões nas águas frias das fontes junto às quais pousava, para males maiores indicava sempre as infusões de *vassourinha do campo*, até hoje conhecida no planalto por “erva ou vassourinha de São João Maria”.

Verifica-se neste novo João Maria também, a preocupação de plantar cruzeiros, traço que certamente adotara de seu antecessor à vista do que a tradição lhe revelara. A frente das casas, junto das fontes, no alto dos sêrros, no centro dos povoados — onde achasse um lugar — mas não se encontra nêle o de erigi-las em número maior, 14 ou mais, como havia sido a de seu antecessor, como já vimos.

Curioso fenômeno, entretanto, é o que se observa: tendo tomado o nome do eremita que o precedera — ou com êle sido confundido — para melhor aceitação, entre as turbas, identificando a sua personalidade com a do piemontês, não cuidando de fazer o seu nome, mas de exaltar o que adotara, fêz reviver a sua memória, ampliou a área em que a mesma se tornaria conhecida e tornou uma só pessoa as que eram verdadeiramente duas.

Este João Maria é que, em verdade, é o santo, o que é reputado como tal pelas nossas populações sertanejas, não o primeiro, cujos contactos com o povo foram muito rápidos e fugazes. São dêste as fotografias que correm — e não as de Agostini, que não as deixou de si; são dêste os milagres que se contam e as lendas que se formaram. Êste e não o outro, a quantos conseguem dis-

---

(10) SOARES (Pinto) — *Op. cit.* pág. 18.

tinguir dois Monges, é que é o santo; neste é que tóda gente acredita, que tóda a população sertaneja venera e de quem correm os prodígios. No sertão, no planalto, nos vales, nas coxilhas, todavia, São João Maria é um só. Não houve dois. Num dos retratos que corre como sendo do "santo", estampa-se a legenda: "*João Maria de Jesus, profeta com 188 anos*" — como que a afirmar que os dois foram um só.

## 5

POR QUE TERIA O NOME DE João Maria servido a dois homens ?

A explicação fornece-nos Otacílio Costa e, até certo ponto, ela satisfaz.

"O povo chamava todos os monges de João Maria. Não sendo João Maria não seria monge. Dissesse que se chamava Francisco ou Manuel e, talvez, como por encanto, a crença desaparecia. O nimbo da santidade diluía-se na impropriedade do nome" (11).

Era a magia do nome — que liga certas qualidades individuais a determinado nome ou que é capaz de fazê-las surgir em seus portadores. Os estudiosos da antroponímia já chamaram a atenção para o fato de serem dados nomes que suscitam qualidades às pessoas que se deseja se tornem delas possuidoras.

João Maria, é óbvio, não suscita em qualquer perito em antropônimos a idéia de um apostolado, de cenobitismo ou de santidade. Mas não hesitará em aceitar a observação de que, tendo havido um homem bondoso, capaz de realizar prodígios, um inspirado de Deus, de quem se havia guardado memória, o seu nome se pren-

(11) COSTA (Otacílio) — *Op. cit.*

desse aos atributos que apresentara e que o fizeram credor do respeito e da veneração dos que o conheceram.

Foi êste, assim, o único legado de João Maria de Agostini, o único dos bens irrecusavelmente seus que pôde deixar à posteridade. Todos os que possuísem o nome abençoado, fatalmente, seriam herdeiros daquelas qualidades que o tornaram, no seu tempo, benemérito.

João Maria era um nome santo; e santos seriam quantos o tivessem.

Não é demais, assim, que também êste suposto Anastás Marcaf o tivesse adotado, não só para lhe herdar a santidade — uma vez que também êle era um místico — como para valer-se do prestígio que lhe aureolava a memória.

Impostura ?

Não encaramos o fato como tal.

A mudança de nome, por um evento que marque uma significativa transformação na vida, é fenômeno conhecido e tão remoto quão conservado entre todos os povos, de tôdas as culturas, das mais recuadas às mais avançadas.

O nome é substituído, entre os povos de cultura recuada, nos rapazes que se submetem aos ritos de passagem que marcam a sua transferência da infância para a puberdade; mudaram-nos, substituíram-nos, apóstolos e reis, ao assumirem o apostolado ou ao ascenderem ao trono. Sara foi Saraí. Abraão foi Abrão. Israel foi Jacó. Pedro foi Simão e Paulo foi Saulo. Todos os povos conhecem estas mudanças e até mesmo o Sumo Pontífice adota um outro, ao ser elevado ao Papado.

Marcaf — ou que outro nome tivesse — adotou o de João Maria. Era o de seu antecessor, um homem piedoso. A mudança favorecia-lhe o apostolado, a aceitação pelas populações ligadas à magia daquele nome. Até certo ponto, identificou-se com o anacoreta que precedera os

seus passos. Mas, nenhum dos depoimentos afirma que alguma vez tivesse dito ser o solitário da Pedra Santa, da Lapa ou do Campestre. Era João Maria — mas João Maria de Jesus — e não João Maria de Agostini. Ele nunca tomou este derradeiro nome, como o primeiro jamais afirmou ou assinou ser “*de Jesus*”.

Este derradeiro argumento fala em favor de dois personagens. Apesar disso, o povo aceitou o segundo como sendo o primeiro — ou o primeiro perdeu-se da memória, em vista da ação do segundo. Aliás, o santo não é João Maria de Agostini nem João Maria de Jesus. É, apenas, João Maria, São João Maria.

## 6

OS DEPOIMENTOS MAIS RECENTES que conseguimos, relativos a pessoas que conheceram João Maria de Jesus — como passaremos daqui em diante a chamá-lo — foram colhidos, por nossa solicitação, pelo dr. Fernando Oswald de Oliveira, médico e deputado, então residente em Canoinhas, onde entrevistou vários moradores antigos que conheceram pessoalmente o velho peregrino.

A primeira das pessoas entrevistadas foi D. Maria Cordeiro Pacheco, uma das primeiras moradoras da localidade de Três Barras, situada a pequena distância daquela cidade.

Conheceu o Monge em 1893 e as suas recordações são de que se tratava de um homem de “fisionomia bonita”, estatura média, enxuto de carnes. Tinha os cabelos castanhos, que não eram ainda grisalhos. Usava alpercatas e os seus pés “pareciam de moça”.

Possuía o peregrino uma barraca, não pousando, em hipótese alguma, dentro das casas. Aceitava que lhe dessem alimento, exceto carne, levando-o para comer na

sua barraca, nunca aceitando fazer em comum as refeições com as pessoas que o convidavam.

Nas suas conversas, tratava de política, falando sobre a revolução e anunciando a volta dos federalistas de Itararé. A testemunha recorda-se de que, tendo-lhe pedido um remédio, obteve como resposta uma negativa. Dar-lhe-ia, não obstante, “água benzida”, que a curaria, se ela tivesse fé.

Dos seus ensinamentos recorda-se de que ouviu contrariar os moradores do lugar, que lhe diziam ser o sábado um dia santificado. É nesse dia, afirmou o Monge, que as donas de casa tinham maiores obrigações.

Em 1896, numa outra visita do Monge, estendendo êle a mão e apontando em tórno, disse: — “Isto scrá uma colônia”. É adiantou que Três Barras ainda teria gente de valor e seria uma terra boa para nela se viver. E que as terras seriam, ali, logo, valorizadas, porque breve teriam estrada de ferro.

Afirmava o Monge não ser santo, como o considerava o povo. Apenas cumpria o seu destino e não desejava nem precisava de companhia para cumpri-lo. Gostava do Taió e afirmava que, finda a sua peregrinação, haveria de ir para lá.

Como particularidade, afirmou D. Maria Cordeiro Pacheco que as fotografias que do Monge correm, não são dêle.

Justiniano da Silva Quadros, segundo depoente, fêz tôda a guerra dos fanáticos do Contestado. Conheceu João Maria em 1905 ou 1906, em Chapéu de Sol, no Paraná, às margens do Iguaçu, na divisa com Santa Catarina. Ia, então, o peregrino com destino a Porto-União. Nessa época foi que também o conheceu a espôsa do depoente, d. Ana Maria de Quadros, tendo sido ambos batizados (?!) pelo Monge.

Justiniano recorda-se de ter ouvido de João Maria algumas profecias que serão contadas em tempo oportuno. D. Ana, que como mulher observou os detalhes com mais interesse, também depôs: — o Monge usava calça branca, paletó xadrez, camisa azul e tinha a barba branca. Usava um *bocó*, carregava uma pequena mala com o seu poncho e um cobertor, uma chaleirinha e a cuia para o chimarrão. Comia numa cuia de chifre que lhe servia de prato e o seu alimento consistia em couves e ovos. Tinha os olhos castanhos amarelados, supercílios grandes e cerrados, cabelos compridos, sendo meão de altura. As suas feições eram as de um alemão ou italiano (*sic*).

A mãe de D. Ana, relata esta, amanheceu em conversa com o peregrino, em companhia de outras pessoas. E falou o Monge que “linhas de burros pretos, de ferro, carregando pessoal” surgiriam. E aí viriam as guerras e haveria a derrota dos moradores. Gafanhotos de ferro — êstes seriam os mais perigosos...

Relata d. Ana ainda que foi, de fato, batizada pelo Monge, tendo recebido de presente um boi, que a êle fôra presenteado pela família Bueno.

Quanto aos devotos, recorda-se de que levavam para as suas casas todos os carvões que haviam servido ao fogo no pouso do peregrino, pois corria a crença de que “espanstavam as tormentas”.

Um outro depoimento conseguido de pessoa que conheceu o Monge, foi o que colhemos do sr. Augusto Burda, morador da cidade da Lapa, com 75 anos de idade.

Narra o sr. Augusto Burda que, sendo rapaz, acompanhou a sua progenitora a uma casa de negócio, em Curitiba, sendo que no momento doia-lhe enormemente um dente. Do lado de fora do balcão, um homem velho e barbado, perguntou à sua mãe se o rapaz não estava doente, respondendo esta que tal fato não o havia de interessar, pois não era médico. O homem, entretanto,

afirmou que curaria o menino e chamando-o, mandou que abrisse a bôca, rezou qualquer coisa, tendo solicitado antes algumas pedrinhas de sal que, ao fim da oração, jogou à rua. Conta que o alívio foi imediato e, chegando em casa, rompeu-se o abscesso que no dente havia, nunca mais tendo sofrido de qualquer afecção dentária. A mãe, voltando ao negócio, perguntou ao comerciante quem era o homem que “benzera” o rapaz, tendo êste informado que vira que estivera ali, mas não colocara atenção em como entrou nem quando saíra. Só muito mais tarde é que, correndo a estampa com o retrato do Monge, reconheceram nela o homem que curara a dor de dentes.

Outros depoimentos foram igualmente colhidos, mas não foram conseguidos, como os que acabamos de registrar, de pessoas que efetivamente conheceram o peregrino e só através da narrativa de terceiros é que se referem a fatos da sua vida, mais ou menos lendários. Na oportunidade de contarmos as lendas formadas em tórno do estranho personagem volveremos aos mesmos.

7

AS ESTAMPAS QUE CORREM AINDA HOJE por tôda a extensa zona que vai de Curitiba ao Rio Grande do Sul, pelo planalto a fora, a respeito das quais já ouvimos por mais de uma vez opiniões que confirmam o depoimento de d. Ana Maria de Quadros, de que não são de João Maria, mostram um indivíduo de barbas encanecidas, o olhar dôce, perdido nalgum pensamento distante, as mãos cruzadas sôbre os joelhos, mãos de dedos longos e finos, sem nenhum aleijão, guarnecidos de compridas unhas. A cabeça, um barrete de peles; aos pés, alpercatas sim-

ples. Calças brancas e paletó de fazenda enxadrezada, indumentária que deve ter influenciado as recordações da mesma d. Ana, que não o reconhecendo na estampa, o retrata nas vestes, bem como no depoimento de Otacílio Costa que descreveu o primeiro João Maria com as roupas do segundo.

Rosários de contas cruzam-lhe o peito. Em algumas estampas vê-se uma pequena caixa, do tipo oratório portátil — a mesma a que se refere Frei Rogério — não se distinguindo a imagem nêle existente. Noutras, com os mesmos trajos e os mesmos rosários, apresenta-se de pé, apoiado num bordão, a barba mais longa e pontuda, parecendo ter sido obtida algum tempo depois da que acima descrevemos. É o mesmo homem. Não o dissesse a indumentária — diria o olhar manso e longínquo.

Não tem a aparência de um homem de ação, mas o aspecto cansado de um pobre peregrino. O olhar, a linha descendente do bigode farto sôbre a barba encanecida, a modéstia do traje e a postura natural — tudo lhe dá um halo de simpatia e de irreprimível piedade.

Esta é a estampa do santo.

Porque, como já dissemos, João Maria é santo.

É o santo do sertanejo, que lhe faz promessas, que lhe acende velas, que lhe invoca a proteção, que o torna seu intercessor junto ao Onipotente, o santo que desfruta do privilégio de possuir um lugar certo em todos os oratórios toscos das casas e choupanas do homem do planalto. Foi um homem bom — e o povo o santificou. . .

Um homem mau, perverso, instigador de lutas, atrabiliário ou indigno não receberia, certamente, estas homenagens. Não seria santificado, nem a sua memória seria conservada na lembrança dos simples e dos rústicos.

Não foi igual ao seu antecessor, não foi um sibarita contemplativo. Ao contrário, foi às massas, falou-lhes, embora não se deixasse seguir nem gostasse de ajunta-



mentos. Por isso mesmo, tornou-se mais conhecido e mais amado. Tinha umas idéias apaixonadas sôbre a política do seu tempo e praticava alguns atos menos ortodoxos, em matéria religiosa, quais os de batizar e o de não frequentar êle mesmo as igrejas, embora não o proibisse aos seus amigos. Mas foi um bom, que pregou e praticou o bem. Anulou-se à sombra do nome de seu antecessor e até mesmo o seu retrato, ao que dizem, não é autêntico.

Não é apenas d. Ana de Quadros quem o afirma. O Padre Geraldo Pauwels afirma que, segundo uma declaração do Cel. Francisco Fagundes, que o retrato é um embuste devido a um fotógrafo de Caxias, de nome Giácomo Geremia<sup>(12)</sup>. Um reporter anônimo da "*Fôlha do Comércio*", jornal de Florianópolis, escrevendo em 1912 sôbre João Maria e sôbre êle depondo a respeito de vários assuntos, por havê-lo conhecido pessoalmente, informa que êste "Giácomo Geremia fêz muitas reproduções de uma fotografia do Monge tirada em 1898 pelo sr. Herculano Fonseca, atualmente (na época) residente em Ponta Grossa". Vendia-as aquêle por quantia variável, chegando a fazê-lo por 5 mil réis, importância que, em 1912, representava um alto custo<sup>(13)</sup>. Outro reporter, também anônimo, em o jornal "*O Estado do Paraná*", de Curitiba, veiculou a versão de que um fotógrafo amador da cidade de Castro teria sido o felizardo que conseguiu retratar o Monge, tendo enriquecido com a venda de cópias<sup>(14)</sup>.

Estranho personagem, sem dúvida, que penetrou nos oratórios com um nome alheio e com uma figura que não

---

(12) PAUWELS (Pe. Geraldo J.) — *Op. cit.*

(13) FÔLHA DO COMÉRCIO — *O Monge João Maria* — Série de artigos sem assinatura — Artigo do dia 4-10-1912. Colhido por Maria Isaura Pereira de Queirós, na coleção de jornais da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

(14) O ESTADO DO PARANÁ — Curitiba, 17-10-1954.

é a sua... De si só deixou à posteridade a sua palavra amiga, os seus conselhos e algumas profecias. E o exemplo de uma vida de renúncias. Mas, em tórno de si, despontaram as lendas, como ainda veremos — e a sua memória se conserva, mais de meio século decorrido, tão viva e tão pura como nos primeiros dias...

## 8

UM DIA, COMO O SEU ANTECESSOR, João Maria de Jesus também desapareceu<sup>(15)</sup>.

Corre a notícia de que se recolheu a um refúgio no morro do Taió — e lá teria morrido. Outra versão o dá como tendo partido para o Mato-Grosso, onde acabou os seus dias.

Tal como o primeiro, entretanto, não deixou rastro de si...

Fala o Pe. Geraldo Pauwels:

“Absolutamente incerto é o ano em que o Monge desapareceu. O Cel. Francisco Fagundes nos afirmou que, com certeza, antes de 1900, e assim, pensa também frei Rogério; segundo outras informações, teria sido depois, entre 1904 e 1908. Um boato diz que foi encontrado semi-morto, nos trilhos da via-férrea, perto de Ponta Grossa, em 1907 ou 1908, expirando logo depois no Hospital daquela cidade; pedimos informações a respeito mas sem resultado. Frei Solano nos escreveu: “em 1905 um polaco me contou que o monge morrera em Rio Claro (sul do Paraná) em casa de um cunhado d’ele (do polaco). Teriam encontrado o ancião gravemente

---

(15) As últimas excursões de que há notícia datam do primeiro lustro do século atual.

doente na sua barraca e levado para a casa do colono mais próximo, onde depois falecera" (16).

A versão do encontro semi-morto na via-férrea, nas proximidades de Ponta Grossa, encontramos na obra citada de Cel. J. O. Pinto Soares.

Se fôssemos chamados a emitir opinião, à vista dos documentos que temos comentado e dos depoimentos que temos recolhido, outra não seria senão a de que o segundo monge desapareceu antes de se completar o primeiro decênio deste século, assim, como o primeiro não teria alcançado o derradeiro quartel do século passado.

Mas, persiste a incógnita e, em verdade, o fim de João Maria de Jesus continua a ser tão impreciso, tão desconhecido, tão misterioso e tão incerto quanto o de João Maria de Agostini...

9

AO TERMINARMOS O RELATO da existência deste homem, através de documentos e de depoimentos, cabe-nos perguntar: — teria sido nefasta a sua ação nestes sertões sulinos?

As opiniões dividem-se.

Grande número de Autores joga sobre as suas costas, pelo aparecimento de um fanatismo religioso, a responsabilidade da luta que se verificaria mais tarde no ex-Contestado. Há, ainda, o depoimento dos sacerdotes, que consideram maléfica a sua ação, dentro da esfera religiosa. As suas idéias não obedeciam às prescrições da Igreja. O Monge batizava — e, com isto, jamais concordaram os sacerdotes, pois viam invadidas as prerrogativas e atribuições que as sagradas ordens lhes reservam.

---

(16) PAUWELS (Pe. Geraldo J.) — *Op. cit.*

Frei Rogério, que entreteve com êle a breve discussão que páginas atrás transcrevemos, comprovou que em pontos da Escritura fazia o taumaturgo confusões e delas tirava interpretações não muito condizentes com os ensinamentos da Igreja ou com as explicações dos seus doutores.

E fazia profecias, o que, evidentemente, não condizia com o espírito do século. . .

Mas, em verdade, em tôdas as narrativas dos sacerdotes que o avistaram, não encontramos qualquer outra censura que pudesse fazer suspeitar a existência de uma apostasia ou de uma heresia. E tanto frei Rogério o considerou filho da Igreja que, sem mais preâmbulo, o convidou ao sacramento da penitência. Aqui, sem dúvida, embora o espírito da santidade bafejasse o piedoso sacerdote, apesar das suas mais puras intenções, houve da parte do franciscano ilustre precipitação e uma certa dose de falta de habilidade. Não chegou, certamente, ao ponto daquele que fez fracassar a missão de frei Monte Marciano frente ao Conselheiro, em Canudos. Mas não deixou de ser uma inabilidade de frei Rogério convidar o Monge, *ex-abrupto*, à confissão.

Aceitar o convite, ajoelhar-se aos pés do frade, humilhar-se no tribunal da penitência seria, naquelas condições, renunciar à fé na própria missão de que se dizia sobrenaturalmente investido. Longe de nós a estulta pretensão de querer dar conselhos a um Ministro do Senhor. Nem autoridade nos assiste, nem desejos de fazê-lo nos anima. Mas, não há que fugir ao reparo, intuitivo, claro, insofismável, a quem assiste os fatos de longe e passados tantos anos, como nós. Se havia perigo na propagação das doutrinas do Monge e mister se fazia reconduzi-lo ao aprisco da Igreja, paulatinamente deveria tê-lo doutrinado o sacerdote, extirpando do seu coração, a pouco e pouco, as errôneas concepções que

difundia, catequizá-lo, ensiná-lo, deixando que continuasse a praticar o bem, alicerçado num melhor conhecimento das verdades evangélicas ou em melhor interpretação dos textos sagrados. A confissão coroaria a obra do missionário. Aliás, é este o último retoque que os grandes conversores dão aos seus convertidos. A obra está concluída quando o crente, desfeitas tôdas as dúvidas, devidamente instruído, afastadas tôdas as hesitações, decide-se e se ajoelha ao confessor para abrir, então, e só então, os arcanos da sua alma à devassa do Ministro de Deus. Só se confessa quem já se converteu ou quem já se convenceu dos próprios êrros. Antes disso ninguém escancara as partes mais íntimas da sua personalidade ao confessor. Não é desta forma que se realizam as grandes conversões? Não é doutrinando, desfazendo dúvidas, ensinando a verdade, resolvendo os problemas de consciência, solvendo as dificuldades, demonstrando a grandeza e a santidade da Igreja, a pureza da sua doutrina e a inabalabilidade dos seus dogmas, que as grandes conversões se têm verificado?

A João Maria, certamente, não teria havido necessidade de tanto. Havia exageros nas suas atitudes que deveriam ser cortados, práticas a que era solicitado, que deveriam ser extirpadas, pois constituíam prerrogativas sacerdotais. Mas não seriam necessários, possivelmente — e só Deus sabe — grandes sacrifícios nem longo tempo para que espontaneamente pedisse para abrir a sua alma no confessor.

Ele praticava as grandes virtudes cristãs. Era sóbrio, era casto, era caridoso — ótimo terreno para a semente boa desenvolver-se. Talvez viessem a impressioná-lo as cerimônias, sem dúvida de grande beleza do ritual da Igreja. E, acima de tudo, as palavras do Salvador, lembradas e repetidas a propósito, em práticas a sós, entre o homem de Deus e o homem que buscava a Deus, ma-

tando uma a uma as suas desconfianças, os seus temores, o seu orgulho, o seu respeito humano.

O que nos parece impossível é que, à vista dos que o acompanhavam, cercado-o de respeito, tomando-o por um iluminado, fôsse João Maria, ao primeiro contacto com o frade, submeter-se à sua palavra, ao seu convite.

Que mal, além do mais, resultaria, se continuasse êle a visitar as populações desamparadas do sertão, se a doutrina que viesse então a distribuir entre elas fôsse pura? Não o fizera, assim, o seu antecessor? E, em verdade, não estavam as populações que êle visitava, que êle aconselhava, que êle socorria com a sua vassourinha ou com a sua água, quase que inteiramente desamparadas de assistência religiosa? Não é verdade que só de longe em longe por elas passava um sacerdote, batizando, casando e pregando, e que muitas mesmo, jamais haviam visto um padre passar por onde habitavam?

Se o mal que suspeitam é o do fanatismo que poderia despertar, então seremos obrigados a admitir que ser bom, que ser caridoso, que ser humano para com os seus semelhantes e distribuir uma palavra consoladora é um perigo...

Em matéria política, não cabe dúvida, João Maria foi simpatizante exaltado do federalismo. Ao contrário do seu antecessor, que nunca abriu a bôca, ao que se saiba, a respeito de tendências partidárias, êle as declarava abertamente. Houve quem dissesse que fôra a morte de Gumercindo o fato que abalou a sua mente. Não procede a afirmativa. Dias antes do Caroví, Ângelo Dourado o encontrara, de bandeira em punho, benzendo com ela os soldados da revolução — e já os seus domínios eram reconhecidos, isto é, já lhe era reconhecida uma zona de influência.

Não é de duvidar que muitas das suas profecias, as que falavam de extermínio e castigos, tivessem origem

nos sentimentos políticos contrariados do exaltado federalista. Mas isto é também uma hipótese ainda por confirmar.

Quanto ao mais, os seus conselhos aos sertanejos foram na sua totalidade revestidos de um sentimento de humana solidariedade.

A êle se deve a criação de mais de um povoado, hoje em dia florescentes núcleos de trabalho, pois para certas áreas encaminhava os homens que andavam em busca de um lugar propício para a vida. O Cel. Cid Gonzaga conta-nos que os primeiros moradores de Vila Nova do Timbó, um dos distritos de Pôrto-União, foram para ali a conselho de João Maria, que lhes indicou a excelência das terras. Eram êles quase todos lapeanos e rio-negrenses que viviam isoladamente nas margens do Rio Negro, em lugares cuja situação não permitia qualquer progresso.

Frei Solano, outro filho do Patriarca de Assis, escreveu ao Pe. Pauwels o seguinte a respeito de João Maria de Jesus: — “êle nos enviara um grande número dos melhores caboclos rio-grandenses para o nosso sertão, dando-lhes vários bons conselhos que nos serviam eficazmente de ponto de apóio para o nosso trabalho. Naquela parte do nosso sertão sempre todos os adultos vinham receber os sacramentos, e ninguém comia carne na sexta-feira, nem em caso de casamento, por João Maria o ter proibido. Segundo os caboclos afirmavam, êle lhes tinha dito que se estabelecessem sem receio nas matas do Jacutinga; também viriam padres melhores do que todos os que até então tinham conhecido” (17).

Pauwels, estribado em documentação e em depoimentos obtidos não só de seus irmãos de ordens sacras mas também de leigos, afirma: — “Distribua gratuita-

---

(17) PAUWELS (Pe. Geraldo J.) — *Op. cit.*

mente remédios, rezava sôbre os doentes e dava bons conselhos também sôbre deverem plantar esta ou aquela espécie" (18).

Muitas das lendas que correm, muitas das *profecias* de que se guarda memória, têm por base os ensinamentos agrícolas ministrados pelo Monge.

Recomendava êle o trabalho, a sobriedade, o jejum, a decência, a caridade. Recomendava... e praticava.

Não queria seguidores. Os que o cercavam eram os moradores do local, que acudiam sempre que sabiam da sua passagem pelas proximidades. Em busca de um conselho ou de um remédio, mais vêzes êste do que aquêle. E para batizar também, pois criam que o seu batismo traria felicidade aos pobres filhos que deitavam ao mundo.

Foi um homem diferente do primeiro anacoreta de Sorocaba. Mas não foi um homem mau. Se na sua sementeira o joio cresceu junto ao trigo, o êrro não esteve no semeá-la, sim em não se esperar a messe para separá-los e jogar o joio às chamas.

Em verdade, atearam-nas antes — e o trigo bom foi queimado com o joio inútil...

---

(18) *IDEM, idem.*



### III

## JOSÉ MARIA — O DERRADEIRO MONGE

### I

O APARECIMENTO DE UM TERCEIRO MONGE com o nome de João Maria, quando a memória do segundo ainda estava bem viva e firme e quando ainda não se extinguiu a esperança de que tornasse a aparecer — pois havia entre muita gente a crença arraigada de que êle não morrera, simplesmente porque... êle não poderia morrer — não seria possível.

O impostor que lhe tomasse o antropônimo, certamente, seria imediatamente desmascarado e quiçá maltratado, mesmo, pelos crentes do velho peregrino, pelos seus compadres, que se contavam numerosos.

Apesar de tudo — o terceiro Monge surgiu.

Surgiu e arrecadou o espólio dos seus antecessores. Para tanto — e aqui se revela a impostura — fez-se passar por irmão do que até pouco antes vivera e tomou o nome de José Maria de Santo Agostinho.

Não era, entretanto, êste impostor, um desconhecido. A sua identidade era perfeitamente conhecida alhures, menos, está visto, nos sertões onde se refugiara e dos sertanejos que já santificavam a memória de João Maria.

Por volta de 1911, no Município catarinense de Campos Novos, na região conhecida por Faxinal dos Padilhas, ao que se diz, surgiu o novo taumaturgo.

Miguel Lucena de Boaventura — como se revelou, mais tarde ser o seu verdadeiro nome — apareceu para continuar a pregação e a obra do anacoreta que deixara de si tão boa fama no Contestado, reiniciando o apostolado que este deixara inacabado ali. Ex-soldado do Exército, dêle desertor, ou da Fôrça Policial do Paraná, conforme contam outros, não possuía êle a mesma constituição mística dos monges que o antecederam. Era menos rigoroso nos seus hábitos, não apreciava o isolamento, não se recolhia para colocar-se em contacto com o Criador, não se mortificava nem fazia penitências. A frugalidade, a continência, a caridade, que nos outros foram virtudes patentes, não eram o seu forte. Conta-se mesmo que, da sua fama, que logo adquiriu, procurara tirar lucro e que das suas crentes, quando eram bonitas, fazia suas companheiras.

A nova do aparecimento de um novo monge, tanto mais dizendo-se irmão do bondoso e querido João Maria, espalhou-se rapidamente — e a sua fama de curador emérito ganhou terreno. Breve viu-se cercado pela multidão dos crentes e dos sofreadores.

Apesar de não haver semelhança entre os seus hábitos e os que haviam apresentado os dois João Maria, viu rapidamente crescer o seu prestígio e a sua influência. O sertanejo tinha verdadeira adoração pelos anacoretas que conhecera — mas não possuía olhos para distinguir as diferenças entre aquêles e este, que se dizia portador da sua mensagem e herdeiro da sua obra.

Tal foi a afluência de povo — pois José Maria, ao contrário dos outros, era amigo da popularidade e gostava dos ajuntamentos — que houve mister disciplinar a horda. Como ex-militar, organizou então os acam-

pamentos, aos quais denominou de *Quadros Santos*, entregando aos adeptos que julgou mais capazes não só o comando como ainda a direção *das rezas e da forma* (1).

Para a sua guarda especial, cercado da qual se apresentava, soberbo e importante, ante as turbas que o aclamavam, reuniu uma curiosa escolta de 24 sertanejos, aos quais chamou de "*os Pares de França*".

As simpatias, segundo dizem, eram em sua maioria dirigidas para o regime monárquico, imperando uma certa forma deturpada de saudosismo nas pregações. Corriam, de bôca em bôca, as aventuras guerreiras, hauridas na "*História de Carlos Magno*".

Muitos batizados realizou o novo apóstolo e a frequência dos nomes do João e José Maria foi assinalada por inúmeros observadores, contando-se também alguns "Urgéis", "Ricartes", "Oliveiros" e outros, o que infelizmente não nos foi possível comprovar, não podendo garantir a influência daquela literatura pelo simples conhecimento que temos de alguns desses nomes em pessoas daquela região e nascidos à época.

Importa aqui relembrar que a região do ex-Contestado vivia, no momento, uma fase angustiada, em face da questão de limites, como já tivemos a oportunidade de contar em parte anterior do presente trabalho. E mais: entre os que se agruparam em tórno do Monge estava boa parte daquêles que, expulsos das terras, haviam ficado sem domicílio certo, sem fontes de trabalho e de renda, resultado da concessão feita à São Paulo-Rio Grande, fato também já narrado anteriormente.

O ambiente estava, assim, agitado e narra-se que, ganhando extensão a fama do monge, alguns moradores do Município de Curitiba nos foram buscar ao Faxinal dos Padilhas, instalando José Maria, então, um novo

---

(1) PRIXOTO, Demerval (Crivelário Marcial) — *A Campanha do Contestado*.

*Quadro Santo* nas proximidades do Rio Correntes, dando-se à continuidade de suas práticas.

A esta altura, o Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque, Prefeito de Curitiba (Superintendente Municipal, como se dizia então), denunciou às autoridades superiores do Estado a presença do numeroso ajuntamento de gente armada, temendo, ao que se diz, futuras perturbações da ordem.

Duas são as versões que correm a respeito desta denúncia.

Algumas dizem que a motivou conhecida rivalidade política entre as influências locais: de um lado os Almeidas, de outro os Albuquerque. A presença do monge em propriedade do Cel. Henrique Almeida, rival político do Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque, estaria a fazer crescer-lhe o prestígio, pois a população, bastante inclinada para o taumaturgo, não deixaria de seguir-lhe os conselhos, que só podriam ser favoráveis ao seu amável hospedeiro.

Outros atribuem-na ao fato de se negar o monge atender a uma pessoa enfêrma da família do Prefeito, fato que o agastara sobremaneira. Há até quem forneça detalhes: o monge teria prometido ir à presença de Albuquerque, para atender ao seu chamado e ver o doente; o Prefeito preparara mesmo uma recepção a José Maria; mas êste, aconselhado por Almeida, à hora de resgatar o compromisso, a êle se furtou.

Fôsse como fôsse, o Vice-Governador Eugênio Müller, atendendo à solicitação de Albuquerque, fêz seguir para Curitiba um contingente da Fôrça Pública do Estado, sob o comando do Capitão Januário Côrtes e direta orientação do Chefe de Polícia do Estado, Dr. Sálvio Gonzaga, que para aquêle Município também seguiu.

Não houve dificuldades que obrigassem o emprêgo da violência para dissolver o grupo. José Maria atendeu às autoridades e, levantando o acampamento, desmanchando o *Quadro Santo*, transpôs as fronteiras do Estado, indo fixar-se nos Campos do Iraní, então Município de Palmas (Estado do Paraná) e hoje no de Joaçaba (Santa Catarina).

Aí teria continuado a reunir adeptos, curando, rezando e predicando, já agora entremeando as suas prédicas de recriminações contra o Govêrno, que o havia expulsado e aos seus crentes.

Segundo os relatos, data de então o armamento do grupo, para repelir a violência de uma nova perseguição das autoridades. Mas, ao que se sabe, a maioria dos que pertenciam à malta dos seus crentes, não conseguiu senão armar-se de facões, muitos dêles de dura madeira existente na região, à qual davam forma e gume.

A notícia que chegou às autoridades paranaenses e que agitou a população do vizinho Estado, tão extremada então na sua paixão contra Santa Catarina, em virtude da questão de limites, foi — e isto é da maior importância — não a de que um grupo de fanáticos religiosos se havia movimentado para dentro das suas fronteiras, mas sim a de que um bando armado de catarinenses havia invadido a zona litigiosa sob a sua jurisdição, para garantir pelo *uti-possidetis* — que foi sempre a tese defendida pelo Paraná — o direito de Santa Catarina à vasta área que ia até os “espanhois confinantes”, entre o Iguazu e o Uruguai.

Em verdade, o Paraná não preparou então a sua Fôrça Policial para reprimir um bando de fanáticos religiosos, mas, à vista das notícias que correram, preparou-a para dispersar um bando armado de catarinenses, que invadira o seu território para provocar um desfêcho à secular questão de limites.

A fôrça, composta do próprio Regimento de Segurança, sob o comando do Coronel João Gualberto Gomes de Sá, comissionado seu comandante, pois era Oficial do Exército, movimentou-se de Curitiba e chegou a União da Vitória, na chuvosa noite de 12 de outubro de 1912, acompanhada do Chefe de Polícia do Estado, Dr. Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho. No dia seguinte já rumava para o Paraná, puxada pela sua banda musical e homenageada pela população local (2).

A 22 do mesmo mês, depois das peripécias que ainda serão contadas, na parte do presente trabalho reservada à narrativa dos aspectos militares da campanha, deu-se o encontro entre parte desta fôrça com o grupo de José Maria.

Dois dias antes, João Gualberto havia intimado o Monge a comparecer ao seu acampamento, para explicar-lhe "o motivo da reunião de gente armada em tôrno da vossa pessoa, alarmando os habitantes desta zona e infringindo as leis do Estado e da República" (3).

O Monge não prometera aos emissários atender a intimação e estes, que viram a disposição da gente que o cercava, procuraram demover o bravo comandante da Fôrça Policial de lançar um ataque com a pequena fôrça de que dispunha no momento. João Gualberto, entretanto, não os atendeu, antes agastou-se com êles. E foi assim, que, na madrugada de 22, se lançou ao ataque.

Demerval Peixoto conta que os jagunços de José Maria estavam na reza, cujo fervor não cessou com a chegada da tropa. Não contavam com a luta e nem mesmo a desejavam. Pediram, mesmo, tempo para debandar pacificamente. Mas nem um só momento lhes

---

(2) SILVA (Cleto da) — *Apostamentos Históricos sobre União da Vitória* — pág. 105.

(3) CARNEIRO (Davf) — *O Paraná na História Militar do Brasil* — pág. 221.

foi concedido. “Ao contrário, as cordas que tinham sido levadas para amarrar os prisioneiros foram rapidamente desembaraçadas das garupas dos cargueiros”. Os sertanejos ofereceram, de início, fraca resistência aos atacantes, que os castigaram com viva fuzilaria. Repentinamente, porém, mudaram de proceder e investiram em fúria irreprimível, de facão, foice e machado, aos gritos, bradando pelos nomes de João e José Maria, conduzidos pela guarda do Monge, pelos *Pares de França*. A luta tornou-se violenta. Junto a uma metralhadora que engasgara, João Gualberto tomba ao facão do fanático. “Cada crente tombado na sangrenta mistura, cumpria o seu juramento e via 3 ou 4 combatentes cair mutilados, antes do corpo derrear”. E o combate desesperado finaliza com a retirada dos poucos elementos regulares, sem direção e sem comando, com tôdas “as características de uma debandada desastrosa, porque, além das vítimas deixadas no campo, algumas armas ficaram em poder dos sertanejos” (4).

Numerosos acompanhantes de José Maria encontraram a morte no Iraní, e o próprio Monge ali tombou, desaparecendo, assim, depois de curta duração, o apostolado do terceiro e último dêles.

Iniciava-se, assim, a 22 de outubro, a campanha, a luta armada do Contestado. O sangue fôra derramado. Quando isto acontece, o ódio penetra no coração dos homens. O desejo de vingança exige mais sangue. Vem das eras primitivas ser o preço do sangue o próprio sangue. Quem o derrama de outrem, terá o seu derramado. A cobrança é um dever a que não pode fugir o herdeiro do nome. O resgate é a lei.

José Maria encontraria muitos herdeiros, dispostos a cobrar a dívida.

---

(4) PRIXOTO (Demerval) — Op. cit.

As profecias do seu antecessor iriam realizar-se: — viria a guerra.

E veio. E o sangue, efetivamente, voltou a correr.

## 2

TOMEMOS ALGUNS TESTEMUNHOS a respeito do terceiro Monge.

O General Setembrino de Carvalho, no seu "*Relatório*", apresentado ao Ministro da Guerra, General Caetano de Faria (1916), informa que, "já em fins de setembro de 1912, grande número de sertanejos agrupara-se em torno de um indivíduo — José Maria — por alcunha "o Monge", a quem seguiam dominados pelo fanatismo. Partindo de Santa Catarina, onde se julgavam perseguidos, êles volveram-se para o oeste, buscando as terras do Paraná. Mas ainda não estão bem apurados os verdadeiros motivos daquêlê ajuntamento, como não se soube, até hoje, em que consistiam as perseguições alegadas, porque não se devem aceitar, na ausência de documentos oficiais, as presunções engenhadas pela imprensa diária, parcialíssima na apreciação apaixonada dêstes fatos".

Frei Rogério Neuhaus, o padre franciscano que já nos colocou frente a João Maria, também deixou-nos dêste José alguns flagrantes.

"Um desertor do Exército, fingindo-se primeiro irmão de João Maria, e apresentando-se depois como S. Miguel, iludiu várias famílias, afirmando que só se poderiam salvar, reunindo-se a êle. Escolheram um lugar perto do Rio Pelotas, no centro de uns rochedos quase inacessíveis. Aí fizeram as suas reuniões e rezavam em comum. Um tal Francelino Sutil de Oliveira, muito



meu conhecido, figurava de padre. Fazia práticas e confessava as pessoas, impondo-lhes por penitência segurar na cabeça, por algum tempo, uma pedra. Começando alguns dêles a roubar gado para comer e a fazer desordens, as autoridades de Campos Novos mandaram contra êles uma pequena fôrça. Entretanto, dois homens desta polícia foram mortos em combate (*sic*), com os fanáticos. Diante disso, o govêrno do Rio Grande do Sul mandou uma fôrça sob o comando de Bento Pôrto, que marchou contra a dita gente entrincheirada naquela montanha. Por sua vez, o Cel. Vidal de Oliveira Ramos Jr. veio com uma fôrça subindo de Florianópolis. Ao chegar no reduto, Bento Pôrto, com sua gente, já tinha combatido os fanáticos, queimando-lhes os ranchos. Algumas pessoas morreram. O atual Governador de Santa Catarina em pessoa viu os tristes resultados de um povo fanatizado por falsos profetas como João Maria e o malvado desertor que se intitula S. Miguel. Este último, astuto, vendo que o negócio entrava em fase comprometedora, escapou, alegando a necessidade de ir a Roma, em visita ao Papa; era necessário, porém, dizia, que levasse uma menina. Pedro Sutil de Oliveira ofereceu-lhe a sua filha, de 10 a 12 anos. Com esta pobre vítima, o homem fugiu para o Barracão. Entrando, neste lugar, numa casa, a menina foi logo para a cozinha, queixando-se à dona da casa e narrando-lhe a sua desgraça. A senhora chamou o marido, contando-lhe tudo. Avisaram o comissário de polícia que prendeu o malfeitor mandando-o para Pôrto-Alegre" (5).

Adianta o sacerdote que José Maria já havia, anteriormente, sido prêso em Palmas, por crime, mas fôra solto pelo Prefeito dali, apiedado dêle.

Não ficou, entretanto, aí, o depoimento do ilustre franciscano. O padre não hesitava, no seu trabalho de

---

(5) SINZIO (Frei Pedro, o. f. m.) — Frei Rogério Neuhaus, o. f. m.

catequese, de ir ao encontro dos Monges, sondar-lhes as doutrinas, conhecer-lhes os propósitos e orientar para a ortodoxia da Igreja o rebanho que lhe fôra confiado. Assim como fôra ao encontro de João Maria, também, foi em busca dêste outro, de José, e nô-lo conta:

“Agora mesmo, em 1912, anda em Campos Novos um sujeito que se chama José Maria, dizendo-se irmão do afamado João Maria de Agostinho. É verdade que tem dado alguns remédios acertados e por isso o povo o procura. Eu procurei verificar quem era. Não quis dizer donde vinha, limitando-se a declarar que era um peregrino. Ao convidá-lo para se confessar, êle me respondeu: “— Não quero dar motivos para falarem de mim”...

“Não se confessou, nem assistiu, no dia seguinte, à santa missa, mantendo-se deitado”... “Contam que José Maria chamou a confissão de bobagem”<sup>(6)</sup>.

“José Maria, de quem já falei, tinha sido prêso em Palmas, por algum crime. O prefeito, porém, teve, pena dêle, restituindo-lhe a liberdade. O rapaz, astuto, então, mudou o nome Ventura em José Maria, indo para o lado do Uruguai. Mais tarde mudou-se para a fazenda dos Srs. Cipriano de Almeida e Francisco de Almeida. Foi procurado por muita gente que queria remédios. Êle não os distribuía, mas apenas receitava, parando cêrca de dois meses na dita fazenda. No mês de agôsto mudou-se para Taquaruçu onde achou adeptos que, com as respectivas famílias, rodeavam o falso monge”...<sup>(7)</sup>.

Demerval Peixoto, sob o pseudônimo de Crivelário Marcial, na sua obra *Campanha do Contestado*, nos dá algumas informações sôbre José Maria.

---

(6) *IDEM, idem, pág. 218.*

(7) *IDEM, idem, pág. 219.*

Depois de nos contar ter sido ex-soldado do Exército e desertor do Regimento de Segurança do Paraná, Miguel Lucena de Boaventura, que é o nome que lhe empresta, arrecimentara os crédulos do seu antecessor. E prossegue o Autor:

“Espertalhão de modernos tempos, José Maria não passava de um embusteiro caçador de dinheiro e também de amores. Tinha em seu convívio íntimo, numa mesma barraca, a pretexto de praticar curas, as mais lindas moçoilas, filhas dos seus adeptos. Para criar uma Farmácia do Povo, êle arrecadava tôdas as somas que os incautos sertanejos lhe entregavam; mas, em vez de drogas, distribuia orações e rezas terapêuticas, capazes de livrar do mal quem as possuísse”...

“Mas, o refinado ex-soldado que sucedera o monge estrangeiro, com o suposto nome de José Maria, imitando-o apenas nos malefícios até morrer no embate do Iraní, foi positivamente quem primeiro armou os fanáticos contra as investidas ameaçadoras das autoridades locais. Ainda àquele tempo os fanáticos não estavam rebelados; antes, renunciavam à luta e evitavam os encontros para os combates: destroçavam os seus próprios acampamentos à aproximação dos soldados ou mesmo dos temidos inspetores de quartelão”<sup>(8)</sup>.

Como Demerval Peixoto, Herculano de Assunção, também militar, hoje oficiais generais, ambos, depõe, no seu trabalho *“A Campanha do Contestado”*:

“Mas quem era José Maria? — Era um perfeito far-sante: pseudo-irmão de João pseudo-asceta. Era um homem inteligente, que, de um golpe de vista, estudou a situação e calculou os fabulosos resultados que poderia auferir de uma ousada ação no sentido de dominar aquêlê estólido povo, apto para as práticas mais absur-

---

(8) PEIXOTO (Demerval) — *Op. cit.* págs. 68 a 65 do Vol. I.

das, mais aberrantes do bom senso; era ex-praça do Exército e desertor da polícia paranaense"... "Recolhia, entrê os fervorosos crentes da sua santidade, as dádivas para a aquisição de remédios destinados à botica da caridade pública; distribuía rezas mal redigidas e pedaços de cadarço de 1m,70 de comprimento (medida de *São João Maria*), considerados relíquias protetoras dos sertanejos, para que os mesmos os conduzissem no peçoço; e satisfazia seus cúpidos desejos em algumas ingênuas donzelas sertanejas. E o seu prestígio, com tudo isso, crescia assombrosamente"... (9).

Antes de prosseguirmos, é preciso que nos detenhemos a respeito de pontos dos depoimentos acima.

No do General Setembrino de Carvalho só há de interessante, em particular, a referência feita às perseguições, que parece colocar em dúvida. Já a elas nos referimos. Os infelizes sertanejos sentiram-se perseguidos e desamparados, quando, muitos dêles, perderam as suas terras e lares, pobres ranchos, expulsos das áreas em que se haviam instalado como intrusos e donde foram tocados em razão da concessão feita à São Paulo-Rio Grande; e, perseguidos, quando não puderam compreender a ação das autoridades de Santa Catarina, que os mandaram embora, mais uma vez, de Curitibanos, ainda que esta ordem não tivesse sido executada violentamente. O ilustre General deixa transparecer no trecho citado de seu Relatório uma certa desconfiança de que os intuitos do ajuntamento haviam sido os que certamente ouvira no Paraná, de espíritos apaixonados: — o da invasão catarinense da zona contestada. No entanto, ao tempo em que o redigiu o ilustre militar, já a suspeita deveria ter desaparecido do espírito de um observador imparcial

---

(9) ASSUNÇÃO (Herculano) — *A Campanha do Contestado* — Vol. I, pág. 219.

e esclarecido, pois fôra lavada com o sangue dos soldados barrigas-verdes que se empenharam na campanha...

O depoimento de Frei Rogério merece também alguns reparos, pelo menos num ponto em que se encontra obscuro, qual seja aquêle em que se refere às fôrças de Bento Pôrto. Deve ter havido confusão quando se fez a ordenação das notas deixadas pelo incansável frade. Assim pensamos apoiados em um noticiário publicado pelo jornal "*O Dia*", órgão oficial, editado em Florianópolis, em pleno desenvolvimento da campanha do Contestado. A 21 de fevereiro de 1914, estampou aludido jornal a seguinte notícia, que devemos à gentileza de Maria Isaura Pereira de Queirós, que a copiou na íntegra:

"No tempo de Hercílio Luz, na localidade de Entre-Rios, Município de Lajes, reuniu-se um bando de fanáticos, para adorar outro monge, João Maria. O chefe dêsse bando era um negociante sertanejo. O Cel. Henrique Rupp denunciou o grupo ao Govêrno. O Govêrno mandou que o destacamento policial comandado pelo Tenente Firmino Neto e reforçado pelos amigos do Cel. Rupp fôsse a Entre-Rios dispersar o bando, primeira expedição que foi rechassada. Santa Catarina organizou então forte expedição militar sob o comando do Tte. Cel. Gastão Cotrim; entrou em combinação com o Rio Grande do Sul para uma ação conjunta, pois os fanáticos estavam acampados nas margens do Rio Pelotas. O Rio Grande do Sul enviou um contingente sob as ordens do Cel. Bento Pôrto que, chegando primeiro, destroçou os fanáticos. Êsses sertanejos também só queriam rezar em paz".

Esta notícia, publicada em 1914, durante o govêrno do Cel. Vidal Ramos, no jornal oficial, não pode merecer contestação. O Cel. Vidal Ramos era pessoa perfeitamente a par do que ocorrera na sua própria terra,

no lugar do seu nascimento e onde era chefe político da mais alta expressão. Dela se depreende que o fato ocorrido com as forças de Bento Pôrto teria sido verificado durante o govêrno de Hercílio Luz, portanto, entre 1894 e 1898, nada tendo de comum com o movimento chefiado por José Maria.

Sôbre os depoimentos dos cronistas militares, nada temos a registrar.

De tudo resta-nos uma descrição pouco favorável a José Maria, mesmo podados certos excessos e exageros que poderiam ter surgido, como sempre, em tôrno de tais pessoas — ou mesmo a ela faltando coisas que nunca foram ditas e que permanecem desconhecidas até o presente. A passagem de José Maria foi muito rápida e a sua conduta não permite associá-lo ao movimento místico dos seus antecessores.

Foi, ao que tudo prova, um aproveitador da fama deixada na região pelos dois João Maria — fama que ambos haviam conquistado pelo seu alto espírito humanitário e pelo seu exemplo. Mas não lhes seguia os passos no caminho do bem.

Sem dúvida alguma, foi durante a sua curta atuação que surgiu, ou melhor, que se exteriorizou, o fanatismo sertanejo pelas idéias religiosas do segundo Monge.

Porque êste fanatismo, de fato, houve. Ninguém o nega. O que se nega é que a luta do Contestado tivesse tido cunho de luta religiosa. Como dizem os depoimentos, e pouco acima um dêles transcrevemos, o que desejavam os sertanejos era que os deixassem rezar em paz. Êles não tomaram armas para impor uma nova diretriz religiosa. Os padres nunca foram hostilizados nas suas visitas a êstes homens, buscando reunir as ovelhas dispersas do rebanho cristão, mal orientadas por um pseudo-pastor.

No mais, devemos reconhecer que êstes bandos que periòdicamente surgiam representavam, de fato, um perigo para as populações, mas não um perigo religioso. O perigo era o do ajuntamento que crescia — e crescia porque se tratava de gente sem trabalho, sem economia, sem ocupação. Era um ajuntamento, uma concentração dos marginais a que nos referimos, dos desajustados, que viam, numa oportunidade destas, uma ocasião para resolver, quem sabe, a gravidade dos seus problemas. Tais ajuntamentos constituíam, evidentemente, uma ameaça. Os fazendeiros não se sentiam seguros, pois a negarem ofertar rezes para o consumo de tal gente, ver-se-iam delas aliviados pela fôrça ou pela astúcia. E, crescendo o grupo, como contribuir, assim, para matar a fome de tanta gente?

E as desordens que se verificariam em agrupamentos assim constituídos, sem uma autoridade real, sem sanções para os contraventores?

Esta gente, longe de ter visto resolvido o problema aflitivo da sua situação, foi mandada dispersar. Ou por bem, ou por mal, haviam de espalhar-se, buscar outros lugares. Mas ninguém procurou trabalho para ela, não cuidou de encontrar uma situação para os que estavam reduzidos à maior miséria, quem quer que fôsse que acudisse aos seus males, com os remédios de que carecia...

Daf o se sentir perseguida — e, até certo ponto, com alguma razão.

3

**HÁ UMA FOTOGRAFIA QUE CORRE** como sendo a de José Maria. Apresenta-se o Monge como um homem bem nutrido, de ventre algo proeminente, de pernas sólidas, sentado, tendo um facão entre os joelhos.

Já descobriram no seu semblante estigmas físicos de degeneração (1). A barba cerrada, o olhar vivo, o nariz largo, de ventas grandes, um pouco achatado, tem mais o aspecto de um homem do nordeste do que das regiões sulinas.

Olhado sem qualquer espírito preconcebido, ninguém descobrirá naquela figura aquêles estigmas reveladores da degeneração. Aliás, as teorias de Lombroso a respeito já se encontram de há muito superadas...

Não se pode afirmar que a fotografia seja autêntica, nem se conhece quem primeiro a divulgou. Não conseguimos, também, qualquer depoimento a ela referente. Ninguém nos pôde afirmar que aquêles retrato fôsse, em verdade, de José Maria.

Aliás, a sua memória pouco sobreviveu ao próprio Monge.

É aliás um fato interessante, para o qual cumpre chamar a atenção dos estudiosos. Apesar de ter sido morto em condições que facilitaríam sobremaneira a conquista de uma auréola de mártir, entre os seus sequazes e perante os seus crentes, a sua memória apagou-se e não é a sua representação iconográfica que figura nos oratórios sertanejos.

Nunca ouvi dizer que se venerasse a sua memória, nem jamais correu a seu respeito qualquer fama de santidade.

É um fato que não pode ser desprezado pelos observadores.

Um homem persiste na lembrança do povo, cercado de respeito e de saudade, em halo de santidade, embora tivesse passallo em rápidas visitas e desaparecido em seguida, nunca mais dando notícia de si. Este homem, 50 anos depois é ainda considerado um homem de Deus,



um iluminado, um profeta, um santo, capaz ainda de realizar, pela fé, os prodígios que dêle se contam e que em vida não realizou.

Outro, titular de sua herança mística, levanta os sertanejos. Reúne-os, usando o nome do seu antecessor. Dispersados, dirige-os. Perseguidos, comanda-os. Atacados, morre com êles na luta. Derrama o seu sangue pela causa, boa ou má, que era de todos. Mistura-o com o dos seus crentes. O local em que caiu é conhecido. O seu cadáver é guardado à espera de uma ressurreição que não acontece. Em seu nome, sob o seu signo, à sombra da sua bandeira, por três anos sustentam, depois, uma luta desigual e cruenta. Morrem fanaticamente abraçados às metralhadoras que os ceifam, ou atirando-se nos entreveros, corpo a corpo. Conseguem vitórias capazes de incutir no seu ânimo e no seu raciocínio simplório a certeza de que uma proteção sobrenatural os cobria. Deixam uma descendência que recolhe a história sangrenta da luta e a maravilhosa dos prodígios acontecidos.

No entanto, não canonizam o sacrificado. Não elevam ao altar da sua crença o mártir, o testemunho de sangue do seu chefe. Não o entronizam no seu coração, nem glorificam a sua memória — antes, voltam-se todos para a simplicidade pacífica de João Maria, da sua palavra amiga e do seu gesto manso.

Por que? Que fanatismo é êste, que abandona a memória de seu mártir no campo em que caiu o seu corpo, para se voltar para a memória de um pacífico peregrino que mal se demorara na proximidade das suas casas e que nem ao menos lhe legou a certeza da sua morte?

Aí está uma indagação que os pesquisadores desdenharam até hoje fazer.

O natural seria, como entre os povos seminômades, de índole belicosa, santificar o guerreiro — não o místico. Os santos dos povos pastores — e já vimos que esta é a base da sociedade do planalto — são sempre os homens de espada ou os de seu mesmo tipo de vida, nunca os anacoretas pacíficos, os cenobitas cheios de mansidão ou os doutores comentaristas. Os seus santos preferidos, aquêles cuja vida êles compreendem e cujo ardor êles avaliam, são um São Miguel, com a sua espada flamejante, um São Jorge com a sua lança e o seu cavalo, um São Sebastião, porque era militar, e um São João Batista, não como homem que se recolheu ao deserto, mas porque era pastor, porque se cobria de peles e porque as suas estampas o apresentam, lindo menino, com um cordeirinho ao colo.

Pode-se argumentar que foi muito curto o ciclo de José Maria, uns dois anos, se tantos, quando que o de João Maria se prolongou por duas gerações, por mais de meio século, acentuada nos derradeiros dez anos pela atividade deambulatória do segundo Monge. Em compensação, pode-se contra-argumentar, lembrando que os três anos de lutas, sacrifícios e convulsões valem bem aquêles cinquenta de pregação — e que o sacrifício do último dos Monges excede, sobrepuja, ultrapassa a ação dos primeiros, porque imolou a sua própria vida.

Queremos crer que a explicação estará em que, acompanhando o pensamento sertanejo, quando explodiu a luta, João Maria *já era* um santo. Os dez anos de sua ausência haviam-no cercado de lendas e de histórias maravilhosas, levando-o aos oratórios. Quando se iniciou a campanha, não a considerou o sertanejo contra José Maria, um recém-chegado que muito pouco ainda fizera, mas contra o seu patrimônio cultural — e o seu patrimônio consistia na palavra de São João Maria. O derradeiro Monge foi um capitão, o condestável de uma luta.

Um herói, possivelmente — mas santo, este já o era, foi e continuará a ser ainda por muito tempo São João Maria — um santo singular, que reunia um anacoreta e um peregrino numa só e única pessoa.

Além do mais, é preciso não esquecer que só depois do desastre do Iraní é que se divulgou a notícia da luta religiosa, para justificar a ação federal num assunto de âmbito meramente policial. Até então, a Polícia desfazia os ajuntamentos perniciosos e só o clero se preocupava com o aspecto religioso do problema. Às vésperas do Iraní, os fanáticos eram apenas agentes de um Estado, invadindo sub-repticiamente o território sob a jurisdição de outro. O fanatismo não havia sido ainda apontado como causa de uma agitação sertaneja.

Do Iraní para diante, entretanto, levantar-se-ia a história da luta religiosa.

Que espécie, entretanto, de luta religiosa seria aquela, em que os homens apenas queriam “rezar em paz”? Se não pretendiam impor as suas idéias aos demais? Se não desacatavam sequer os Ministros da Igreja, que frontalmente e em seu próprio meio faziam desassombrado combate a certas idéias propagadas pelos taumaturgos?

Naturalmente, a ação policial para dispersar ajuntamentos perigosos, não pela sua religiosidade, mas sim pelos males que dêles adviriam, por serem formados de gente sem trabalho ou profissão, seria mais do que justificável. A assistência prestada a essa gente, marginal, desajustada, encaminhando-a para o trabalho, dando-lhe atividade, promovendo a sua localização, seria o complemento necessário para tranquilizar as populações locais e solver os problemas de uma parte flutuante de um grupo sem destino e, no momento, sem futuro.

A repressão do cangaceirismo, enérgica e forte, uma providência de todo desejável seria — mas, como fazê-la, como iniciá-la, numa região sem justiça, sem escola, sem

polícia, sem fronteiras definidas, disputada encarniçadamente por dois Estados, reciprocamente alimentando desconfianças e mutuamente detestando-se ?

Salvo êstes males de ordem social e política, nenhum outro havia acarretado à região uma crença um tanto ingênua, um tanto simplória, alimentada pelos sertanejos. Para resolvê-los, àqueles, não se buscou empregar os meios assistenciais que seriam indicados. Lançou-se mão da fôrça — porque não se pôde dar uma imediata solução à questão de limites, que foi o caldo de cultura que favorecerá a fermentação havida.

Tudo concorreu, desde a formação da sociedade planaltina até os fatôres de ordem política, como a questão de limites e o coronelismo, para que o marginalismo de certa parte da população se verificasse. Mas isto não foi levado em conta. Quando a reação se tornou violenta, em face da perseguição e do abandono, então se acusou a religiosidade do homem do sertão, o seu fanatismo, para justificar uma repressão mais enérgica. Mas, a religiosidade do sertanejo, por sí só, sem a aglutinação que surgiu conseqüente aos fatôres de ordem social e econômica, não apresentava qualquer perigo. Em verdade, como ainda provaremos no presente trabalho, o sertanejo dava os passos da sua evolução cultural, em matéria religiosa, que todos os povos realizaram antes dêle. Tudo o que fêz, tudo o que praticou, tudo no que acreditou, tudo o que santificou e reverenciou, obedeceu o mesmo caminho por onde outros grupos, em tôdas as latitudes, haviam também feito os seus passos.

TERCEIRA PARTE

A CAMPANHA DO CONTESTADO



# I

## DO IRANI A TAQUARUÇU DO BOM SUCESSO

### I

NA ENUMERAÇÃO DOS FATÔRES que concorreram para o desfêcho sangrento do caso do Contestado, um a um vimos procurando deixar patente o grau de incidência e a importância que tiveram no preparo ambiental como psicológico da luta.

A questão de limites, oriunda da situação geográfica e da invasão de atribuições por parte do Morgado de Mateus, suscitando posteriormente a desconfiança e uma verdadeira guerra fria entre dois Estados da Federação, em primeiro lugar, teria provocado as maiores dificuldades ao progresso da região como o desprestígio mútuo das respectivas autoridades.

Contestando-se reciprocamente o direito à posse do extenso território, mal seguros do desfêcho da questão, nenhum dos dois Estados promoveu eficazmente o desenvolvimento da zona. Em verdade, limitaram-se ambos a tomar medidas de caráter administrativo e policial que pudessem servir à afirmação do *uti-possidetis* — mas, sem sombra de dúvida, deixaram-na ao abandono, órfã de benfeitorias, verdadeira terra de ninguém, sem lei nem justiça, carecente de tôdas as fundações que pudessem estabilizar uma população em seus limites, servida de escolas

e de igrejas, orientadas para o trabalho compensador. As autoridades, nem sempre capazes, hostilizando-se com frequência, movidas pelo sentimento regionalista, acolhiam e abrigavam os que, fugitivos de uma jurisdição, se acoi-tavam na outra. Mal servida de comunicações, sem o aparelhamento policial e judiciário eficiente, tornou-se a região o meio ideal para o desenvolvimento do fermento da rebeldia e da sublevação.

Por sua vez, as condições geofísicas contribuíram para a formação inicial de uma sociedade acentuadamente pastoril, com as suas características sociológicas, sociedade que, predominante, impôs os seus *mores* aos grupos que se localizaram em tórno, dando ao homem uma configuração sócio-psicológica tóda especial, caracterizada nos seus modos de vida, nos seus gestos, na sua religiosidade, nas suas concepções.

Faltou, entretanto, para que esta sociedade se estabilizasse como elemento de ordem, a solidez de um alicerce econômico que mantivesse íntegras as linhas mestras do edifício social. Uma economia assente sôbre um sistema patriarcal já obsoleto, com a superveniência de fatores incidentes de natureza vária, tais como o excesso de agregados que pesavam sôbre o domínio pastoril, a divisão da grande propriedade, o arrivismo, conduzindo para a região ponderável número de novos habitantes sem profissão definida e sem destino certo, a expulsão das terras onde se fixaram — tudo isto conduziu fatalmente ao aparecimento do homem marginal que, no campo ou na floresta, procurava debalde achar-se a si mesmo. Infelizmente, o destino teceu de tal modo a sua trama que ao lado dos elementos humanos, ainda relativamente sadios, oriundos das fazendas onde se fizeram excedentes, outros elementos, saídos das sargetas das grandes metrópoles, vindos com a horda das revoluções ou para o trabalho compulsório do leito ferroviário, foram colocados — e aos



primeiros transmitiram tôda a gama de males que caracterizam as doenças sociais, pois também êles eram marginais — marginais das sociedades urbanas, já corrompidos por uma série de fatôres que seria demais aqui recordar. O fato é que êste contacto foi pernicioso — e o sertanejo, simples mas pundunoroso e valente, concluiu em tal escola o aprendizado violento e rude da luta pela vida. O marginal humilde cedo se transformaria no marginal revoltado.

O desalojamento das terras devolutas onde até então construíra o seu abrigo; a expulsão dos seus domínios, onde escondia a sua miséria, conduziu ao aglutinamento dessas revoltas íntimas, singulares, que habitavam o ânimo de cada um, para torná-las um movimento coletivo.

Até então não surgira, entretanto, qualquer problema de ordem religiosa. É bem verdade que, sôbre êste homem marginal, incidira a ação de dois taumaturgos, mas a sua palavra e o seu apostolado, um tanto rústico e um tanto ingênuo, não fôra a pregação da revolta. Antes, pelo contrário, fôra uma palavra de ordem e de submissão.

No sub-consciente do matuto brotavam as recordações em tôrno das palavras dos Monges, que haviam predito dias de felicidade, de fartura e de justiça. Era a palavra do santo — do seu santo, que falara aos seus pais, que se assentara à sombra das erveiras que êle conhecia e abençoara as fontes donde êle bebia, que batizara a muitos dêles e passara as suas mãos sôbre as suas cabeças infantis.

O santo desaparecera, uma, duas vêzes, mas a sua palavra ficara depositada no coração daquela gente que êle amara e cujo eco êle agora escutava, reunindo o seu povo para dar-lhe um novo alento.

Não se discute qual teria sido o propósito de terceiro Monge; o que deve entrar em linha de conta é aquêle que reuniu o sertanejo em tôrno da sua pessoa. Aquêle

poderá ter sido menos lícito; mas este não foi senão a procura de uma nova palavra consoladora, remédio para uma aflição cada vez maior, dia a dia mais acentuada.

Acudiu, assim, ao chamado de José Maria.

Entretanto, a política iria desencadear a perseguição. O ciúme existente entre duas influências rivais, que disputavam a hegemonia política, iria colocar fogo ao estopim. Cada uma delas olhou apenas para a preponderância do rival, para a ascensão daquele com quem ficasse o Monge. Disputaram-no. E da disputa nasceu o trabalho da dispersão dos crentes, para evitar o prestígio maior do adversário.

Não se pode negar que, em verdade, para alimentar a horda que crescia, hora a hora, em tórno do taumaturgo, sofriam as fazendas da região, das quais saia o gado até então por bem, mas que o entregariam por mal, na hora em que o negassem. Cêdo a horda tornar-se-ia perigosa — pois já se tornara ameaçadora. Os fazendeiros viviam apreensivos com o aumento da malta de desocupados que, enquanto tivesse alimento certo, não procuraria encontrar trabalho, preferindo ficar a ouvir as histórias de José Maria, respeito aos Doze Pares de França e a Carlos Magno... Certamente crescia o perigo das aglomerações improdutivas — tanto mais que o aparelhamento policial era impotente para dispersá-lo. A horda deslocava-se inteira. O Monge não era mais o peregrino que atravessava campos e matas sozinho para ir pregar aos humildes as suas deturpadas mas consoladoras verdades eternas — mas o chefe místico que reunira os revoltados contra o abandono a que os haviam condenado. O bando organizara-se. Palmilhava os caminhos das fazendas, esperando a dádiva dos alimentos, mas disposta a tomá-los, se negados. Tinha bandeiras. E havia um protetor — o Monge — que não era o caminhante solitário, que não dizia donde vinha nem para onde ia, cuja hospedagem nunca fôra pesada

a quem quer que fôsse, mas um chefe cercado de prosélitos, cujo arranchamento conturbava a vida e desequilibrava a economia dos domínios visitados.

A multidão, assim constituída, é óbvio, tornou-se temida — e o pior é que ela não ignorava o fato. Não obstante, embora constituísse uma ameaça a horda assim aglutinada e organizada, salvo algumas transgressões, ainda se mantinha pacífica, esperando a realização das promessas do seu condutor.

A Polícia catarinense procurou, como já se viu, dispersá-la. Não o conseguiu. Mas, com certa habilidade, convenceu o chefe de transpor a linha da São Paulo-Rio Grande, indo para além do Rio do Peixe. Em verdade, transferiu o problema para outra frente, pois além do Rio do Peixe era a jurisdição paranaense, a cujo governo se entregava um verdadeiro *presente de grego*, para que o solucionasse.

Novamente incidiu sôbre o problema já então agravado pela ação repressiva da Polícia catarinense, a famigerada questão de limites, que mantinha acesa a desconfinança entre os dois Estados.

E foi por isso que se desencadeou a luta.

## 2

AOS OLHOS DOS PARANAENSES, com efeito, não se tratava de uma horda de marginais, reunida em tórno de um aventureiro, que se intitulava herdeiro das sementeiras místicas dos Monges João Maria de Agostini e João Maria de Jesus, a que penetrara no território sob a sua jurisdição: — era a invasão dos catarinenses, organizada para acabar naquela região o *uti-possidetis*, que era o elemento de convicção dos direitos do Paraná sôbre as terras contestadas. A presunção foi a de que Santa Catarina, de futuro, ale-

garia também um direito de ocupação, além dos históricos, caso uma arbitragem pudesse surgir para dirimir a velha questão, uma vez que as sentenças do Supremo Tribunal não seriam executadas sem luta, conforme se propalava.

“Todos desconfiavam houvesse ligação com a questão de limites” — diz o historiador paranaense Daví Carneiro<sup>(1)</sup> e Demerval Peixoto afirma que a expedição ao Irani resultou de ter parecido “ao Governo do Paraná ser pretexto de um falso monge um fim oculto dos catarienses para convulsionar aquelas bandas ainda calmas da região litigada mas que estiveram sempre debaixo do domínio paranaense”<sup>(2)</sup>.

Anos atrás corria no Paraná — e foi por mim recolhida — a versão de que a tropa a mando do Cel. João Gualberto exhibia no lombo dos cargueiros cordas, com as quais seriam amarrados os *barrigas-verdes* que haviam invadido aquêlê Estado, para assim desfilarer posteriormente na sua Capital. Não posso assegurar até que ponto esta versão exprime a verdade. Demerval Peixoto, pelo que se depreende, também teve conhecimento dela, pois no seu relato do combate do Irani assim se refere ao fato: — “Os fanáticos não pretendiam, como pelo menos diziam, entrar em luta com as fôrças, tanto que mandaram pedir ao comandante da tropa que se aproximava algum tempo para se destroçarem pacificamente. Mas um só momento não fôra consentido aos fiéis de José Maria. Ao contrário, as cordas que tinham sido levadas para amarrar os prisioneiros foram rapidamente desembaraçadas das garupas dos cargueiros. . .”<sup>(3)</sup>.

A verdade, entretanto, era que o bando de José Maria nada tinha que ver com a questão de limites. . . Nem fôra

---

(1) CARNEIRO (Daví) — *O Paraná na História Militar do Brasil* — pág. 216.

(2) PEIXOTO, Demerval (Crivelário Marcial) — *Campanha do Contestado*, Vol. I, pág. 126.

(3) IDEM, *idem*, pág. 128.

aliciado por Santa Catarina para invadir o Paraná. A tal altura dos acontecimentos, ganha a batalha judicial, os catarinenses outra coisa não esperavam que o acatamento às decisões do Supremo Tribunal e o seu integral cumprimento. No caso de José Maria, apenas jogara os marginais para o outro lado da sua jurisdição, para se livrar de um problema sério de ordem pública. Tê-los-ia jogado para o Rio Grande do Sul, se a fronteira mais próxima fôsse a sua... E, se os depoimentos não mentem, essa gente que cercava o Monge estava em fase de exaltação mística, pois ocupava-se da reza a maior parte do tempo. E de maneira alguma pretendia lutar...

3

JOÃO GUALBERTO CHEGOU à União da Vitória a 12 de outubro e, no dia seguinte, com tôda a sua tropa, perfeitamente equipada, tomou o caminho do sertão, segundo Cleto da Silva (4).

Ao que se conta, houve uma divergência entre o Comando da tropa e o Chefe de Polícia do Paraná, opinando êste contrariamente a que João Gualberto levasse consigo tôda a Fôrça, destacando-se dela uma parte para guarnecer a cidade de Palmas.

De fato, de Tônico Branco enviou o Comandante um piquete ao encontro do Monge e sua gente e, tendo recebido a 19 de outubro notícias dêle, escolheu 35 homens da sua Fôrça, enquanto o grosso do contingente seguia para Palmas, tomou o rumo do Iraní, acampando a 20 na paragem denominada Cardosinho.

---

(4) SILVA (Cleto da) — *Apointamentos Históricos de União da Vitória*; CARNEIRO (Davi) — Na sua citada obra informa como sendo 14 e 15 as datas da chegada e partida da Fôrça do Cel. João Gualberto (pág. 218).

## 208 — *A Campanha do Contestado*

Dai enviou uma intimação ao Monge, concebida nos seguintes termos:

*"ACAMPAMENTO DO REGIMENTO DE SEGURANÇA DO PARANÁ, nos Campos de Irani, em 20 de Outubro de 1912.*

Snr. José Maria:

Deveis comparecer a êste acampamento com a maior urgência, a fim de explicardes o motivo da reunião de gente armada em tôrno de vossa pessoa, alarmando os habitantes desta zona e infringindo as leis do Estado e da República.

Caso não atenderdes a esta intimação, que me ditam o cumprimento do dever e o sentimento de humanidade, comunico-vos que vos darei, desde logo, franco combate, e a todos os que forem solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio, a fim de fazer voltar, a esta zona do Estado, o regímen da ordem e da lei.

Avisai a todos que vos acompanham que os considerarei criminosos se não comparecerdes vós ao meu acampamento, a fim de evitar uma terrível desgraça.

Comunico-vos, ainda, que, além das fôrças minhas que vos sitiam por várias estradas, outras expedições vos perseguem também, tornando-se dessa forma impossível a vossa fuga ou resistência no território nacional.

No caso de vossa resistência às minhas imposições, deveis retirar com urgência as mulheres e as crianças que ai estiverem.

(a) *Cel. João Gualberto Gomes de Sá Filho*, comandante do Regimento de Segurança do Paraná" (5).

Se bem que peremptória a intimação, o Monge não a atendeu. Talvez, mesmo, ao seu conhecimento não passasse despercebida a circunstância de não estar infrin-

---

(5) CARNEIRO (Davi) — *Op. cit.* pág. 221.

gindo nenhuma das leis do Estado ou da República. E não compareceu ao encontro.

Davi Carneiro diz que, sabedor do que se passava no pequeno agrupamento do bravo militar, José Maria preparou-lhe uma emboscada. Os portadores da mensagem a José Maria, de volta, procuraram demover o Comandante do projetado ataque, mas este não atendeu as ponderações que lhe foram feitas. E lançou-o na madrugada de 22 de outubro.

A caminho do Irani, para o encontro com os sertanejos, a metralhadora e sua caixa de fitas caíram nágua. Transcrevamos o que diz Davi Carneiro:

“João Gualberto assistiu à postura da metralhadora novamente em ordem, para a marcha, embora não se preocupasse em fazer escorrer o excesso de água, e como estivesse clareando o dia, decidiu-se a dar nova ordem à pequena coluna.

Ordenou que o piquete do Tte. Busse passasse para a frente, isso porque já se divisavam três casas que supuzeram ser dos caboclos.

Ouviram um tiro: um caçador? Sinal de alarma?

João Gualberto tomou disposições: a metralhadora foi deixada na retaguarda; a infantaria seguiu de longe o piquete de alferes Adolfito que seguia, por sua vez, o Tte. Busse. Assim atingiram à clareira, rodeada de mato, com um raio de 1 quilômetro, se tanto, onde o fatal combate se daria.

Ao chegarem perto da primeira porteira das casas, a vanguarda foi recebida pelo fogo de uma guarda avançada dos fanáticos, composta talvez de 10 homens e vindo do outro lado do mato. A reação fê-la recuar correndo, o que permitiu que o piquete Busse atingisse as casas, onde foram encontradas somente mulheres e crianças, segundo alguns depoentes, ou vasia, segundo outros.

Feita uma meia devassa pelo próprio Cel. Gualberto, os moradores responderam que os homens estavam todos no acampamento do Monge. Tudo o mais que disseram não foi aproveitável" (6).

O Coronel Comandante toma, então, disposições para o combate, distribuindo sua pequena tropa.

"Nesse instante, surgem os fanáticos em massa, alguns a pé, muitos a cavalo, e há violento tiroteio, em que tôda a fôrça toma parte. Segundo os mais calmos depoentes, investiram pela estiva, 100 homens a pé, 50 a cavalo seguidos de outros 100 por traz da cavalaria. Parte dessa fôrça fêz o desbordamento por fora do banhado" (7).

Enganjara-se, assim, o combate.

Demerval Peixoto nos traz de maneira diversa a sua informação:

"O acampamento, quando de perto foi cercado pelos atacantes, estava em reza e em reza permaneceu depois de serenado o ligeiro rumor produzido pela tropa que chegara precipitadamente.

Logo ao primeiro ímpeto da fôrça, os jagunços que não possuíam grande quantidade de munição, detiveram-se algum tempo em fraca defensiva, sofrendo vivíssima fuzilaria por parte dos atacantes" (8).

No que ambos os Autores concordam é na descrição da reação verificada: os sertanejos investiram a facção, foice e a machado, buscando um corpo a corpo que esmagaria pelo número a fôrça atacante.

Foi o que aconteceu.

A luta foi cruenta. Perdas sensíveis verificaram-se, de lado a lado. Mas a fôrça atacante, em menor número, viu-se na contingência de recuar. Foi cercada e poste-

---

(6) IDEM, *idem*, págs. 224 e 225.

(7) IDEM, *idem*, pág. 226.

(8) PEIXOTO (Demerval) *Op. cit.*



riormente aniquilada na sua quase totalidade. Quem não pôde fugir, morreu, ou ficou no campo da luta, ferido.

O Monge, reconhecido pelo seu barrete de pêlo de tigre, foi atingido e também pereceu na refrega. João Gualberto bravamente lutou até o derradeiro momento. Ferido, viu-se cercado por um grupo de sertanejos. Quase exangue, caiu, sem fôrças para resistir, junto a uma árvore. Mesmo assim, não o pouparam. E recebeu o golpe de misericórdia...

4

FOI ASSIM, com um desastre das proporções dêsse, que se iniciou a luta no Contestado.

Evidentemente, não nos propomos a acompanhar minuciosamente todo o desenrolar da campanha, pois os comentaristas militares e civis já esgotaram o assunto sob o aspecto da sua evolução puramente militar. Faremos, a largos traços, um esbôço da seqüência das operações, para analisar as intercorrências surgidas no campo político e sociológico, pois esta é a finalidade do presente trabalho.

Com efeito, até o Irani não se havia falado ainda de um movimento "fanático", capaz de colocar em perigo a estabilidade das populações vizinhas e de subverter a ordem. Vimos que, em Santa Catarina, a dispersão foi solicitada menos porque uma crise religiosa estivesse na iminência de eclodir, suscitando uma luta dêsse tipo, do que para evitar o crescimento de um bando de desocupados que colocava aquelas populações em estado de apreensão. Vimos que a dispersão tentada pelo Paraná teve outro objetivo, qual o de repelir uma invasão catarinense.

Não havia, então, um movimento religioso?

Não-vamos ao ponto de negá-lo — pois o mesmo estava à vista de todos.

Havia. Certamente havia um movimento de gente marginal, em tórno de um taumaturgo, premida pelas suas necessidades e em conseqüência de um desajustamento econômico até então não registrado na região e com tendência ao agravamento.

Havia um movimento religioso, de gente que acompanhava um Monge que, para angariar prestígio, tão desconhecido era, teve de dizer-se irmão de um outro que lhe antecederá. De gente que o acompanhava menos talvez pelas suas práticas religiosas do que pela necessidade de comer.

Havia, certamente, um movimento de fanáticos religiosos — mas o que eles menos queriam, nesse campo, era uma luta. O que queriam era rezar em paz, na esperança de, assim, atingirem uma era mais feliz para a sua existência miserável.

Tocados de Santa Catarina, abalaram, abafando no seu íntimo o protesto dos que se sentiam perseguidos. Sentindo que as perseguições não parariam ali, prepararam-se para uma reação.

É possível que a manhã sangrenta do Irani não se tivesse verificado se a desconfiança não tivesse agido, tendo tomado aquela gente humilde por agentes invasores a sôlto de interesses maiores de um Estado litigante. É possível — mas não é certo. Quem poderá imaginar o tipo de reação que o matuto iria empregar, se a Fôrça Policial do Paraná se aproximasse, não para repelir invasores, mas para dispersar fanáticos? Possivelmente, a reação seria idêntica — e caracterizar-se-ia o tipo de luta religiosa para repelir a intolerância do grupo dominante. Mas, se tal acontecesse, a Constituição estaria sendo

violada — pois garantia o exercício pacífico de qualquer culto — e até então nada poderia ser apontado em contrário, com respeito ao que os sertanejos praticavam.

Dir-se-á que o perigo dos sertanejos não estava nas suas práticas religiosas, mas no ajuntamento que conduziria, breve, à prática de todos os crimes, se a ação preventiva das autoridades não se fizesse sentir, o que é inegável. Mas, então, não se diga que a luta do Contestado foi uma luta religiosa, que foi decorrente de um fanatismo pernicioso, que foi conseqüente a uma alucinação coletiva de fundo místico. E proclame-se que, em verdade, a luta teve caráter mais grave — pois foi desencadeada para conter a explosão da revolta dos marginais que fatores sociológicos e políticos haviam permitido se desenvolvessem na região e que haviam sido deixados ao desamparo de qualquer medida assistencial, capaz de evitar uma agitação que fatalmente surgiria.

Não vamos ao disparate de afirmar que tivesse sido a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina a causa determinante da luta inglória. Em verdade, em nenhum momento de tóda a campanha um só dos combatentes sertanejos tomou armas por êste ou aquêlê Estado. A bem dizer, pouco lhes importava, aos *fanáticos*, quem tivesse jurisdição sôbre a sua miséria. Já Demerval Peixoto assinalava o fato com absoluta propriedade: — “O verdadeiro habitante do Contestado, o obscuro sertanejo que tira da terra úbere o pão para manter a prole numerosa, no embrutecido matagal, é positivamente indiferente a qualquer jurisdição” (9). E, mais adiante: “Pelo que menos se bateram os rebeldes sertanejos, foi talvez por causa dos limites entre os dois Estados” (10).

De fato, esta é a verdade — e a importância da questão lindeira no desencadeamento da luta foi apenas o que

---

(9) *IDEM, idem*, pág. 59.

(10) *IDEM, idem*, pág. 75.

temos assinalado: o de ter preparado o ambiente propício, pelo abandono da região, pelo descaso para com as necessidades da sua população, na incerteza de quem iria, afinal, ficar com jurisdição sobre toda a zona.

A questão de limites favoreceu a criação de um meio propício a uma luta, pois ao abandono da região se ajuntava a hostilidade permanente e recíproca das autoridades estaduais fronteiriças. E, para culminar, a suspeita de invasão acabou por meter fogo ao estopim da bomba que vinha sendo preparada e cuja composição tantos fatores explosivos encerrava.

As condições sociais, que já assinalamos anteriormente, num tal ambiente favoreceram o aparecimento do espírito de revolta. Revolta individual, mas disseminada. Protestos isolados, mas gerais. E atingiram eles o auge, o ponto crítico, quando a concessão, também já referida, das terras marginais à São Paulo-Rio Grande, veio aumentar a miséria dos intrusos e tirar-lhes as terras em que haviam entrado como devolutas.

Um homem houve que, cedo, compreendeu a magnitude do aspecto social do problema — mas este homem foi uma das primeiras vítimas daqueles a quem compreendera: — o Capitão Matos Costa.

Este ilustre oficial do Exército, que visitara redutos e auscultara as queixas de sua gente, afirmou certa ocasião: “A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos expoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito”<sup>(11)</sup>. Em declaração à imprensa, em meados de 1914, afirmava, ainda, o brioso militar: — “Os jagunços queixam-se de que o coronel A. P. e outros

---

(11) *Idem, idem, pág. 94.*

chefes políticos lhes tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do Governo, por se terem apossado delas pessoas conhecidas e que têm facilidade de obter dos governos grandes territórios nos dois Estados” (12).

É um depoimento insuspeito, de um militar ilustre e bravo, que pagou com o seu sangue o destemor colocado na obra de reconduzir o sertanejo revoltado ao caminho da ordem e da legalidade, dando-lhe a sua compreensão e o seu amor, de preferência a lhe oferecer combate. Infelizmente, a ignorância do sertanejo não distinguiu sob a farda de Matos Costa o amigo que nele havia e que conhecia senão o remédio para os seus males, pelo menos a origem deles — e que não se atemorizava em denunciá-la...

No bolso de um jagunço morto nos princípios de 1915, foi encontrada uma carta à qual o sangue do portador havia tornado ilegível a sua maior parte. Mas, por um acaso, como para deixar um testemunho irrecusável, salvou-se o trecho que é o depoimento pungente de quem a escreveu: — “Nois não tem direito de terra, tudo é para as gentes da Oropa” (13). Demerval Peixoto, que aceita sem discrepância o pensamento de Matos Costa, acode, também, com o seu documento, um bilhete encontrado na Estação da São João (S.P.-R.G.) depois das depredações ali praticadas em 1914: — “O governo da Republica toca os Filhos Brasileiros dos terreno que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a faser prevalecer os nossos direito” (14).

Fácilmente se compreenderá que estas revoltas individuais mal contidas acabariam em movimento coletivo,

---

(12) *IDEM, idem*, pág. 229.

(13) ASSUNÇÃO (Herculano) — *A Campanha do Contestado* — Vol. I pág. 245.

(14) PEIXOTO (Demerval) — *Op. cit.* pág. 74; ASSUNÇÃO (Herculano) — *Op. cit.* pág. 246.

reunidas por esta ou aquela circunstância. Nem constitui fato imprevisível o de que, justamente naquele angustioso momento, fôsse entrar em cena e tornar-se protagonista de uma verdadeira tragédia a figura de um homem que, certamente, não nutria semelhante propósito, mas chamado a desempenhar o seu papel no desenvolvimento da ação coletiva, cumpriu-o.

Sempre que o desgosto, que a desesperança, que o desânimo se apodera da alma humana, esta pende para a exacerbação do seu misticismo. É fenômeno psicologicamente definido e observado com rigorosa freqüência. Já nas depressões coletivas, quase sempre surge o taumaturgo, aparecem os movimentos messiânicos, como compensação ao *deficit* psicológico assinalado — pois é êle quem infunde a esperança, quem retempera os espíritos, quem faz recobrar energias, quem eleva para o alto os corações, falando da misericórdia e da justiça divinas, tão certas como flagrantemente diversas da imperfeita compreensão e da infinitamente mesquinha justiça dos homens.

É nestes momentos que o coração humano, fechado para ouvir as palavras consoladoras do Mestre, que não escuta quase sempre a letra do Evangelho, tende abrir-se para elas, apresentando excepcionais condições de receptividade. E ouve e segue ao primeiro que fala daquilo porque anseia, mesmo que as promessas se destinem a uma realização remota, numa outra vida. É o momento dos taumaturgos lançarem a sua semente, pois a estação é propícia.

E êles surgem, não só entre os grupos de cultura rudimentar, mas também entre os de elevado nível cultural, com uma pontualidade notável.

Foi assim que surgiu o terceiro Monge — José Maria — com o propósito, talvez, de explorar e de viver da credulidade alheia, mas, em verdade, para representar um papel indispensável, no desenrolar dos fenômenos sociais.

Não fôsse êle, outro appareceria. E foi assim que viu reunir-se, em tórno de si, a multidão dos que clamavam por justiça.

Esta multidão não se revoltara, ainda. A revolta habitava seu íntimo, mas não se exteriorizara. E procurava encontrar o caminho do consolo nas práticas religiosas do Monge, a quem acompanhava e aceitava como um sucessor legítimo dos que anteriormente lhe haviam dirigido a palavra de fé e de esperança.

Fanáticos ?

Sem dúvida. Fanáticos porque exaltados num misticismo exótico, uma vez que não admitiam discussão sôbre o que pregava o Monge. Mas pacificamente fanáticos, esperando do céu o que haviam desesperado encontrar nos seus semelhantes. Aos céus deprecavam uma assistência, um socorro — e criam que, quanto mais persistente fôsse êsse apêlo, mais cêdo obteriam o alívio esperado. Por isso, a sua maior ocupação era a reza. A sua única atividade, a prece. O único valimento, a prática de ações religiosas.

Perigosos ?

Ainda não. Pacíficos, ainda, porque não haviam sentido em comum a perseguição feita sob o pretexto religioso. Quando foram mandados embora de Santa Catarina, levantaram pacificamente o acampamento e obedeceram às autoridades. Se ninguém os queria na vizinhança, menos seria pelo temor de quererem impôr as suas práticas religiosas do que pela fôrça potencial que em verdade constituíam.

Em verdade, essa fôrça revelou-se no Irani — e só depois do Irani surgiria o perigo. Porque já agora a perseguição não se mostrava cordata e a disseminação ia ser tentada não pela persuasão da palavra mas pelo rigor da fôrça. Foi aí que reagiu pela primeira vez e pela primeira vez surpreendeu-se da própria energia. Foi no entrevero

de 22 de outubro que se desmascararam as baterias das revoltas latentes e foi aí que o sertanejo, perseguido por motivo político, que em verdade êle ignorava pudesse existir, julgou-se perseguido por motivo religioso. E libertou todos os seus recalques, que impetuosamente vieram à tona. Foi então que descobriu que também êle era uma fôrça, que se surpreendeu com a coesão dos seus próprios sentimentos, que resistiriam ao sacrifício do próprio Monge, seu dirigente. E foi quando — e isto é da maior importância para o decurso dos fatos futuros — foi quando se armou...

Sim, armou-se, pois que, até então, era um grupo praticamente desarmado, portando apenas espadas simbólicas — membros da guarda titulada de Pares de França, que o Monge criara para seu séquito — facões de pau que foram feitos mais para o aparato do que para a guerra... O mais, algumas armas de caça, além de armas curtas usadas para a defesa pessoal.

A derrota do Iraní armou os remanescentes da horda, pois a tropa, batida na refrega, abandonou material bélico aos fanáticos. E foi apenas o comêço, pois daí por diante, a cada encontro e em cada combate, o seu reabastecimento se processou regularmente.

Não vai, nesta última afirmativa, qualquer restrição à bravura dos soldados que heróicamente combateram e valentemente imolaram as suas vidas nos sertões do Contestado. O soldado regular combateu em condições de inferioridade. Não conhecia o terreno, que era desconhecido dos seus próprios chefes. Combateu como combatem os guerreiros — mas não como combatem os guerrilheiros. A tocaia, a traição, a espera, a emboscada, os ardis que a natureza favorecia aos elementos locais eram fatôres que êle desconhecia e dos quais foi vítima. A princípio, ignorou-os. Depois, temeu-os, certamente. Porque nunca



fizera uma guerra assim, nunca fôra instruído para uma campanha em tais moldes.

Todos os cronistas militares assinalam o fato e as suas críticas são precisas, respeito ao equipamento pesado, que dificultava a mobilidade da tropa e a outras circunstâncias que não se coadunavam com a natureza do terreno em que se desenrolava a luta.

Dai a fatura com que, de comêço, reabasteceu o adversário de material bélico, nas retiradas e nas fugas precipitadas — até que aprendeu a fazer a guerra que as condições do meio e a tática dos adversários impunham e que, em número suficiente, pôde enfrentar, com a bravura e a coragem de sempre, as agruras da campanha.

5

DISPERSADOS NO IRANÍ, os remanescentes de José Maria retrocederam para a margem esquerda do Rio do Peixe e buscaram novamente o território catarinense, refugiando-se no Município de Campos Novos.

Duas pequenas expedições foram enviadas contra o grupo, enquanto fôrças policiais e do Exército passaram a guarnecer a cidade de Lajes e a vila de Curitibanos, mas não houve qualquer contacto entre os adeptos do Monge e a tropa, que pôde, assim, regressar tranqüilamente aos quartéis <sup>(15)</sup>.

Exatamente um ano depois dêstes acontecimentos foi que surgiu Eusébio Ferreira dos Santos e, com êle, Taquaruçu.

---

(15) Expedição Franco: 14.º Reg. de Cav.; 2 canhões Krupp do 2.º Reg. Art. Camp.; 1 sec. de metralhadoras, 1 contingente da F. Pública do Paraná, que percorreu as estradas de Palmas; guarneceram Lajes e Curitibanos o 54.º B. Caç. e um contingente da F. Publ. de Sta. Catarina.

Eusébio Ferreira dos Santos fôra um pequeno comerciante e era homem de bons precedentes. Não obstante, acreditava piamente nas palavras do Monge. Não esteve no Iraní, mas ouviu dos remanescentes a história dos acontecimentos, do desenrolar dos episódios da luta. Acreditava na ressurreição de José Maria, não lhe sendo difícil admitir tal coisa pois, por duas vêzes, João Maria voltara, depois de desaparecido e depois das histórias que se contavam da sua morte. É verdade que o cadáver de João Maria, quer do primeiro, quer do segundo, nunca fôra visto, enquanto que o de José Maria fôra pelos próprios adeptos enterrado nas proximidades do local em que tombara. Mas fato era que José Maria havia dito que ressuscitaria para, com um forte exército, conduzir seus crentes à vitória.

Alimentava esta crença, certamente partilhada pela família, à qual comunicava as suas esperanças. Uma neta sua, de nome Teodora, suggestionada certamente pela arraigada crença familiar, certa ocasião afirmou ter visto José Maria, nos braços de quem dormira quando criança, ao que se diz, e que o Monge lhe falara. Herculano de Assunção narra circunstanciadamente como aconteceu o fato, transcrevendo o depoimento de Antônio Ferreira dos Santos, filho de Eusébio, a respeito das visões de Teodora.

A conselho desta, que se dizia inspirada pelo espírito de José Maria, Eusébio abandonou a sua casa e os seus haveres e foi localizar-se no Taquaruçu, para onde não tardaram a convergir os crentes, pois a notícia se espalhara.

Deram-se, então, nesse novo lugar de ajuntamento, os fatos mais absurdos e disparatados, cuja narrativa chega a abismar qualquer espírito medianamente formado. Apesar disso, a família de Eusébio foi altamente considerada, sendo elevados os filhos a chefes, a neta a vidente e êle próprio, Eusébio, a santo. . .

A mistificação era completa — mas os sertanejos cumpriam as mais absurdas ordens e determinações que partiam desse grupo dirigente, pois elas eram feitas em nome de São José Maria.

Já então a guerra era pregada abertamente pelos filhos de Eusébio — uma espécie de guerra santa, “guerra de São Sebastião” (16), restauradora da monarquia.

Já é, sem dúvida, tempo de falarmos deste episódio restaurador que se manifestou durante a campanha do Contestado.

Tudo faz crer que o ajuntamento de Taquaruçu foi um golpe premeditado por indivíduos interessados em reacender uma luta, da qual, certamente, tiravam ou esperavam tirar proveito. Deve ter havido, por trás dos bastidores, um elemento intelectual capaz de conceber um plano audacioso de convulsionar o Contestado, valendo-se da ingenuidade do sertanejo e, também, da sua bravura. Com que fim — isto continua a ser uma incógnita. Não acreditamos, e repelimos mesmo, em que tivesse sido, ainda, a questão de limites o *pivot* da história. E isto porque a reabertura da luta iria custar, como custou, aos dois Estados litigantes, enormes despesas e numerosos sacrifícios de vida. Não é possível que qualquer deles fôsse valer-se de um expediente tão desumano quão miserável, para tirar proveito para uma causa já na fase final do seu desenvolvimento. Qualquer prova que se viesse a fazer a respeito, acarretaria para o autor a execração merecida de todo o país, a sua mais completa desmoralização perante a opinião pública — coisa inconcebível e inadmissível. De mais a mais, tenhamos em conta que os dois Estados eram dirigidos por individualidades respeitáveis, por homens com fôlha de serviços indiscutíveis prestados aos respectivos Estados e ao país, que não iriam,

---

(16) ASSUNÇÃO (Herculano) — *Op. cit.*, pág. 237.

em hipótese alguma, manchá-la, enredando-se numa campanha semelhante, numa verdadeira aventura sangrenta.

Más, não se pode fugir ao pensamento de que a reabertura da luta tivesse sido estudada desde os seus começos.

Evidentemente, o preparo de Taquaruçu foi para a guerra. O depoimento do filho de Eusébio, captado por Herculano de Assunção, é claro e insofismável. Para aliciar prosélitos e reunir os marginais que a ação do Iraní havia dispersado, a figura de José Maria foi habilmente trazida à cena, exaltando a imaginação dos seus crentes com a notícia das aparições à jovem Teodora.

O filho de Eusébio investiu-se do comando, atribuiu-se poderes sobrenaturais de conversar com o taumaturgo morto, para poder ver acatadas as ordens que transmitia aos crentes — e a guerra era pregada abertamente, nestas ordens.

E o Quadro Santo de Taquaruçu do Bom Sucesso preparou-se para a luta, fazendo com freqüência exercícios simulados. Naturalmente, o elemento místico havia de ser convenientemente explorado, pois era o elemento aglutinador por excelência, capaz de reunir sob uma só bandeira os combatentes e conservar o espírito de sacrifício entre êles.

Foi então que o elemento restauração surgiu. Ao fantasma de José Maria iria juntar-se o fantasma da monarquia...

Por que monarquia?

Era mais uma pedra no tabuleiro das convicções. A monarquia fôra o regime que reconhecera uma religião do Estado e o regime republicano fôra o que atacara, no Iraní, os crentes por motivo, acreditavam os sertanejos, da sua religião. A República era, desta forma, o regime que não permitia os ajuntamentos para a reza pacífica, que não permitia uma liberdade de culto, que não consentia

na crença em São João Maria, dispersando os seus crentes quando não os dizimava à bala.

Esta burla foi, evidentemente, preparada, pois o sertanejo não estava bem a par destas subtilezas de diferenças entre regimes e só chamavam a sua atenção para o que sofriam da parte de um, contrastando com o que não haviam sequer experimentado da parte do outro. Nem nunca se lhes contou — e talvez mesmo ninguém soubesse — as perseguições e humilhações que o verdadeiro João Maria havia sofrido sob o regime imperial<sup>(17)</sup>...

Para admitir a possibilidade de elementos intelectuais por trás das cortinas, explorando a credulidade e a ignorância do sertanejo, basta ler-se a celebrada “Carta à Nação”, datada de 5 de agosto de 1914, de Taquaruçu, e assinada por um tal Manoel Alves de Assunção Rocha, a quem antepuseram um risível “Dom” ao nome e aclamaram “Imperador da Monarquia Sul Brasileira”... Há nesse documento a revelação de problemas e a menção de assuntos que faleciam completa e absolutamente ao conhecimento do sertanejo *brabo* e inculto do Contestado.

Eis o interessante documento:

“Carta aberta à Nação —

Eu, D. Manoel Alves de Assunção Rocha, aclamado imperador constitucional da Monarquia Sul Brasileira, em 1.º de agosto do corrente ano, com sede no reduto de Taqua-

---

(17) Aliás, em recente estudo, Augusto Meyer demonstra que, para o homem da campanha sulina, “lei da monarquia quer dizer: lei da gauchada, lei dos gaúchos” (AUGUSTO MEYER — *Gaucho — História de uma palavra* — Ed. Cadernos do Rio Grande — Instituto Estadual do Livro). Não é demais que se admita tivessem usado a expressão *monarquia* em tal acepção, os “fanáticos” do Contestado, pois muitos deles provinham, ou haviam tido frequentes e demorados contactos com os gaúchos riograndenses.

Assim nada teria a ver com o regime e o uso da palavra *monarquia* por parte dos sertanejos teria levado elementos estranhos a dela se aproveitarem, dando-lhe um sentido que, em verdade, não teve...

ruçu do Bom Sucesso, convido a nação para lutar para o completo extermínio do decaído governo republicano, que durante 26 anos infelicitava esta pobre terra, trazendo o descrédito, a bancarrota, a corrupção dos homens e, finalmente, o desmembramento da pátria comum.

Comprometo-me:

- 1.º) Em pouco tempo a eliminar o último soldado republicano do território da Monarquia, que compreende as três províncias do sul do Brasil — Rio Grande, Santa Catarina e Paraná;
- 2.º) Para o futuro, anexar ao Império o Estado Oriental do Uruguay, antiga Província Cisplatina;
- 3.º) Organizar um exército e armada dignos da Monarquia e reorganizar a guarda Nacional;
- 4.º) Dar ao país uma Constituição completamente liberal;
- 5.º) Reduzir os impostos de exportação e importação e bem assim estabelecer o livre câmbio dentro do território do Império;
- 6.º) Fazer respeitar meus súditos, logo que me seja possível, em qualquer ponto do planêta;
- 7.º) Fazer garantir a inviolabilidade do lar e do voto, tão menosprezados pelo decaído regime;
- 8.º) Fazer respeitar, em absoluto, a liberdade da imprensa, também menosprezada pela antiga República;
- 9.º) Tornar inexpugnável a barra do Rio Grande e todo o litoral do país;
- 10.º) Guarnecer a fronteira com o Estado de São Paulo e fronteira argentina, logo que seja reconhecido oficialmente o novo império e organizado o exército imperial;
- 11.º) Assumir, relativamente, todos os compromissos do antigo regime, que relativamente couberem ao Império Sul Brasileiro;

- 12.º) O exército imperial será a primeira linha e a guarda nacional a segunda linha;
- 13.º) Unificação da lei judiciária do país;
- 14.º) Restringir a autonomia dos municípios;
- 15.º) Emitir provisoriamente numerário nominal e em seguida a conversão metálica;
- 16.º) A religião oficial será a católica apostólica romana;
- 17.º) Liberdade de culto;
- 18.º) Cogitar do desenvolvimento da lavoura, sem desprezo da indústria;
- 19.º) O imposto protecionista a indústria e lavoura do Império;
- 20.º) Livres os portos do Império a todo o estrangeiro sem cogitar-se de raça, crença, etc...
- 21.º) Serão considerados nacionais todos os estrangeiros que residirem dois anos no país;
- 22.º) Modificar o atual sistema de juri, que não está mais compatível com o século;
- 23.º) O ensino será obrigatório, tanto para a infância como para o exército;
- 24.º) A criação do exército aviador que atualmente está dando resultado na guerra européa;
- 25.º) Edificação da Côrte Imperial, que será no centro do território Imperial;
- 26.º) A bandeira e coroa do Império Sul Brasileiro será adoptado as antigas da decaída Monarquia Brasileira;
- 27.º) A pena de morte em vigor, com a fôrça;
- 28.º) O serviço militar será obrigatório;
- 29.º) A agricultura nacional será dada uma área de terra independente de pagamento, em terras nacionais;

30.º) De 1.º de setembro em diante entrará em vigor a lei marcial aos inimigos da Monarquia.

~ Viva a Monarquia Sul Brasileira!

Deus guarde e vele pela Monarquia!

Reduto do Taquaruçu do Bom Sucesso, em 5 de Agosto de 1914.

O Imperador Constitucional da Monarquia Sul Brasileira — *D. Manuel Alves de Assunção Rocha*" (18).

Para o sertanejo analfabeto, e inculto, a questão era posta em termos menos rebarbativos: — a república o perseguia, não cuidava do seu futuro nem do de sua família, expulsava-o da sua terra para entregá-la ao estrangeiro e, além de tudo, maltratava-o. Era o bastante...

Um dêles deixou o seu depoimento eloquente a respeito, num simples bilhete:

"Nós estava em Taquaruçu tratando da noça devoção e não matava nem robava, o Hermes mandou suas força covardemente nos bombardiar onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da Republica toca os Filhos Brasileiros dos tereno que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a faser prevalecer os noços direito"; (19).

Para facilitar esta disseminação de idéias monárquicas havia ainda um elemento tradicional que não deve ser subestimado: — os que haviam conhecido o segundo João Maria não ignoravam, certamente, que êle, com a sua simpatia sempre manifesta pelos federalistas, com o seu verdadeiro fanatismo por Gumercindo Saraiva, freqüentemente atacava, nas suas palestras com os compadres e amigos, o regime republicano.

(18) PRIXOTO (Demerval) *Op. cit.*, pág. 51.

(19) IDEM, *idem*, pág. 74.



Isto, recordado pelos que haviam conhecido o velho peregrino, haveria de fortalecer, no ânimo do sertanejo, a sua simpatia por um regime que, no final das contas, êle não conseguia, mesmo diferenciar muito do que era vigente...

Não obstante, para nós esta história de monarquia não passou de uma burla em meio de uma tragédia. Porque ao autor da peça citada acima, do manifesto de Dom Manuel Alves de Assunção Rocha, não teria passado despercebido o ridículo de uma empreitada de tal natureza com os elementos existentes... Não é crível que um homem, capaz de escrever uma "Carta" daquelas, o fôsse de pensar que um tal movimento pudesse, partido do Contestado, uma região rústica e mal povoada, encontrar êco em qualquer parte. Em verdade, o manifesto foi feito para impressionar... ou para ridicularizar um infeliz sertanejo, crente de que poderia vir a tornar-se Imperador do Brasil...

Afirma-se que o Manifesto foi obra de um comerciante da zona, de nome Guilherme Gaertner<sup>(20)</sup> — que o teria redigido a pedido de gente de Taquaruçu, sendo certo que na "côrte" de D. Manoel Assunção não se encontrara quem fôsse capaz de fazê-lo... Esta versão, todavia, não a colheram os Autores que recolheram o documento.

De qualquer maneira, o reduto de Taquaruçu tornou-se um conglomerado heterogêneo, mantido pelo fervor místico, mas já agora explorado por aventureiros que aliciavam para a luta não só crentes de José Maria, mas também bandoleiros sem fé e sem crenças, que viam na luta, apenas, um meio de viver, como outro qualquer...

Os propósitos de quem preparou a campanha — ou dos que a prepararam — só poderão ser admitidos como

---

(20) Depoimento do Cel. Cid Gonzaga, ex-deputado estadual em Santa Catarina.

o do aproveitamento de uma luta armada para a obtenção de vantagens ilícitas. E como a zona continuava ainda na mesma situação de instabilidade, pois a questão de limites não encontrara ainda solução, constituía um terreno ideal para a manutenção de uma campanha duradoura, cujos lucros estariam na razão direta do tempo pelo qual se prolongasse.

Já falamos, linhas atrás, a respeito do interesse que teriam os dois Estados empenhados na questão de limites em deflagrar um movimento armado, capaz de precipitar uma solução para o problema, para repelir a idéia de que qualquer dêles fôsse capaz de cometer tão nefando crime contra a nacionalidade, tanto mais que, governados por homens de envergadura moral acima de qualquer suspeição, jamais se lançariam numa aventura semelhante. A hipótese, mesmo, jamais chegou a ser aventada por quem quer que fôsse.

Cumprê, entretanto, que se fale a respeito dos sentimentos das populações dos dois Estados, apaixonadas ambas numa causa lindeira que havia deitado fundas raízes nos séculos por que se arrastou. Ambas seriam capazes de defender com o seu sangue os direitos que alinhavam em seu favor e que mutuamente se contestavam, indo até mesmo à luta armada. Mas nunca, em qualquer hipótese, uma ou outra seria capaz de lançar inocentes à fogueira de um sacrifício inglório, de jogar pobres e humildes sertanejos na chacina, para fim semelhante.

A façanha não teve, mercê de Deus, semelhantes raízes. Era produto de aventureiros, cujos propósitos não se conheciam ao certo e que jamais se pôde averiguar quais tivessem sido. Do que não se pode duvidar é que tais elementos tivessem existido, pois os documentos deixados estão muito acima do nível mental e intelectual dos fanáticos de Quadro Santo de Taquaruçu do Bom Sucesso —

que iriam, impiedosamente, ser jogados contra as forças da Nação.

Mais uma vez, entretanto, vamos verificar que faltará à luta a ser desencadeada as características de uma luta religiosa. Se até então a ela faltaram, daí por diante, depois de Taquaruçu, mesmo os Autores que a admitem, concordam em que o fanatismo foi suplantado pelo bandeirismo. E foi nesse ritmo que se reacendeu a luta.

6

**SURGIDO O REDUTO DE TAQUARUÇU**, o Governador Vidal Ramos, de Santa Catarina, imediatamente deu conhecimento da sua existência às autoridades militares.

Ficava o reduto no Município de Curitibanos, em zona de difícil acesso, só conseguido em caminhos de cargueiros, no âmago de densa floresta, Era mister, entretanto, destruir o novo foco de subversão e foi organizada uma nova remessa de tropas.

Em União da Vitória, concentraram-se dois destacamentos, formados por elementos do 5.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup> R. I., que depois se deslocaram para a estação de Rio Caçador, hoje próspera cidade dêsse nome, e para a do Herval. Em Curitibanos, estacionava um contingente da Fôrça Pública de Santa Catarina.

A ordem era não hostilizar os fanáticos, mas observá-los<sup>(21)</sup>. Entretanto, posteriormente, foi combinado um ataque ao reduto, ataque que seria desfechado simultaneamente por três lados: — um destacamento atingiria a localidade de Liberata, vindo de Caçador, e atacaria

---

(21) **PRIXOTO** (Demerval) — *Op. cit.*, pág. 143.

pelo norte (Cap. Adalberto de Meneses); outro, do Herval, alcançaria Campos Novos e, pela localidade do Espinilho, penetraria pelo sul (Cap. Esperidão); e o terceiro marcharia de Curitibanos, entrando pelo leste (Cap. Euclides de Castro).

O dia "D" seria o 28 de dezembro e o plano fôra concebido pelo Capitão de Engenheiros dr. Leblon Régis, então Secretário de Estado de Santa Catarina.

Entretanto, os elementos do reduto acompanhavam os passos de tôdas as manobras. Os espiões dos sertanejos eram eficientes e a chefia do reduto conhecia os planos e os movimentos das tropas, preparando-se para receber o ataque.

De fato, lançado, foi um novo desastre, frustrado pelas vanguardas jagunças que esperaram de emboscada a fôrça do Capitão Adalberto, não permitindo que se aproximasse do reduto e impondo uma retirada precipitada, que resultou em novo aprovisionamento de armas e munições, nada menos de dois cargueiros destas, abandonadas na fuga<sup>(22)</sup>.

O destacamento Esperidão, que se reforçara com civis, viu-se abandonado por êstes na Fazenda Venâncio, ponto intermediário entre o Espinilho e Taquaruçu. Reduzido aos seus 60 soldados e dois oficiais, não contando seis civis que permaneceram, retrocedeu para Campos Novos. Ao destacamento da Fôrça Pública de Santa Catarina não se referem os cronistas militares, sendo certo que não atacou sôzinho o reduto, com o pequeno contingente de que era formado, tanto mais que, ao que parece, não houve sinal de ataque geral ao Quadro Santo.

O reduto ficou incólume. E aumentara o seu potencial bélico, além de animar-se com o fracasso das tropas do Govêrno.

---

(22) PRIXOTO (Demerval) — *Op. cit.*, pág. 147.

Organizou-se, então, uma segunda expedição.

Formaram-na os elementos do 54.º Batalhão de Caçadores, de Florianópolis (Comando Nestor Passos); uma secção de Artilharia de Montanha, do Rio de Janeiro (Comando José Júlio); um contingente da Fôrça Pública de Santa Catarina (Comando Gustavo Schmidt); e contingentes do 4.º, 5.º e 6.º R.I. com secções de metralhadoras e esquadrão de cavalaria. Ao todo — 750 homens, com 150 cargueiros.

A 3 de fevereiro de 1914, tôda a tropa estava no Espinilho, sob o comando geral do Tte. Cel. Aleluia Pires. A 7, o Cap. Vieira da Rosa e o Tte. Isaltino Pinho, além de um vaqueano, localizaram a artilharia. Tudo pronto, mas não na ignorância dos jagunços, já agora possuindo chefes que se tornariam famosos, como Eusébio, Elias Morais, Venuto Baiano, Francisco Alonso e Chico Ventura<sup>(23)</sup>. A 8, inicia-se o bombardeio pela artilharia e, pelas 16 horas, sob uma chuva torrencial, Nestor Passos propõe-se a desalojar os últimos guerrilheiros, que ainda rispostavam o fogo das metralhadoras, com uma carga de baioneta, sugestão recusada pelo comando. Já então ardiavam algumas choças. A 9, tiroteando os últimos elementos contrários, Vieira da Rosa e Isaltino, com alguns soldados, penetram no reduto, cujo aspecto era desolador. Restos humanos espalhavam-se por tôda parte. As 150 granadas haviam feito cêrca de 40 mortos, segundo alguns depoimentos, 90 ou mais, segundo outros<sup>(24)</sup>.

As peripécias do assalto podem ser lidas em qualquer dos cronistas militares que se ocuparam da Campanha do Contestado. Cumpre assinalar que os sertanejos desafiavam as tropas para uma luta corpo a corpo, a “ferro-

---

(23) ASSUNÇÃO (Herculano) — *Op. cit.*

(24) As fôrças regulares tiveram apenas 1 morto e 3 feridos, sendo aquêle do Exército e dêstes, 2 do Exército e 1 da Fôrça Policial de Santa Catarina.

branco" (25), invectivando-as aos gritos de "peludos", "pés redondos" e outros. Os *vivas* a José Maria e à Monarquia eram ouvidos pelos soldados que continham a horda com o fogo das metralhadoras. A "espera" dos jagunços, desta feita, fôra impotente para impedir o contacto com o reduto. A própria vanguarda das tropas regulares fizeram-na recuar.

Entretanto, apesar de ganha a partida, os jagunços não foram perseguidos. Puderam evacuar o reduto mais ou menos em ordem — para se reagruparem mais adiante, enquanto a tropa legal retrocedia para o Espinilho.

O sangue correrá novamente. O ódio desabrocharia a esta rega.

Foi o que aconteceu: — surgiu Caragoatá.

---

(25) Pankoro (Demerval) — *Op. cit.*, pág. 156.

## II

### DE CARAGOATÁ A SANTA MARIA

#### 1

ASSIM COMO O NOSSO PROPÓSITO não é fazer o relato das operações militares verificadas no Contestado, por ocasião da sublevação dos fanáticos, também não o é o de alinhar as atrocidades ali cometidas durante a campanha.

O leitor já foi informado de que as minúcias relativas ao desenvolvimento da luta, sob o seu aspecto militar, devem ser procuradas nos cronistas que vimos citando e que nela tomaram parte, recolhendo ao vivo as preciosas informações que depois publicaram. Da mesma forma, o relato das atrocidades praticadas nas mesmas obras se encontra.

Não obstante, para dar uma idéia da seqüência dos fatos, imprescindível mesmo num estudo feito sob o ângulo a que nos propomos, vimo-nos obrigados a acompanhar a luta, dos seus começos ao seu desfêcho, seguindo-a na sucessão dos redutos que brotavam uns das cinzas dos outros.

Sem isto, prejudicada ficaria a boa compreensão do assunto, pois os fatos não se verificaram isoladamente, mas numa verdadeira sucessão de acontecimentos, interligados e interdependentes.

Fazemos a advertência acima porque o leitor verificará que ao presente trabalho se omitem detalhes e cenas de atrocidades, descrição de combates e providências de

ordem estritamente militar, que constituiriam aqui demasia e que podem ser encontrados nos livros que já se escreveram sôbre a campanha.

Retomemos, pois, o fio da narrativa, focalizando a evolução dos fatos para dela tirarmos as provas necessárias à confirmação da nossa tese.

Notaram os escritores militares que, depois de Taquaruçu, na formação do reduto de Caragoatá, o espírito religioso, digamos assim, arrefecera nos jagunços, se bem que não se tivesse tornado totalmente desaparecido.

Efetivamente, o fator místico, que nos momentos iniciais da campanha, como vimos, havia sido o elemento aglutinante dos descontentamentos pessoais dispersos, já não se mostrava como necessário à coesão dos sertanejos lançados à luta. Os marginais haviam encontrado uma ocupação: haviam sido transformados em guerrilheiros. A sua manutenção e a da sua família passara a ser problema dos chefes aos quais alugaram o seu braço e a sua pontaria. A luta, agora, visava a manutenção da campanha que, vitoriosa ou concluída por negociação, proporcionaria a cada um uma situação definida. A destruição dos redutos, a dispersão dos combatentes implicariam na volta à marginalidade anterior, no regresso à miséria, à falta de terras, de ocupação, de meios de sobrevivência. A manutenção da luta, sôbre interessar aos que a haviam preparado, a cuja ação já fizemos referências no capítulo anterior, valia ainda, para o sertanejo, como uma promessa de resolução para os seus problemas: de imediato, tinha ocupação e meio de manter a família; de futuro, na pior das hipóteses, seria objeto de negociação para a cessação das hostilidades e, assim, poderia obter favores e vantagens para a sua situação. Isto, se a luta não pendesse para o seu lado, dando-lhe uma vitória em que êle cria ardentemente. É óbvio que não se havia desligado das suas crenças, nem abandonado as suas práticas, advindas das



pregações e promessas de José Maria, cuja memória era evocada e invocada para seu consôlo e sua proteção. Mas, em verdade, os redutos não viviam mais sob as ordens de um chefe espiritual, que fazia da oração a sua arma principal, que esperava do sobrenatural uma vitória decisiva para a causa. As realidades da guerra mostraram que as cruces traçadas no ar com as bandeiras denominadas “do Monge”, que a neta de Eusébio fizera compor por sobrenatural inspiração, de nada valiam contra o fogo dos canhões e das metralhadoras. . . . O chefe espiritual viu-se, assim, arredado do caminho pelo chefe guerrilheiro, pelo bandoleiro que possuía qualidades de comando, concretizadas na sua capacidade de suprir as necessidades imediatas do bando, inclusive as de proporcionar sucessos pelas armas.

O fanatismo que gerara Taquaruçu, pois fôra a memória de José Maria que, hábilmente explorada, conseguiu a sua formação, ia, assim, em desaparecimento.

Aliás, Demerval Peixoto sentiu a mudança de direção na conduta dos sertanejos quando, depois do combate de Caragoatá, afirmou: “O fanatismo estava suplantado pelo banditismo” (1). E, mais: — “Cada vez crescente, a exacerbação dos matutos deixava convencer que não se tratava mais de agrupamentos de fanáticos a dispersar, mas de maltas de jagunços facínoras e empreiteiros de destruição; e, de fato, a região estava quase tôda convulsionada, depois de Caragoatá” (2).

Caragoatá exigiu uma nova expedição militar, na qual tomaram parte numerosas fôrças sob o comando do Tte. Cel. Gameiro (3).

---

(1) PEIXOTO (Demerval) — *Campanha do Contestado* — pág. 180.

(2) *IDEM, idem*, pág. 185.

(3) Compunham a nova expedição militar as seguintes unidades: 54 B. C.; Companhias do 4.º, 5.º e 6.º R. I.; Contingente da Fôrça Policial de Santa Catarina; grupos de Artilharia de Montanha e secções de metralhadoras do 4.º e 6.º R. I.

A 8 de março já se encontrava a tropa em Perdizes, nas proximidades do novo reduto, avançando, no dia seguinte, para tomar contacto com os jagunços.

Desta vez, conservando memória do que um mês antes havia sucedido, no ataque a Taquaruçú, os sertanejos não esperaram que a artilharia pudesse ser localizada. O caminho que levava ao reduto fôra guarnecido e, mal a tropa avançou, a sua ponta sofreu, viu-se alvo de cerrado tiroteio da jagunçada escondida no mato, enquanto a retaguarda passou a ser castigada por um inesperado ataque.

Os chefes sertanejos possuíam um excelente serviço de informações — e o movimento das tropas era-lhes perfeitamente conhecido, nada escapando à observação dos matutos que se mostravam inocentes e alheios ao movimento, ao longo dos caminhos palmilhados pela fôrça.

A situação da expedição a Caragoatá, assim, tornou-se, naquela altura dos acontecimentos, desesperadora e a descrição do combate é simplesmente aterradora.

As tropas viram-se cercadas pelo fogo que partia de todos os lados, não escapando sequer o hospital de sangue. Depois de seis horas de combate, sofrendo revezes continuados, apesar da valentia dos oficiais e heróica disposição da tropa, esta viu-se obrigada a fazer uma retirada, sem ter podido entrar no reduto. O choque custou às fôrças regulares 28 mortos e 21 feridos — e a retirada foi feita sob o incessante fogo dos jagunços, que as perseguiram de perto.

A expedição fôra derrotada...

O Comando militar, à vista do acontecido, solicitou do Govêrno enérgicas providências e, assim, no fim do mesmo mês, já se haviam concentrado na região cêrca de 1.500 homens, divididos em três colunas, sob o comando geral do General Carlos Frederico de Mesquita.

Dispensou o Comando o contingente da Fôrça Pública de Santa Catarina, sob o pretexto de se verificar a luta em terreno litigioso, e contratou os serviços de 60 civis, vaqueanos do conhecido caudilho Fabrício Vieira (4).

Entretanto, os jagunços haviam penetrado mais fundo no sertão. Ao que se conta, a mortandade entre a população era grande, devida à febre tifóide que se declarou, dada a falta de higiene do reduto, o que é perfeitamente admissível. Desta forma, rumaram para o vale do Timbó e para a serra do Tamanduá, onde organizaram os redutos dêsses nomes.

Duas colunas da expedição, que ficou conhecida pelo nome de "Expedição Mesquita", concentraram-se em União da Vitória e daí ganharam Poço Preto, na margem da linha férrea da São Paulo-Rio Grande, ramal de São Francisco, onde o Comandante instalou o seu Q. G. A terceira coluna, da estação de Calmon seguiu para Perdizes e Caragoatá. Êste reduto foi encontrado abandonado, sendo destruído pela referida tropa, que deveria atacar pelo sul o reduto do Timbó, tendo, entretanto, retrocedido ante as dificuldades de prosseguir na marcha pelo sertão desconhecido.

A 16 de maio, as duas colunas do norte desceram para o Timbó, desdobrando-se, então, para seguir, uma em frente e outra por um atalho, a fim de alcançar a localidade de Santo Antônio. Foi quando se verificou o ataque dos jagunços que chegaram a envolver o Estado Maior do General Mesquita. O 7.º R. I. carregou a baioneta e conseguiu tomar a localidade em poder dos sertanejos que se dispersaram, deixando 10 mortos. A tropa legal, que

---

(4) Comandava o 54.º B.C., de Florianópolis, o Major Nestor Seze-fredo dos Passos; 1 Companhia do 5.º Regimento, o Tte. Nascimento Lins; 1 Comp. do 4.º Reg., o Cap. Fleury; 1 Comp. do 6.º Reg., o Cap. Matos Costa; as Metralhadoras, o Tte. Juvenal; a Artilharia, o Tte. José Júlio; o 7.º Reg., o Major Fonseca Galvão; a Engenharia, o Tte. Bandeira de Melo.

sofrera 8 baixas, sendo 5 mortos, pôde descansar em Santo Antônio nos dias 17 e 18; e já se preparava para prosseguir, rumo ao Tamandua, quando foi atacada de surpresa, por todos os lados. Houve baixas e, a 19, viu-se na contingência de abandonar Sto. Antônio, recuando sobre o caminho a duras penas feito. Na mesma noite já se achava em União da Vitória, onde o Gal. Mesquita, ante a surpresa geral, deu por finda a sua missão e devolveu a tropa aos respectivos quartéis...

Ao que parece, a falta de recursos pecuniários teria sido o motivo dessa dissolução da expedição, não tendo o Gal. Mesquita recebido os meios de que carecia para garantir o êxito da missão que lhe fôra confiada.

O fracasso da mesma, entretanto, provocou uma enorme onda de protestos. De todos os pontos surgiam brados de socorro, tôdas as populações pediam garantias, pois era evidente o perigo que as cercava.

Os jagunços, já possuidores de uma estratégia própria, viam-se bem sucedidos e iam avançando para o norte e disseminando-se por uma área bastante maior, pondo em sobressalto as populações. Os pequenos sitiados e negociantes isolados dos caminhos eram seus aliados forçados; a resistir-lhes seriam sacrificados impiedosamente, pois não contavam com qualquer proteção.

As tropas do Gôverno não conseguiam manter-se nos pontos conquistados com iniludíveis sacrifícios. A audácia do sertanejo multiplicou-se e a zona conflagrada ampliou-se. Grupos de bandoleiros brotavam aqui e ali, sob a capa do fanatismo, pondo em risco a segurança e a vida das populações. Tornaram-se temidos e fizeram dos que desejavam escapar à sua sanha, seus agentes — preciosos colaboradores, bombeiros, espias, intermediários, fornecedores e tudo o mais — que lhes forneciam tôdas as indicações possíveis. Eram os mais fortes e ninguém que se

manifestasse contra eles estaria seguro, nem a sua família, nem os seus bens. . .

Esta era a situação, pintada pelos narradores militares e pelos autores civis, numa perfeita identidade de pontos de vista.

## 2

EM TÔDA A EXTENSA REGIÃO CONFLAGRADA, cuja progressiva ampliação se verificara, ficou apenas um pequeno contingente sob o comando do Capitão Matos Costa, com o fim de proteger os serviços de construção do ramal ferroviário, entre Canoinhas e União da Vitória.

Os civis armaram-se para a defesa própria, auxiliados pelas autoridades que aliciavam os valentões da zona para a defesa das localidades. Mas, infelizmente, verificou-se que, desavindos, muitas vêzes, por motivos e questiúnculas de qualquer ordem, houve quem passasse com armas e bagagens para os jagunços — ou se faziam tais, semeando a região de novos redutos. Dinheiro falso começou a circular — e a situação agravou-se, sobremaneira, dia a dia. Era o caos — e as populações pacíficas passaram a viver em sobressaltos ante os boatos constantes do ataque dos jagunços ou da gente dêste ou daquele chefe.

Escusado dizer que ninguém mais — salvo possivelmente um grupo enfiado nas serranias do Tamanduá — pensou em fanatismo e em José Maria. . . Era o banditismo aberto, às claras, nada mais, embora, para todos, a denominação ganhasse foros de generalidade e qualquer bandoleiro fôsse simplesmente um “fanático”.

Para encobrir estas atividades à margem da lei, buscaram acobertar-se muitos sob os mais diversos disfarces. Aqui era um grupo que dizia combater pela independência da região do Contestado; ali, outro fazia a sua guerra para que a mesma região fôsse entregue a Santa

Catarina; mais acolá eram os que ainda falavam em inoarquia. Cada chefe rebelado apresentava uma justificativa de se encontrar metido na luta. Em verdade queriam todos ser tomados como beligerantes e não como bandoleiros...

Eusébio, Alves Rocha, Elias e outros, eram fanáticos, sem dúvida alguma. Mas Aleixo, como ainda outros, se diziam apenas "perseguidos das autoridades". E Tavares, ex-Promotor, um caudilho a serviço da causa de Santa Catarina na questão de limites. Finalmente, outros, muitos outros, não se preocupavam em justificar as suas atividades subversivas e criminosas. Alemãozinho, Venuto Baiano, como muitos que foram surgindo durante o conflito, eram apenas aproveitadores da anarquia que se estabelecera ali e nada mais. Do roubo, da pilhagem, do saque, faziam a sua vida.

Onde estaria a verdade, em tôda esta situação verdadeiramente caótica, conturbada, ainda mais, pelos boatos, pelas notícias alarmistas de ataques iminentes, ninguém pôde saber. Como ninguém sabia positivamente de que lado, com quem estava o caudilho Fulano ou o chefe Socrano, hoje fazendo declarações num sentido, amanhã noutro e agindo ambìguamente para tirar o melhor partido de tudo, ao sabor das circunstâncias ou por elas premidos... Cobravam-se, aqui e ali, rivalidades pessoais, velhas contas de inimizades em atrazo, com pesados juros... Fazendas foram saqueadas, chefes de família assassinados, propriedades incendiadas. O contrabando de armas era assustador! E houve latrocínios, e houve estupros, e houve crimes de tôdas as formas...

Em setembro de 1914, houve um recrudescimento da luta.

Os elementos sublevados não esperavam mais, agora, como anteriormente, que as fôrças regulares fôssem procurá-los nos redutos, cercando-os e atacando-os.

Conhecendo não só o insignificante número de elementos militares que havia permanecido na zona, incumbido de um impossível policiamento sôbre tôda a sua extensão, bem como os movimentos dela, aproveitaram-se da situação para se anteciparem nos ataques, aqui e acolá.

Vários chefes sertanejos, chefiando verdadeiros bandos predadores, sob a cobertura da designação de “fanáticos”, pois já agora nenhum propósito religioso os movia e sim o de tirar proveito dos saques e latrocínios, surgiam, aqui e ali, na linha sul, ao norte, no interior, ao longo da via férrea — em todos os pontos possíveis e imagináveis. Era a conflagração da maior parte do território. Já então, nem ao menos procuravam aproveitar-se do elemento surpresa e chegavam ao cúmulo da audácia de marcar previamente os ataques. Com isto diminuiam o número dos defensores, pois o êxodo se fazia tão logo um destes avisos era proclamado, facilitando o trabalho do saque.

Alonso penetrou em Papanduva. Voland, o Alemãozinho, penetrou em Itaiópolis e ameaçou Rio Negro. Canoinhas foi visitada por uma horda de malfeitores, tendo sido incendiada a serraria da *Lumber*, em Três Barras. Calmon, na linha do Rio do Peixe, viu assassinados todos os seus homens. São João sofreu idêntico assalto. E os jagunços avançavam sôbre a alarmada cidade de União da Vitória, cujos habitantes, quando podiam, procuravam outras zonas.

Matos Costa, que se achava com o seu reduzido contingente de 200 homens em Vila Nova do Timbó, foi chamado às pressas para acudir a um destes premeditados ataques, atendendo-o com 60 homens. A 6 de setembro, partiu da União da Vitória ao encontro da horda. Pouco antes da Estação de São João foi avisado de que, mais adiante, 600 jagunços se encontravam. Mesmo assim prosseguiu.

Pouco além, com 40 homens, desceu do trem, determinando que este o fôsse seguindo lentamente. Faltavam apenas três quilômetros para a Estação de São João quando, pressentido, foi atacado pela fuzilaria dos jagunços.

O trem, onde haviam ficado 20 homens, mais ou menos, foi visado também pelo tiroteio e, devendo servir de refúgio, em caso de necessidade, para os homens que, a pé, haviam acompanhado Matos Costa, recuou... A princípio vagarosamente, para, depois, em disparada, fugir, abandonando os infelizes soldados à própria sorte. Matos Costa enfrentou o combate oferecido pelos sertanejos, respondendo ao tiroteio. Mas o seu destino e o de seus homens não poderia ser senão o do sacrifício.

Que teriam podido fazer 40 homens, a descoberto sôbre a linha férrea, contra mais de 600 bandoleiros encobertos nas matas?

No dia seguinte, novo trem procurou atingir o ponto de combate e conseguiu recolher alguns soldados que haviam escapado com vida à chacina, alguns dêles feridos — mas regressou sem notícias de Matos Costa. Só a 8, um novo comboio, com tropas enviadas de Ponta Grossa, recolheu cêrca de dez cadáveres, todos mutilados e despojados das suas armas e calçados — mas foi apenas a 11 que um morador dos arredores pôde encontrar o corpo do valente Capitão e de dois sargentos que o acompanhavam.

## 3

PEQUENO DESTACAMENTO MILITAR, sob o comando de um tenente, permanecia ainda em União da Vitória, quando a ela começaram a chegar as tropas que compo-riam a expedição Setembrino de Carvalho.



As atividades dos sertanejos não haviam cessado. Os ataques continuavam e os redutos formavam-se como quartéis gerais ou pontos de concentração de jagunços. Surgiram, assim, o da Piedade, sob a chefia de Carneirinho; o do Salvador, no Timbòzinho; o de Inácio, no Taquarinsal; os de Gregório, no Timbó e no Tamanduá.

Como Méca desta nova guerra, em Curitibanos, numa garganta quase inexpugnável, Santa Maria, o reduto maior, onde, ao que se diz, ainda se abrigavam os verdadeiros crentes de José Maria, voltados para as práticas religiosas que se haviam iniciado em Taquaruçu, contando com uma nova “virgem”, de nome Maria Rosa, tendo sido reorganizados os Dôze Pares de França. Santa Maria encontrava-se sob a direção de dois chefes que o mantinham sob duríssima disciplina: — Alonso e Adeodato.

Instituindo a expedição o cêrco da zona conflagrada, anulando e apagando os focos de rebeldia que, aqui e ali, pipocavam, destruindo-lhes as possibilidades de prosseguir na campanha, para os jagunços frutuosa, das guerrilhas, Santa Maria cresceu de importância, como não poderia deixar de ser.

Como se disse, a luta generalizara-se, sob o fracionado comando de vários bandoleiros e chefetes, cada qual dizendo servir a um ideal (?), espalhando-se por uma larga área. Cortadas as possibilidades de prosseguirem nas guerrilhas vantajosas, ante o cêrco impôsto pelo novo Comando Militar, só restava aos jagunços uma de duas soluções: — ou se apresentavam às Fôrças, atendendo ao apêlo do General Setembrino, que o fêz distribuir largamente na região — ou tentar o refúgio na zona considerada inexpugnável e que era considerada uma garantia de sobrevivência, no vale de Santa Maria.

Foi isto que deu ao reduto a importância de verdadeiro baluarte, pois tornou-o abrigo donde o jagunço

esperava escapar, para prosseguir nas suas atividades, quando mais uma vez o fracasso marcasse o fim de mais uma expedição.

Optou, desta forma, pela segunda solução. Em verdade, o jagunço não se apercebera de que o Governo mudara de orientação e que a sua “*fraqueza*” — como os sertanejos chamavam as tropas regulares — ia transformar-se verdadeiramente em “*fôrça*”, evitando aquela orientação infeliz de destinar para a região conflagrada pequenos ou insuficientes contingentes que, no dizer do Marechal Caetano de Faria, marchavam para o campo da luta apenas “*em casco*” (*Relatório do Ministério da Guerra* de 1915, pág. 5) e que ante o desconhecimento do meio físico e das táticas jagunças só haviam servido para sacrificar elementos de alta valia militar, desmoralizar o Governo e, como afirmou ainda o General Setembrino de Carvalho, “para prover os insurrectos de munição e armas de guerra” (5).

A Fôrça, agora, seria, de fato, fôrça e o Comando da Expedição, depois de remover os obstáculos iniciais, quais os da distribuição das tropas, da localização dos postos de aprovisionamento, regular e de estabelecimento de hospitais para socorro imediato dos feridos, fechou as linhas de um quadrado, encerrando o campo minado pelo bandolcirismo, *soi-disant* fanatismo (6). Pela primeira vez a

(5) Relatório do General Setembrino de Carvalho.

(6) Era a seguinte a distribuição das tropas:

*Linha Norte:* 56.º B.C. (Major Medeiros); 12.º B.C. (Major Faria); 6.º B.C. (Major Gameiro); 14.º R.C. — (um esquadrão) (Cap. Itacoatiara); 1 secção de Artilharia de Montanha (Tte. Alzir); 1 Comp. de Engenharia, 1 pelotão de trem; Civis de Pedro Ruivo, dos Irmãos Pacheco e de Cel. Fabrício Vieira;

*Linha Oeste:* 51.º B.C., com 1 Secção de Metralhadoras; 16.º de Infantaria (Cap. Adalberto de Menezes); 14.º B.I. (Cap. Celso Sarmenjo); 57.º B.C. (Tte. Cel. Cassiano Assis e depois Cap. Nestor Passos); Contingente do 8.º Reg. (Cap. Castaldi); dito do 11.º Reg., 1 Esq. do 9.º R.C.; 120 praças do 5.º R.I., algumas secções de metralhadoras nos B.C.;

aviação prestou o seu concurso a uma campanha militar, pois a União da Vitória, com quatro pequenos aparelhos, chegaram os aviadores Ricardo Kirk, 1.º Tenente do Exército, com curso na Europa, e o civil Darioli, que iriam procurar fazer o reconhecimento dos redutos.

A linha norte tinha o seu Q.G. em Canoinhas; a linha oeste, em União da Vitória; a leste, no Rio Negro; e a sul, em Curitibaanos.

A primeira estendia-se de União da Vitória a Rio Negro, ao longo da via férrea; a segunda, de União da Vitória a Marcelino Ramos, pelo Rio do Peixe; a terceira, do Rio Negro a Lajes, passando por Itaiópolis, Papanduva, Serra do Espigão, Rio do Sul e Pouso Redondo; a última fechava o polígono de operações, ligando Lajes a Marcelino Ramos.

A coluna do norte foi, de início, a Coluna Móvel, que acudiu os principais focos para onde se deslocava a rebelião, a fim de extingui-los.

Em fevereiro de 1915, o aviador Tte. Ricardo Kirk pereceu trágicamente num desastre aviatório, perdendo, desta forma, a Expedição o valioso concurso que poderia prestar-lhe a então "nova arma".

Para se ajuizar das atividades dos jagunços, numa tentativa de romper o cêrco, faremos um resumo das operações em cada setor, evitando um critério estritamente cronológico que levaria fatalmente o leitor à confusão.

Ao norte, Canoinhas foi atacada inúmeras vezes, apontando-se Bonifácio Papudo, que tinha a concentração da sua gente na baixada do Rio Paciência, como o orga-

---

*Linha Sul:* 54.º B.C. (Major Valga Neves) e 58.º B.C. (Cel. Estilac Leal); 1 destac. de cavalaria (Major Leovegildo Paiva); Polícia de Santa Catarina (destacamento) e, depois, civis de Fabrício Vieira;

*Linha Leste:* 28.º, 29.º e 30.º Batalhões do 1.º Reg. de Infantaria; 43.º Bat.; 1 Bateria de Artilharia; Polícia do Paraná e Civis do Cel. Bley Neto — (Apud. DEMERVAL PEIXOTO e HERCULANO ASSUNÇÃO — *Obras citadas*).

## 246 — *A Campanha do Contestado*

nizador dos assaltos. Mais a leste, nos contrafortes da serra, Tavares e Alemãozinho mantinham o grosso da sua horda na serra dos Vieiras, enquanto Alcixo montava guarda, com seus homens, às passagens que demandavam os redutos de Tamanduá, Caçador e Santa Maria.

Um dos objetivos da Coluna Móvel foi a localidade de Colônia Vieira, tendo logrado alcançar Salseiro, que ocupou, mas donde se viu posteriormente obrigada a recuar devido ao forte contra-ataque dos sertanejos que, por cinqüenta minutos a cercaram de vivíssimo fogo. De regresso a Canoinhas, continuou a ser hostilizada tôdas as noites pelos bandoleiros, até que o Cap. Tertuliano Potiguara, rebelando-se contra a situação, num ataque decisivo, destruiu e incendiou o reduto do Paciência, donde partiam as incursões noturnas.

Em janeiro de 1915, a Coluna Móvel ainda atacou os redutos de Santo Antônio e Timbòzinho, com êxito, limpando a região de outros pequenos redutos que constituíam a guarda avançada dos maiores. As perdas sertanejas foram sensíveis.

A oeste, não se verificou grande atividade, permitindo aos componentes da coluna uma vida mais amena e social. Em União da Vitória ficou conhecida por Coluna Bailarina, dada a freqüência das reuniões dançantes nas quais a oficialidade empregava as suas horas de folga, que eram muitas, à vista da pouca atividade dos jagunços no referido setor. Entretanto, o 51 B. C., que estagiava em São João, viu-se ameaçado por uma horda de jagunços e Alonso comandou um ataque ao Rio das Antas, sendo repellido pela população.

Embora extensa a linha oeste, dado o apêrto cada vez mais acentuado do cêrco, dela puderam ser retirados os 51.º, 57.º e 14.º B. C., que foram removidos para a linha sul, enquanto o 16.º passou a reforçar a linha norte.

A leste, o 43.º de Infantaria foi localizado em Iracema; o 28.º B. C. em Itaiópolis e Estiva; o 30.º, em Moema e a Polícia Paranaense em Papanduva.

Esta última localidade tornou-se o ponto de escôlha dos jagunços para os seus ataques freqüentes. Tavares, Alemãozinho, Aleixo, Josefino e Marcelo foram chefes na região. Em fins de 1914, Tavares, que dizia combater a favor da execução das sentenças do Supremo Tribunal na questão de limites, trocou correspondência com o Major Taurino Resende, visando a deposição das armas por parte da sua gente. Uma entrevista realizou-se entre o chefe militar e o rebelde, mas não passaram de tentativas infrutíferas, dadas as exigências de Tavares que impunha, entre outras condições, a entrega do território litigioso à jurisdição barriga-verde, assunto que não estava em foco no momento, voltadas tôdas as atenções para a pacificação da vasta zona assolada pelo bandoleirismo.

Nos começos de 1915, com a aproximação do momento decisivo, ante demonstração de fôrça levada a efeito, Tavares abandonou a sua gente e fugiu do reduto. Duzentos homens entregaram, então, as suas armas. A linha tôda pôde, assim, deslocar-se e fechar ainda mais o cêrco, instalando-se o grosso da coluna leste em Colônia Vieira, já então abandonada por Aleixo que, dissolvendo o seu acampamento, buscara refúgio em Santa Maria.

Os ajuntamentos de Marcelo e Josefino foram atacados e dominados.

Ao sul, finalmente, a ação dos jagunços conduziu-se principalmente sôbre os Municípios de Lajes e de Curitibaanos.

A sede dêste último, então Vila, foi assaltada e incendiada, a 26 de setembro de 1914, pelos bandoleiros a mando de Agostinho Saraiva Perez, conhecido por Caste-

lhano e seus imediatos, Paulino Ferreira, Chico Ventura e irmãos Sampaio.

Aos "vivas" a "João e José Maria" e "morrás" ao Cel. Albuquerque, entraram êles na Vila, abandonada pelas autoridades ante a impossibilidade de resistência.

Não se verificou um premeditado assalto a Corisco, mas a Polícia Catarinense, que tinha um contingente em Lajes, teve de repelir a ousadia de Castelhana em Capão Alto, quando a sua gente já dominava Restinga Sêca, Canoas e aquela localidade.

O 54.º B. C., sob o comando de Vieira da Rosa, em sucessivos empreendimentos, conseguiu expelir dos Município de Lajes a gente de Castelhana, tendo êste perecido num dos encontros.

O 58.º B. C., vindo do Rio por Itajaí, Blumenau, Rio do Sul e Trombudo, conseguiu instalar em Curitiba o Q.G. da linha sul. Um contingente de cavalaria (Leovegildo Paiva), de Campos Novos, incursionou, pelos Campos do Guarda-Mor e das Perdizes, avançando para o norte.

Assim, com esta ação estranguladora, foi sendo reduzida a área da zona conflagrada, tornando-se o cêrco cada vez mais apertado.

Os jagunços esperavam poder resistir em Santa Maria, para onde se recolham, certos da sua inexpugnabilidade, ante a qual se verificaria mais uma desistência do Governo, com o conseqüente desafôgo.

Chefes que não puderam alcançá-la viram-se na contingência de se render às autoridades, como Alemãozinho, Bonifácio Papudo e Carneirinho. Aos apelos humanitários de Setembrino, apresentaram-se numerosos jagunços. Em Canoinhas, 243; em Lajes, 528 (7), além de outros, em outras frentes, sendo essa gente recebida com brandura pelas autoridades e evacuada da zona.

---

(7) PRIXOTO (Demerval) — *Op. cit.*

Cedo, entretanto, aperceberam-se as autoridades que a maioria dos que se apresentavam eram os elementos imprestáveis para a luta ou para a resistência, o pêso morto dos redutos, gente que apenas consumia, desfalcando o necessário aos elementos que se preparavam para a resistência: — os inválidos, os velhos, os estropiados, os doentes, as mulheres e as crianças.

Então não lhes sobrou mais dúvida de que o elemento combativo se aprestava para resistir e que não se entregaria sem luta.

A esperteza “fanática” repetia aqui a esperteza do jagunço nordestino, em Canudos...

4

SANTA MARIA FOI, no sertão do Contestado, uma verdadeira Cidade Santa, onde os últimos fanáticos verdadeiros esperavam ver ressuscitados os Monges, que deveriam conduzi-los a uma vida feliz — e onde os últimos bandoleiros esperavam resistir com vantagem ao cerco das tropas legais.

Fundada no meio do mato, no fundo de um vale apertado pelos desfiladeiros da serra de Santa Maria e defendida por precipícios insondáveis, foi considerada inexpugnável.

Ali se esgotariam as energias das tropas, se desgastaria o poderio do Governo, se desmoralizaria a fôrça ante um fracasso certo. Dela ressurgiria o Monge para os seus crentes e ressurgiria o bandoleirismo para os que não acreditavam muito nestas histórias de ressurreição.

Habitavam-na cêrca de cinco mil pessoas, em casebres disseminados, prolongando-se, para o norte, em outros pequenos sub-redutos, que eram os seus subúrbios e a sua guarda.

Para o sul um único e difícil caminho conduzia ao reduto, ladeado de grotas e precipícios.

Ao centro levantava-se a Igreja, onde se venerava o Monge e onde os fiéis faziam as suas rezas e preces, enquanto as guardas permaneciam guarnecendo os desfila-deiros para evitar as surpresas.

Comandava-a o célebre Adeodato — Joaquim Adeodato ou Adeodato Manoel de Ramos — valente, destemido, feroz, dominador. Era, de fato, um chefe. Temido e obedecido sem discussão, firmara o seu prestígio nos entran-veros e o seu domínio alicerçara na dureza com que reprimia as rebeldias. A sua lei eram o rabo de tatu e o fuzilamento. Aleixo foi uma das suas vítimas.

Em fevereiro de 1915, a coluna sul marchou ao encontro dos sertanejos de Santa Maria e, desdobrando-se em três grupos, muito cedo trocava com os defensores avançados do reduto os primeiros tiros.

O Cel. Estilac Leal, comandante da coluna sul, que dirigia pessoalmente o ataque, à vista das baixas que ia sofrendo a tropa e da opinião dos comandantes do 57.º e do 58.º Batalhões de Caçadores, que haviam procedido a um reconhecimento e julgado insuperáveis as dificuldades do terreno, ordenou o recuo para a Tapera Granemann, embora a tropa não desejasse abandonar as posições a custo conquistadas.

A fuzilaria tornou-se intensa, por parte dos sertanejos, e soldados como oficiais iam caindo mortos e feridos. Mantinham-se à frente da tropa Nestor Passos, Estevão Luís e Sousa Brito, os dois primeiros já então levemente feridos<sup>(8)</sup>.

O destacamento do Major Ciríaco sofre graves revezes e vê-se igualmente obrigado a recolher-se à Tapera Granemann — e as perdas do dia desfalcaram a coluna de 70 homens.

---

(8) ASSUNÇÃO (Herculano) — *Op. cit.*



Recolhida à citada Tapera, não permaneceu inativa a coluna, que foi reforçada por um grupo de artilharia e pelo grupo civil de Fabrício Vieira, ao qual pitorescamente deram o nome de 59.º de Caçadores (9).

Em março, foi iniciado o segundo ataque ao reduto.

A artilharia foi colocada em boa posição mas quer os canhões, quer a munição, encontravam-se em mau estado (10).

Substituída por um obus, este por três horas, procurou preparar o campo para a ação da infantaria, mas os sertanejos não se abalaram, pois não funcionara o obus com a eficiência desejada e nenhum dano foi causado.

Conta-se, mesmo, que uma procissão saíu da pequena igreja do reduto, com grande acompanhamento, não dando importância ao bombardeio. No momento, entretanto, foi corrigida a direção do tiro — e o primeiro projétil explodiu sobre a multidão, fazendo inúmeras vítimas. O fogo alastrou-se pelos casebres da vizinhança e o sertanejo resolveu, então, ir desalojar a artilharia. De fato, atacou-a e obrigou a sua retirada.

Fabrício fez com sua gente um reconhecimento e denunciou um movimento envolvente que imolara, na escuridão da noite, toda a coluna. Esta retrocedeu, então.

O mesmo caudilho fez ver, então, ao Cel. Estillac, a impossibilidade de penetrar-se no reduto pelo sul, pois alguns homens bastariam para defendê-lo, guarnecendo a sua única via de acesso. Contra uma pequena guarda nada poderia o mais bravo e impávido exército, naquele desfiladeiro.

Dias depois, Setembrino reuniu os chefes das 4 colunas no seu Q.G. de União da Vitória e combinou com

---

(9) ASSUNÇÃO (Herculano) — *Op. cit.* — O pitoresco da denominação reside em que os Batalhões de Caçadores do Exército iam apenas até o n.º 58.

(10) ASSUNÇÃO (Herculano) — *Op. cit.*

## 252 — *A Campanha do Contestado*

êles o ataque simultâneo pelo norte, sul e leste, ficando a coluna oeste de anteparo a qualquer movimento de fuga.

A 31 de março, os obuses da coluna sul reiniciam a ação de preparo.

A infantaria, dispersa na mata, ataca os jagunços com vigor.

O destacamento leste cumpre a sua missão e alcança o seu objetivo, a localidade de Chico Melo, onde deveria reunir-se ao destacamento norte, comandado por Potiguara — mas ali não o encontra.

Êste Capitão tomara o rumo do Tamanduá e, vencendo 114 quilômetros de caminho difícil, conservando a sua tropa em elevado nível moral, foi destruindo à sua passagem os ajuntamentos e afastando todos os obstáculos. No Timbó Grande, destroça 400 homens que o esperavam e bate em seguida, em marcha forçada, para o sul — indo surgir no vale de Santa Maria onde, com valentia e arrôjo, atira-se sôbre a jagunçada.

O entrevero é violento.

O reduto avançado de Aleixo cai a 2 de abril, sendo incendiados 902 casebres e uma igreja. Potiguara bivaca aí, para um rápido descanso e reagrupamento de seus homens — e no dia seguinte, atacando sempre e sempre atacado, à tarde já se acha no reduto principal, que cai ante a impetuosidade e a violência do ataque que lhe é desfechado.

A jagunçada, entretanto, sitia o valente militar e, à noite, não permite que a sua tropa desfrute do menor repouso. O número de feridos e mortos aumenta e Potiguara, não querendo abandonar a posição a tão caro preço conquistada, apela para Estillac:

“Estou aqui neste inferno, depois de 10 dias de marchas horrorosas, sendo 8 de combate dia e noite, peço-te

que avances com a máxima urgência a fim de me auxiliar no resto da nossa espinhosa missão. Tenho grande número de feridos e já tenho enterrado oficiais e praças. Espero-te com urgência a fim de não perder mais gente, pois estou com a tropa em preparativo de ataque. Calculo hoje uns 80 ou 100 jagunços, pois temos mortos uns 358 e feridos em grande número, ficando todos os redutos reduzidos a cinzas. Espero-te hoje, sem falta, embora à noite, pois ela é melhor para se viajar. Recado do amigo *Potiguara*" (11).

Com efeito, o socorro era necessário, pois a sua tropa encontrava-se exausta, agravando-se a situação com o fato de rarearem os víveres e a munição, reduzida esta a 3 e 5 cartuxos para cada homem.

Tão logo recebeu o apêlo, aprestou-se a coluna sul e penetrou na picada, com a disposição de abrir caminho até Tertuliano Potiguara.

Por feliz circunstância, a guarda do Quadro que defendia o desfiladeiro, cuja passagem iria custar alto preço em baixas, não estava guarnecendo o ponto essencial da defesa do reduto ao sul, pois abalara para auxiliar o cêrco que então se fazia à tropa que invadira o reduto. Pôde, assim transpô-lo e, finalmente, sustentando fogo com os elementos escondidos na mata, fazer a desejada junção com os companheiros sitiados.

O entusiasmo da tropa foi grande e o júbilo intenso.

Finalmente caíra o inexpugnável reduto — embora na mata ainda pipocasse o fuzil do jagunço emboscado.

Potiguara contou 61 mortos e 81 feridos.

O jagunço dispersou-se pela mata, onde a perseguição se tornava impossível. Mas não tornou a reagrupar-se.

Estava finda a campanha que tantos sacrifícios custara.

---

(11) *Idem, idem.*

O ESCOAMENTO DAS TROPAS iniciou-se e foi sendo feito paulatinamente, tendo começado a fase meramente policial, a fim de impedir uma nova aglutinação dos elementos rebelados. Mesmo, seria difícil reagrupá-los. Os chefes jagunços, que impeliram os sertanejos ao bando-leirismo, haviam desaparecido. Uns pereceram em combate, enquanto outros puderam fugir.

Adeodato, o feroz e destemido chefe, foi aprisionado. Conduzido para Florianópolis, tempos depois foi morto quando, ao que se divulgou, tentava uma evasão.

Em 1916, a zona estava pacificada.

E, depois de dura experiência, ficara patente que não poderia tão extensa região ficar à margem dos benefícios da civilização, sem escolas, sem policiamento, sem justiça, sem igrejas.

Aliás, com razão e clarividência, dizia o Ministro da Guerra, Marechal Caetano de Faria, em seu Relatório de 1915, relativo aos serviços da sua pasta: “— É minha opinião pessoal que, enquanto não se decidir a questão de limites entre os dois Estados, a paz estará sempre ameaçada” (pág. 7).

Custara a campanha aos cofres da Nação nada menos de 2.999:984\$745 — uma fortuna, àquela época !

O que se perdeu em vidas não tem conta.

“Foi uma campanha áspera” — diria em seu relatório o Ministro da Guerra, Marechal Caetano de Faria — “cheia de dificuldades pelo desconhecimento da região da qual as poucas cartas que existiam eram inteiramente deficientes ou erradas, onde as estradas são simples trilhos, não permitindo a passagem simultânea de mais de uma

pessoa, onde os habitantes eram quase sempre ligados aos adversários, por convicção, medo ou interesse. . .” (*Relatório*, pág. 6).

Entretanto, abri-se, depois de serenado o conflito, a oportunidade para um acôrdo entre os Estados litigantes, acôrdo que pusesse fim a uma contenda que tão fortemente havia contribuído para o estabelecimento de um clima propício à eclosão de movimentos subversivos, acôrdo que levasse à zona contestada aquilo de que a sua população carecia para viver em paz e tranquilidade.

O acôrdo patriòticamente foi realizado.

Cada Estado abriu mão de uma certa parte do território disputado — e a paz se fez.

Uma paz que importou no progresso da região, pelo estabelecimento de colônias, pela disseminação de escolas, pela segurança dos seus habitantes, pela distribuição de Justiça — pelo trabalho que, enfim, surgiu, como fonte de riqueza, trabalho que domou rebeldias e fez calar protestos e inquietações, que matou a marginalidade — causa principal que foi de tôda luta. . .

E o fanático?

Em verdade, continua tão fanático quanto antes. Ainda acredita em São João Maria. E ainda venera, como há quarenta anos atrás, os lugares que êle santificou com a sua presença.

É o que provaremos nos próximos capítulos.



QUARTA PARTE

AS SOBREVIVÊNCIAS  
RELIGIOSAS E A PESQUISA





# I

## LAPAS, ÁGUAS E ÁRVORES

### I

QUARENTA ANOS DECORRIDOS dessa ação militar que vimos de referir, ainda se fala na campanha dos fanáticos e ainda há quem acredite que a luta tenha sido desencadeada por motivos religiosos, conseqüentes a certos movimentos messiânicos verificáveis entre os grupos sociais de qualquer idade cultural.

Já nos manifestamos contrários a semelhante proposição, reputando insustentável a tese.

Houve, sem dúvida, um ciclo religioso, nos pró-dromos da campanha, que se prolongou, embora reduzido, aos dias da luta até mesmo o seu desfêcho final.

Mas temos procurado provar que faltam à campanha aquelas características essenciais que definem uma luta religiosa. Que não foi o fanatismo perigoso e hostil que provocou a eclosão do movimento. Que não foi êle quem provocou a disseminação da guerra por uma extensa região, nem que a manteve feroz e violenta até seu desfêcho.

Já frisamos que o sertanejo não combatia por uma fé estranha ou mesmo heterodoxa, pelo direito que, aliás, a Constituição lhe garantia de professá-la e de propagá-la pacificamente, sem ferir os *mores* legais e tradicionais do nosso povo, e muito menos para impô-la a quem quer que fôsse, dentro da área em que a luta se desenrolou.

Houve um certo grau de sugestão coletiva — mas este já vinha desde os tempos do primeiro Monge — e persiste ainda hoje, sem que agora a ninguém incomode o fato, nem mesmo aos religiosos que, paciente mas tenaz e habilmente, vão substituindo aos poucos um culto não reconhecido pelo culto oficial da Igreja, sem pressas nem vexames, sem forçar situações, nem criar desentendimentos.

A veneração a São João Maria ainda existe — já o dissemos e o repetimos — tão intensa quanto dantes e muito mais disseminada, talvez, do que nos dias que antecederam à luta. Já não é, agora, apenas o sertanejo quem se coloca sob a proteção do Monge, do santo homem que pregou naquelas plagas, mas o próprio colono alienígena que, na troca constante dos valores culturais que se processa na região, tomou ao primitivo habitante da zona este traço por empréstimo.

Ambos acreditam no poder de São João Maria, nas águas que este disse milagrosas ou que a credice popular assim tornou; na sua imponderável presença nos pousos, nos cruzeiros que, se ele não plantou, foram plantados por mãos crentes e piedosas, nos lugares em que ele antes os havia erguido, onde ele havia pousado ou predito um dos “milagres” que hoje correm de bôca em bôca, ampliados pelo tempo e pela imaginação, seguindo o mesmo traçado que percorrem tôdas as lendas desde o seu nascedouro. . .

No entanto, ninguém teme qualquer perigo. Ninguém prevê ou prediz uma nova luta, ninguém receia uma nova efusão de sangue.

Por que? Não subsiste, não resiste e sobrevive a mesma crença anterior?

Esta circunstância, mais do que qualquer outra, nos levou a pensar que os desaparecidos foram os outros fatores que determinaram a luta, afastando, assim, o perigo de um novo Contestado.

O que desapareceu foi o marginalismo que dominava a região, foi a falta de garantias, foi a desconfiança, foi o despolicamento e a ausência de Justiça.

Daf porque, sendo o homem quase o mesmo e tendo transmitido parte da sua cultura ao que se localizou posteriormente na sua vizinhança, e sendo a crença a mesma — não se vislumbra possibilidade, hoje, de um novo convulsionamento.

Com o estudo dos *mores* religiosos do sertanejo, que adiante tentamos, procuraremos tornar claro que o movimento puramente místico, isto é, sem a intercorrência de qualquer outra circunstância, foi um movimento natural, de acôrdo com a idade cultural do nosso matuto, sem qualquer perigo para a nacionalidade e sem qualquer desdouro para os foros da nossa cultura. O nosso sertanejo cumpria uma etapa da sua evolução cultural e muitos povos, antes dêle, passaram por idêntica prova. Se outros não o conheceram é porque a evolução não se processa em linhas rígidas e imutáveis, como queria a superada escola evolucionista, mas através de contactos aculturativos que transformam e modificam os seus aspectos.

## 2

O CULTO DAS FÔRÇAS DA NATUREZA nasceu com a própria cultura humana.

O homem, sentindo-se só, fraco e nu ante o desconhecido, quando abriu os olhos para contemplar tudo aquilo que o cercava, povoou o ambiente de divindades, à sua semelhança concebidas, divindades que faziam nascer as ervas e as flores, que habitavam os corpos dos animais ou que se aninhavam nas cavernas, que escorriam das águas ou que povoavam a escuridão.

A Natureza tôda estava repleta dêstes sêres que influiam diretamente sôbre o destino das coisas e sôbre os destinos humanos — a êstes para protegê-los, quando devidamente honrados e venerados, ou para precipitá-los na ruína, quando esquecidos e abandonados ou negados.

Os lugares preferidos por tais divindades, por isso mesmo, eram sagrados.

Ora, sem precisarmos entrar em excessivos detalhes, não poderemos esquecer o que nos cultos primitivos representavam as moradas das divindades, como as grutas e as pedreiras, os bosques e as árvores, as fontes e as águas.

Mircéa Eliade afirma que “a dureza, a rudeza, a permanência da matéria representa para a consciência religiosa do primitivo uma hierofania. Nada mais imediato nem mais terrífico do que o majestoso rochedo, o bloco de granito audaciosamente elevado” ... “O rochedo lhe revela qualquer coisa que transcende à precariedade da sua condição humana”.

Todavia, os homens não teriam adorado as pedras como tais. “A devoção do primitivo relacionou-se sempre a qualquer “*outra coisa*” que a pedra incorpora e exprime” (1). Sebillot não esconde que “o papel das pedras nas crenças populares é ainda importante”, e, cuidando das sobrevivências daquelas concepções primitivas, expõe: — “Quantidade de relatos populares lhes atribuem, sobretudo aos verdadeiros megálitos, uma espécie de animismo e fazem dêles residências de personagens sobrenaturais, capazes de conceder graças e de castigar aos que ousarem desgostar-lhes” (2).

Por um fenômeno bastante conhecido, destas divindades primitivas e pagãs, o culto passou à própria pedra,

---

(1) ELIADE (Mircéa) — *Traité d'Histoire des Religions* — pág. 191.

(2) SEBILLOT (Paul) — *El Paganismo Contemporáneo en los Pueblos Celto-Latinos*, pág. 380.

à qual se atribuíram as propriedades dantes reconhecidas aos espíritos que as habitavam.

E, desta forma, tornou-se protetora da vida contra a morte — dos vivos contra os mortos — pois sob montes delas se colocavam os cadáveres, com elas selavam-se as cavidades nas montanhas onde os depositavam e, sob ela, sob a lápide funerária, ainda hoje se depositam os corpos. Não foi a proteção do cadáver que determinou o traço: — foi a proteção do vivo contra o espírito do morto quem o criou. . .

E serviram as pedras, ainda, de testemunho entre os homens — não pela sua perenidade, que seria a garantia de um perpétuo registro — mas porque “êste testemunho consistia, para a consciência popular, na encarnação da divindade numa pedra” (3).

Dos primitivos herdaram os povos históricos a concepção — e até mesmo o hebreu monoteísta não arredou dos seus *mores* o costume. No pacto entre Labão e Jacó, em Galaad, êste tomou uma pedra e erigiu-a por padrão, dizendo aos seus irmãos que juntassem mais. Sobre elas comeram. E disse Labão: “êste montão seja hoje por testemunho entre mim e ti” (4).

Josué, tendo o povo israelita atravessado o Jordão, mandou que um representante de cada tribo de Israel tomasse do meio do rio uma pedra e a levasse sobre os ombros para depositá-la na margem conquistada, “para que isto seja sinal entre vós; e quando vossos filhos, no futuro, perguntarem que significam estas pedras, então lhes direis que as águas do Jordão se separaram diante da arca do concôrto do Senhor”. “Assim estas pedras serão para sempre por memorial aos filhos de Israel” (5). E ainda de outra tomou o mesmo Josué e a erigiu por tes-

---

(3) ELIADE — *Op. cit.*, pág. 202.

(4) *Genesis* — XXXI — 44 a 48.

(5) *Josué* — IV — 2 a 7.

temunho do pacto feito entre o Eterno e o seu povo<sup>(6)</sup>. E mais outra, por memorial, colocando-a “entre Mispah e Sen, e chamou o seu nome Eben-ezer, dizendo: — “até aqui nos ajudou o Senhor”<sup>(7)</sup>.

Tais pedras, segundo Eliade, “foram provavelmente adoradas pelas populações cananéias, como manifestações de divindade”.

Não devemos omitir as palavras do insigne professor da Universidade de Bucarest, a respeito das concepções existentes, pois retratam ainda a mesma situação nos caminhos da cultura que apresentam certos grupos:

“A luta das elites monoteístas mosaicas era dirigida contra a confusão freqüente entre o *signal* da presença divina e a *incorporação* da divindade num receptáculo qualquer. “Vós não fareis ídolos. Vós não erigireis nem imagens esculpidas nem pedra sagrada (*masseba*) e não colocareis em vosso meio nenhuma figura de pedra (*maskit*) para vos prosternar diante dela” (Lev. XXVI, 1). E, nos *Números* (XXXIII, 52), Deus ordena a Moisés destruir as pedras cultuais que êle iria encontrar em Canaan: “Vós destruireis tôdas as figuras de pedra (*maskitim*) tôdas as suas imagens de fonte e vós demolireis todos os seus altos lugares”. Nós assistimos aqui não a um conflito entre a fé e a idolatria, mas a um combate entre duas *teofanias*, entre dois momentos da experiência religiosa, duma parte a concepção arcaica que identificava a divindade à matéria, adorando-a, tivesse ela forma ou marcasse o lugar da aparição divina, e doutra, uma concepção oriunda da experiência de uma elite, que não reconhecia a presença divina senão nos lugares consagrados (a arca, o templo, etc. . .) e em outros ritos mosaicos e se esforçava por confirmar esta presença na própria consciência do crente”<sup>(8)</sup>.

(6) *Josué* — XXIV — 26 a 27.

(7) *I Reis* — VII, 12.

(8) ELIADE — *Op. cit.*, págs. 202 e 203.

Não poderemos esconder que, em certos grupos culturais, esta confusão persiste, sobrevive — e o *signal* da presença de uma divindade, o testemunho da sua passagem, é confundido com a *incorporação* da divindade mesma, da pessoa milagrosa, do ente sobrenatural, no receptáculo que o agasalhou.

Esta incorporação conduziu à crença em pedras sagradas, em pedras milagrosas, capazes de influir nos destinos humanos e modificar a seqüência dos acontecimentos.

O culto não se dirige propriamente à pedra, isto já nos disse Eliade, mas ao espírito que a anima, ao símbolo que a consagra, à divindade que a santifica pela sua incorporação. “A pedra, o rochedo, o monólito, o dólmen, o menir, tornam-se sagrados graças à força espiritual de que levam a marca (9).

São, por isso, fontes de ações sobrenaturais, milagrosas.

Atendendo a que uma das mais sérias preocupações dos grupos de cultura recuada foi o da descendência, motivada pelo culto dos mortos (10), e que a esterilidade era um estigma terrível, surgiu em certo momento da vida cultural a crença nas pedras milagrosas no combate à infertilidade. É este um dos traços culturais mais difundidos e os etnólogos o têm observado sob as mais diversas formas e nas mais diversas reinterpretações (no sentido etnológico do termo), entre os hindus como entre os australianos, na África como na América, na Europa como na Ásia.

O deslizamento, das mulheres que desejam conceber, em certas rochas, o aninhamento em certas concavidades que elas apresentam e, até mesmo, o acasalamento sob certas delas, têm sido verificado por numerosíssimos Autores, em tôdas as latitudes.

---

(9) IDEM, *idem*, pág. 194.

(10) CABRAL (Oswaldo R.) — *Do Culto dos Mortos ao Direito de Família*.

Seria ocioso repeti-las, reproduzi-las tôdas aqui, a estas observações, tanto mais que não constituem êstes fatos surprêsa, mesmo os contemporâneos...

Certamente, êstes últimos nos interessam de certo modo, pois retratam a sobrevivência de um traço do culto primitivo.

Luís Chaves, em Portugal, encontrou penedos de casamento, de escorregadouro, de estacionamento — e até mesmo um dos cornudos — distribuídos em várias regiões do país<sup>(11)</sup>. Sebillot os encontrou em França<sup>(12)</sup>.

Não ficavam restritas a esta concepção, pois para muitas outras necessidades serviam ainda os megálitos, atendendo-as conforme a divindade que incarnavam. Assim, as pedras curativas são encontradas e veneradas. Na França, cita Paul Yves, encontram-se pedras que curam o reumatismo pela fricção do membro atingido (Saint-Guyomard). Numa concavidade de um megálito de Coëtsal deitam-se os portadores de cólicas e lombagos e sôbre o dólmen de S. Teodoro (Primelin) os de febres. E há ainda os que favorecem os portadores de males renais, os fracos, os recém-nascidos com cólicas, e tantos outros<sup>(13)</sup>. No Conselho de Famalicão, em Portugal, Luís Chaves nos conta da existência de uma pedra *leital*, "rochedo irregular com a superfície provida de protuberâncias mamiformes" na qual as mulheres grávidas vão mamar, "para terem leite"<sup>(14)</sup>. E perto da capela de Nossa Senhora de Cárquere (Conselho de Resende), há uma pedra conhecida por Penedo da Senhora, que cura sezões se derem ao atacado o pó que dela raspem, misturado à água, tal como se pratica com outra pedra, da Ermida de S. Domingos, perto de Alvaiázere<sup>(15)</sup>.

(11) CHAVES (Luís) — *Páginas Folclóricas* — pág. 186 e segs.

(12) SEBILLOT (Paul) *Le Culte des Pierres en France*.

(13) SEBILLOT (Paul Yves) — *Le Folklore de la Bretagne* — pág. 124.

(14) CHAVES (Luís) — *Op. cit.*, págs. 187 e 188.

(15) CHAVES (Luís) — *Op. cit.*, pág. 189.



As pedras ligam-se lendas e superstições entre todos os povos — “ela foi o fetiche de todos os povos na sua infância”, como disse Renan. Há pedras fatídicas e pedras malditas, da mesma forma que as há milagrosas e sagradas.

Para certos grupos culturais, podem ser a petrificação de seres humanos determinada como castigo pelas suas culpas; para outros, podem ser dotadas de vida, capazes de se locomover e de apresentar sentimentos humanos.

A Igreja, está visto, combateu tenazmente estas práticas e estas crenças — mas, apesar dos seus ensinamentos, sobrevivem certas formas culturais, embora muitas já tenham totalmente desaparecido. Aquilo que se sedimentou em milênios na estruturação psíquica dos povos é outra rocha cuja destruição não é fácil...

Verifica-se, então, a sabedoria da Igreja, ante bloco rígido de sedimentação cultural, desistindo de fender ou de destruir tão firme alicerce, para aproveitá-lo como fundamento e sobre ele construir. A cristianização dos megálitos tornou-se um fato que empresta um novo valor cultural, fenómeno conhecido como reinterpretação, a um traço do passado remoto.

As pedras, as grutas, as rochas, foram sendo habilmente despovoadas dos seus primitivos habitantes, dos espíritos e das fadas, dos gnomos e dos gigantes. As divindades pagãs foram sendo substituídas — e o símbolo da cristandade e da redenção se fez impresso sobre os menires e sobre os dólmens, para substituir na crença dos povos as suas milenárias superstições.

A humanidade teve uma infância — que povoou de seres sobrenaturais. Não se arrancariam das camadas profundas do psiquismo estas crenças, para deixar os lugares povoados vazios e sem significação. O lógico, o racional, era dar-lhes novos moradores, novos ocupantes.

Acredita Paul Yves que os primeiros apóstolos, ao chegarem à Armórica, encontraram o culto e o respeito dos megálitos fortemente enraizados, apesar do que já haviam feito os sacerdotes romanos, durante séculos, para destruí-los. Estes esculpiam nos menires figuras de divindades gaulesas e romanas, para aproveitarem as crenças dos naturais. Os apóstolos cristãos adotaram o sistema e numerosos são os megálitos sôbre os quais se esculpiu o símbolo do cristianismo. Servem, assim, de base à cruz redentora — e nas suas anfractuosidades colocaram-se imagens da Virgem, dos Apóstolos e do próprio Senhor. Capelas foram construídas ao lado de menires venerados e sob a proteção dos Santos outros foram colocados — pois sobrevivem as crenças dos seus poderes curativos (16).

Em Portugal, conta Luís Chaves, “uma anta nos arredores de Pavia foi transformada em capela; outras há nos arredores de Évora; numa outra, na Vila do Torrão (Montemor, o Novo), a lenda narra que ali apareceu S. Fausto; no Cabo de Sines, numa outra, foi sepultado S. Torpes. Capelas levantaram-se junto a outra, na Extremadura, na Ericeira, em Nisa, em Arce, em Belas (17).

Paul Sebillot conta que os antigos moradores de Aveirão descobriam-se e faziam o sinal da cruz ao passar pelo dólmen de Oustal. Na Irlanda, uma pedra de Inniscatery, que conserva as marcas dos joelhos de São Senano, era, até 1830, de tal modo venerada que os camponios, ao vê-la, descobriam-se, inclinavam-se e pronunciavam uma oração.

Nos Baixos Pirineus, a caminho de S. Salvador, os passantes beijavam com fervor a Pedra de Arrayé, fazendo o sinal da cruz. Nos meados do Séc. XVIII, mulheres de Croisic, esperando o regresso de um marítimo, bailaram

---

(16) SEBILLOT (Paul Yves) — *Op. cit.* págs. 121 e 122.

(17) CHAVES (Luís) — *Op. cit.* pág. 198.

na manhã da Ascensão, em tórno de um menir. Antes de 1789, o clero ia em procissão ao dólmen cristianizado da Madalena (Charente) e no Redon dizia-se que na noite de Natal quatro Bispos vinham dos quatro cantos da terra para officiar sôbre um *tumulus*. Na mesma época ainda celebrava-se o santo sacrificio da missa numa barca fundeada sôbre pedras "druídicas", que se viam sob as águas perto de Guilvinec, na Finisterra<sup>(18)</sup>.

Em França como na Irlanda, como em Portugal e na Espanha — e até mesmo no Brasil — são freqüentes as pedras que conservam as marcas dos pés de determinados Santos que as pisaram e, em algumas, mesmo, de outros que nunca sôbre elas estiveram, como acontece na Ilha de Santa Catarina, onde a lenda aponta a marca do pé de São Tomé numas rochas a beira mar, num logradouro público na cidade de Florianópolis.

As lendas cristãs substituíram as velhas lendas primitivas, arcáicas e pagãs — e nestas lendas tiveram origem certas formas de culto local prestado a Santos do hagiológico cristão.

Paul Yves recolheu algumas bastante interessantes, nas quais se nota a evidente cristianização dos traços culturais, a substituição dos primitivos elementos pelos que foram levados a uma determinada área — no caso a Bretanha — pelos apóstolos e confessôres que se empenhavam na erradicação e destruição dos antigos cultos.

Assim, em Kerrech, perto de Kerlouan, as pedras das alas cobertas são jovens que nelas se transformaram por terem continuado a dançar quando por elas passava o Santíssimo Sacramento; em Brasparts, um alinhamento de uma vintena de menires é tido por um cortejo nupcial, que não cessou de dançar em idênticas circunstâncias; um duplo cromlech, no cantão de Redon, constitui "as

---

(18) SEBILLOT (Paul Yves) — *Op. cit.*, págs. 581 e segs.

moças de Lanjon” — que dançaram num domingo, em vez de irem assistir à missa; os alinhamentos de Carnac, tão conhecidos, são soldados de um exército romano que perseguia S. Cornélio e ao qual o Santo petrificou; pedras esparsas, em Guémené-Penfao, são cervos, cães e um caçador, petrificados por Santo Huberto, por estarem à caça num dia de Páscoa, durante os ofícios divinos; e outras em São Seve, perto de Morlaix, são pães tornados pedras, por tê-los o padeiro negado a um Santo<sup>(19)</sup>.

Mas, ainda que a cristianização dos megálitos, dos monumentos de pedra e até mesmo das simples rochas se tenha verificado nos lugares, principalmente onde mais intenso e mais profundo se verificava o culto às divindades primitivas e pagãs, substituindo-o pelo dos Santos do hagiológico cristão, algumas sobrevivências pagãs resistem ao processo e ainda Paul Yves informa que “aos olhos do povo, menires e dólmenes aparecem dotados, como os homens, da faculdade de se mover, conhecendo certas necessidades, tal como a sede, e são animados por vezes de sentimentos, por exemplo, a vingança”. Os de Carnac — é ainda o mesmo Autor quem o afirma — à noite vão beber ao mar, da mesma forma que aos regatos vizinhos o fazem os de Neyal, e de Jugen, com a agravante de amassarem a quantos encontram em seu caminho... O de Carentoir, pelo Natal, vai beber a uma fonte, da mesma forma que, na mesma noite santa, o fazem os de Ile-et-Vilaine. O menir de Kerseller vai à fonte duas vezes ao ano, nas noites de São João e do Natal<sup>(20)</sup>. Nesta última crença percebe-se nitidamente a sobrevivência do culto ao sol, realizado justamente nestas épocas.

Outros crescem — como o de Colligné — o que acontece na proporção de 2 centímetros por ano; ou

---

(19) *IDEM, idem*, págs. 119.

(20) *IDEM, idem*, págs. 119.

pararam de crescer, como o de Kerrien, que não mais cresceu depois da morte de Nosso Senhor; e há os que diminuem, como o de Champ-Dolent, perto de Dol, que perde uma polegada por século. Segundo a lenda, a lua come-lhe um pedaço tôdas as noites e quando o menir desaparecer a hora do Julgamento Final estará próxima.

Como se nota, apesar da cristianização dos monumentos naturais, da ligação estabelecida com o culto cristão, não foi possível apagar ainda, de todo, o que milenarmente se sedimentou no espírito humano e que se transmite de geração em geração pelos insondáveis caminhos do seu psiquismo.

Da mesma forma, as grutas, as lapas nas encostas das montanhas.

Foi nelas que os deuses fizeram as suas habitações, que as divindades maiores e menores, e que o espírito dos antepassados haviam as suas moradas. . .

Do homem primitivo aos povos históricos encontramos, em tôda a sua mitologia, esta crença da morada dos deuses e dos espíritos na concavidade das pedras, na profundidade dos rochedos — com a conseqüente veneração dêsses lugares, tornados santificados ou sagrados pela sua presença.

Seria demasiado insistir neste ponto, por demais conhecido.

Mas, também aqui, a cristianização de tais lugares se verificou e a dedicação dos mesmos aos Santos cristãos, a colocação sob a sua invocação se processou, transformando as práticas pagãs em peregrinações piedosas, em visitas aconselháveis e em veneração, não às divindades primitivas e aos mortos, mas ao Criador, que na Sua misericórdia concedera à humanidade santos varões, e a êstes que se distinguiram entre os homens pelas suas virtudes.

Com as aparições de Lourdes e com as curas sobrenaturais, que aos próprios sábios e incrêos têm deixado per-

plexos, as grutas, em geral, passaram a ser dedicadas à Virgem Maria e a Sua Imagem, nelas colocada para lembrar Aquela que a Bernardette Soubirous, também agora levada à glória dos altares, apareceu e falou, e que tantos prodígios opera em Lourdes. O culto à Senhora de Lourdes não se faz, mesmo, senão, colocando a Sua Imagem em grutas, naturais ou não, para dar ao ambiente um aspecto mais ou menos próximo ao ambiente natural das primeiras aparições. As grutas multiplicaram-se pelo mundo — e em tôdas elas corre perto o filete de água a que empresta a fé poderes milagrosos e curativos. Como aquela de Lourdes, que não difere na sua composição de qualquer outra água, tantas vêzes analisada quantas se contam os prodígios verificados — estas outras, vivas ou canalizadas, também nenhuma composição medicinal encerram — o que não impede que as curas se realizem. . .

## 3

A GRUTA DO MONGE, NA LAPA, poderá ser acrescentada a todos êstes exemplos que vimos de alinhar.

Quando a visitei pela primeira vez, em 1920, já a sua fama era conhecida de longa data. Nela vivera ou pousara por algum tempo o Monge João Maria, um santo homem que praticou o ascetismo, pregou a caridade e os bons costumes e socorreu os aflitos. Na tradição oral encontrava-se ainda a memória dos seus cantos, entoados na quietude das noites e cujo eco chegava aos ouvidos urbanos.

Não há pròpriamente uma gruta no local. Ao se descer a escarpa — pois a ascensão é difícil, tolhidos os caminhos pela mata e pelo íngreme paredão, o que obriga fazer-se o seu contórno e atingir por um dos

flancos a sua parte superior — encontra-se uma rocha saliente, em forma de prateleira, com o comprimento e a largura capaz de abrigar — e mal — um corpo humano. Corria a lenda ser ali a cama do Monge.

À frente, nas bordas do precipício, levantava-se um cruzeiro, ali colocado muito posteriormente, possivelmente no mesmo local em que o Monge, quando ali esteve, levantara o símbolo da fé e que o tempo consumira. Em 1903, por Provisão eclesiástica, foi levada da Matriz da cidade uma nova Cruz, grande e benta, justamente a 21 de junho, festa do Sagrado Coração<sup>(21)</sup>, e ali erecta.

Certamente foi êste cruzeiro o que ali vimos, em 1920.

Descia-se por um escorregadio caminho e pouco abaixo havia uma fonte natural, brotando a água da rocha, viva, fria e cristalina. Era a água do Monge — que além de propriedades curativas para vários males, como se diz ainda hoje possuir, tinha a faculdade de fazer casar na Lapa, com as moças da terra, os que dela bebessem. Está visto que as moças casadoiras da pequena cidade, que tinham e mantêm o conceito em todo o Paraná de excelentes donas de casa e fama de beleza, além do mais incluíam nos seus programas com os pretendentes uma clássica visita à gruta, sob o pretexto do magnífico panorama dali descortinado — o que é um fato — e, em alegre companhia, levavam os candidatos até a fonte e os faziam experimentar a água, o que não era difícil pois a caminhada despertava a sede. Muitos caíram... ao que se conta.

Junto à Mesa ou Cama do Monge, mãos piedosas acendiam velas que o vento logo apagava e um ou outro crente despejava numa pequena concavidade — a bacia das ablu-

---

(21) Livro do Tombo da Matriz da Lapa, pág. 95, apud Pe. João Augusto Sobrinho — in *Verdades de Arrepiar*, "O Estado do Paraná", de 22/6/1956.

ções do Monge, conforme corria — algumas moedas, espórtula não se poderia dizer a quem.

Mais adiante, por difícil caminho, pulando sôbre rochas e sôbre anfractuosidades da parede, ia-se, como ainda se vai, à Pedra Partida.

Não é também uma gruta, mas um corte perpendicular, uma reintrância da formação rochosa, da penedia, de cima a baixo, com muitos metros de altura.

Do alto a luz coava-se por entre a ramaria. Embaixo, alargava-se o espaço num amplo salão e, espiando-se por entre as rochas, buscando efeitos de luz, a certas horas, diziam que se poderia ver, distinguir, ao fundo, numa das fendas perpendiculares, a Imagem do Crucificado.

Assim eu conheci, em 1920, a Gruta do Monge, já então ponto de romarias em homenagem ao anacoreta que ali se abrigara por algum tempo, em remota época.

Pela água da sua fonte, fazia o Monge, ainda, o milagre das suas curas. E a sua memória era respeitada.

Embora tivesse em oportunidades posteriores tornado a visitar a gruta, ao todo umas cinco ou seis vêzes, notável foi a transformação que nela encontrei em 1955, data da derradeira visita que lhe fiz.

Se não cuidou dos arranjos que se fizeram para facilitar a descida, cavando na rocha uma escadaria, que do alto conduz até a fonte, com passagem pela Cama, nem nas tendas contruídas no platô superior, para facilitarromeiros e turistas, retirando o antigo sabor agreste da excursão, chamou-me a atenção a alteração havida sob o ponto de vista religioso.

A antiga cama ou mesa do Monge está transformada em um altar que abriga não só um retrato pintado do Monge — remetido por um crente de Porto-União, segundo me informaram — como ainda Imagens da Virgem de Lourdes e de Santo Antônio, orago êste da velha cidade. O cruzeiro está circundado por um para-vento



de cimento, que permite conservar acesas as velas. E os *ex-votos*, avultando em número muletas e bordões, tomam a parede rochosa ao fundo.

A água está canalizada, facilitando a sua colheita e uma escadaria de pedra torna fácil a descida até à fonte.

Na Pedra Partida ergue-se um grande crucifixo, na amplitude do salão.

O que se verifica, já que não se pode falar aqui em cristianização do local, pois sempre esteve êle cristianizado e João Maria sempre se disse filho da Igreja e o símbolo da salvação foi sempre erguido por êle em todos os lugares de peregrinação e pouso, inclusive o que arrimou, na gruta da Lapa, às bordas do abismo, é que o culto de São João Maria, difícil de ser extirpado totalmente do coração dos crentes, vem sendo associado ao da Virgem Santa e ao do padroeiro da cidade, naquele local. Os anos se encarregarão de completar a substituição.

Não poderia a Igreja admitir como ortodoxo o culto à memória de um homem sôbre o qual têm recaído tantas acusações e mesmo que não foi admitido canonicamente à veneração dos fiéis. Se as primeiras são infundadas, consequência da confusão estabelecida, como provamos, ainda que as suas virtudes tenham sido proclamadas pela população que o conheceu e que transmitiu aos seus descendentes a fama que o cercou e a notícia dos milagres que realizou, dos prodígios que operou, não é mais pelo consenso dos fiéis que se fazem agora os Santos.

A canonização não é, em nossos dias, uma eleição, uma aclamação dos fiéis, como o foi nos primeiros tempos, mas o resultado de um rigoroso processo sujeito a demoradas diligências e a minuciosas investigações.

Não obstante, o povo, não direi da cidade da Lapa, mas de toda uma região, povo simples e crédulo, fêz, à moda antiga, de João Maria um santo. Como os pri-

meiros cristãos fizeram os seus, atendendo, primeiro, ao sacrifício das suas vidas no testemunho do Cristo coroado pelo martírio e, depois, à retidão da sua conduta, à firmeza da sua fé, à ortodoxia das suas pregações e à majestade dos exemplos que deixaram.

João Maria, para essa gente, é santo. É São João Maria. Faz milagres. Atende aos que lhe imploram proteção. Restitui-lhes a saúde, conserta-lhes as dificuldades da vida quotidiana. A fé continua a transportar montanhas. Dizer o contrário, fazer ver que a veneração permitida é apenas a daqueles a quem a Igreja reconhece e proclama como Santos — não cala fundo no ânimo dos crentes, que opõem à dialética dos sacerdotes os resultados palpáveis e concretos da sua fidelidade ao anacoreta.

Então, com prudência e acêrto, tal como se fêz alhures, superpõe-se ao culto popular, admitindo-se temporariamente êsse sincretismo, o culto verdadeiro.

Não se alijou do seu nicho a figura humilde e maltrapilha do homem bom venerado pelo vulgo. Mas, no lugar que êle tornou conhecido pela sua presença, coloca-se frente ao crente a imagem de um Santo legítimamente canonizado, para compartilhar das preces que àquele são dirigidas, até que um dia o substitua integralmente, apagando-se, desta forma, a memória do intruso peregrino e anacoreta no espírito dos pósteros.

Pode demorar anos. Mas, não há pressa. A substituição far-se-á sem choques, aos poucos, sem ferir a sensibilidade da alma popular...

## 4

DA DERRADEIRA VEZ que visitamos a "gruta" do Monge, na Lapa, encontramos no alto do platô um polonês, já aculturado, trajando ponche e botas.

Cumprimentou-nos e em nossa companhia desceu os degraus de pedra que conduzem à “cama” do anacoreta, perguntando-nos onde ficava a gruta, sinal de que era a primeira vez que ali estava.

Chegados à “cama”, hoje rústico altar onde se vêem as Imagens da Virgem e de Santo Antônio, como já dissemos, ao lado de uma gravura colorida do anacoreta, o crente ajoelhou-se e por algum tempo, em voz baixa, proferiu as suas orações.

Pedi-nos depois que o informássemos onde estava a “água” e indicamos a escadaria que leva à fonte, que já se encontra em parte canalizada.

Chegado à mesma, retirou o paletó e banhou o braço esquerdo na água fria e depois bebeu alguns goles da mesma. Vestindo-se, rapidamente subiu os degraus, acendeu uma vela no abrigo ali feito para recebê-las e nos disse:

— “Eu já fiz a minha obrigação. Vamos esperar agora que São João Maria me ajude...”

— “Doença”? — perguntamos...

— “Um *ar* de paralisia neste braço” — confirmou. E abalou, degraus acima, cumprida a sua promessa.

Fanatismo?

Parece que não...

Heresia?

Não cremos...

Aberração?

Nunca.

Crença ingênua, apenas.

Porque, como éle, acreditaram todos os cristãos dos primeiros tempos.

Acreditaram nos santos homens por cuja intercessão curava o Senhor as misérias do corpo e as chagas da alma.

Que haviam substituído, nas rochas e nas águas, habitadas por espíritos e por ninfas, estas divindades pagãs. Que gravaram nos penhascos e nos menires, em tórno dos quais as divindades da natureza faziam os seus prodígios, a cruz redentora e os dedicaram aos Santos do hagiológico cristão. Que acreditaram nos piedosos homens, feitos santos pelos próprios crentes — porque haviam conhecido a austeridade das suas vidas, o sacrifício do sangrento testemunho nos seus martírios, o bálsamo da bondade que espalharam — e que, depois de partidos da vida presente, continuavam no céu a protegê-los neste vale de lágrimas, como haviam procedido anteriormente.

Apenas isto, nada mais do que isto...

## 5

DA MESMA FORMA QUE AS ROCHAS E AS GRUTAS, as águas como as florestas, as fontes quanto as águas, eram moradas de divindades e encarnavam elas mesmas os atributos que eram próprios dos espíritos, através daquele fenómeno de incorporação já citado linhas atrás.

Para as águas, mais, ainda: — elas figuram na mitologia de todos os povos como habitadas por entidades divinas e como fonte da vida, essência das coisas, “fundamento de tóda manifestação cósmica”, como afirma Eliade (22).

Os textos védicos sentenciam: — “Água, és a fonte de tódas as coisas e de tóda a existência” (23); “fundamentos do mundo inteiro” (24); “essência da vegetação” (25);

(22) ELIADE — *Op. cit.*, pág. 168.

(23) Bhaviçyottarapurana — 31-14 — *cit. ELIADE.*

(24) Çataphata Brahmana — VI,8,2,2; XII,5,2,14 — *cit. ELIADE.*

(25) III,6,17 — *ELIADE.*

“elixir da imortalidade” (26); “fôrça criadora e princípio de tôda a cura” (27).

Assim a consideravam e criam os hindus que, em verdade, são as águas curativas, são elas que afastam e curam tôdas as doenças (28).

Ainda mais: — na mitologia de todos os povos encontramos as águas como elemento anterior a tôda existência.

Sobre elas flutuava Nârâyana; Vishnú, na sua terceira encarnação, desceu às profundidades das águas primordiais e tirou a terra do abismo (29).

A mesma concepção é encontrada no poema babilônico da criação (30).

“A água é o elemento primordial” — diz Felix Giraud (31) — “e foi da água doce (*Apsoue*) da água salgada (*Tiamat*) que resultaram todos os sêres, a começar pelos deuses”.

O livro do Gênesis diz que “o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas” (32).

Para os egípcios, Noun era o caos, o Oceano primordial no qual jaziam, antes da criação, os germens de tôdas as coisas e de todos os sêres, e os textos o chamam de “Pai dos Deuses” (33).

Em Homero se encontra que Oceano e sua espôsa *Thetis* são os progenitores dos deuses e dos sêres e na

---

(26) IV,4,3,15 — ELIADE.

(27) Rig-Veda — I,23,19; XI,19 — ELIADE.

(28) Atharva Veda — II,3,6 — ELIADE.

(29) Taittirîya Brâhmana I,1,3,5; Çatapalha Brâhmana XIV,1,2,11; Râmâyana CX,4; Mahabhârata, CXLII,28,62; CCLXXII,49,55; Bhâgavatâ Purana, III,13 — ELIADE.

(30) Enuma Elish, I,1,15, apud ELIADE, pág. 170.

(31) GIRAUD (Felix) in *Mythologie Generale* — pág. 44.

(32) *Genesis* — 1,2.

(33) VIAU (J.) — in *Mythologie Generale*, pág. 10.

Grécia os templos de Asclépios, o pai da Medicina, eram construídos ao pé das fontes<sup>(84)</sup>.

Entre os povos selvagens e os de cultura recuada, de tôdas as latitudes e longitudes, têm recolhido os mais variados Autores numerosas lendas e anotado as mais diversas crenças que dão às águas êste caráter sagrado e maternal. Daí o não constituir surprêsa a abundância de ritos, de costumes e de lendas verificáveis em todos êles.

As águas vivas, que tanto interessarão ao nosso estudo, pois veremos que a veneração do Monge se conserva principalmente junto a elas na maioria dos casos, resultam, segundo Eliade, justamente do fato de serem consideradas "receptáculo de todos os germens da vida, uma substância mágica e medicinal por excelência: — elas curam, rejuvenescem, asseguram a vida eterna". "A água viva, as fontes da juventude, a água da vida, são fórmulas míticas da mesma realidade metafísica e religiosa: na água reside a vida, o vigor, a eternidade"<sup>(85)</sup>.

Na mitologia de muitos povos vamos encontrá-la guardada por monstros, demônios, dragões ou espíritos — e a sua conquista é dificultada por todos os modos e maneiras, a ponto de exigir a vitória sôbre uma série de provas.

Para os hebreus, a água viva, que deveria ser presente a certos sacrifícios<sup>(86)</sup> é o símbolo do amor e da pureza<sup>(87)</sup>, da eternidade<sup>(88)</sup> — e era a que fluía de uma fonte ou de um rio, nunca a que surgia do fundo de uma cisterna. Era uma água em movimento, *viva* — e não uma água parada.

(84) GUIRAND (F.) — *idem, idem*, pág. 77.

(85) ELIADE — *Op. cit.* págs. 172.

(86) *Levítico* — XIV-5,6,50 a 52; *Deuteronomio* XXI-4.

(87) *Cântico dos Cânticos* — IV-15.

(88) *João* — IV-10,11; VII,38.

Eram elas, as águas vivas, a verdadeira fonte da vida, as portadoras de tôdas as virtudes.

Assim, são fertilizantes, facilitam a fecundidade — que é como se eterniza a vida. Achados arqueológicos (neolítico e paleolítico) têm permitido fundamentar esta opinião que a faz remontar aos povos primitivos. Entre os povos de cultura recuada têm os observadores encontrado as mesmas crenças e os mesmos usos decorrentes. Westermarck cita, entre outros, os habitantes da parte meridional das Célebes, os da Indonésia, os da Rodésia, os da Nigéria, os das montanhas do Atlas, os de Marrocos — e muitos outros<sup>(39)</sup>.

Os povos históricos não fugiram à conservação do traço cultural remoto, imposto pelos costumes primitivos. Em Roma, como em Atenas, às noivas se aspergia com água — rito de fecundidade — costume que passou a muitos povos europeus, com as modificações impostas pelo dinamismo cultural.

Entre muitos povos civilizados estas sobrevivências são apontadas.

Na Alta Escócia, Sebillot informa que, no dia das núpcias, a noiva com o seu séquito de donzelas, ia até a fonte chamada “da Casada”, para lavar em suas águas os pés e depois as partes superiores do corpo, a fim de que se tornasse fecunda<sup>(40)</sup>. Entre os beduínos do Sinai, a noiva, depois de certos ritos, “é conduzida por um cortejo de mulheres até uma fonte de água viva e permanente donde, depois de feitas as abluções, é levada à casa do espôso<sup>(41)</sup>. Os Parsis submetem os noivos a um banho sagrado, pela manhã e à tarde do dia das núpcias. Na

---

(39) WESTERMARCK (Edward) — *Histoire du Mariage* — Vol. IV, págs. 258.

(40) SEBILLOT (Paul) — *Op. cit.*, pág. 18.

(41) PALMER — *Desert of Exodus* — apud WESTERMARCK — *Op. cit.* IV, 256.

Grécia antiga, da mesma forma, o casal ia à fonte de água corrente, chamada de Callirhoé<sup>(42)</sup> e, na moderna, o banho da noiva ainda faz parte do cerimonial<sup>(43)</sup>. Na Rumânia, da mesma forma<sup>(44)</sup>.

Alguns povos reduziram o cerimonial para a lavação de uma parte reduzida do corpo, como cabeça ou pés<sup>(45)</sup>, enquanto outros, por um fenômeno de transferência, substituem o corpo virgem da noiva por flores, que são arremessadas às águas vivas antes do matrimônio, como por exemplo, os sérvios<sup>(46)</sup>.

Além do emprêgo nos ritos de fecundidade, a água viva era usada nos mais variados rituais e das mais diversas maneiras, na preservação contra os malefícios — purificando o lar, limpando-o das fôrças malélicas sobrenaturais, libertando o indivíduo da ação contrária de tais energias desconhecidas. Por isto mesmo, porque as doenças resultavam dessas fôrças ocultas, a água foi, como continua a ser, o elemento curativo por excelência.

“Tôda água, por um processo de participação e de degradação, é eficiente, fecunda ou medicinal” — diz Eliade<sup>(47)</sup>; “a água corrente constitui uma barreira infranqueável para certas enfermidades” — adianta Sebillot<sup>(48)</sup>.

Está visto que não se objetiva a água chamada “mineral”, isto é, a que encerra na sua composição elementos de reconhecidas propriedades medicinais. As águas a que nos referimos são as comuns, de composição ordi-

(42) BECKER-GÖLL (Charikles — *Tucidides, Historia Belli Peloponnesiaci*, apud. WESTERMARCK.

(43) SAKELARIOS — Apud WESTERMARCK, *Op. cit.* IV 257.

(44) FLACKS — Apud WESTERMARCK — *Op. cit.* IV.257.

(45) BERUSSES, em *Comarty, Escócia, Nothumberland*.

(46) Vide a respeito WESTERMARCK — *Histoire du Mariage*, Vols. IV de págs. 255 a 263.

(47) ELIADE — *Op. cit.* pág. 172.

(48) SEBILLOT (Paul) — *Op. cit.* pág. 369.



nária, sem possuir em diluição qualquer dêsses sais que as tornam indicadas para uso terapêutico.

Se é verdade que o homem primitivo não escapou à observação de que certas águas possuíam propriedades medicinais reais, ainda que não pudesse identificar ou mesmo suspeitar a existência de elementos estranhos nela diluídos, conhecendo-lhes apenas as diferenças que tocavam aos seus sentidos — gôsto, côr e odor — não é menos verdade que ao elemento mágico, imponderável, atribuiu muito mais vêzes as suas propriedades de que pròpriamente à composição.

As águas eram curativas — esta é a opinião geral dos etnógrafos — por possuírem as virtudes das divindades, dos sêres sobrenaturais que encerravam, que elas “incorporavam”. As suas propriedades curativas não advinham, assim, das virtudes terapêuticas da sua composição, mas das virtudes sobrenaturais das entidades que as habitavam e a elas emprestavam um outro valor, valor que era em definitivo incorporado às suas propriedades.

“O culto das águas — e em particular o das fontes consideradas como curativas, dos poços termais, das salinas, etc. — apresenta uma continuidade impressionante. Nenhuma revolução religiosa o pôde abolir; alimentado pela devoção popular, o culto das águas terminou por ser tolerado mesmo pelo cristianismo, depois das perseguições da Idade Média<sup>(49)</sup>. A continuidade cultural se estende, por vêzes, do neolítico aos nossos dias”<sup>(50)</sup>.

---

(49) A reação começou no IV Século, com S. Cirilo de Jerusalém — *Catech.* XIX,8. As interdições eclesiásticas repetiram-se, sem cessar, do 2.º Concílio de Arlés — 443 ou 452 D.C. ao Concílio de Treves — 1227. Doutra parte um número considerável de Apologias, Cartas Pastorais e outros textos marcam a luta da Igreja contra o culto das águas. Cf. SAINTYVES — *Corpus* — 163 e segs.

(50) ELLADE — *Op. cit.* pág. 177.

As práticas mágico-religiosas compreendiam não apenas a ingestão do elemento mas também a imersão total ou simbólica.

A imersão do indivíduo, para Eliade, simboliza a regeneração total, o novo nascimento, “porque uma imersão equivale a uma dissolução de formas, a uma reintegração no modo indiferenciado da pre-existência”. Freud teoriza como o anseio da volta ao útero materno, a imersão amniótica, antes do nascimento.

De qualquer forma, para um renascimento em condições melhores — “de uma parte porque a dissolução é seguida de um novo nascimento e doutra porque a imersão fertiliza e aumenta o potencial de vida e de criação” (51).

A imersão purifica porque a água tudo dissolve — as culpas quanto os males — e o indivíduo dela renasce limpo e curado. Ela simboliza a morte no plano humano como o dilúvio no plano cósmico — para o renascimento e para o ressurgimento em plano melhor, em condições superiores.

O ritual da imersão foi extremamente difundido entre os povos, alguns dos quais ainda conservam o traço cultural.

João Batista batizava. Entrando pelo regato e derramando sobre a cabeça para que escorresse pelo corpo toda a água redentora. Não para curar as enfermidades do corpo, mas para o renascimento, limpo dos pecados da alma.

Ainda hoje a imersão no Ganges tem o mesmo teor simbólico — e uma confissão da Igreja reformada admite como iniciação batismal a imersão dos seus crentes.

O batismo pelo simples derrame da água sobre a cabeça ou pela forma rudimentar da aspersion é forma simbólica da imersão, com as mesmas propriedades.

---

(51) *IDEM, idem, 168.*

Numerosos são os credos e confissões religiosas nos quais o neófito se inicia e obtém a sua admissão através do batismo pela água — e ninguém é admitido na comunhão católica sem a imersão simbólica que lhe abre as portas da graça divina.

São João Crisóstomo nos diz que o batismo “representa a morte e a sepultura, a vida e a ressurreição. Quando mergulhamos a nossa cabeça na água como num sepulcro, o velho homem mergulha, amortalhado inteiramente; quando saímos da água, o novo homem aparece simultâneamente” (52).

Se atendermos a estas concepções que, como nos narra Eliade, resistiram a tôdas as revoluções religiosas, e, como explica o criador da psicanálise, residem nas mais profundas camadas do psiquismo humano, solidificadas por uma sedimentação milenar, chegaremos à conclusão de Buess de que o emprêgo terapêutico da água, do mesmo modo que “o da maioria de outras medidas curativas, provém, em grande parte, dos costumes religiosos” (53).

Seria alongarmos em demasia o presente trabalho se, de autor em autor, fôssemos buscar os exemplos que demonstram a extrema difusão dêsse traço cultural.

Pode ser afirmada a sua universalidade. Em todos os povos, de tôdas as épocas, de todos os graus de cultura e de todos os credos, do primitivo ao contemporâneo, encontraremos a imersão, os banhos, totais ou parciais, integrais ou simbólicos, como elementos de cura corporal e de regeneração espiritual, como fatores de recuperação e de purificação.

Está visto que, excetuadas as práticas rituais, a maioria das vêzes é o elemento curativo o procurado. Não o elemento medicinal, as fontes cujas propriedades físico-quí-

---

(52) Apud ELIADE — *Op. cit.* pág. 175.

(53) BUSS (H.) — *História da Hidrologia.*

micas determinadas as tornam indicadas para certos e determinados males, que são preconizadas cientificamente para a sua cura, mas, entre o vulgo, o fator sobrenatural que acredita existir, por incorporação das virtudes dos santos que as usaram ou as aconselharam, nas águas vivas de composição comum. É o prodígio, o milagre, o que o homem procura, por que nele acredita e porque êle se realiza debaixo de seus olhos. O prodígio do tanque de Siloé se renova em tôdas as latitudes — e o Senhor multiplicou o número dos seus Anjos que revolvem, vivificando-as, as águas curativas. E aos que duvidam, apontem-se aquêles que Alexis Carrel constatou — e não soube explicar, apesar dos seus inegáveis conhecimentos científicos — com as águas sem qualquer propriedade extraordinária, com as águas comuns, idênticas a tôdas as demais, das fontes miraculosas de Lourdes, que não podem ser levados a conta de resultantes de sugestão coletiva e que têm sido documentados pelo rigor dos observadores cientificamente frios e religiosamente impenetráveis.

Uma vez que a universalidade do traço não pode deixar de ser aceita, *ipso-facto*, a universalidade das lendas é constatada. Não há povo, em qualquer latitude, que não tenha as suas águas, as suas fontes, os seus rios, os seus mananciais aureolados pelas lendas, que não os tenha povoados de divindades, de gênios, de seres sobrenaturais, ou que não os conheça sob a proteção de um Santo do hagiolôgio cristão.

Sôbre as divindades pagãs o cristianismo sobrepôs as lendas de seus Santos, das águas expulsando as bruxas e os anões, os espíritos e as ninfas.

A alma humana não poderia conceber que as mesmas ficassem desabitadas — e para que a credence popular não voltasse a reimplantar antigos moradores, o cristianismo sãbiamente as ligou à vida e à obra dos seus Santos, que a elas deram o poder de realizar os prodígios que êles

haviam realizado com a sua presença ou com as suas mãos, quando na vida terrena.

A água sobrevive na crença popular como uma entidade religiosa. Conta Sebillot que, em Portugal, quem urina sôbre as águas, quaisquer que elas sejam, comete um pecado do qual se purifica dizendo: "Morra o pecado! Viva o Menino Jesus!" (54). Na Sicília, tal ato se expia em sete anos de purgatório. Na Suíça, quem cospe nágua está cuspidno nos olhos do Senhor (55). Na Alta Bretanha, quem o faz nos rios está fornecendo "água-benta" para o diabo (56). A água é, por si mesma, santa...

6

SE TRANSPORTARMOS O TRAÇO para o nosso meio, encontraremos a presença do homem bom, do santo, em muitas águas tornadas prodigiosas pela sua presença — ou por que as tivesse aconselhado, ou por que elas o tivessem dessedentado num momento da sua vida.

São inúmeras as fontes e os mananciais que gozam desta reputação milagrosa por todo o Brasil. A elas se liga sempre a figura lendária de um homem santificado pela Igreja ou pela imaginação popular.

No caso a que nos prendemos, João Maria não opera prodígios apenas nas águas da Gruta de seu nome, na Lapa. Em tôda a região do ex-Contestado palmilhada pelo eremita, encontram-se fontes de águas miraculosas, nas quais a sua presença se acha incorporada.

Naturalmente, não nos foi possível registrar a tôdas, pois os dois João Maria palmilharam os sertões do sul do

---

(54) Apud LEITE DE VASCONCELOS, I, pág. 71.

(55) Apud PITTRÉ — I, IV, 446.

(56) SEBILLOT (Paul Yves) — *Op. cit.*, 361/2.

Paraná e do oeste catarinense em todos os sentidos, pousando à margem de todos os riachos e à beira de todos os poços. . . Registramos apenas algumas, que se encontram fotograficamente documentadas no presente trabalho e assinaladas na Carta Geral da região.

Começando pelo Paraná, assinalaremos, além da fonte da Lapa, na gruta tantas vêzes referida e que não é necessário recordar, as seguintes:

Fonte de São João Maria — entre Clevelândia e a República Argentina — junto à qual pernitou, certo feita, a peregrino. Atribui-lhe o povo propriedades sobrenaturais, curativas<sup>(57)</sup>. No Município de Mangueirinha, uma outra fonte — ao que se conta são de águas sulfurosas — teria sido recomendada pelo Monge<sup>(58)</sup>.

Temos notícias vagas de outras, mas não nos tendo sido possível localizá-las com absoluta precisão, nem sôbre elas obter informações completas, não as registramos. Nenhuma, todavia, apresenta a importância da fonte da Lapa.

Em Santa Catarina relacionamos, entre outras:

Em Curitiba — um olho-d'água na Serra da Esperança, a 15 quilômetros da vila de Leblon Regis. Acha-se cercado; às suas margens foi levantado um cruzeiro, junto ao qual se encontram velas e *ex-votos* (promessas, como se diz vulgarmente). A água surge do fundo de uma grotta e dela usou João Maria. Continua a ser procurada pelos seus crentes como curativa. Dela se bebe e se usa em abluções.

No mesmo Município, nas proximidades da cidade, há um pouso com olho-d'água, também de São João Maria, com virtudes milagrosas. Está o pocinho protegido, às águas se desce por degraus lavrados e o símbolo da cris-

(57) A existência desta fonte foi confirmada numa reportagem publicada, anônimamente, no *O Estado do Paraná*, edição de 17/10/54.

(58) Depoimento do sr. Antônio Lúcio, de Joaçaba, ao Autor.

tandade se ergue, tôsko, arrimado por pedras, na parte superior do local.

No Município de Campos Novos existe, no Eral Velho, a dois quilômetros da vila, um “morro da água santa” — santificado por João Maria. Agreste, situado ao fundo do cemitério da vila, junto à mesma existiu uma erveira de São João Maria, que desapareceu de tanto a fragmentarem e desfolharem os crentes, para levarem uma lembrança ou um amuleto. As águas têm fama de milagrosas.

Em Joaçaba, em cima do “morro do finado Quintillan”, onde há uma pedreira, num chapadão bem ao centro, existe um ôlho-d’água que foi “bento” por João Maria e muitas pessoas, até hoje, tomam desta água como remédio <sup>(59)</sup>.

Outras existem, no mesmo Município — nas Fazendas das Perdizes e de Campo Alto (esta em Herciliópolis) — em locais onde pousou o Monge e por isso santificados <sup>(60)</sup>.

Em Lajes, no Distrito do Paineal, existe uma água santa, que será com maiores detalhes citada na parte relativa às lendas <sup>(61)</sup>.

Em Pôrto-União, na base do morro da Cruz, há um pocinho de São João Maria, de águas virtuosas. Junto à nascente, um cruzeiro, a imagem de Santo Antônio, velas e *ex-votos*.

Estas são as fontes de águas curativas, sob a invocação de São João Maria, mais conhecidas. Outras há, entretanto, espalhadas no fundo dos vales por êle outrora palmilhados e que não foram por nós identificadas ou das quais não obtivemos informações mais completas.

No Rio Grande do Sul, no Campestre, como já vimos, existe a água do Monge, a mesma que foi mandada exa-

---

(59) Depoimento do sr. José Zacol.

(60) Depoimento do sr. Mário Pereira Gomes.

(61) Depoimento do sr. Constantino Medeiros.

minar pelo General Andréia, à vista dos milagres operados, e que nenhuma substância encerrava que pudesse justificar a sua fama.

Sobre ela, em 1895, dizia Múcio Teixeira: — “A Fonte do Monge, cuja água é considerada milagrosa, tem a sua verdadeira lenda religiosa no espírito popular e também é anualmente visitada por verdadeiras romarias de enfêrmos”. Santo Antão era “um verdadeiro acampamento de enfêrmos” — conclui (62).

“Em tempos que não vão longe, a referida fonte (do Monge) tinha prestígio colossal, tais as curas maravilhosas que lhe eram atribuídas” — narra João Belém. “Apesar disso — (de verificar ser apenas uma excelente água potável) a água da miraculosa vertente não ficou desmoralizada, pois a boa gente do lugar em sua santa ingenuidade acreditava mais no Monge João Maria do que nos homens da ciência” (63).

Não temos notícia atualizada sobre a fonte do Campestre. Sabemos que, nos começos do século, ainda se fazia a festa de Santo Antão. Mas não temos depoimentos recentes a respeito da sobrevivência da crença em João Maria e nas águas milagrosas, ou do seu desaparecimento.

Verifica-se, em tudo, que os prodígios continuam. As curas ainda se sucedem umas às outras, com o mesmo ritmo. Os casos divulgam-se e levam novos crentes às águas do Monge, aqui, e ali, onde quer elas se situem. Umias mais afamadas, outras menos — mas sempre a fé no peregrino de outros tempos.

É que, por baixo da sua sombra, há o cimento de um traço milenar: — as águas curam. E curam porque limpam. E limpam porque as virtudes sobrenaturais das divindades passadas ou dos santos dos nossos dias a elas se incorporam. E os homens nelas se banham e nelas

---

(62) *Jornal do Comércio*, 18/3/1895.

(63) BELÉM (João) — *Campestre de Santa Maria* — 1925.



mergulham as partes enfermas de seu corpo, na esperança de uma cura, de um renascimento — muitas vêzes de um renascimento para a vida eterna, sem dôres, sem chagas, sem mazelas corporais nem manchas na sua alma. . .

7

DA MESMA FORMA QUE AS GRUTAS E AS ÁGUAS, OS bosques viram-se povoados, na concepção primitiva e arcaica, de seres sobrenaturais e de divindades, capazes de influir nos destinos humanos. As mitologias da maioria dos povos encerram estas crenças e nomeiam os habitantes das florestas e dos bosques.

As árvores, mesmo, eram apontadas como benfazejas ou sinistras — e também elas incorporavam espíritos e nutriam os mesmos sentimentos humanos. Elas rejubilavam-se e sofriam, favoreciam a uns e vingavam-se doutros — pois como os homens, nasciam, cresciam, viviam e morriam.

Árvores sagradas conheceram todos os povos, ou quase todos, mas, como afirma Parrot, “não há culto à árvore pròpriamente dita; sob esta configuração se esconde sempre uma entidade espiritual”<sup>(64)</sup>.

Sem buscarmos mais longe, acompanhando numerosos Autores, deixando de lado as mitologias, fixemos os pontos a elas referentes na Bíblia — à qual nos ligam os mais estreitos laços de histórica filiação religiosa.

No Jardim do Éden, bem ao centro, a árvore da vida, da ciência do bem e do mal<sup>(65)</sup>, cujos frutos não deveriam ser comidos pelo homem, para não morrer<sup>(66)</sup>, avultava. É a primeira referência.

---

(64) PARROT (Nell) — apud ELIADE, 235.

(65) *Genesis* — II,9.

(66) *Genesis* — II,17; III,3.

Dá-nos o segundo livro das Leis, o Deuteronômio (*Devarim*), notícia de que os povos pagãos haviam suas divindades também nos bosques e sob as árvores, quando determina a destruição de todos os lugares nos quais as Nações que Israel deveria possuir “serviriam aos seus deuses” — “sôbre as altas montanhas e sôbre os outeiros e debaixo de tôda árvore alta” (67). E para que o povo não voltasse a sua face para êsses deuses estranhos, desviando-a do verdadeiro Deus, recomendava: “Não plantarás nenhum bosque d’árvores junto ao altar do Senhor teu Deus” (68).

Não obrou assim Judá, sob Roboão, filho de Salomão. “E fêz o mal diante do Senhor, e O irritaram mais do que haviam feito seus pais com os crimes que tinham cometido. Porque êles também levantaram para si altares e estátuas e bosques sagrados em cima de todos os outeiros e debaixo de tôdas as árvores frondosas” (69). Acáz, também rei de Judá, filho de Joatão, imolou vítimas e ofereceu incenso sob as árvores frondosas (70) e não fêz o que era agradável na presença do Senhor seu Deus.

Os profetas advertiam constantemente o povo de Israel das iras do Senhor pela sua idolatria e às árvores frondosas e aos bosques, sob as quais e nos quais o povo infiel sacrificava a deuses estranhos, referem-se Jeremias e Ezequiel (71).

Esta constante preocupação demonstra como se encontrava disseminado o culto às divindades dos bosques, cuja vizinhança atraía para o pecado e para a idolatria o povo eleito.

---

(67) *Deuteronômio* — XII,2.

(68) XVI,2.

(69) *III Reis* — XIV,22/3.

(70) *IV Reis* — XVI,4.

(71) *Jeremias* — II,III,XVII — *Ezequiel* — VI,XX.

Bosques e árvores sagrados se encontram ainda na Grécia antiga, povoados ainda de deuses e ninfas e sátiros, o mesmo sucedendo em Roma. Grimm é de opinião que, da mesma forma, os mais antigos templos germânicos foram os bosques naturais (72).

Assim como Diana “não reinava só no seu bosque de Nemi” (73), Robur, Fagus, Abélio, Buxenus — deuses árvores — Visegus, Ardvina e Ardnoba — deuses tutelares das florestas — habitavam-nas, segundo a mitologia gaullesa (74). Na Germânia numerosos eram os espíritos que habitavam as florestas (75) — e Frazer acentua que, de idêntica maneira, os ameríndios e os povos da Oceânia povoaram as suas (76). Assinalam os Autores, no continente africano os mesmos traços — e Nina Rodrigues assinala, no Brasil, a gameleira branca, que para os negros baianos era a morada de Irôco (77). O folclore de todos os povos registra sobrevivências que denunciam o animismo que às árvores se atribuía nas mais remotas épocas. Ainda nos nossos dias encontrou Sebillot na França o curioso traço de notificar às árvores do jardim o falecimento do dono da casa, quando tal acontece. Nos Vosges, aos loureiros se sacode, dizendo-lhes que mudaram de dono. Em outros pontos, sacodem-se tôdas elas, avisando: — “O amo faleceu”. Na parte norte do país, de luto se vestiam as árvores, pelo acontecido. Um outro traço curioso observou o mesmo Autor no Auxois, onde, na véspera do ano novo, o avô faz com que os netos apresentem felicitações às árvores da casa, da mesma forma com que pro-

---

(72) FRAZER (James) — *The Golden Brough — La Rama Dourada* — trad. esp. 137.

(73) IDEM, *idem*, pág. 26.

(74) ROTH e GUIRAND — in *Myth. Gener.*

(75) TONNELAT (E.) — in *Myth. Gener.*

(76) FRAZER — *Op. cit.*

(77) RODRIGUES (Nina) — *L'Animisme Fétichiste des Nègres de Bahia*, págs. 35/6.

cedem os campônios da Valônia e, mais ou menos com variantes, os de Sussex, do Cornwall e de outras partes da Inglaterra (78).

Assim como na Bíblia serviram as árvores de testemunhos, Paul Yves ainda agora recolheu semelhante traço, em vários lugares, sendo contratos entre as partes testemunhados por uma árvore (79).

Frazer relata igualmente numerosos vestígios do culto das árvores na Europa moderna (80).

Muitas cerimônias rituais do culto pagão desapareceram, sobrevivendo apenas algumas — pois também os bosques foram cristianizados, como não poderiam deixar de ser, e as árvores colocadas sob a proteção de bem-aventurados do hagiolégio.

Paul Yves cita que, “por volta de 1930, poder-se-ia, a uma légua de Questembert (Bretanha), numa charneca, observar um carvalho isolado, de cujos ramos pendiam pequenos gorros, tocantes *ex-votos* oferecidos pelas mãos das crianças doentes: — o velho rito pagão havia sido cristianizado pela aposição sôbre o tronco da árvore de um nicho encerrando uma pequena imagem da Virgem em *faiense* de Quimpar” (81). Ainda relata o mesmo Autor que um antigo “carvalho das preces”, em La Chapelle-Janson (Ille-et-Vilaine, Bretanha), era reputado como curador de febres e vinha-se de muito longe para retirar-se um fragmento da sua cortex rugosa, depois de se haver no tronco traçado uma cruz e feito uma prece. E, com o mesmo rito, num outro carvalho, em Louvigné du Désert, sob o qual se construíra um pequeno oratório, os habitantes obtinham favores curativos. Um outro, em

---

(78) SEBILLOT (Paul) — *Op. cit.* 308/310.

(79) Cit. SEBILLOT — Paul Yves, 134.

(80) FRAZER — *Op. cit.* 148 e segs.

(81) SEBILLOT (Paul Yves) — *Op. cit.* 134.

Nôtre-Dame-des-Portes (Chateauneuf-du-Faon, Finisterra), foi colocado sob a proteção da Virgem, por que se encontrou entre os seus ramos uma imagem milagrosa. Caso mais interessante, todavia, é o registrado em Santo Aarão, perto de Lamballe (Côte du Nord), onde as jovens que aspiram a casar-se espetam um alfinête num velho carvalho — vestígio de antigo culto pagão — acompanhado de uma prece. Já em Trédaniel, mais intensamente cristianizado, os alfinêtes eram enterrados entre o fuste e os braços de uma velha cruz. Quando esta caiu, o uso persistiu e as moças passaram a enterrar os alfinêtes no pedestal (82).

Para a cura de variados males outras práticas têm sido assinaladas pelos Autores, práticas mágico-religiosas, que persistem na crença popular.

Da mesma forma que se verificou com relação às pedras e às águas, árvores também recebem o influxo benéfico ou contrário daquêles a cuja vida ou a cujas obras se sentiram ligadas. Elas também incorporam as virtudes das divindades e dos santos homens.

Se os civilizados reverenciam o velho plátano à sombra do qual Hipócrates ensinou a arte de curar aos seus discípulos, não por que tivesse adquirido qualquer virtude nem por que aceitem êles o culto das árvores, mas por que foi testemunha dos ensinamentos do Pai da Medicina e o cobriu com a sua sombra — numerosas são as árvores que, com a sua, protegeram os velhos Monges das suas andanças pela região do ex-Contestado.

A algumas se reverenciam porque sob as suas ramadas pousou o eremita; as outras, como o Cedro Bento da Serra da Esperança (Lebon Regis, Município de Campos Novos), por que o Monge a teria abençoado; a outras mais

---

(82) *IDEM, idem, idem.*

porque das suas fôlhas tomou o velho anacoreta para dá-las a alguém, como mezinha. A sombra de umas descansou; encostado a outras, profetizou...

Numerosas são, assim, as árvores ainda hoje cercadas, junto às quais a memória de João Maria é reverenciada e de muitas levam os crentes fragmentos para o preparo de mezinhas que servem para as mais variadas doenças. Erveiras há, por tôda a região, que são consideradas santas, pois foram abrigo do peregrino e, na parte do presente trabalho referente às lendas colhidas, faremos referência a uma delas, do Erval Velho, que foi destruída pelos crentes de tanto lhe deceparem os galhos.

Há um Cedro Santo em Campos Novos e, em Catanduvas, "em frente da casa de Manoel Otávio", por volta de 1920, ainda existia um cercadinho em tórno de uma árvore, sob a qual havia pousado o Monge<sup>(83)</sup>. Ao que se diz, esta árvore fôra um frondoso "camboatã", que foi mandado derrubar pelo Prefeito, quando o povoado foi elevado a vila — fato que teve como castigo a sua decadência<sup>(84)</sup>.

Acresce que muitos cruzeiros plantados pelo Monge — que sempre se colocava sob o signo da Cruz — o foram com madeiras tôscas, recém-cortadas pelos seus crentes. Plantados em terra virgem e humosa, reverdeceram, brotaram e cresceram. Evidentemente, para muitos, o fato pareceu milagroso, um prodígio, êste fenômeno natural — e a veneração dêstes troncos enfolharados surgiu e se mantém.

Não se poderá levar em conta apenas de ignorância e credulidade do sertanejo tal veneração. O traço cultural tem raízes bem mais profundas — e o tema do bastão que reverdece "é um dos mais empregados pelos hagiógrafos

---

(83) Depoimento do sr. José Zoccoli.

(84) Depoimento do sr. Mário Pereira Gomes.

e pela literatura edificante”, conforme ensina Saintyves, “e serviu, desde cedo, para glorificar os mártires”<sup>(85)</sup>.

Cita êsse Autor os exemplos seguintes:

São Melore (3 de janeiro), cuja cabeça foi levada por Cerialtanus que com ela fugiu, teria, a certa altura da fuga, quando a sêde consumia o portador, aconselhado: — “Cerialtanus, planta com vigor em terra o teu bastão”. Fê-lo o sedento e o bastão imediatamente se transformou numa grande árvore, de raízes profundas e coberta de ramos e fôlhas. A sua base surgiu uma fonte, de cujas águas se valeu o portador.

De São Chatalampius conta que, tendo o Imperador feito conduzir à casa de uma viuva *ad ludibrium*, apoiou-se o Santo ao portal, resistindo à entrada. Ao contacto da mão do Santo, a velha madeira encheu-se de seiva, cobriu-se de fôlhas e deu frutos abundantes.

Santa Libária, levada ante a estátua de Apolo para que a venerasse, recolheu-se, orou e bateu com a sua roca na estátua de ouro do deus, que se fragmentou em numerosos pedaços. Fincando, em seguida, a roca no solo, ela imediatamente reverdeceu e floriu, tornando-se árvore de uma espécie desconhecida.

São Gregório, o Taumaturgo, Bispo de Neo-Cesaréia (17 de novembro), plantou o bastão, com o qual havia feito parar as águas transbordantes do Lycus — e o bastão enraizou e tornou-se árvore.

Santo Antônio de Pádua, o nosso Santo Antônio de Lisboa, fêz reverdecer o sarmento apontado pelo incrível que afirmara só acreditar nos seus milagres se assistisse a tal prodígio.

---

(85) SAINTYVES (Pierre) — *Essais de Folklore Biblique* — pág. 61.

São Severo, Bispo de Abranches, fatigado, certo dia em que pastoreava o gado, fixou o seu bastão de carvalho e êste imediatamente se tornou árvore que o abrigou da soalheira.

A aguilhada do homem que desejou dar sepultura ao corpo martirizado de São Sauvy, reviveu. A verga com que foi batida Santa Eusébia pelo irmão, quebrou-se, caiu em terra e refloriu. Quando transportaram para a Catedral as relíquias de São Zenóbio, padroeiro de Florença, tocou o relicário num olmo plantado à beira do caminho e, sendo inverno, cobriu-se de fôlhas e flôres, apesar da estação. Santa Ermelinda teve também o seu bastão reverdecido. São Gomário (11 de outubro) refêz uma árvore abatida para levantar a sua tenda e São Colman (Kolmar), tendo sido martirizado, sofrendo o enforcamento numa árvore sêca, esta reviveu.

Ainda sôbre êste tema alinha o referido Autor as lendas cristãs de São Caetano, de São Friard, de S. Vidart, de S. Fidêncio, Bispo de Pádua, de S. Elphege, Bispo de Winchester e mártir, de S. Gerôncio, Bispo de Gervia, de S. Volusiano, mártir, de S. Sarapamon, de S. Ananias, anacoreta, de S. Venerando, mártir, de S. Sidrônio, mártir, de Sta. Brígida da Escócia, de São Paulo, Bispo de Trois-Chateaux, de S. Honório, Bispo de Amiens, de S. Cannat, Bispo de Marselha, de S. Bernardo de Claraval, de S. Felicíssimo de Nocera, de S. Bonifácio, de S. Hartwick, Arcebispo de Salzburgo e confessor, além de muitas outras.

Mas o tema não é encontrado apenas no lendário cristão, pois em outros credos é também encontrado.

Assim, Nichiren, o instaurador do budismo, tem florido todos os 13 de novembro, justamente à hora em que passou desta à outra vida, uma cerejeira ao pé da qual expirou; Ali, sobrinho e genro de Maomé, plantou o seu bastão à entrada dum dos bazares de Damasco e o bastão reverdeceu num plátano magnífico; o bastão



plantado por Padina Sambhava junto a uma gruta para onde se retirara, perto de Byagha, no Vale do Poumthang, cobriu-se de fôlhas e tornou-se um cipreste; quinhentos cegos, convertidos à fé budista, na Índia, recobriram a visão e, inundados de alegria, fincaram os seus bastões na terra. Os bastões imediatamente reverdeceram, deitaram raízes e formaram o Bosque dos Olhos Recuperados; a lança de Rômulo, jogada do Aventino para o Palatino, aí cobriu-se de fôlhas, marcando o lugar onde deveria ser iniciada a construção de Roma; Athena plantou a sua na Acrópole e ela transformou-se numa oliveira; o bastão do Marabá de El-Hamel, fincado em terra, reverdeceu e tornou-se uma amoreira, marcando o lugar em que El-Hamel deveria ser construída; a vara de ouro de Manco-Capac, o primeiro homem, floriu quando êle a enterrou no lugar em que desejou construir o Templo do Sol<sup>(86)</sup>.

Como se nota, não é apenas no lendário cristão que figuram os bastões, os ramos, as varas, as bengalas que reverdecem e revivem. Povos diversos e afastados no tempo e no espaço as registram, atribuindo o prodígio aos seus homens famosos e piedosos, aos seus heróis e aos seus santos que, pela graça do Onipotente o puderam realizar. O traço, pela sua difusão, é daqueles que pertencem ao patrimônio comum da humanidade.

Por que, então, atribuir exclusivamente à ignorância e ao fanatismo do nosso sertanejo a existência do prodígio em seu *habitat*?

Não era pela graça do Senhor que se refohavam os madeiros plantados por João Maria? Não era o sinal de que sôbre êle recaíra a graça do Altíssimo?

Não há pois que duvidar de que o fenômeno é o mesmo. O fato de ignorarmos por que vias fluem, às

---

(86) IDEM, *idem, idem e segs.*

vêzes, os traços culturais, ou por que motivo conseguem brotar do psiquismo da humanidade, aqui e ali, depois de anos e anos de silêncio, não exclui, em absoluto, a certeza de que a origem dos mesmos se encontre naquele patrimônio comum entesourado desde os primórdios da vida sôbre a face da terra.

Para nós não resta a menor dúvida de que se trata de um fenômeno de reinterpretação, segundo o critério etnológico, tão comum no dinamismo cultural, a existência de um Bastão do Monge, conservado por pessoa que afirma ser autêntica relíquia e venerado por vizinhos e visitantes. Êle incarna, incorpora as virtudes do peregrino amado — da mesma forma que as árvores que plantou ou sob as quais descansou e das cruces que a sua mão fêz reverdecer...

É preciso compreender o nível intelectual das populações sertanejas, avaliar a sua idade cultural, para então chegarmos a uma conclusão irrefutável: — a população sertaneja procedeu como procederam todos os povos da mesma idade, antes dela.

Ela acreditou no que todos os outros, antes dela, acreditaram. Os mesmos processos mentais de dedução e juízo crítico são os que se registram. Ela não aberrou da sua fé. Nem errou no seu conceito: — ela se ateuve à linha invisível das seqüências imutáveis que, nesta matéria, apresenta a evolução da cultura, quando são os povos abandonados a si mesmos e não registram contactos culturais que favoreçam um trabalho aculturativo mais intenso. Qualquer que seja a fé, qualquer que seja o dogma, qualquer que seja a confissão — encontramos em grupos culturais os mais diversos e sem o menor contacto, linhas que se assemelham. Entre os cristãos também. As lendas citadas acima o comprovam — e os prodígios que figuram na *Légende Dorée* não revelam quebra de fide-

dade ao rigorismo e à pureza da doutrina. Há uma idade — no indivíduo como na sociedade — em que os processos mentais se realizam através do prodigioso, do maravilhoso. Os grupos humanos, como os indivíduos isolados, também passam por uma infância que necessita de semelhantes processos.

As cruces plantadas por João Maria refloriram. Mas a maravilha está em que não reverdeceram pelo efeito de causas naturais — sim, e isto consola o coração e acalenta a alma, pela graça do Senhor. Porque eram o testemunho — e ainda o são — de que êle, o velhinho bom e piedoso, encontrara graça aos olhos do Todo Poderoso.

Porque, então, em vez de incluir as lendas aqui surgidas entre as mais belas do cristianismo — que se contam não apenas de seus Santos mas também dos seus varões piedosos e insignes — querer relegá-las para o lixo das heresias? Não se firmam elas no mesmo motivo, não possuem o mesmo arquétipo, não se narram também de um piedoso cristão — que o foi de fato João Maria?

Insondáveis são os arcanos do sub-consciente. Por que processos psíquicos os mesmos traços, sufocados pelo peso de milênios, brotam e ressurgem, aqui e ali, no espírito dos descendentes dos homens primitivos que os conceberam, por serem, então, uma necessidade, das que Malinowski chama de “necessidades decorrentes”, por que processos êles reaparecem e revivem, apesar do dinamismo da cultura e dos aperfeiçoamentos científicos, ainda não poderemos apontar. Nem Rosarch, que com os seus testes vasculha as mais profundas camadas da estruturação psíquica do ser humano, nos abriu ainda as portas para desvendarmos por que subterrâneos caminhos flui esta linfa que, aqui, ali e acolá, nos mais longínquos pontos da terra, ressurgem em mananciais cristalinos, fazendo verter, como vivas e novas, as mesmas linhas dos com-

plexos culturais que o homem criou, num remoto passado, para a solução das suas imediatas necessidades.

O homem é o portador da cultura. Sem dúvida. - Elanão caminha sem o elemento humano, seu veículo e depositário. Mas, onde quer que esteja, o homem conduz não só a cultura do seu grupo, aquela a que pertence, na qual nasceu e na qual viveu, como os traços que de outras integrou na própria, pela aculturação — mas também uma base milenar sobre a qual elas se assentam e se levantam, uma base, um fundamento psíquico que carrega inconscientemente, embora suportando-lhe o peso inconfundível.

Em qualquer ponto do globo em que o homem construa a sua cultura a base é sempre a mesma e a sua estruturação não se levanta senão sobre esta laje fundida longa e pacientemente, desde os albores da humanidade:

## II

# SÃO JOÃO MARIA

### 1

O DIREITO DE CANONIZAR, isto é, de inscrever alguém no Cânon dos santos, nem sempre foi privilégio exclusivo do Sólido Romano. A declaração solene da santidade, que nos dias presentes é uma das cerimônias mais imponentes da Igreja, não teve, nos primeiros tempos a pompa e a magnitude que agora se verificam.

Os primeiros crentes, os que pertenceram àquela Igreja padecente, que suportou as perseguições contínuas dos poderosos, que enfrentou da humildade e obscuridade das catacumbas o culto oficial das divindades pagãs no vigor e no esplendor dos seus ritos, que se fortaleceu no combate diuturno às heresias, os cristãos dos primeiros séculos não poderiam deixar de celebrar os feitos e a memória dos que “sustentaram as suas convicções ao preço do próprio sangue”<sup>(1)</sup>, isto é, de render homenagem aos mártires da sua fé.

Os primeiros Santos da Igreja foram exclusivamente os mártires, os que haviam dado testemunho de seu sangue. René Aigrain, professor da Universidade Católica do Oeste, na sua obra *L'Hagiographie*, nos informa: — “Sabe-se que o culto dos santos, quando se estabeleceu primitiva-

---

(1) *Grande Enciclopédia Larousse du Sec. XIX* — verb. Canonização Vol. III, págs. 280/1.

mente, era rendido exclusivamente aos mártires: cada Igreja particular comemorava seus próprios mártires celebrando os santos mistérios, não para obter o repouso de suas almas, orando por êles, mas em sua honra, pedindo a êles de interceder junto ao Senhor" (2). E Fernand Hayward, na sua *Histoire des Papes*, como *L'Hagiographie* aparecida com o "imprimatur" eclesiástico, afirma que "em cada Igreja os mártires locais eram objeto de um culto particular e de festas solenes" (3).

Sôbre as suas relíquias, quando foi possível piedosamente recolher e resguardar das profanações, nas datas comemorativas dos seus martírios, celebravam-se os mistérios da fé. Templos ergueram-se para acolhê-las — e aos mártires se dedicavam, por invocação. Peregrinações se fizeram aos lugares em que êles haviam padecido, lugares santificados pelo exemplo que haviam dado de fidelidade e de coragem, pelo seu testemunho de Cristo. E eram rogados, como ainda o são, para que intercedessem junto ao Onipotente pelos que ainda padeciam nos caminhos desta vida, a fim de que Ele concedesse a sua proteção, conservando a todos na verdadeira crença e concedendo-lhes o lugar prometido à Sua mão direita. "Estas preces, consagradas em sua fórmula definitiva, chegaram até nós com os nomes dos primeiros mártires no Cânon da Missa, o que explica o nome "canonização" empregado no sentido de declaração de santidade" (4).

Reza o sacerdote, por todos os fiéis, no Memento da Missa: — "Em santa união honramos principalmente a memória da gloriosa sempre Virgem Maria, Mãe de Jesus Cristo, nosso Deus e Senhor, assim como a de vossos bem-aventurados Apóstolos e Mártires Pedro e Paulo, André,

---

(2) AIGRAIN (René) — *L'Hagiographie*, pág. 252.

(3) HAYWARD (Fernand) — *Histoire des Papes*, pág. 32.

(4) LAROUSSE *cit.*

Tiago, João, Tomé, Tiago, Filipe, Bartolomeu, Mateus, Simão e Tadeu; Lino, Cleto, Clemente, Xisto, Cornélio, Cipriano, Lourenço, Crisógono, João e Paulo, Cosme e Damião e a de todos os Vossos Santos. Por seus merecimentos e preces, Vos pedimos nos concedais em tudo o auxílio de Vossa proteção”. “Colocai-nos no número dos Vossos efeitos”, depreca, depois, e, após a consagração das sagradas espécies torna a implorar: “Também nós, pecadores, vossos servos, que esperamos na multidão das vossas misericórdias, dignai-Vos dar alguma parte e sociedade com Vossos Santos Apóstolos e Mártires João, Estevão, Matias, Barnabé, Inácio, Alexandre, Marcelino, Pedro, Felicidade, Perpétua, Águeda, Luzia, Inês, Cecília e Anastácia e com todos os Santos” (5).

Segundo o Cônego Luís Castanho de Almeida, erudito escritor católico, já tantas vêzes citado no presente trabalho, o culto dos santos mártires teve origem no culto dos mortos — tão difundido nas eras primitivas — seguido do dos antepassados. “Sucedeu insensivelmente o culto dos mártires, testemunhos de Cristo. Sôbre a sua campa havia uma pedra, servindo de mesa, e sôbre a pedra o sacerdote consagrava o pão e o vinho nos aniversários. Antes do édito de Constantino (313), havia para isto as catacumbas, cemitérios subterrâneos, e não só em Roma, e também capelinhas em necrópoles comuns, pois a perseguição tinha intervalos, e a legislação romana respeitava a propriedade particular dos túmulos”. “O primeiro culto a um mártir, de que ficou documento, foi a São Policarpo, Bispo de Smirna, em 155” (6).

A Grande Enciclopédia Larousse do Século XIX explica que “o povo foi então o primeiro a exercer o direito de canonização” — isto é — o da declaração de san-

(5) Cãnon da Missa.

(6) ALMEIDA (Luís Castanho de) — (Aloísio de Almeida) — *O Culto de Nossa Senhora* — in *Vozes de Petrópolis*, 1952, julho e agosto, pág. 373.

tidade, “e foi êle, notadamente, quem declarou santos a Inácio e a Policarpo”. O primeiro, bispo de Antióquia durante 36 anos, foi condenado a ser lançado às feras e - conduzido para isto a Roma. Sua viagem foi “uma via-sacra e um triunfo”, porque os cristãos muito o veneravam. O segundo, como o primeiro, discípulo de S. João, o Evangelista, amigo de Inácio, como êle também bispo, conheceu o martírio pela espada, depois de ter passado pelas chamas a que fôra condenado e delas saído ileso (7).

Êstes homens que deram o testemunho com o sacrifício da própria vida foram chamados de “Santos Mártires”, pois a denominação de “santo” não era dada apenas aos que morriam pela fé, mas também a todos os que praticavam as virtudes cristãs, a quantos pertencessem à Igreja. Todos os seus membros, respeitando-se e amando-se reciprocamente, uns aos outros chamavam-se “santos”.

Está patente — e os Autores insuspeitos à Igreja o afirmam — que a declaração de santidade concedida aos que morriam heróicamente pela sua fé, feita por simples consenso dos seus irmãos, por aclamação dos crentes de cada Igreja local, com a notável expansão da nova doutrina, teria conduzido e permitido certos exageros que convinha sustar desde o comêço. Os Bispos tornaram-se vigilantes, respeito a estas declarações e S. Cipriano (Séc. III) determinou fôsem tomadas informações exatas dos que tivessem padecido pela fé e enviado o relato detalhado de seus martírios, avocando, desta forma, o julgamento da causa (8). “Mesmo assim, os povos conservaram por muito tempo o direito de canonizar” (9) e Paul Monceau nos dá notícia de que ainda na Idade Média o costume era conservado (10).

---

(7) Apud. D. BEDA KECKESEN, O.S.B. — *Missal Quotidiano*.

(8) LAROUSSE *cit.*

(9) IDEM, *idem*.

(10) MONCEAU (Paul) — *La Vraie Légende Dorée*, pág. 42.



Paul Yves Sebillot, referindo-se ao fato de só a Bretanha possuir nada menos de 7.777 santos, muitos dos quais apenas de nome se conhece, ignorando-se até mesmo o seu sexo<sup>(11)</sup>, transcreve as palavras de um erudito bretão, estudioso do assunto, que assevera: “Os primeiros cristãos, sem outra regra senão uma espécie de instituição divina, proclamavam a santidade dos que êles haviam apreciado a vida e a morte heróica, e os invocavam nas suas preces”. Para que o culto se tornasse legítimo, continua, era preciso a aprovação da autoridade religiosa, do Bispo. “O processo de canonização foi, à sua origem, muito simples. A comunidade, clérigos e leigos, reconhecia as virtudes de um homem, levanta-lhe a imagem e venera as suas relíquias. O Bispo consente, pois permite, ao menos implicitamente”<sup>(12)</sup>.

Com efeito, cessando as perseguições, que no dizer do Cônego Castanho “encheram o mundo de capelinhas de mártires”, diminuiu o número dos que derramaram o seu sangue pela Igreja de Cristo e, assim, a canonização, isto é, a declaração de santidade, dantes exclusivamente feita em tórno de seus nomes, atingiu aos que, pelas suas virtudes nesta vida, pela sua obra de disseminação da doutrina e solidificação da Igreja, haviam contribuído para a maior glória de Deus. Surgiram, assim, os Santos confesores.

Desde cedo, entretando, novos exageros verificaram-se, novos abusos registraram-se e, apesar das censuras de Adriano, Papa, atingiram tempos mais recentes.

Na Idade Média, diz Monceau, pretensos santos foram criados pela ingenuidade popular ou pela imaginação de um Autor qualquer e Delehay teve material para escrever a respeito, no seu livro *Sanctus*<sup>(13)</sup> um capítulo sôbre “os santos que nunca existiram”.

(11) Brangualabre, Budmaile, Icagnale.

(12) SEBILLOT (Paul Yves) — *Le Folklore de la Bretagne*, pág. 16.

(13) Apud MONCEAU, *Op. cit.*

Os abusos foram assinalados principalmente nos séculos XI e XII e foi consequência dêles que o direito de canonização se transferiu definitivamente dos crentes para os Bispos, principalmente para o de Roma, onde se instituiu um Registro para a inscrição dos mártires, inscrição que, por si só, equivalia à declaração de santidade.

Embora menos confusa, a situação não chegou a uma solução definitiva. Os Bispos podiam canonizar, fazer declarações de santidade, mas estas só eram válidas na própria diocese, necessitando, para que fôsem admitidas em outras, da aquiescência e autorização do respectivo prelado.

O culto era, assim, como diz Sebillot, "necessariamente local", diocesano, e "cada Igreja possuía o seu martiriolôgio e o seu calendário especial, embora, desde 313 tivesse aumentado em cada Igreja o conhecimento dos mártires de outras regiões (14).

Foi no Século XII, sob Alexandre III, que endereçara certas censuras a diversos prelados, imprudentes em suas afirmações por demais crédulas, que se procurou reservar para o Papa o direito de canonizar. Não se fez isto, entretanto, sem disputas. Embora já anteriormente os Bispos franceses tivessem defendido a tese, apoiados por outros, inclusive o de Viena, muitos continuaram a não reconhecer ao Santo Padre a exclusividade e, registra-se mesmo, o Bispo de Minden, em 1373, canonizou S. Feliciano.

A disputa demorou largo tempo, mas finalmente, um Decreto do Santo Ofício, promulgado pelo Sumo Pontífice Urbano VIII, em 1625, estabeleceu normas definitivas sôbre tão importante assunto, interditando formalmente o culto a quem quer que fôsse, cuja santidade não houvesse sido estabelecida pela Santa Sé (15). Em 1630,

---

(14) CASTANHO (Luís) — *Op. cit.*

(15) SEBILLOT — *Op. cit.*, pág. cit.

publicou-se, ainda no pontificado de Urbano VIII<sup>(16)</sup> e por sua ordem, uma nova edição do Martirologio Romano, revisto por uma comissão da qual fazia parte o sábio liturgista Gavanti<sup>(17)</sup>.

2

JÁ SE ACUSOU FORMALMENTE O SERTANEJO do Contestado de herético por ter pretendido fazer de João Maria um santo.

Não se discute, em absoluto, a procedência da iniciativa, partida certamente da alma de algum dêles, ou simultâneamente de muitos, para ganhar tôda a coletividade, uma vez que desde o Século XVII só o Chefe da Cristandade, mediante meticolosas provas e demoradas investigações, pode fazer a declaração de santidade, mandar inscrever no Cânon dos Santos o nome de um filho da Igreja.

O que se discute é se aquêle fato representa uma rebeldia e constitui uma heresia.

O sertanejo, pouco ou quase nada instruído religiosamente, recebendo a sua religião através da tradição doméstica, aprendeu a venerar os Santos como verdadeiros intermediários entre êle — elemento sofredor — e o Todo Poderoso. Aprendeu mesmo a “adorar” mais os Santos do que o próprio Criador, cuja imagem êle nunca viu... Respeitava as cerimônias rituais do catolicismo, quando as assistia — e muitos, mesmo, nunca as assistiram — por que tal atitude lhe fôra imposta, determinada pela tradição familiar. Em verdade, ignorava a significação dos mistérios, não estava ao seu alcance mental a compreensão dos mesmos. Dava mais importância a uma procissão, com a imagem do Santo, à qual prestava a sua

---

(16) No século, Maffeo Barberini \* 1558 † 1664 — PP em 16-8-1623.

(17) AIGRAIN — *Op. cit.*, pág. 92.

reverência entusiasta, disparando para o ar a sua garrucha, do que ao recolhimento da Missa. Para ser agradável e visto pelo Santo, tomava atitudes, fazia cabriolas com o seu cavalo, metia fogo aos foguetes, descarregava as armas. Era a sua maneira particular de manifestar a sua gratidão e o seu devotamento. Graham já dizia que o catolicismo não foi o mesmo em tôda parte — e é sensível que, de fato, cada povo manifesta à sua maneira, dentro dos seus *mores*, êstes sentimentos de veneração. Não dançou o Rei Daví ante a arca do Senhor?

João Maria foi um dos protetores dos sertanejos. Viveu entre êles, que o conheceram cheio de virtudes, das virtudes que êles compreendiam. Dirigiu-lhes a palavra e deu-lhes remédios. Curou e aconselhou. As águas que êle abençoou e as ervas que recomendou, curaram. Os conselhos que distribuiu consolaram a muitos. Os lugares em que pernitoou conservaram na imaginação popular as suas virtudes, incorporaram-nas — e os prodígios ainda neles se verificam. Muito naturalmente, embora com um atraso de séculos, o sertanejo procurou exercer um direito que aos antigos cristãos se reconheceu... Sem mesmo saber que tal direito existira, e sem mesmo querer reivindicá-lo. Santificou o homem bom naturalmente, sem sequer pensar ou querer infringir uma disposição canônica... Fê-lo ingênuamente, como ingênuo era a sua fé. E foi assim que abriu um lugar entre os Santos que conhecia e venerava — São Sebastião, guerreiro e São João, pastor — para situar o peregrino que santificara a sua vida na mortificação dos dias passados neste vale de lágrimas. E de tal modo difundiu-se a crença que, hoje em dia, ocupa extensa área. Segundo um pesquisador de Curitiba, a veneração a João Maria estende-se, em Santa Catarina, aos Municípios de Curitiba, Campos Novos, Lajes, Bom Retiro e São Joaquim; outros informantes, na zona norte, acrescentam os Municípios de Canoinhas, Porto-União,

Itaiópolis e Mafra; e outros ainda, a todos os Municípios localizados ao longo e nas proximidades do Rio do Peixe. Numa palavra: — todo o planalto catarinense.

No Paraná, Lapa centraliza o culto que se estende a muitos Municípios. Na Lapa, segundo o depoimento do Pe. João Augusto Sobrinho, prestado diretamente ao Autor do presente trabalho, os que na Matriz da Cidade batizam os filhos, em sua grande maioria, dão a êles os nomes de Antônio, que é o padroeiro da Cidade, ou de João Maria. . .

No Rio Grande do Sul, alguns Municípios ligados à fronteira com Santa Catarina, na região do planalto, conhecem a santidade de João Maria e como tal os seus moradores o veneram.

Não é de subestimar o conhecimento do fato de que isto se verifica em nossos dias. A área em que se difundiu o culto a João Maria é muito maior hoje e o culto é muito mais intenso do que nos dias da revolta dos fanáticos. Mesmo as populações alienígenas que, posteriormente àquela campanha, vieram colonizar a região, a maioria das quais de indiscutíveis e arraigados sentimentos católicos, não o repelem. Muitos colonos, por um corriqueiro fenômeno de troca de valores culturais, respeitam, veneram e consideram legítimo o culto a João Maria, a São João Maria. Os sacerdotes mostram que o peregrino não foi canonizado, que Santos são apenas os que a Santa Sé reconhece e proclama. Nem assim apagam o seu nome da memória do povo. As visitas às fontes de São João Maria, às erveiras e árvores abençoadas, aos pousos conhecidos, ainda continuam a ser feitas. E, de joelhos, rogam aos Santos, aos seus Santos, e especialmente ao santo peregrino, que ao Senhor apresentem as suas preces, em prol da saúde perdida ou para afastar uma aflição surgida.

Depoimento de morador de Campos Novos informa que aos “pousos” do velho eremita são feitas constantes peregrinações para resgate de promessas. Para a sua intercessão apelam, não só em casos de doenças como ainda para as ocorrências simples da vida: — para encontrarem uma “rês” perdida, para que o gado não adoça ou pesteie, para que um mau vizinho se mude para outras paragens. Prometer a visita a um pouso e não realizá-la é um verdadeiro “sacrilégio” e muitos castigos atrairiam — alguns se contam — sobre o promitente infiel ou relapso. . . Euclides José Filipe, de Curitiba, criterioso pesquisador, informa-nos que o nome de João Maria é invocado no perigo e no sofrimento, na doença e na calamidade. As promessas que lhe fazem consistem em velas ou figurinhas de cêra (*ex-votos*), fumo (medido aos palmos), mesadas aos inocentes e aos pobres, substituição ou colocação de novas cruces nos lugares do costume e a recitação de têrços (rosário) para os quais são convidados os vizinhos e parentes, que nunca deixam de comparecer, principalmente, em se tratando de uma promessa (18).

A estampa que dizem ser o seu retrato encontra-se nos toscos nichos aos pés dos cruzeiros, nas grutas, junto às fontes. E é a mesma à qual se acendem velas nos oratórios domésticos, onde figura ao lado dos Santos, enfeitados de fitas e papel de sêda.

Oferecer uma estampa destas a um sertanejo de Campos Novos é cortesia jamais esquecida e garante a quem oferta as simpatias de quem a recebe. Querer vendê-la é sacrilégio da parte de quem procura fazê-lo.

Numa fotografia que tomamos poder-se-á ver uma lápide de mármore colocada na gruta da Lapa e ler-se a seguinte inscrição: — Ao milagroso São João Maria agradeço as graças alcançadas”. É um atestado sólido de uma crença não menos firme.

---

(18) Depoimento de Euclides José Filipe.

Pretensas “medidas” do Monge são conservadas com carinho, como amuleto contra certos e determinados males. A vassourinha de São João Maria incorpora virtudes medicinais por ter o nome do santo, sendo procurada pelos crentes.

E as lendas que dêle se contam, favorecidas como sempre pela imaginação popular e por ela ampliadas, mantêm viva a memória do anacoreta. Conta-nos o Cel. Cid Gonzaga que “ainda hoje é comum, nas rodas de chimarrão e nas conversas ao pé do fogo, os *caboclos* contarem uns aos outros os casos milagrosos atribuídos a João Maria e recordarem os bons conselhos que espalhou”.

Ninguém se encoraja em desmentir ou a declarar que duvida do que se conta numa dessas rodas. O incrêdo seria evitado, pois ninguém deseja participar do castigo que cedo o alcançará, pois não só ao incrêdo mas também a quem ouvir o temerário pode atingir a punição do Monge.

Seu nome, quando proferido, impõe ao sertanejo que se descubra respeitosamente, segundo os mais diversos depoimentos que possuímos.

Um depoimento conseguido do sr. J. Z., de Campos Novos, afirma o seguinte: “O Monge é aqui considerado pela grande maioria como Santo. Todos chamam-no São João Maria e ai daquele que protestar ou deixar de considerá-lo um grande e milagroso santo. Será considerado um descrente do próprio Deus”.

O pesquisador Euclides José Filipe conta-nos que a sua festa, a festa do “santo” Monge, era feita a 24 de junho, coincidindo com a de São João Batista e era conhecida em Curitiba como “a festa dos Françaes”, por ser sempre escolhido um membro desta família numerosa para festeiro. Foi construída uma capelinha, por cima de uma vertente, ao lado da qual existe uma cruz de cedro, local em que, segundo a tradição, teria pernoi-

tado João Maria em noite chuvosa, “sem ter, entretanto, sequer, umedecido a roupa”.

A capela, tôda de madeira, encerra uma outra cruz de cedro também, dedicada a João Maria e uma imagem do Senhor Bom Jesus, de cujas mãos saem inúmeras fitas, nelas colocadas como promessa pelos crentes. Sem bancos nem ornatos, a modesta capela atrai os fiéis e as festas antigamente consistiam em “têrço” rezado pelo capelão (leigo) local, seguido de festejos populares, fora do recinto, como leilão, baile, comedorias, fogueiras paus-de-sêbo e boi na vara. Os lucros eram divididos entre a capelinha e o festeiro. O clero conseguiu, aos poucos, abolir estas festas e a capelinha encontra-se em fase de abandono (18-A).

Nas casas, frente ao oratório, em geral situado de baixo da escada que dá para o sótão, os moradores, antes de deitar-se, inclinam a cabeça e beijam a própria mão espalmada, a pedir a benção ao seu profeta (19). Em outros lugares, citam vários depoentes, à soleira das portas de entrada das casas as iniciais J.M.A. ou S.J.M. — são o símbolo de que a moradia está sob a proteção do Monge.

Já narramos que, na Lapa, inúmeras crianças são batizadas com o nome de João Maria, observação do próprio vigário local. Fato idêntico verifica-se por todo o ex-Contestado, onde João Maria é nome que com freqüência o sertanejo dá aos filhos.

Como a muitos batizou êle próprio (o segundo Monge), até bem pouco tempo e ainda hoje, entre os velhos moradores, se encontram os que se dizem “compadres” do peregrino. É um título que muito honra o sertanejo e que lhe empresta uma certa consideração.

---

(18-A) Depoimento de Euclides José Filipe.

(19) Idem, idem.



3

O LENDÁRIO DE JOÃO MARIA — incluindo-se aí, naturalmente os dois Monges, confundidos na imaginação popular numa só pessoa, como já vimos — é copioso.

As histórias, como depôs o Cel. Cid. Gonzaga, correm ao pé do fogo e nas rodas de chimarrão. Os casos são incorporados ao folclore religioso de mais de uma área geográfica e cultural, não sendo possível determinar a área de origem. Veremos adiante que os mesmos fatos são atribuídos, com variantes, em várias regiões. Dentro das linhas teóricas de Aarne, constituem tais casos os *tipos*, sendo que os *arquétipos*, *originais*, criados pela imaginação humana e difundidos pela credulidade popular, que também os mantém e conserva, não puderam ser, por nós, localizados na sua fonte original.

Para um estudo sistematizado, dividimos as lendas colhidas nos seguintes tipos, de acôrdo com o seu tema:

- a) Lendas sôbre a origem do Monge;
- b) Lendas proféticas;
- c) Lendas punitivas;
- d) Lendas miraculosas ou prodigiosas;
- e) Lendas relativas ao fim de João Maria.

4

DENTRE AS LENDAS QUE CORREM sôbre a origem do Monge, recolhemos as seguintes:

A *Fôlha do Comércio*, de Florianópolis, em sua edição de 4 de outubro de 1912<sup>(20)</sup>, levantou a suposição de

---

(20) Biblioteca Pública de Santa Catarina — Pesquisa de M. Isaura P. de Queirós.

ser o Monge natural do Rio Grande do Sul, de onde se retirou alguns anos depois da guerra do Paraguai. “Muita gente, e o Autor também, acredita-o desertor do Exército que, cometendo algum crime, se escondeu no sertão e, com remorso, começou a penitência, vivendo como peregrino, alimentando-se só de ervas, fazendo curas e ensinando o povo a rezar”. O Autor desconhecido da reportagem calculava que deveria ter nascido por volta de 1834 e conta (reportagem de 3/10) ter tomado o seu depoimento em 1904, no Faxinal. Aparentava 70 a 75 anos e falou:

— “Quando acabou a guerra eu estive muito tempo separado da minha gente; depois, resolvi sair pelo mundo para cumprir uma promessa... Desde então comecei a andar por estes lugares”.

— “Há quantos anos que vive cumprindo a sua promessa?”

— “Não sei. Lembro-me que era homem de 40 e tantos anos, pois quando acabou a guerra eu tinha 30 e poucos”.

— “Onde começou a viajar?”

— “Não sei, percorri o Rio Grande, esta Província e fui até Mato Grosso”.

Esta versão só pode referir-se ao segundo João Maria.

Quando tratamos da identidade do Monge transcrevemos depoimentos de vários Autores e sobre êles não voltaremos. Não poderemos, entretanto, deixar de lembrar que, para muita gente, êle havia sido um padre, que anteriormente havia cometido uma grave falta da qual se penitenciava, levando a vida severa de anacoreta e peregrino.

Euclides José Filipe recolheu uma versão a respeito dessa falta, desse pecado: — teria sido a sedução de uma religiosa. Fugindo ambos, a infeliz freira viera a falecer no Atlântico, durante a viagem (vindos da Espanha) e

João Maria, “desesperado e arrependido”, fizera-se monge. O mesmo pesquisador recolheu uma outra versão de que era João Maria “um criminoso — não se dizendo qual o crime cometido por êle — em penitência pelo mundo”. Assinala ainda o mesmo pesquisador que alguns crentes o têm por um profeta enviado por Deus; outros, por um filantropo apenas, enquanto os descrentes o têm por um maníaco.

A versão de que João Maria possuía ordens sacras é bastante difundida e o Padre João Augusto Sobr.<sup>o</sup>, da Lapa, chega a aceitá-la, pelo menos quanto ao primeiro João Maria, à vista de ter o pároco daquela cidade consentido em que fizesse um sermão na sua Matriz<sup>(21)</sup>. Semelhante versão não é estranha em Sorocaba — onde êle também falou ao povo, depois da Missa, na gruta da Pedra Santa — e no Rio Grande do Sul.

Da sedução da religiosa tem-se falado inúmeras vezes como causa determinante da sua penitência e não é desconhecida, quer no Paraná, quer em Santa Catarina, esta lenda, ouvida por nós mesmos de várias fontes.

Fora do lendário, uma hipótese foi levantada últimamente pelo erudito Henrique Fontes: a de ter pertencido o Monge (o primeiro) a uma Ordem conhecida por Eremitas de Santo Agostinho, donde o seu nome e o conhecimento que possuía em matéria religiosa. É uma hipótese a considerar. Informa a Enciclopédia Larousse do Séc. XIX que “antes do séc. XIII existia um grande número de congregações de eremitas, vivendo sob diferentes regras e sob diversas observâncias, se bem que tôdas pretendessem descender diretamente de Santo Agostinho e agitando freqüentemente a Igreja com as suas pretensões e querelas”. Em 1256, Alexandre VI uniu estas congregações e fê-las uma só Ordem, sob o nome de Eremitas de

---

(21) AUGUSTO SOBR.<sup>o</sup> (Pe. João) — *Verdades de Arrepiar* — in *O Estado do Paraná* — 22/8/56.

Santo Agostinho, ordem que se difundiu de tal modo que chegou a contar com cerca de 2 mil mosteiros e mais de 30 mil religiosos. A sua constituição foi revista em 1580. O uso de roupa interior leve era interdito aos monges que não poderiam usar senão camisas de lã. Os seus jejuns eram severos (22).

Estas informações falam em favor da hipótese. Há nelas pontos que se ligam ao sistema de vida de João Maria que permitem a sua aceitação, pelo menos para estudos.

## 5

DENTRE AS LENDAS PROFÉTICAS colhemos, de vários depoentes, através de nossos colaboradores, que nos prestaram valioso concurso não só por serem antigos moradores das localidades como perfeitos conhecedores da região, as seguintes:

Profetizava o Monge o próximo fim da promessa que fizera de levar a vida de penitente. Assim a narra a reportagem já citada da *Fôlha do Comércio*:

“Quando êle (Monge) esteve aqui a última vez, disse ao povo: — “Está perto de acabar a minha promessa, e Deus já determinou que eu fôsse para o Ytaió”. Havia, então, precisamente, quatro anos que êle não aparecia por Canoinhas, onde o A. da reportagem colheu as informações. Assim, o seu afastamento da vida messiânica teria acontecido por volta de 1908, donde se depreende que o caso ocorrera com o segundo João Maria.

Êste depoimento do Monge, relativo ao término das suas peregrinações, tem sido relatado por muitos Autores, que o colheram em várias fontes. Dêle se originou a lenda

---

(22) LAROUSSE, *Op. cit.*

da sua morte em Taió, a que faremos referências mais adiante.

Um pesquisador de Xanxerê, sr. José Zoccoli, por nossa solicitação, de que foi intermediário o deputado sr. Oscar da Nova, informa que, em Joaçaba; “bem em cima do morro do finado Quintilan, onde há uma pedreira, pode ver-se “uma partidura (fenda) e o São João Maria profetizou esta partidura (*sic*) e parece-me que deixou dito: — “chegará um tempo que êste morro, a começar pela partidura, vai desandar para o Rio do Peixe”.

Profetizou, a ser fiel a memória do depoente, um desabamento que, felizmente, até o presente, não se realizou.

O Cel. Cid Gonzaga depõe sôbre a fundação da Cidade de Cruzeiro, em Santa Catarina: — “Quando o Oeste era ainda o famoso Contestado, João Maria já o palmilhava em todos os sentidos e, no lugar Catanduvás, ao pé de uma imbuia à beira de um filête d’água, levantou a sua tenda. Falando depois a quantos o cercavam, predisse: — “Neste lugar onde estamos surgirá, um dia, uma cidade que se chamará Santa Cruz”. E surgiu. O tempo correu e, em 1917, com a volta do território à jurisdição catarinense, Catanduvás, já então pequeno povoado, foi elevada à categoria de Município sob a denominação de Cruzeiro (primitiva séde, transferida depois do interior para a margem da Estrada de Ferro, atualmente Joaçaba).

Uma outra lenda profética foi colhida por Waldomiro Bitencourt, do Erval Velho, ainda por nossa solicitação, através do Deputado Oscar da Nova. Conta-se ali que, por ocasião da revolução federalista (1894), era chefe local o Cel. Honorato Inácio Vieira, homem de coragem e de indiscutível prestígio, do qual ainda se guarda recordação. Federalista, em armas contra as fôrças florianistas, às vésperas de enfrentá-las, resolveu consultar

o Monge, a respeito do resultado da batalha em que se empenharia. Respondeu-lhe o consultado: — “Caso queira dar combate aos seus adversários, ofereça resistência aos que vierem do sul, nunca aos que do norte vierem”. Como já se disse, o Monge tinha as suas fraquezas pelos federalistas e o conselho era para que o Coronel Honorato enfrentasse as fôrças do Cel. Henrique Rupp e não as de Pinheiro Machado. Honorato assim resolveu mas, contando a sua decisão à espôsa, que “era de briga” e tinha sôbre êle grande ascendência, não concordou a mesma e exprobrou-lhe a decisão. Debalde retrucou o Coronel que o conselho partira do Monge. A mulher, exasperada, teria retrucado: — “João Maria não é Deus e se Você não é homem, “me dê” as suas calças, que eu vou brigar, e pegue os meus vestidos”.

O Coronel, evidentemente, torceu a sua decisão — mas não o destino. Foi para o Rio do Peixe ao encontro das fôrças de Pinheiro Machado e, no Passo da Limeira, hoje denominado Luzerna, recebeu no peito a bala que o prostraria.

O depoente recolheu a lenda profética entre muitos dos antigos moradores do Erval Velho, alguns dos quais soldados e oficiais de confiança do velho chefe Cel. Honorato Inácio Vieira.

Outra lenda do mesmo tipo foi colhida em Canoinhas: — João Maria anunciara o trem de ferro e até os aviões. “Linhas de burros pretos, de ferro, carregarão o pessoal”. Aí viriam as guerras, sobrevindo a derrota dos moradores. “Gafanhotos de azas de ferro, e êstes seriam os mais perigosos porque deitariam as cidades por terra” — teria previsto na mais autêntica linguagem dos profetas antigos... (23).

---

(23) Depoimento de Ana Maria de Quadros, espôsa de Justiniano da Silva Quadros, ambos batizados por João Maria, Canoinhas. Recolhido pelo Dep. Fernando Oswaldo de Oliveira.

Tôdas estas narrativas de fundo profético acima citadas, recolhidas em vários pontos, referem-se ao segundo Monge, como a êle se refere ainda a derradeira que nós mesmos colhemos na Lapa, no corrente ano. Conta-nos o sr. Joaquim Borges da Silveira: “O monge chegou a uma casa e disse que vinha batizar uma criança que acabara de nascer. Só depois é que se soube que a mãe, durante a gravidez, fizera a promessa de dar ao filho o nome de João Maria e de convidar o monge para padrinho, se fôsse feliz na sua hora”.

6

NUM TERCEIRO GRUPO DE LENDAS, reunimos as de tema punitivo, contadas a respeito de castigos verificados por influência do monge sôbre quantos infringiram os tabus impostos pelos *mores* relativos à sua santidade.

E Canoinhas, conta-se que João Maria profetizou o arrazamento da Cidade, a sua destruição: — “Há de chegar o tempo de muito pasto e pouco rastro!” (Queria dizer que o mato cresceria onde dantes deixavam os habitantes o sinal dos seus passos). Dois amigos haveriam de encontrar-se e um dizer ao outro: — “Aqui foi Canoinhas”...<sup>(24)</sup>. “Canoinhas teria também uma Santa Cruz” (foi êle João Maria, quem a plantou). “Felizes os que morassem ao lado da mesma!” (Havia ao lado uma igreja de madeira que, em certa ocasião pegou fogo, ardendo inteiramente. A cruz não foi atingida pelo incêndio).

Na Fazenda Campo Alto, em Helciliópolis (Joaçaba), existe um ôlho-d'água e pouso do Monge e conta a lenda local que naquela fazenda o asceta solicitara a dádiva de um queijo, que lhe foi negado. Profetizou, então, ao fazendeiro: “Estes campos são pequenos e contêm muitos

---

(24) Depoimento de Justiniano da Silva Quadros.

rastros, mas chegará o tempo em que se tornarão grandes pela ausência de rastros!" — o que teria acontecido, isto é, dantes com grande criação e depois vazios (25).

Uma dona de casa, próximo da qual estava pousando o Monge, em certo lugar do Paraná, por sugestão dos seus empregados, "resolveu oferecer algo ao santo. Segredou a sua intenção ao marido, enérgico e conceituado coronel da campanha. Decidiu ofertar um queijo ao Monge. A noite já se havia fechado. O marido, dono da fazenda, econômico como todo bom chefe de família e pouco dado a crer em santos nacionais, e que observava os preparativos para a oferta ao peregrino, não concordou com a espôsa, que escolhera justamente o maior queijo que havia na despensa para ir com uma negra da casa levar ao monge. Era muito grande; bastava um menor... Era muito para uma só pessoa. A espôsa do fazendeiro, embora contrariada, obedeceu e lá se foi, atrás da mucama que seguia com o lampião a alumiar o caminho do ôlho-d'água. João Maria, de cócoras, ao pé de uma árvore, ao receber essa dádiva da piedosa fazendeira, ficou brabo. Pediu-lhe em tom áspero uma faca e tirou apenas um naco do apetitoso queijo, menos da metade, vociferando que o marido da mulher tinha demais e não fizera bom gosto em que ela lhe levasse o providencial alimento. Adivinhara a visível má vontade do fazendeiro para com o santo, para com êle próprio, o eremita..." "Esse episódio fantástico encheu aquela noite da campanha paranaense. E ainda hoje, 50 anos depois, êle se repete nas conversas ao pé do fogo, em todos os recantos do sul do Paraná" (26).

Verifica-se nestas três narrativas acima a intercalação de dois temas — o primeiro e o terceiro presentes no segundo, processo freqüentemente observado nos fenômenos

(25) Depoimento de Mário Pereira Gomes, sol. pelo Dep. Oscar da Nova, Joaçaba.

(26) Reportagem anônima — *O Estado do Paraná* — 17/10/1954.



aculturativos, através dos quais se difundem os traços além das suas áreas de origem.

“O velho Tomás Gonçalves Padilha, pioneiro do sertão de Taquara Verde, Município de Porto-União, dizia-me certa vez que João Maria aconselhara o povo a cultivar, para sustento, as plantas que *dessem* sob a terra, pois as que *dessem* sobre ela seriam destruídas por pragas e intempéries — o que de fato aconteceu” (27).

“Pedro Pereira Ramos, vanguardeiro de Vila Nova do Timbó, contava-me que João Maria fizera uma predição funesta para certa localidade (que não menciono por absoluto lapso de memória) pela pouca fé do seu povo, que iria transformar-se num porungal. (Porungal é terra onde só nascem porungos, de que os sertanejos fazem cuias para tomar chimarrão. Equivale a terras pobres). E o lugarejo regrediu, segundo a predição” (28).

“Conta-se que certa vez foi prêso na Lapa — e ameaçou com os Céus a injustiça da sua prisão — e o fato é que caiu sobre a cidade, em seguida, um violentíssimo temporal” (29).

“Em 1905, em determinado lugar que o depoente não precisa, sabendo que foi no Estado do Paraná, o Monge foi apedrejado por algumas crianças, que o apuparam como mendigo. João Maria disse que perdoava os meninos, mas que o lugar seria mais apedrejado do que êle o estava sendo. Com efeito, dias após, terrível granizo devastou a região” (30).

“Acampado nas proximidades de Hamburgo Velho (Rio Grande do Sul), ali por volta de 1890, ao atravessar o povoado, algumas crianças atiraram-lhe pedras. João Maria, voltando-se para as mesmas falou-lhes serenamente, como era de seu hábito: — “Vocês me estão atirando pe-

---

(27) Depoimento do Cel. Cid Gonzaga.

(28) Idem, idem.

(29) Idem, idem.

(30) Depoimento de Justiniano Quadros.

drinhas, mas hoje mesmo verão muitas pedras". Ora, neste mesmo dia, desabou tremenda chuva de granizos, como nunca fôra vista, causando terríveis estragos. Pedro Scheidt, que ainda vive em Vacaria, conta que, logo depois da chuva, correu ao local onde João Maria estava acampado e ali o encontrou sentado, na sua postura habitual, junto a uma imbuia em cujo ôco dormia (1), tomando chimarrão, e ao seu redor não se via nenhum vestígio da tremenda tempestade que acabava de desabar sôbre a povoação (81).

Nota-se também aqui o mesmo motivo central, o mesmo tema — a saraiva — servindo a duas lendas diversas. Mas, ainda na seguinte, que vamos transcrever, o tema saraiva aparece, sem o arcabouço punitivo, variante das primeiras. Conta-nos, na Lapa, o nosso depoente sr. Joaquim Borges da Silveira, conhecido na Cidade por Joaquim Tristão: "Em Terra Vermelha, neste Município, pernitoiu o monge sob uma árvore, próximo da propriedade da Família Braga, estando nessa ocasião presentes os srs. Otávio Pires e João Carneiro. A noite caíu uma forte chuva de pedras e, ao amanhecer, foram as ditas pessoas ver o que acontecera ao velho e o encontraram tomando mate e estava em seu redor tudo enxuto, como se não tivesse chovido".

O Sr. Constantino Medeiros, de Campos Novos, sôbre tema diverso, narra o seguinte: — "Neste Distrito (Painel, Lajcs) existe a chamada "Água Santa", que é uma belíssima fonte que nasce das fendas de umas pedras e se despenha da altura de 2 a 3 metros. Esta água foi benta pelo Monge e é por isso considerada "santa" e são muitos os que se abalam de longas distâncias para nelas se banharem. Lá rezam *térços* e contam que muitas vêzes é ouvido o "rufo" de uma caixa, batendo a cadência logo acima das águas. Vão até lá explorar e não vêem viv'alma

---

(81) Depoimento do Prof. Antônio Lúcio.

(a caixa é aquela usada para pedirem esmola, com bandeiras, pelo Espírito Santo). Narra-se, ainda, que há muitos anos, foram lá, às águas, numerosas pessoas, em época de Carnaval (naquele tempo, entrudo...), quando se usava molhar os parceiros. Um jovem, que não cria na santidade da água, resolveu brincar e jogar água numa das moças, que o advertiu ser a água benta e não dever servir para as brincadeiras de entrudo, ao que respondeu o jovem que “eram bobagens” estas crenças. Dizendo isto, apanhou um segundo copo e ia jogá-lo à moça quando caiu e fraturou a perna. Dizem que no lugar em que caiu não existe uma única pedra sequer, donde a crença do povo ter aumentado e ninguém mais ousou duvidar ou “abusar” da santidade da referida água<sup>(32)</sup>).

Existem *conservados*, isto é, áreas cercadas, em várias partes, tendo ao centro um pequeno oratório — lugares onde o Monge pernoitou. São os chamados “pousos” de São João Maria. Ali encontram-se, guardados como relíquias, “tições” e carvões, que dizem ser os mesmos que restaram do fogo aceso pelo Monge. Esses “tições” são considerados relíquias sagradas, que não devem ser retiradas do local, pois *atrasam a vida* de quem o fizer. Devem permanecer ali, para servirem a todos. Contam-se casos de *atrasos* na vida de quem os retirou e levou consigo tais restos<sup>(33)</sup>.

Tôdas estas histórias e prodígios não se relacionam, como é fácil perceber, ao primeiro João Maria, sim ao segundo, atendendo às circunstâncias de que se compõe a sua trama ideográfica. Uma, entretanto, que narraremos a seguir, liga-se ao primeiro eremita, o piemontês de Sorocaba e vem referida nos *Apointamentos para a His-*

---

(32) Depoimento solicitado a nosso pedido pelo Prof. Walter Piazza.

(33) Depoimento de J. Z. feito ao Prof. Walter Piazza e solicitado por nós.

tória da Fábrica de Ferro de Ipanema, do Prof. João Lourenço Rodrigues<sup>(34)</sup>:

“Reza a tradição que êle (João Maria de Agostinho) não deixou o isolamento da Pedra Santa senão forçado pelas exigências de um diretor menos tolerante do que o Tte. Cel. Antônio Manoel de Melo. Afirma-se mesmo que o Monge amaldiçoou o tal diretor e procura-se explicar desta forma a decadência cada vez mais acentuada da Fábrica, que tivera, antes, dias de grande prosperidade. Considera-se, pois, como castigo, como sinal da cólera celeste, a fuga de grande número de escravos, alguns dos quais foram morrer longe, depois de terem vivido em grande miséria”.

Foram estas as lendas de arquétipo punitivo que conseguimos recolher.

## 7

PASSANDO A OUTRO GRUPO, reunimos as de fundo prodigioso ou miraculoso, atribuídas diretamente ao Monge ou verificadas por sua influência.

Os dons divinatórios de João Maria sobressaem nas primeiras.

O escritor Otacílio Costa, homem ilustrado e de projeção política, conta a história dos cravos para a Santa Cruz, por nós já referida em capítulo anterior. Não repetiremos a narrativa do caso prodigioso, mas as palavras finais da mesma:

“E a devoção da Santa Cruz começou a afervorar-se, a crescer. E logo a notícia corria de que no dia em que alçaram a cruz caiu uma chuva copiosa; e rios encheram-se, transbordaram. Por tôda parte choveu a cântaros. Só não choveu no lugar da Cruz”<sup>(34-A)</sup>.

(34) Ed. do Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo — 1953, pág. 68.

(34-A) COSTA (Otacílio) — *Santa Cruz*, pág. 7.

Outro prodígio narrado pelo mesmo Autor é o do crescimento da Cruz do Monge. A lenda teve curso e se dizia que não apenas o fuste central mas os próprios braços do madeiro cresciam <sup>(35)</sup>.

Das cruzes que brotam, a respeito das quais já falamos e cuja explicação tentamos, além de recordar os seus fundamentos lendários, a versão seguinte foi colhida na *Fólia do Comércio*, na reportagem já por nós citada: "Em cada lugar que João Maria pousava era plantada uma cruz de aroeira que brotava 40 dias depois. Milagre!" <sup>(36)</sup>.

O prodígio era, pois, proclamado e difundido.

O bastão do Monge, ao qual fizemos referências páginas atrás, o autêntico ou apenas a sua *medida*, existe em Campos Novos, segundo o informante a que nos temos referido. "Muitos são os que vão lá conhecer o *bastão* e adquirir a medida. Crêem os fazendeiros que a fazenda que possuir um bastão com a medida exata, enterrado ou firmado em cada extrema da propriedade, terá o seu gado imune contra tôda e qualquer peste" <sup>(37)</sup>.

Sobre a faculdade miraculosa das medidas, Frazer explica através da magia simpática, na sua obra clássica, a incorporação das virtudes reais, dos corpos ou dos Santos, aceita pelos crentes. Medidas de Santos são conhecidas por tôda parte, conservadas como portadoras das faculdades miraculosas que lhes foram próprias.

Em Campos Novos, segundo o mesmo informante, "vive uma anciã que possui quatro velas de cêra que afirma terem sido confeccionadas pelas santas mãos de João Maria. Essas velas são milagrosas, por terem o *palmo* do Monge, isto é, o tamanho, a medida do seu palmo. Quando acesas, servem para afugentar os espíritos

---

(35) *IDEM, idem.*

(36) *Fólia do Comércio*, 4/10/1912 — pesq. de Maria Isaura P. Queirós.

(37) Depolimento de J. Z. ao Prof. Walter Piazza.

e acalmar as tormentas (tempestades). Quem expirar com uma destas velas na mão jamais poderá ir para o inferno. A velha senhora não dá nem vende por dinheiro algum qualquer dessas velas. Então os crentes vão à sua casa e lá confeccionam outras, iguais na grossura e com o palmo exato — velas que (pelo mesmo princípio de magia simpática referido por Frazer) adquirem das primitivas os mesmos dons” (38).

Conta-se, ainda, que João Maria não era atacado pelas feras nem pelos aborígenes. Cid Gonzaga refere que êsses fatos eram considerados prodígios — respeito dos brutos como dos selvagens à santidade do peregrino. Já em 1912, o reporter que escreveu para a *Fôlha do Comércio* consignava ter indagado do Monge:

— “Nunca foi assaltado pelos bugres?” — ao que respondeu João Maria:

— “Agora êles não me fazem mal, também nunca procurei fazer mal a êles” (39).

Euclides José Filipe recolheu a lenda de que João Maria foi considerado por muitos como “capaz de se transportar pelos ares e era comum a sua desapareição, quando a multidão dos seus fiéis ia ficando muito densa” (40).

Uma lenda com raízes vetustas, encontrada em tôdas as mitologias, é a das fontes que brotam nos lugares santificados pela presença de determinados entes. Antônio Lúcio, professor e jornalista, colheu uma semelhante, com relação a João Maria:

“Entre Clevelândia e a fronteira argentina brota de uma rocha um dêsses olhos-d’água. Contam que, certa vez, João Maria pernoitara ali e, ao amanhecer, brotou a

---

(38) Idem, idem.

(39) Reportagem publ. a 3/10/1912.

(40) Depoimento ao Autor.

água que lá existe, até hoje, e o povo batizou-a com o nome de Fonte de São João Maria” (41).

Voltando às águas, freqüentemente presentes nas lendas hagiográficas, referiremos que Waldomiro Bitencourt recolheu a lenda de que “à noite, João Maria mandava que se retirassem todos e pernoitava sozinho — e onde o fazia, podia chover quanto chovesse que ele amanhecia enxuto, apesar de não carregar barraca nem se valer de qualquer outro abrigo” (42).

A lenda que se segue foi também colhida pelo mesmo informante, no Erval Velho, de um antigo morador, de nome Paulino Antônio da Silva, vulgo Paulino Campina, que aliás se diz testemunha dos fatos prodigiosos que narra:

“Embaixo de erveiro de João Maria, a certas horas, havendo lá muita gente, chegou Clementino Teixeira de Andrade (vulgo Clemente Belo), descrente do Monge. A erva havia sido cortada e danificada e, assim que Clemente chegou, João Maria o encara e diz:

— “Por que Você veio cortar esta erva, que não lhe estava fazendo mal e que eu benzi para socorrer os pobres? Isto não se faz! Agora Você está querendo um ramo dela, mas, para quê?”

Clemente tinha pedido um galho “por deboche” e ninguém sabia ter sido ele quem havia cortado a árvore. No dia seguinte Clemente tentou falar novamente ao Monge, mas não pôde mais alcançá-lo. Correu e não conseguiu encontrá-lo. No entanto, pessoas diziam ter encontrado o peregrino pouco adiante — mas Clemente não o via...” (43).

A história da cura da criança, também referida pelo mesmo informante, não foi obtida de Paulino Campina,

---

(41) Depoimento do Prof. Antônio Lúcio ao Autor.

(42) Colhido no *Erval Velho*.

(43) *Idem, idem*, a Waldomiro Bitencourt.

mas de outra fonte: “Debaixo da erveira, uma mulher trouxe uma criança ao Monge, a ponto de morrer, quase agonizante, e pediu-lhe que salvasse a sua filhinha. Ele olhou a criança e disse: — “Não se assuste, minha filha, a tua criança não morrerá”. E, dando uns ramos de vassourinha (vassourinha do campo, também conhecida por vassourinha de São João Maria), mandou à aflita mãe que fôsse para casa e banhasse a criança com uma infusão da erva, dando de beber “um chá” da dita. Todos os presentes acharam que a mulher não chegaria em casa com a filhinha viva — mas no dia seguinte admiraram-se ante a criança curada”.

Em Mangueirinha, no Paraná, João Maria também curou a Lúcio Rosa, portador de uma forte dôr de dentes, colocando a mão sôbre a cabeça e ordenando que êle tivesse fé, pensasse em Deus e pedisse a sua cura. A dor desapareceu imediatamente e nunca mais a teve, mesmo por que, depois, sem qualquer dor, o dente caiu inteiro (44).

Fato idêntico narrou-nos o sr. Augusto Burda (75 anos), morador da Lapa, informando-nos que em criança, atacado de dor de dentes, fôra curado por um homem que, depois verificou, tinha tôdas as características de João Maria.

Segue-se a lenda da galinha — que já tem sido referida no lendário brasileiro, atribuída a outras pessoas. Não é original a sua narrativa — mas, onde teria surgido? Vejamo-la, contada por Paulino Campina ao sr. Waldomiro Bitencourt, que nô-la escreveu:

“Uma senhora de nome Franciliana Cordeiro, quando João Maria ainda se encontrava recebendo crentes sob a erveira, chegou com uma galinha embaixo do braço e, tendo-a oferecido ao Monge, por tê-la trazido de presente a êle, ouviu João Maria dizer que ela não lhe

---

(44) Dep. de Mário Pereira Gomes.



poderia dar a galinha, ao que ela respondeu que sim, pois trouxera para êle, ao que tornou o profeta que não, que a galinha não era dela e que fôsse levá-la ao dono, “pois você já deu esta galinha a outro”. A mulher insistiu que não e João Maria cortou: — “Você deu esta galinha ao diabo, quando vinha vindo”. Aí a mulher, desconcertada, contou que, de fato, quando conduzia a ave, esta na estrada lhe havia *sujado* o vestido e que tinha pronunciado as seguintes palavras: — Esta galinha do diabo foi sujar o meu vestido...” (45).

Apesar de nomear a pessoa da dádiva e se dizer testemunha da cena, Paulino Campina repetiu apenas uma lenda já surgida, com variantes. Ora é uma galinha que foge, ora uma que suja, ora uma que cacareja — mas sempre uma galinha dita “do diabo”, que se pretende oferecer a um santo homem. Uma variante já se contava ter acontecido com o Venerável Frei Galvão, que viveu entre 1739 e 1822, conforme se pode ler na sua biografia (46) e em Santa Catarina mesmo já se contava cena idêntica a respeito do conhecido poeta Juvêncio de Araújo Figueiredo, que foi espírita convicto e a quem se reconheciam qualidades de vidente, segundo narrativas por nós colhidas.

Demais a mais, João Maria, como é sabido, não se alimentava de animais e quando se via obrigado a aceitá-los, imediatamente passava adiante. Tudo, o que aceitava eram leite e vegetais — os depoimentos são unânicos a respeito. Mesmo assim, corre a lenda e já ganhou foros de identificação dos personagens.

Na Lapa, o tema central da galinha foi substituído — e recolhi fato mais ou menos semelhante com referência a uma batata (47).

(45) Depoimento de Waldomiro Bitencourt.

(46) SOR MIRYAN — *Vida do Venerável Servo de Deus, Frei Antônio de Sant'Ana Galvão, Religioso franciscano natural de Guaratinguetá* — 1739-1822, 2.<sup>a</sup> Ed. Ampliada — pág. 205.

(47) Depoimento do sr. Joaquim Borges da Silveira ao Autor.

O maior prodígio que se conta, entretanto, é o da travessia a pé enxuto das águas do Iguaçu. Vejamo-lo:

Justiniano de Quadros informa que o Monge estava numa das margens do Iguaçu e amanheceu na outra, não havendo canoa ou coisa alguma que pudesse transportá-lo para o outro lado. A nado não seria concebível, já pela sua idade, já pelo que consigo costumava levar.

Mário Pereira Gomes relata: — “Nessa ocasião, o velho Lúcio (Lúcio Rosa, octogenário, antigo morador de Mangueirinha, Estado do Paraná — o da dor de dentes...) e seus vizinhos nos contaram que naquela época houve uma grande enchente e o Rio Iguaçu transbordara, tendo o Monge resolvido levantar acampamento e prosseguir sua viagem em demanda do Município de Guarapuava, ao que os moradores se opuseram, alegando se impossível transpor o rio por que êste, em virtude da enchente, não permitia a passagem nem sequer de canoa, ao que o Monge respondeu que não precisava de canoa, por que êle atravessaria o rio a pé. Incontinenti, aprontou-se e partiu, tendo diversos moradores presentes, inclusive êle, Lúcio Rosa, acompanhado o velho até às barrancas do rio e, com surpresa para todos os presentes viram o verdadeiro milagre do Monge transpor o rio a pé, caminhando calmamente sôbre a violenta correnteza das águas enfurecidas. Da margem oposta, virou-se e abanou com a mão para todos, em despedida, e posso afirmar, sem mêdo de errar, que o rio Iguaçu, naquele pôrto, em estado normal, tem mais de 600 metros de largura” (48).

O tema da travessia das águas a pé enxuto é anti-quíssimo.

Zoroastro atravessou um rio, em tais condições (o Araxe) (49). Bhagavata atravessou da mesma forma, e nas

---

(48) Informante Lúcio Rosa, colhida pelo sr. Mário Pereira Gomes, de Joaçaba.

(49) Zend-Avesta.

mesmas condições, o Ganges<sup>(50)</sup>. E, não falando em Jesus que marchou sôbre as águas e convidou Pedro a fazê-lo, segundo São Mateus, pois afinal infinitos são os poderes do Senhor, o tema é encontrado relativo ao mesmo prodígio executado pelos seguintes Santos, conforme refere Pierre Saintyves, na literatura hagiográfica: — Santos e Santas — Albano, Alène, Alexandre de Bérgamo, Apolinário, Arbogasto, Benoni, Bernardo do Vale, Birin, Bogomília, Brígida Cannera, Conrado, Dálmata, Domingas, Dulas, Folquin, Frederico, Ferreol, Fursy, Godchard, Guderval, João de Bridlington, Joanita, Juta, Lourenço, Luzia e Germiniano, Levino, Macário, Maria Egipcíaca, Maria de Ognies, Odilon, Oringa, Patrício, Pátroclo, Pedro de Alcântara, Procópio, Sabino, Savino, Segundo, Tereza de Jesus e Venerando, Riowen, Scothin, Coleta, Fontásio, Secerino, Severiano, Silas, Nazário, Celso, Pantaleão e Quirino. De cada um destes Santos e Santas narra o Autor a lenda colhida, em determinados pontos, sôbre o prodígio de andar sôbre as águas. “Cada ribeiro possui um Santo que caminha sôbre as águas e o milagre não foi sômente empregado para ilustrar a vida dos santos personagens, mas para glorificar as suas relíquias”<sup>(51)</sup>.

Mas não é só na literatura cristã que encontramos o tema. Na islâmica são encontrados Sidi-el-Hadj Abd-Alah el Jabouri e Sidi Ben-Zemmara, que o fizeram, sendo ambos padroeiros dos marítimos, bem como o honorável marabut Sidj Qacen, que realizou o prodígio a cavalo<sup>(52)</sup>.

É, desta forma, um tema freqüente nas lendas, não constituindo inovação o milagre também aqui atribuído a João Maria — que, afinal, para o sertanejo, era santo

---

(50) Avadanas Çataka.

(51) SAINTYVES (Pierre) *Essais de Folklore Biblique*, págs. 352 a 355.

(52) Op. cit.

- mais conhecido do que muitos, senão todos, dos acima citados.

Agora, por que misteriosos caminhos da mente humana veio o traço a surgir entre a população marginal do Iguaçu é que não poderemos precisar.

Kraft já buscou explicar “a coincidência da cultura de distintas regiões pela evolução da inteligência, semelhante em tôda parte” — idéia que foi posteriormente tomada e desenvolvido por Adolphe Bastian, que desdobrou o seu conteúdo, dando-lhe a sua forma filosófica<sup>(53)</sup>. Segundo êste último, etnólogo alemão, sendo o espírito humano a base fundamental da cultura e sendo o mesmo em tôda parte — construindo desta forma a sua teoria das *idéias elementares*, comuns a todo gênero humano — verifica-se a “horrível monotonia das idéias fundamentais da humanidade”.

Para os que lhe seguiram as teorias da origem múltipla da cultura estavam, assim, por esta pobreza de originalidade que marcou a mente humana, explicados os paralelos culturais, a reprodução dos mesmos traços elementares em áreas diversas e sem contacto entre si.

Ratzel, e todos os que admitem a origem única da cultura, entre os quais muitos não admitem nem mesmo a possibilidade das criações independentes de traços semelhantes, admitem os paralelos como decorrência da difusão.

Ficamos com Boas, todavia, que, aceitando a tese da origem única da cultura, com a capitalização de idéias básicas e elementares, de acôrdo com Gerlandt<sup>(54)</sup>, não esconde que “a interpretação dos fenômenos culturais que ocorrem esporadicamente em regiões afastadas oferece sérias dificuldades”<sup>(55)</sup>.

É justamente a situação em que nos encontramos: — o tema se repete, mas querer desvendar o caminho percor-

(53) SMITH (Birket) — *Vida e História de las Culturas* —, pág. 16.

(54) IMBELONI (J.) — *Epítome de Culturologia*, pág. 56.

(55) BOAS (Franz) — *The Mind of Primitive Man* — pág. 159.

rido é tropeçar em dificuldades sérias. Trazido ou recriado pela elaboração mental dos matutos, numa idade cultural semelhante a povos que já o havia criado, como decorrência imutável dos processos psíquicos, não poderemos dizer. O fato é que êle, o tema, está presente, foi verificado. É contado e repetido. E, mais do que isto, houve até “quem chegasse a ver”!...

A derradeira lenda dêste grupo das prodigiosas refere-se ao primeiro João Maria e a obtivemos no rodapé dos *Apontamentos para a História da Fábrica de Ferro do Ipanema*, do Prof. João Lourenço Rodrigues, já citado, à pág. 68 (nota 34):

“Reza a tradição que, nessa estada, ou na anterior (do Monge na gruta da Fábrica de Ferro, ao tempo do Diretor, Cap. de Engenheiros Joaquim de Sousa Mursa) a Pedra Santa cobriu-se de uma como inflorescência (fluo-rescência), na qual o povo admitiu mais uma prova da santidade do anacoreta. Muitos ficaram edificadas, etc...”

É outro fenômeno comum nas lendas mitológicas e hagiográficas. A luz difusa que circunda os homens e coisas santificadas, emanada da condição sobrenatural, forma o halo que os indica e aponta ao respeito geral. É o sinal da santidade.

## 8

FINALMENTE, as derradeiras lendas colhidas referem-se à morte de João Maria, lendas que já foram objeto de nossa citação em capítulo que focalizaram as individualidades dos dois taumaturgos.

As afirmações feitas pelo segundo Monge de que “gostava do Taió” e que, “terminada a sua peregrinação, iria para lá”<sup>(56)</sup>, pois assim Deus já havia determinado

---

(56) Depoimento de Maria Cordeiro Pacheco.

que o fizesse<sup>(57)</sup> — Taió, “ponto elevado na serra do Espigão, além da Colônia Lucena, infestado de botocudos que não deixariam lá um homem branco com vida”<sup>(58)</sup> — fez com que a versão da sua morte em tal lugar, depois que desapareceu da presença dos seus crentes, se difundisse por tôda a parte.

Cid Gonzaga informa-nos: — “Conta-se por aí que João Maria, velho, exausto de tanta peregrinação, foi morar no morro do Taió, onde morreu. No tempo era aquela paragem inacessível e misteriosa. Corre por conta da credence que certo cidadão de Guarapuava veio da sua longínqua terra ao Taió para consultar João Maria, pois não o sabia morto. Após longa e penosa caminhada, chegou ao cume do dito morro. Lá encontrou o Monge, a quem se dirigiu, mas êste, descorporificado, em estado transparente, caminhando de um para outro lado, respondia ao seu devoto, como se ainda fôra dêste mundo. O guarapuavano ficou encantado com o asseio do local e depois de haver examinado a tenda e a “tralha” do Monge, disposta ali como quando era vivo, pôs-se morto abaixo, anunciando o que vira a quantos encontrava”.

Nos capítulos relativos ao primeiro quanto ao segundo Monge já nos referimos às versões existentes sôbre as mortes de um e outro. Todavia, para os que não distinguem nos peregrinos do Contestado duas individualidades, a versão mais aceita é a de que “João Maria morreu no Taió”. Já houve quem divulgasse ter colhido a notícia de que ali teriam sido encontrados panos ensanguentados — restos do Monge devorado pelas feras. Mas, em verdade, tudo permanece no domínio da lenda. A verdade sôbre o fim dum ou outro dêstes homens é e continuará a ser uma incógnita.

---

(57) Reportagem já citada.

(58) *Idem, idem.*

COMO NÃO PODERIA DEIXAR DE SER, João Maria já ingressou no folclore nacional de toda a área planaltina.

Euclides José Filipe recolheu uma versalhada interessante, que foi publicada no Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore<sup>(59)</sup>.

Um fato, entretanto, chama a atenção dos estudiosos: — apesar de aceita pela maioria a tese de ter havido luta religiosa na campanha do Contestado e atribuir-se ao Monge a responsabilidade remota, mas direta, no desencadeamento da luta, nenhuma “oração” foi encontrada pelos investigadores, tendo o Monge por tema. Naturalmente orações foram encontradas e nós dispomos de algumas autênticas, originais, recolhidas de ex-jagunços. Mas nenhuma delas inclui o nome de João Maria no seu texto e nunca vimos citadas quaisquer com esta característica. Estas orações, como se sabe, foram (e ainda são...) usadas como amuletos e talismãs, para afastar perigos e sofrimentos.

---

(59) Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, Ano 1, n.º 4.

### III

## CONCLUSÃO

### 1

CHEGAMOS, FINALMENTE, ao término d'êste exaustivo trabalho não só de pesquisa como de crítica. Possa êle, com os documentos que apresenta, contribuir para a elucidação de um dos capítulos mais interessantes da nossa evolução histórico-social. Foram êstes os desejos que nos impeliram ao seu estudo e à sua composição.

Temos dito, e firmemente o acreditamos, que o móvel religioso, por si só não teria desencadeado a tempestade que varreu, ceifando vidas e causando os maiores prejuízos, a área do ex-Contestado. A luta, em si, foge a qualquer dos tipos de luta religiosa na mais rigorosa acepção do termo. Para nós, foi a resultante de um complexo entrosamento de fatores sociológicos — do qual, aos observadores, ressaltou apenas o fator religioso, escapando a observação mais detalhada dos que, em verdade, pesaram muito mais na deflagração do movimento.

Para os coevos, ainda sob a impressão da obra impecível de Euclides da Cunha e com as recordações dos dias de Canudos ainda bem vivas, o fato se repetia, o fanatismo ressurgia aqui no sul — e a campanha do Contestado foi uma guerra de fanáticos, uma conseqüência da ignorância do nosso sertanejo, preparada e seduzida pelo desvio psíquico de um monge. Foi a conseqüência, como já se



afirmou, das "aberrações da religiosidade" do sertanejo mal conduzido por um louco.

Repelimos a tese.

O presente trabalho procurou provar que o sertanejo não se afastou do cristianismo e se nos detivemos tão longamente sôbre o ponto de vista religioso e lendário foi justamente para documentar que êle não escapou à linha evolutiva que os cristãos têm palmilhado, em todo o orbe católico, através dos tempos. Êle procedeu como outros, que nunca foram chamados por isso de criminosos, de heréticos ou apóstatas, haviam procedido, quando possuíam a sua idade cultural. Êle criou lendas semelhantes — ou as reinterpretoeu ao sabor dos entes que conheceu — difundiu traços idênticos e aceitou os mesmos complexos, acabando, como os primeiros cristãos, por santificar, para si mesmo e para os seus, um homem que o conheceu na sua miséria e no seu desamparo, homem que o aconselhou para o bem e que falava a linguagem tósca e simples dos primeiros apóstolos, quando anunciavam o reino de Deus e a punição para os ímpios.

Para si mesmo. . .

Nunca pretenderam os sertanejos impor esta santidade a quem quer que fôsse, nem levaram, debaixo de armas, a sua pobre auréola para colocá-la em outros altares que não os próprios.

As suas práticas não ofenderam os *mores* tradicionais do nosso povo, da cultura da área em que viviam. Não se constituíram pedra de escândalo.

Certamente, muitas idéias religiosas manifestadas pelos sertanejos estão superadas e a Igreja não as poderia admitir. Mas o ensinamento cabia aos sacerdotes, com a doçura de Cristo e com o exemplo dos Seus apóstolos — jamais pelos que o quiseram impor pela violência das armas.

A Constituição era clara a respeito: — qualquer era livre de adotar e praticar a sua religião, o seu culto, e não poderia, por motivo religioso, sofrer perseguição.

Se a fé do sertanejo se afastava da ortodoxia — ao padre, não ao soldado, cabia expôr ao vacilante o bom caminho, ir buscar a ovelha perdida e sôbre os ombros, como o Bom Pastor, trazê-la alegremente ao rebanho. A Nação não poderia importar qual fôsse a sua religião, desde que não fôssem feridos os costumes nem arranhada a lei.

Aliás, é verdade que, poucos para a magnitude do problema, sacerdotes houve, e entre êles o piedoso frei Rogério Neuhaus, filho do Seráfico Patriarca de Assis, que procuraram enfrentar o problema. Infelizmente, e nisto não vai desrespeito à veneranda memória do franciscano, cuja vida de santos trabalhos é reconhecida e lembrada com justiça ainda hoje, o seu zêlo impediu que tivesse maior habilidade no tratar o assunto.

Era um sacerdote cujos conhecimentos da região não poderão jamais ser postos em dúvida — por que nela viveu longamente e penosamente a trabalhou — mas a quem, possivelmente, não socorreram conhecimentos sôbre a estruturação social do planalto, nem a quem forneceram dados sôbre as causas do marginalismo que se criara para aquêles homens, produto da política e da economia vigentes.

Já nos referimos à sua atitude frente ao Monge. Um pouco mais de maleabilidade e teria sido o grande apóstolo do Contestado.

“A religião sempre se apresenta como um sistema de crenças que definem o lugar do homem no Universo, sua origem e o seu fim” — ensina Malinowski (1). Entretanto, é óbvio e intuitivo, conforme com meridiana clareza expõe

---

(1) MALINOWSKI (B.) — *Una Teoria Científica de la Cultura*, pág. 281.

William Graham Sumner, que “todo grupo toma da religião que lhe é oferecida apenas o que pode assimilar aos seus *mores* tradicionais. O Cristianismo não foi o mesmo entre os judeus, egípcios, gregos, germânicos e eslavos. Seria grande êrro supor que qualquer povo tenha jamais aceitado e mantido o ensinamento religioso ou filosófico tal como lhe foi apresentado e tal como o encontramos registrado no livro dos mestres” (2).

Seria exigir demais que o nosso sertanejo praticasse na sua integral pureza os dogmas do cristianismo, uma doutrina rigorosamente exata, sem a incidência dos seus *mores* — coisa que de nenhum povo jamais se exigiu. Tanto mais que não havia quem o ensinasse... Em verdade, a zona era pobre de sacerdotes, como o era de escolas, de policiamento e de justiça, sendo indigente em matéria de economia privada.

A fé era a tradicional, haurida no ambiente familiar, sujeita às influências dos costumes; a escola era a do sofrimento; a Justiça, a do mais forte ou a do mais ágil. Na indigência não havia diferenças... Era uma zona na brutalidade da sua cultura recuada, mais próxima da do aborígene do que da do civilizado. Ilustração nenhuma.

Evidentemente, não vamos jogar as responsabilidades da luta aos ombros dos sacerdotes. Semelhante tese seria tão exdrúxula quanto julgamos ser a da luta religiosa. O que faltou, isto sim, foi uma ação capaz de afastar o fator religioso da luta que se desencadearia, de qualquer forma, mais tarde ou mais cedo. E tal desencadeamento era fatal porque obedecia a outras causas.

O maior perigo para a ordem pública, assim, não estava nas práticas religiosas, por mais absurdas que pareçam ter sido, mas exclusivamente no ajuntamento que levava, menos pelas ditas práticas do que pelas infrações

---

(2) GRAHAM (William Sumner) — *Folkways* — Vol. I, pág. 80.

penais decorrentes da malta sem chefe e sem a autoridade de um responsável, à insegurança. Era o furto, era o abigeato, era a desordem, quiçá a imoralidade, que cumpria evitar, para impedir males maiores.

A ação persuasiva da autoridade, para dispersar os sertanejos, localizando os desocupados e fornecendo-lhes possibilidades para o trabalho, nunca foi feita. Em Santa Catarina, quando se procurou o ajuntamento, para a dispersão, logo no início, menos foi para enfrentar e resolver um problema social, qual o dos marginais sem lar e sem trabalho, que haviam sido expulsos das suas terras, do que para atender a uma solicitação política de um chefe a quem, se não faltavam razões no tocante à ordem pública, sobravam as de desapontamento pessoal, por não ter sido atendido pelo Monge, hóspede do seu adversário na política local. É verdade que não se usou de violência — mas, no linguajar popular, “*soprou-se a pena*”, achou-se bom que a turba se transferisse para além do Rio do Peixe para uma outra jurisdição — como se lá não houvesse o mesmo mal no ajuntamento. O mal continuava, era o mesmo — mas o problema deixava de ser de Santa Catarina para ser do Paraná. Este que se aviesse e o resolvesse da forma que as suas autoridades entendessem...

Que sucedeu então?

A brutalidade da repressão policial-militar por parte do Paraná, fruto da desconfiança e da malquerença alimentadas contra o seu vizinho do sul (da mesma forma que este as nutria contra o vizinho do norte...) por uma infundável questão lindeira, supondo uma invasão de parte da região contestada e cobiçada por ambos, para o estabelecimento do *uti-possidetis*.

Foi ao Irani a Fôrça Policial do bravo e infelizmente Cel. João Gualberto para combater ou reprimir um ajuntamento de fanáticos religiosos?

Não. Foi para dispersar uma horda de invasores.

Foi a ordem, foi a segurança pública o objetivo da missão armada?

Não. Foi a questão de limites.

Esta mesma questão de limites que deixara sem escolas, sem policiamento e sem justiça — e principalmente sem uma base econômica estável — tôda uma vasta região disputada por dois Estados irmãos.

Esta região, por isso mesmo, homizio de criminosos das duas e mesmo de outras unidades da Federação, vizinha com outras zonas de sociedade estruturalmente formada de maneira especial, de acôrdo com a sua configuração geográfica, sociedade que fornecia elementos, constantemente, para a marginalidade, como já vimos.

Ora, é sabido que o melhor caldo de cultura para o surgimento e aceitação dos movimentos messiânicos é justamente durante e após os graves desajustamentos econômicos e sociais. O fenômeno tem sido verificado em muitos países e referido por numerosos Autores. A incidência destes iluminados tende a aumentar sempre durante e depois das comoções sócio-econômicas. Até mesmo as nações mais altamente civilizadas os tem conhecido, e no após guerra a França e a Alemanha registraram movimentos semelhantes.

São como que um consôlo, um derivativo para as grandes preocupações que assoberbam os grupos, da mesma forma porque, nos indivíduos, as crises de misticismo se apresentam com maior freqüência depois de desastres pessoais, de sérias comoções psíquicas.

Não se pode duvidar de que, não tivesse aparecido José Maria, o terceiro Monge, outro apareceria. Para recolher a herança, na hora precisa, dos que haviam semeado, inocentemente, uma palavra de fé e de consôlo, quando os elementos ainda se congregavam para criar o ambiente propício à explosão.

Este surgiu quando a concessão do Govêrno à São Paulo-Rio Grande veio desalojar e expulsar uma população integrada na área concedida.

Dir-se-á que a concessão respeitava os direitos de terceiros. Mas a verdade era que os posseiros não haviam qualquer documento a respeito das terras que ocupavam. Estes intrusos, que nem mesmo o usucapião poderiam sequer invocar, acrescidos pelos que despedidos dos trabalhos da construção da ferrovia, haviam-se instalado nas terras marginais, por serem terras de ninguém, sentiram-se expoliados e contra semelhante expolição revoltaram-se intimamente. “Os expulsos são sempre um explosivo social”, observou um jornalista parisiense, estudando as condições da Alemanha ocupada. A observação é exata. Por que, aqui também, explosivo social constituíram-se os que se viram expulsos das margens da Estrada de Ferro, quinze quilômetros de cada lado da linha.

E explodiu.

Explodiu quando surgiu fogo no estopim do Irani.

Tendo batido e sido batidos, pois reciprocamente quase se dizimaram, os remanescentes da luta voltaram aos seus pontos de origem: a polícia aos seus quartéis e os sertanejos para o sertão catarinense. O Paraná, com o sacrificio de vidas dos seus soldados, devolvia a pena que lhe fôra soprada.

Foi quando então recrudescceu a lenda do fanatismo. A Fôrça Policial do Paraná não sofrera um revés frente ao invasor catarinense, mas ante uma horda de fanáticos. Em verdade, nem ante invasores, nem ante fanáticos — sim ante uma malta de desajustados, de marginais, que reunindo as suas angústias e as suas revoltas individuais junto a um explorador da sua credulidade, esperavam que êste os conduzisse às promessas feitas pelos verdadeiros monges, de uma era de felicidade e de justiça.

Daf por diante, não havia que duvidar do prosseguimento da luta, embora desfalcada a turba do seu chefe espiritual, morto no Irani. Dois fatôres conduziriam a esta previsão: — “o primeiro foi o sacrificio do monge, tornado o “homem bom” que foi imolado pelas fôrças regulares; o segundo, o ódio do sertanejo despertado pelo derramamento do sangue da sua gente. O preço do sangue sempre foi, entre os grupos sociais primitivos, o próprio sangue e a sobrevivência do fenômeno atinge ainda hoje as camadas das sociedades ditas civilizadas — e não é de admirar que a mentalidade do sertanejo reclamasse vingança ante a agressão sofrida. Paralelamente à certeza de que agora estava seguro o sertanejo, quanto à perseguição que sofreria, surgiu o complexo do temor que êle despertava aos grupos civilizados, urbanos ou rurais. Ninguém queria ouvir falar em ajuntamento de sertanejos. A sua temibilidade fôra firmada, no consenso geral, na refrega do Irani” (8).

Não tardou que a neta de Eusébio novamente os ajuntasse. Tinha visões — velhacadas como suspeitou alguém — segundo as crônicas históricas. Não vamos entrar no particular — pois sôbre visões se escreveriam volumes, das que tiveram os Santos aos que assistiram às materializações do ectoplasma... Preferimos admitir como *velhacadas*, mesmo, as *visões* da neta de Eusébio. — Ela viu o monge, falou com êle. A fama correu — e surgiu Taquaruçu, o primeiro reduto. Aquela gente tôda, que vivia saudosa do taumaturgo, aceitou como exatas as visões e exaltou-se por um fenômeno bem definido de suggestionabilidade. Sôbre o assunto escreve W. G. Sumner: — “O que tem sido chamado psicologia das multidões consiste em certos fenômenos de sugestão. Um número de pessoas reunidas, especialmente se estiverem entusiasmadas

---

(3) CABRAL (Oswaldo R.) — *Os Fanáticos* — Artigo publ. em “A Gazeta”, de Florianópolis, 27-4-52.

pelo mesmo sentimento ou estimuladas pelo mesmo interesse, transmitem impulsos umas às outras, do que resulta serem todos os impulsos reforçados em proporção muito elevada. Por outras palavras, é fato indiscutível que todos os estados mentais e as emoções se reforçam consideravelmente pela sua transmissão de um homem para outro, especialmente se forem acompanhados por um senso de cooperação de grande número de pessoas que têm em comum um sentimento ou interesse” (Cit. FOLKWAYS, pág. 50)” (4).

Mas isto pôde verificar-se por que as causas determinantes do fenómeno de reacção não haviam sido removidas. A dispersão dos “fanáticos” não havia sido completada com a providência da localização dos marginais.

E surgiu o ciclo militar da campanha — a luta cruenta que daí por diante não daria nem encontraria quartel.

## 2

O ACÓRDO DE 1916 foi o primeiro passo para a remoção dos fatores sociais que haviam impellido o sertanejo à luta.

Depois que cada Estado entrou na posse da zona que lhe tocou na divisão feita, cada um cuidou carinhosamente da sua parte. Colônias instalaram-se, umas após outras. Escolas surgiram. Igrejas construíram-se e sacerdotes ensinaram as verdades evangélicas ao povo. A Justiça instalou-se, coroando a obra de um policiamento melhor. A ordem estabeleceu-se. A segurança tornou-se maior. O trabalho surgiu em maior escala — e a economia entrou em ascensão, baixando o índice do desajustamento, o marginalismo.

---

(4) CABRAL — *Idem, idem, idem.*



Tudo isto — e apenas isto — transformou a face daquela terra dadivosa que foi regada com tanto sangue inocente. A paz voltou a reinar e a tranqüilidade a espalhar-se por tôda a parte.

E os ideais monárquicos?

Mera incidência que facilitou uma justificação para a luta, à falta de outra, no momento.

Nos primeiros anos da República, o espantinho da monarquia justificou muita arbitrariedade e muito ato indefensável. Para salvar o regime bastava acusar-se o adversário de monarquista, de atribuir-lhe o desejo de querer reimplantar o regime deposto.

Entretanto, até certo ponto compreender-se-á a tolice daquêlê manifesto de “Dom Rocha”. Não eram as fôrças da República as que atacavam o sertanejo? E não se dizia abertamente que o faziam por motivo religioso?

Desta maneira, não era contra a própria religião católica — da qual nunca se disseram ausentes — que se levantavam as armas da Nação?

Então, era de se voltar à monarquia, com a religião do Estado, a católica, e de todos os sertanejos.

O tema, todavia, não logrou êxito.

Ao sertanejo interessava escapar às balas das armas legais, sem lhe importar o braço do cano que as disparava, nem a ideologia do dono do dedo que puxava o gatilho. A sua preocupação era a estabilidade do seu pequeno grupo familiar, servido por uma economia, por mais rudimentar que fôsse, capaz de suprir as mais imperiosas necessidades da sua vida...

E o homem?

Este continua ainda hoje tão “fanático” quanto dantes.

Porque, se fanático foi o que venerou no passado a João Maria — fanático é quem o faz no presente, com o mesmo fervor pregresso.

João Maria continua sendo, para êstes, como o foi para aquêles, um santo. Santo sertanejo, rude, maltrapilho, mas Santo. Santo que faz milagres e socorre os seus crentes. De quem ainda se contam lendas e prodígios. A quem não hesitam colocar ao lado dos Santos prediletos, no oratório familiar. Cujas virtudes se incorporam nas águas em que se lavam, nas suas fontes santificadas, para curar os males de que são portadores. Cujos pousos são lugares santos e pontos de peregrinação. Que ainda vive nos cruzeiros que plantou, nas árvores a cuja sombra repousou e nas grutas que o abrigaram.

O respeito que tributam os sertanejos ao monge — um só, como pensam — é defendido com calor. Na presença do sacerdote, por uma questão de cortesia mais ou menos diplomática, transformam o “são” em “seu” João Maria. Não ignoram que o clero não tolera o intruso. Mas êles o admitem e não o largam. E vão às igrejas com a alma limpa, honrar o Senhor e os seus Santos, incluindo no seu hagiolôgio o seu peregrino e anacoreta, humilde e pobre como êles mesmos.

Os mesmos ritos são ainda hoje praticados pela maioria dos sertanejos — e ninguém se atreve a dizer que constitua perigo para a ordem pública ou para a segurança das populações, antevendo qualquer luta religiosa: por isso, esta crença ingênua, mais forte hoje, talvez, do que no passado. Pelo menos, mais difundida, mais dispersa, em maior área.

O homem é o mesmo — e a crença é a mesma. Se o perigo não existe é porque as condições sociais que levaram ao desencadeamento da luta desapareceram.

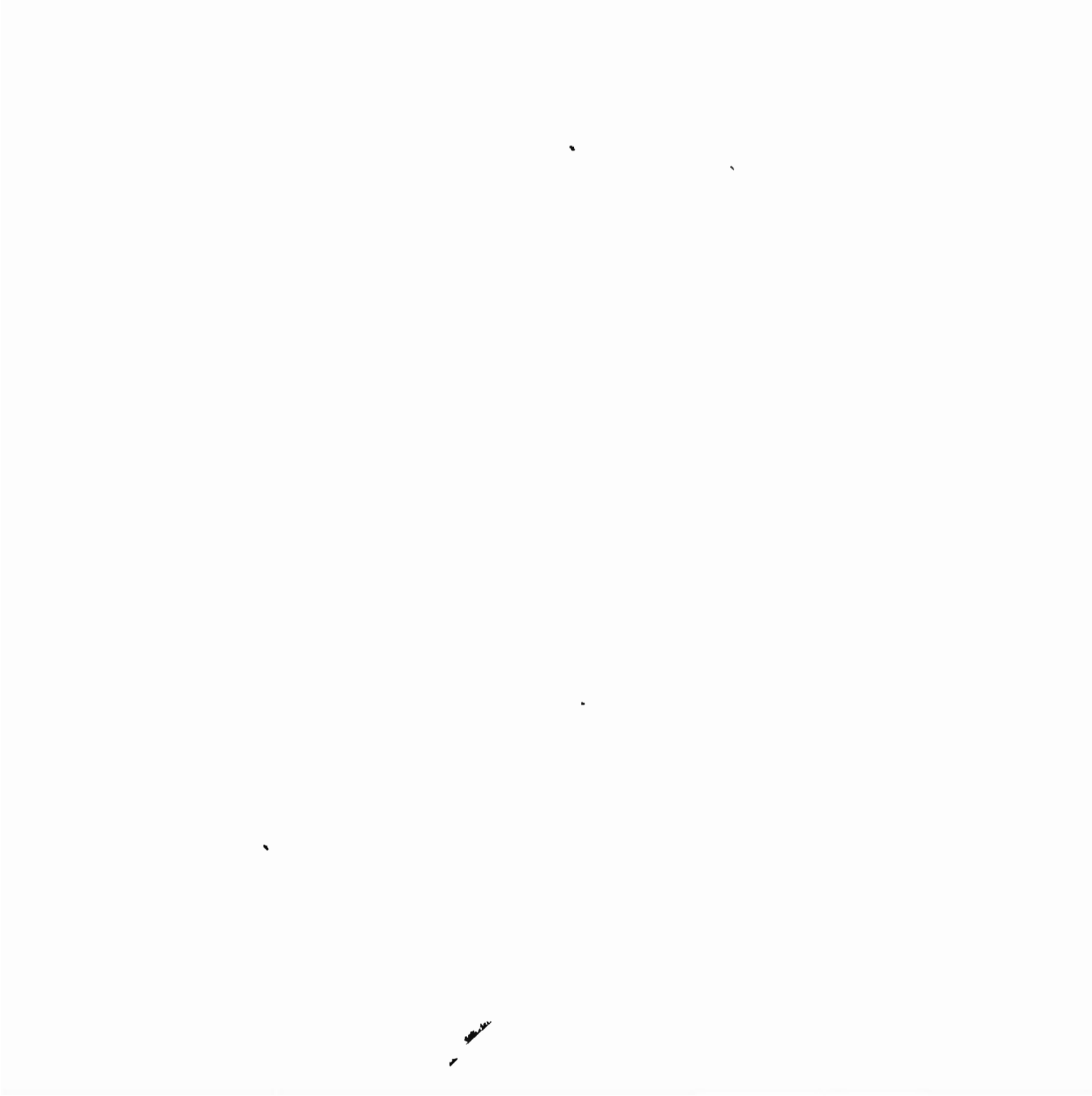
Como cada um de nós, o sertanejo continua a adorar o Senhor a seu modo, à sua maneira.

Em sua honra, descarrega para o alto a sua arma, faz barulho — enquanto nós nos recolhemos para o mesmo fim.

Em verdade, o que queremos, uns e outros, é chamar para nós a atenção da Divindade — para nós, pobres seres humanos que nos acotovelamos neste vale de lágrimas, de dôres e de misérias, para fazê-La lembrada de que nos prometeu a todos, pela doçura da palavra do Filho, indistintamente, as graças da Sua infinita misericórdia. Amem (\*).

---

(\*) Este livro já se achava escrito, quando apareceu, de Maria Isaura Pereira de Queirós, o volume LA GUERRE SAÏNTE AU BRÉSIL: *Le Mouvement Messianique du Contestado*, Memória apresentada à Escola de Altos Estudos, da Universidade de Paris, motivo pelo qual não foi citado no presente trabalho. Fica, entretanto, assinalado o seu aparecimento, que vem enriquecer a literatura sobre a luta verificada nos sertões Catarinenses.



## A N E X O

(*Texto do Registro da entrada de João Maria de Agostini em Sorocaba*)

*Estatura:* baixa

*Cor:* clara

*Cabelos:* grisalhos

*Olhos:* pardos

*Nariz:* regular

*Bóca:* dita

*Barba:* cerrada

*Rosto:* comprido

*Sinais particulares:* Aleijado dos três dedos da mão esquerda.

Dezembro 24 de 1884

Pág. 17 (Rubrica)

Fr. João Maria d'Agostinho, natural de Piemonte, idade 43 anos, solteiro, profissão de Solitário Eremita, vindo para exercer seu Ministério. Declarou residir nas matas do Têrmo desta Cidade, muito principalmente no Morro da Fábrica de Ferro de Ipanema, e ter chegado no dia 24 de dezembro de 1844. Veio do Rio de Janeiro, onde chegou do Pará no Vapor *Imperatriz* a 19 do mês de agosto do presente ano de 1844, apresentou um documento que fica arquivado neste Cartório; e para constar lavrei êste têrmo de apresentação que assino com o apresentado, eu Procópio Luís Leitão Freire, Escrivão Serventuário escrevi e assino.

*Procópio Luis Leitão Freire*

*Giovani Mã. deagostini, solit. eremita —*



## BIBLIOGRAFIA

- AIGRAIN (René) — *L'Hagiographie* — Ed. Bloud & Gay — Paris, 1953.
- ALMEIDA (Aloísio) — (Cônego Luís Castanho de Almeida) — *O Monge do Ipanema* — in "Cruzeiro do Sul", Sorocaba, 1942.
- *O Culto de Nossa Senhora* — in "Vozes de Petrópolis", julho-agosto de 1952.
- *Notas sobre alguns crimes graves e leves — Uma testemunha que viu João Maria* — "Investigações", maio de 1951.
- AMON — Wolfgang — *Crônica de São Bento* — Tip. Boehm, Joinville, 1923.
- ASSUNÇÃO (Herculano) — *A Campanha do Contestado* — Impr. Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1918 (2 vols.).
- AUGUSTO SOBRINHO (Pe. João) — *Verdades de Arrepiar* — in "O Estado do Paraná", 22/6/1956.
- AZEVEDO (Felicíssimo) — *Morro das Cruzes* — in "A Federação", Porto Alegre, 1895.
- BANDEIRA (Pinto) — *Notícia sobre a descoberta dos Campos de Palmas* — in Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. XIV.
- BELÉM (J.) — *História do Município de Santa Maria* — Livr. Selbach Porto Alegre, 1933.
- BOAS (Franz) — *The Mind of Primitive Man* — Macmillan C.º, N. Y., 2.ª Ed. 1938.
- BOITEUX (Lucas A.) — *Notas para a História Catarinense* — Livr. Moderna, Florianópolis, 1912.
- *Paulistas em Santa Catarina Seiscentista* — Anais do Museu Paulista, Tomo IV — Separata — 1931.
- BRITO (Antero José Ferreira de) — *Fala*.
- BRITO (Paulo José Miguel de) — *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina* — Tip. da Academia Real de Ciências — Lisboa — 1829.
- BUESS (H.) — *História da Hidrologia* — in "Atas Ciba", Abril 1948, n.º 4.
- BULTMANN (R.) — *Le Christianisme Primitif* — Payot, Paris, 1950.
- CABRAL (Oswaldo R.) — *Santa Catarina* — Brasiliana, Vol. 80.º — Ed. Nacional, S. Paulo, 1938.
- *Os Açorianos* — Ed. Inst. Histórico e Geográfico de Sta. Catarina, 1951.

## 354 — Bibliografia

- *Laguna e Outros Ensaíos* — Imprensa Oficial do Estado de Sta. Catarina, 1939.
- *Os Juizes de Fora* — Ed. do Inst. Hist. e Geogr. de Sta. Catarina, 1951.
- *Os Fandáticos* — Artigos, in "A Gazeta", Florianópolis, abril-maio de 1952.
- *A Organização da Justiça na Colônia e no Império e a História da Comarca da Laguna* — Ed. da Comissão do Centenário da Comarca de Laguna, 1956.
- *Do Culto dos Mortos ao Direito de Família* — (A publicar).
- CALMON (Pedro) — *História da Civilização Brasileira* — Brasileira, Vol. 14.º — Ed. Nacional, S. Paulo, 1933.
- CALÓGERAS (Pandiá) — *A Política Exterior do Império* — in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro — Tomos especiais, 2 vols. Imprensa Nacional, Rio, 1927.
- CARNEIRO (Davi) — *O Paraná na História Militar do Brasil* — João Haupt C.º — Curitiba, Paraná, 1942.
- CARVALHO (Setembrino de) — *Relatório*.  
— *A Pacificação do Contestado* — Publ. Clube Militar, Rio, 1916.
- CHAVES (Luís) — *Páginas Folclóricas* — Portucalense Editora, SARL, Porto, 1942.
- COSTA (Otacílio) — *Santa Cruz* — Folheto, Ed. do Autor.
- COUTINHO (João José) — *Fala*.
- CUNHA (Euclides da) — *Os Sertões* — Livr. Francisco Alves, 10.ª Ed., 1927.
  
- DAWSON (Christopher) — *La Religión y el Origen de la Cultura Occidental* — Editorial Sudamericana, Bs. Ayres, 1953.  
— *Religión y Cultura* — Idem, idem, idem.
- DOURADO (Ángelo) — *Voluntários do Martírio* — Livr. Americana, Pelotas, 1896.
  
- ELIADE (Mircea) — *Traité d'Histoire des Religions* — Payot, Paris, 1949.
- ELIS JÚNIOR (Alfredo) — *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano* — Brasileira, Vol. 36.º — Ed. Nacional, São Paulo, 1934.
  
- FARIA (Caetano) — *Relatório do Ministério da Guerra*, 1915.
- FERREIRA (Tito Lívio) — *O Governo do Morgado de Matheus e os Censos das Ordenanças da Capitania de S. Paulo* — Rev. do Arquivo Municipal de São Paulo.
- FORMANN (Henry James) — *Les Prophéties à travers les Siècles* — Payot, Paris, 1938.



- FORTES** (João Borges) — *Casais* — Ed. Centenário Farroupilha, 1932.  
— *Santa Maria da Bóca do Monte — Cidade e Município* — Anuário do Rio Grande do Sul, 1902.
- FRANCO** (Carvalho) — *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo* — Brasileira, Vol. 181.º, Ed. Nacional, S. Paulo, 1940.
- FRAZER** (James) — *La Rama Dorada* — Ed. Fondo de Cultura Económica, México — Bs. Ayres, 1951.
- GALVÃO** (Manoel Nascimento da Fonseca) — *Notas Geográficas e Históricas sobre a Laguna* — Tip. J. J. Lopes, Destêrro, 1881.
- GASPAR** (Antônio Francisco) — *O Monge de Ipanema* — Sorocaba, 1954.  
— *Cruzes e Capelinhas* — Sorocaba, 1952.
- GERSON** (Brasil) — *Pequena História dos Fanáticos do Contestado* — Cadernos de Cultura, Ministério da Educação, Rio.
- GIRAUD** (Felix) — *La Mythologie Generale* — Libr. Larousse, Paris, 1951.
- HAYWARD** (Fernand) — *Histoire des Papes*, Payot, Paris, 3.ª Ed., 1953.
- HERSKOVITS** (Melville, J.) — *El Hombre y sus Obras* — Ed. Fondo de Cultura Económica, México — Bs. Ayres, 1952.
- KECKESEN** (D. Beda, O. S. B.) — *Missal Quotidiano* — 4.ª Ed., Tip. Mosteiro de S. Bento, Bahia, 1944.
- LEÃO** (Ermelino) — *A Cruz Histórica da Cidade de Mafra* — in Centenário da Colonização Alemã de Rio Negro e Mafra — Publ. Mário Felipe Olivero, 1929.
- LEITÃO** (Cândido de Melo) — *Visitantes do Primeiro Império* — Brasileira, Vol. 32.º, Ed. Nacional, S. Paulo, 1934.
- LIPS** (J. E.) — *Les Origines de la Culture Humaine* — Payot, Paris, 1951.
- LUCAS** (Antônio Castillo de) — *San Antón* — in Rev. Douro-Litoral, Vol. VI, 1955.
- LUZ** (Aujor Ávila da) — *Os Fanáticos* — Florianópolis, Sta. Catarina, 1952.
- MAFRA** (Manoel da Silva) — *Exposição Histórico-Jurídica, por parte de Sta. Catarina* — Imprensa Nacional, Rio, 1899.  
— *Impugnação dos Embargos* — Tip. Jornal do Brasil, Rio, 1904.
- MAGALHÃES** (Basílio) — *Os Bandeirantes em Santa Catarina* — in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de Sta. Catarina, Vol. VII, 4.º Trim., 1918.

## 356 — Bibliografia

- *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* — *Brasiliana*, Vol. 43, Ed. Nacional, S. Paulo, 1935.
- MALINOWSKI (Bronislaw) — *Una Teoria Científica de la Cultura* — Ed. Sudamericana, Bs. Ayres, 1948.
- MARTINS (Romário) — *Documentos Comprobatórios dos Direitos do Paraná* — (2 vols.). Tip. Jornal do Comércio, Rio, 1915.
- MATOS (Jacinto A. de) — *A Colonização do Estado de Sta. Catarina* — Tip. "O Dia", Florianópolis, 1917.
- MENSCHING (G.) — *Sociologie Religieuse* — Payot, Paris, 1951.
- MIRA (Crispim) — *Confraternização Republicana* — Rio, 1918.  
— *O Acórdo* — folheto.
- MONCEAU (Paul) — *La Vraie Légende Dorée* — Payot, Paris, 1928.
- MURPHY (J.) — *Origine et Histoire des Religions* — Payot, Paris, 1951.
- MYRIAN (Sor) — *Vida do Venerável Servo de Deus, Frei Antônio de Sant'Ana Galvão*, 2.<sup>a</sup> Ed. ampliada.
- NEGRÃO (Francisco) — *Genealogia Paranaense* — Impressora Paranaense, Curitiba, 5 vols. — 1926 em diante.
- NILSON (Martin P.) — *La Religion Populaire dans la Grèce Antique* — Plon, Paris, 1954.
- OLIVEIRA (Sebastião Almeida de) — *Subsídios para a História de Tanabi* — Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, Vol. 48.<sup>o</sup>
- PAWELS (Pe. Geraldo) — *Contribuição para o Estudo do Fanatismo no Sertão Sul-brasileiro* — Rev. de Filologia e História, Tomo II, Fasc. II, 1933.
- PEIXOTO (Demerval) — *A Campanha do Contestado* — Rio, 1916.
- PELUSO JÚNIOR (Vitor) — *Lajes, a Princesa da Serra*, in Anais do X.<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Geografia, Rio, 1950.
- PEREIRA (Carlos da Costa) — *Um Capítulo da Expansão Bandeirante* — Anais do Museu Paulista, Vol. IV, 1931.
- PIZARRO E ARAÚJO (Mons. José de Sousa Azevedo) — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — Impr. Nacional, Inst. Nac. do Livro, 1948.
- QUEIRÓS (Maria Isaura Pereira de) — *La Guerre Sainte au Brésil: Le Mouvement Messianique du Contestado* — Publ. Universidade de S. Paulo, Fac. Filosofia, Ciências e Letras, S. Paulo, 1957.
- RAMOS (Vidal) — *Notas para a História da Fundação de Lajes* — Separata da Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de Sta. Catarina, Ed. D. E. E., Florianópolis, 1948.

- RODRIGUES (Nina) — *L'Animisme Fétichiste des Nègres de Bahia* — Reis & Cia. Editeurs, Bahia, 1900.
- ROPS (Daniel) — *Le Peuple de da Bible* — Libr. Arthème Fayard, Paris, 385.<sup>a</sup> Ed. — 1953.  
— *L'Eglise des Apôtres et des Martyrs* — Id., id., 212.<sup>a</sup> Ed., 1954.
- SAINT-HILAIRE (Auguste) — *Viagem à Provincia de Santa Catarina* — Trad. de Carlos da Costa Pereira, Brasiliana, Vol. 58.<sup>o</sup>, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1936.
- SAINTYVES (Pierre) — *Essais de Folklore Biblique* — Libr. Critique E. Nourry, Paris, 1923.
- SEBILLOT (Paul) — *El Paganismo Contemporáneo en los Pueblos Celto-Latinos* — Daniel Jorro, Madrid, 1914.
- SEBILLOT (Paul Yves) — *Folklore de la Bretagne* — Payot, Paris, 1950.
- SILVEIRA (Hemetério Veloso da) — *As Missões Orientais e seus antigos domínios* — Tip. Livr. Universal, P. Alegre, 1910.
- SILVA (Cleto) — *Apontamentos Históricos de União da Vitória* — Max Roesner & Filhos, Curitiba, Paraná, s/data.  
— *O Contestado diante das carabinas* — Pap. Globo, Curitiba, 1920.
- SILVA (José Gonçalves dos Santos) — *Cartas acerca da Provincia de Santa Catarina*, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de Sta. Catarina, varios volumes, 1916.  
— *As Leis em Conflito com o Direito de Conquista* — Tip. Des-terrense, 1865.
- SILVA (João Lourenço da) — *Apontamentos para a História da Fáb-rica de Ferro do Ipanema* — Ed. do Arquivo Municipal de São Paulo, 1953.
- SINZIG (Frei Pedro) — *Frei Rogério Neuhaus* — Ed. Vozes, Petrópolis, 2.<sup>a</sup> Ed.
- SMITH (Kaj Birket) — *Vida e História de las Culturas* — Ed. Nova, Bs. Ayres, 1952.
- SOARES (J. S. Pinto) — *Guerra em Sertões Brasileiros* — Ed. Papel Velho, Rio, 1931.
- SOUTHEY (Robert) — *História do Brasil* — Garnier, Rio, 1862 (6 vols).
- SUMNER (William Graham) — *Folkways* — Livr. Martins, S. Paulo, 1950 (2 vols.).
- TAUNAY (Afonso d'Escragno) — *Em Santa Catarina Colonial* — Separata dos Anais do Museu Paulista, I.O.E. S. Paulo, 1936.
- TAUNAY (Alfredo, Visconde de) — *Céus e Terras do Brasil* — Ed. Melhoramentos, S. Paulo, 9.<sup>a</sup> Ed., s/data.
- TEIXEIRA (Múcio) — *Exposição Notável* — in Jornal do Comércio, Rio, 1895.

## 358 — *Bibliografia*

VIANA (Hélio) — *Estudos de História Colonial — Brasiliana*, Vol. 261.º — Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1948.

VIANA (Oliveira) — *Populações Meridionais do Brasil — Brasiliana*, Vol. 8.º, Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 3.ª Ed., 1933.

— *Evolução do Povo Brasileiro — Brasiliana*, Vol. 10.º, idem, idem, 1933.

WEIGALL (Artur) — *Survivances paiennes dans le monde chretien* — Payot, Paris, 1934.

WESTERMARCK (Edward) — *Histoire du Mariage* — Mercure de France, 6 vols. 1938.

*L'Origine et Développement des Idées Morales* — Payot, Paris, 2 vols. 1929.

BIBLIA SAGRADA — *Tradução do Pe. Matos Soares* — Tip. Porto Médica Ltda. Porto, Portugal, 1933 (4 vols.).

DERECHO CANÓNICO — Biblioteca de Autores Cristianos — Madri, 1952.

### • JORNAIS •

*Fôlha do Comércio*, de Florianópolis, Santa Catarina.

*O Dia*, idem, idem.

*O Estado do Paraná*, Curitiba, Paraná.

Bibl. Central

### • DEPOIMENTOS PESSOAIS •

Cel. Cid Gonzaga — Prof. Antônio Lúcio — José Zoccoli — Mário Pereira Gomes — Constantino de Medeiros — Justiniano da Silva Quadros — Waldomiro Bitencourt — Maria Cordcero Pacheco — Joaquim Borges da Silveira.

### • FOTOGRAFIAS •

A maioria dos flagrantes fotográficos contida no presente trabalho foi tomada por Waldir Fausto Gil, por solicitação e indicação do Autor. Outras, entretanto, acompanharam os depoimentos pessoais.

### • MAPAS E GRÁFICOS •

Trabalhos do Departamento de Geografia e Cartografia do Estado de Santa Catarina.



*O Monge João Maria cura um doente. — Quadro de WILLY ZUMBLICK. (Com permissão do Autor).*



LAPA (Paraná) — O Crucifixo da Pedra Partida.



Outro "retrato" do Monge.



**LAPA (Paraná)** — *O "retrato" do Monge na gruta, entre as Imagens da Virgem e de Santo António.*



**Lajes (Santa Catarina)** — *Vista panorâmica da Cidade, cognominada a Princesa da Serra, vendo-se apontada pela flecha a Igreja de Santa Cruz.*



LAPA (Paraná) — *Vista dos Cruzeiros da Gruta do Monge. — Ex-votos.*



LAPA (Paraná) — *Escadaria que atualmente conduz a Gruta do Monge.*





LAPA (Paianá) — *Outra vista da gruta, estado atual.*



LAPA (Paraná) — *A água do Monge, atualmente canalizada da fonte a um pequeno tanque existente nas proximidades da Gruta.*



CURITIBANOS (Santa Catarina) — *Pouso e olho d'água próximos da Cidade.*



CURITIBANOS (Santa Catarina) — *Olho d'água da Serra da Esperança.*



LEBON RÉGIS (Curitibanos — Santa Catarina) —  
POUSO. — *Cruzeiro e cobertura levantados, segundo  
a tradição local, pelo próprio João Maria.*



LEBON-RÉGIS (Santa Catarina) — *Cedro bento  
da Serra da Esperança, a 14 quilômetros da vila.*



CANOINHAS (Sta. Catarina) — *Ex-votos* (promessas) colocados pelos crentes na base do cruzeiro do pouso do Salceiro, em Major Vieira.



CANOINHAS (Sta. Catarina) — *Pouso do Salceiro, Major Vieira.*



**ÍNDIOS** (Município de Lajes — Santa Catarina) — Interior do pouso.  
*Um visitante ajoelhou-se para orar, quando foi batida a fotografia.*



**CAMPOS NOVOS** (Santa Catarina) — Pouso do Eruval-Velho, onde estão inumadas duas crianças. *Aí existiu o carvalho de "São João Maria".*



**PORTO-UNIÃO** (Santa Catarina) — *Pocinho de São João Maria, na base do Morro da Cruz.*



**PAPANDUVA** (Sta. Catarina) — *Pouso (atualmente à margem da Estrada Federal).*



MAFRA (Sta. Catarina) — O monumento contendo o fragmento de uma das cruzes levantadas por João Maria.



LEBON-RÉGIS (Santa Catarina) — Pouso; ex-votos.



**CURITIBANOS (Santa Catarina) — Interior da Capela  
do Senhor Bom Jesus de Iguape**

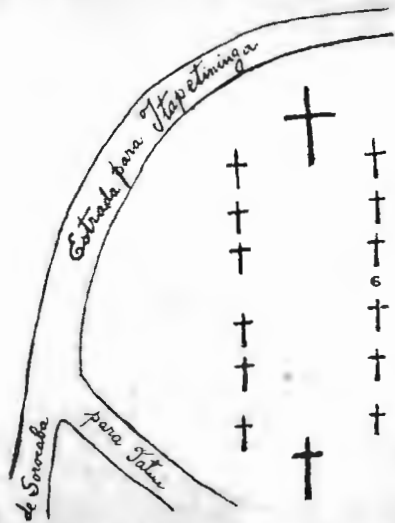


**MAFRA (Santa Catarina) — A praça da Cidade com seu jardim.  
Ao centro, o monumento levantado.**





ÍNDIOS (Santa Catarina) — Detalhe de pouso, vendo-se o oratório e no seu interior, um retrato do Monge.



Reprodução da página do livro *Cruzes e cabelinhas*, de ANTÔNIO FRANCISCO GASPARG (Sorocaba, 1952), mostrando a disposição das cruzes plantadas por João Maria.

December 21st 1843

1843  
Monte

I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 19th inst. in relation to the above named matter. I have the honor to inform you that the same has been forwarded to the proper authorities for their consideration. I am, Sir, very respectfully,  
 Yours very truly,  
 J. M. Smith

Very truly yours,  
J. M. Smith

1843

1843 April 10

I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 10th inst. in relation to the above named matter. I have the honor to inform you that the same has been forwarded to the proper authorities for their consideration. I am, Sir, very respectfully,  
 Yours very truly,  
 J. M. Smith

1843



LAJES (Sta Catarina) — *A Igreja da Santa Cruz.*

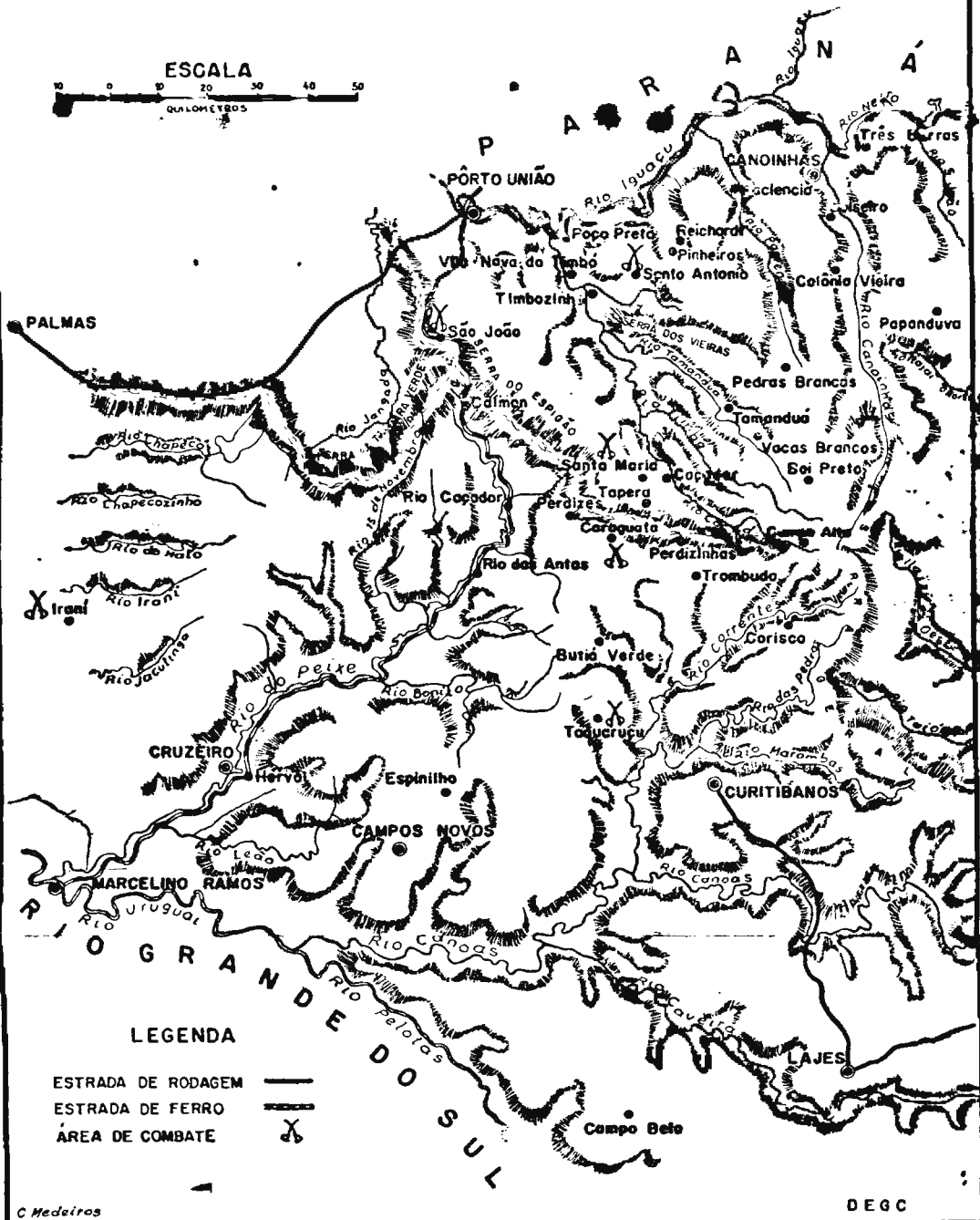


LAJES (Santa Catarina) — *A Cruz da Igreja da Santa Cruz, em Lajes. A antiga cruz do Monge acha-se recoberta, para proteção, dentro de outra.*



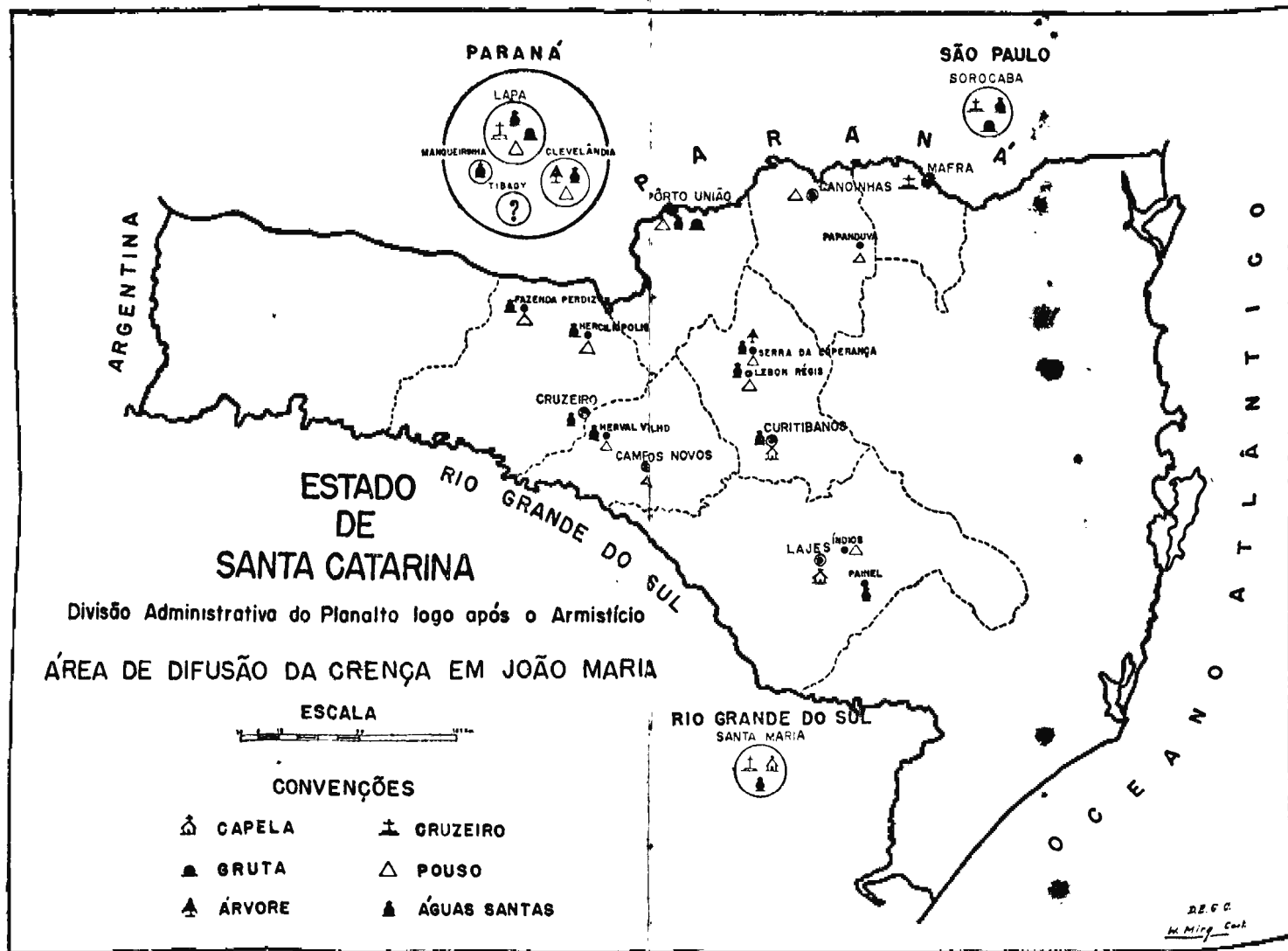
*O "retrato" mais conhecido e difundido do Monge João Maria.*

# ÁREA DA AÇÃO MILITAR



**LEGENDA**

- ESTRADA DE RODAGEM —————
- ESTRADA DE FERRO ————
- ÁREA DE COMBATE



E S T A D O D O P A R A N Á

